

RELATOS DA VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS LGBTQIA+ na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Marcelo
Maciel Ramos

Pedro Augusto
Gravatá Nicoli

Gabriela Alkmin

Márcia Ribeiro
da C. Valentin

Henrique Figueiredo
de Lima

Aline Lopes

Enrico Martins
Poletti Jorge

Eduarda
Vogas Dias

Matheus
Vieira Gomes

Stefanne
A. Gonçalves



MARCELO MACIEL RAMOS
PEDRO AUGUSTO GRAVATÁ NICOLI
GABRIELA ALKMIN
MÁRCIA RIBEIRO DA C. VALENTIN
HENRIQUE FIGUEIREDO DE LIMA
ALINE LOPES
ENRICO MARTINS POLETTI JORGE
EDUARDA VOGAS DIAS
MATHEUS VIEIRA GOMES
STEFANNE APARECIDA GONÇALVES

**RELATOS DA VIOLÊNCIA
CONTRA PESSOAS LGBTQIA+**
na Região Metropolitana
de Belo Horizonte

2023

DIVERSO UFMG

**NÚCLEO JURÍDICO DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO
OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIAS CONTRA PESSOAS LGBTQIA+**

COORDENAÇÃO DIVERSO UFMG

Marcelo Maciel Ramos

Pedro Augusto Gravatá Nicoli

COORDENAÇÃO DA PESQUISA

Gabriela Alkmin

Samantha Nagle Cunha de Moura

Marcelo Maciel Ramos

Pedro Augusto Gravatá Nicoli

AUTORES RELATÓRIO FINAL

Marcelo Maciel Ramos

Pedro Augusto Gravatá Nicoli

Gabriela Alkmin

Márcia Ribeiro da C. Valentin

Henrique Figueiredo de Lima

Aline Lopes

Enrico Martins Poletti Jorge

Eduarda Vogas Dias

Matheus Vieira Gomes

Stefanne Aparecida Gonçalves

EQUIPE TÉCNICA

Gabriela Alkmin

Henrique Figueiredo de Lima

Márcia Ribeiro da C. Valentin

Samantha Nagle Cunha de Moura

Aline Lopes

Enrico Martins Poletti Jorge

Eduarda Vogas Dias

Matheus Vieira Gomes

Stefanne Aparecida Gonçalves

DIAGRAMAÇÃO E ARTE

Marina Cupertino Xavier

R382 Relatos da violência contra pessoas LGBTQIA+ na região metropolitana de Belo Horizonte [Recurso eletrônico] / Marcelo Maciel Ramos ... [et al.]. – Belo Horizonte : Diverso UFMG, 2023.

ISBN 978-65-88506-09-7.

Inclui bibliografia.

1. Direitos humanos 2. Pessoas LGBTQ+. 3. Homofobia - Belo Horizonte (MG) 4. Transfobia. 5. Violência (Direito) 6. Identidade de gênero. I. Ramos, Marcelo Maciel. II. Título.

CDU: 347.628-055.3

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Meire Queiroz - CRB-6/2233.

PARTE 1: Apresentação e Contexto

Sumário executivo

Situando a pesquisa:
produzir dados sobre
a violência LGBTfóbica

Metodologia

Conceitos relevantes
para a pesquisa

PARTE 2: Resultados Obtidos

Família

Educação

Religião

10

18

24

30

40

80

118

Trabalho

Relações afetivo-sexuais

Acesso à cidade

Saúde

Segurança pública, poder
judiciário e demandas judiciais

Militância e engajamento político

Considerações finais: a violência
e a existência LGBTQIA+

Agradecimentos

Referências

Anexo

140

160

192

224

248

268

290

320

322

330

01

01

PARTE 1:
apresentação e contexto

Sumário

Executivo

Este livro é o resultado de pesquisa promovida pelo Diverso UFMG – Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero, nos anos de 2021, 2022 e 2023, sobre as muitas formas de violência perpetradas contra pessoas LGBTQIA+ em Belo Horizonte e Região Metropolitana. O público-alvo da pesquisa foi composto por pessoas residentes no município de Belo Horizonte ou em sua Região Metropolitana, que tinham 18 anos de idade ou mais no momento da entrevista, e se declararam LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas intersexo e outras identidades não cis e/ou não heterossexuais).

A pesquisa foi conduzida no contexto das atividades do Observatório de Violências contra Pessoas LGBT+ do Diverso UFMG e dividiu-se em dois momentos. Em um primeiro, foi coletada e analisada uma amostra de 484 respondentes de questionário on-line autoaplicado entre os anos 2021 e 2022, cujo resultado está publicado no volume *Dados de Violência contra Pessoas LGBTQIA+ na Região Metropolitana de Belo Horizonte* (2023). A partir desses dados quantitativos, foi desenhado e desenvolvido o segundo momento de coleta e análise de dados qualitativos através da realização de 78 entrevistas semiestruturadas. Desta amostra, foram selecionadas 20 entrevistas para serem codificadas e analisadas neste volume. O objetivo aqui foi o de compreender em profundidade e discutir a complexidade e os detalhes das experiências de violência física, psíquica, da discriminação, da privação de direitos e dos efeitos disso sobre a existência das pessoas LGBTQIA+.

A pesquisa se desenvolve e se apresenta sob o pano de fundo da generalizada violência LGBTfóbica que marca o país.

O Brasil é conhecido por seus preocupantes dados no que se refere à violência LGBTfóbica. Discriminação e violência atravessaram e atravessam diferentes épocas e regiões do país. Mas, para além da expressão da violência nesses grandes dados, a pesquisa ora apresentada entendeu necessária uma compreensão mais detida, uma vez que sua manifestação é sentida, por cada indivíduo, de maneira complexa e particular. Nesta investigação, buscamos trazer à tona justamente os relatos de pessoas LGBTQIA+ da Região Metropolitana de Belo Horizonte, tomados em suas especificidades e individualidades. Com isso, procuramos

destacar suas experiências e reflexões feitas em primeira pessoa, conferindo importância aos detalhes de suas narrativas, mas observando, a partir de suas repetições e naturalizações, as semelhanças que tornam a experiência LGBTQIA+ política. Este relatório busca consolidar as reflexões realizadas a partir dessa coleta qualitativa de dados.

Para levarmos a cabo essa tarefa particularmente complexa — na relação entre a experiência individual, situada, e também de dimensões estruturais — mobilizamos alguns conceitos fundamentais para a compreensão do relatório, como por exemplo: sexo biológico, gênero, intersexualidade, identidade de gênero, travesti, expressão de gênero e orientação sexual. Nesse mesmo sentido, apresentamos noções sobre as formas e tipos de violência, como LGBTfobia em sentido amplo, homofobia, lesbofobia, bifobia, acefobia, transfobia, violência verbal, física, psicológica e outras. Além disso, exploramos suas aproximações com outras formas da discriminação, como racismo, sexismo, gordofobia, capacitismo, entre outros.

12 A apresentação dos resultados considera eixos temáticos da vivência de identidades de gênero e sexualidades dissidentes. Espaços, contextos e relações que funcionam como as arenas da manifestação de quem se é, bem como da expressão da violência em face disso. Família, trabalho, escola, cidade, relações afetivas, religião, lugares físicos e simbólicos em que as pessoas LGBTQIA+ existem e sofrem, de muitas formas, em razão de suas identidades de gênero e sexualidade.

O Capítulo de abertura trata da Família, considerada um dos primeiros espaços de vivência e construção da identidade em termos de gênero e sexualidade. O contexto familiar aparece como um local de produção e imposição da heteronormatividade, no qual as primeiras interpelações sobre a dissidência sexual e/ou de gênero criam dificuldades, estigma e autorrejeição no processo de descoberta de pessoas LGBTQIA+. Os achados da pesquisa sugerem que, de forma geral, a família opera como produtora de violências de distintas naturezas, raramente acolhendo e apoiando os sujeitos dissidentes escutados e tornando o processo de saída do armário complexo e cercado por discriminações externas e internalizadas.

No Capítulo seguinte, a Educação é colocada no centro da análise, também tomada em sua importância para as primeiras experiências de violências de pessoas LGBTQIA+. Nos relatos examinados, o período escolar é visto como palco de intensa discriminação, desde a infância até a adolescência, com a atuação de colegas, professores e outros funcionários de instituições de ensino. Nesse contexto, gênero e sexualidade se confundem na vivência da discriminação e produzem forte senso de inadequação e solidão em seus alvos. O ensino superior, contudo, aparece como espaço de experimentação e descoberta, onde novas possibilidades identitárias são conhecidas e passam a ser experimentadas, coincidindo com os primeiros anos da juventude dos entrevistados.

Na sequência, o Capítulo que trata da Religião examina a relação das pessoas LGBTQIA+ entrevistadas com crenças e instituições religiosas, avaliando os conflitos identitários que emergem da relação entre religião e gêneros ou sexualidades dissidentes. Os resultados da pesquisa indicam que instituições cristãs são mencionadas como catalisadoras de violências, espaços nos quais se espera que pessoas LGBTQIA+ reprimam ou "abandonem" seus desejos ou identidades e que se conformem à heterossexualidade e à cisgeneridade, inclusive por meio de terapias conversivas. Em distintos relatos, a crença religiosa – notadamente, a evangélica – é mencionada como motivadora de violências por parte de agressores.

No Capítulo sobre o Trabalho, os relatos ligados ao universo laboral e à LGBTfobia vivenciada nesse contexto são examinados e expostos. Para distintos entrevistados, o desafio mais importante nesse aspecto está no acesso ao mercado de trabalho, especialmente para pessoas trans, que mencionam os entraves impostos pela transfobia como o obstáculo central à colocação profissional e à manutenção no emprego. Também são discutidas, nessa seção, as violências vividas no âmbito laboral, como discriminação e assédio praticados por colegas de trabalho e chefes.

Na sequência, as violências concernentes às Relações afetivo-sexuais são tratadas desde suas manifestações mais incipientes, com a descoberta do desejo dissidente e as primeiras vivências românticas ou sexuais, geralmente casuais, até a referência a episódios de violência

em relacionamentos abusivos. O exame das dinâmicas afetivo-sexuais permite que se analise uma relevante dimensão da vida de muitas pessoas LGBTQIA+, que têm precisamente no desejo homoafetivo a gênese da identificação e da vivência de violências LGBTfóbicas. Nos relatos analisados, observa-se a recorrência da insegurança e do medo da solidão; a aceitação de situações de discriminação em razão de um senso de autodepreciação que parece indicar uma LGBTfobia internalizada, sobretudo nas narrativas de pessoas trans; e a busca pelo rompimento de papéis estereotipados de gênero em relações entre pessoas LGBTQIA+.

A discussão sobre o Acesso à cidade analisa as experiências de violência vividas em espaços públicos como ruas, praças e transporte público e também estabelecimentos privados, como restaurantes, bares e casas noturnas. Nesse aspecto, diferentes entrevistados relataram episódios de violência verbal, institucional e mesmo física em espaços comuns de municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como fizeram referência ao medo constante de sofrer discriminações ao demonstrarem o afeto ou circularem conforme suas identidades de gênero publicamente. Nessa seção, há ainda a análise de narrativas que tratam dos espaços considerados "seguros" para pessoas LGBTQIA+, conhecidos como LGBT-friendly, e da preferência de muitos sujeitos por circularem nesses locais.

No capítulo subsequente, o tema da Saúde é colocado em evidência, com a análise de relatos de entrevistados que utilizam exclusivamente o Sistema Único de Saúde ou que também têm acesso a planos de saúde ou profissionais particulares. Além das dificuldades relatadas no acesso ao SUS e a seus serviços com celeridade, também foram observadas menções frequentes ao despreparo de seus profissionais para atenderem pessoas LGBTQIA+, uma experiência ainda mais marcante para pessoas trans. No caso dessa população, as especificidades ligadas à transição de gênero foram consideradas pouco conhecidas por profissionais do SUS e de planos de saúde, de forma que diferentes entrevistados recorreram, quando possível, a profissionais contratados de forma particular para iniciarem o processo de transição. Para diferentes participantes, o entrave financeiro foi o fator central para o uso exclusivo do SUS no acompanhamento de serviços médicos.

O Capítulo seguinte, intitulado Segurança pública, Poder Judiciário e demandas judiciais, aborda as experiências de pessoas LGBTQIA+ junto a órgãos estatais de segurança e Justiça. A desconfiança e, contraditoriamente, a insegurança inspirada por essas instituições estatais e seus agentes são recorrentes nas narrativas analisadas, especialmente por pessoas em situação de vulnerabilidade social. Para diferentes entrevistados, o despreparo de policiais, delegados, advogados e juízes denota desinteresse ou mesmo preconceito LGBTfóbico direcionado a sujeitos que deveriam ser acolhidos e protegidos por esses agentes públicos.

O Capítulo que aborda Militância e engajamento político discute a politização da identidade LGBTQIA+, que aparece em diferentes relatos como uma obrigação ética e um compromisso de vida de sujeitos dissidentes de normas de gênero e sexualidade. Nessas narrativas, nota-se o engajamento político como estratégia de sobrevivência e a militância em coletivos estudantis, sindicatos, partidos e organizações políticas de outras naturezas como uma vivência frequente para pessoas entrevistadas. A experiência política tampouco é livre de violências, e observa-se a referência a distintos episódios de discriminação, tanto dentro do Movimento LGBTQIA+ quanto em espaços supostamente abertos às demandas e pautas ligadas ao gênero e à sexualidade.

Ao final do livro, são tecidas algumas conclusões que abordam a complexidade e as ambivalências da discussão da violência para pessoas LGBTQIA+, considerando-se que é precisamente a partir da LGBTfobia que muitas pessoas passam a se entender e a se afirmar como LGBTQIA+. A partir dessa relevante constatação, as dinâmicas da nomeação, da representatividade e da identificação de pessoas LGBTQIA+ é discutida à luz de uma compreensão que toma a violência em sua força constitutiva, não apenas repressiva.

Esta é uma investigação que, em seu conjunto geral de dados, confirma as dimensões estruturais da violência LGBTfóbica. Pessoas LGBTQIA+ vivem — em uma série de espaços, relações, instituições, momentos, etapas de suas histórias — sob o signo da violência LGBTfóbica. Mas para além desse dado quantificável, o que os levantamentos e análises qualitativos dessa etapa da investigação nos oferecem é um retrato mais preciso e delicado das formas como experiências de LGBTfobia marcam concretamente a vida de pessoas LGBTQIA+.

De como seus corpos, existências físicas, autopercepções, subjetividades, autoestima, modos de ser e operar no mundo estão profundamente marcados por essas experiências. Importa-nos aqui pensar sobre essas duas dimensões, das estruturas e das vivências, como instâncias que se constituem mutuamente. Para entender que é preciso compreender a LGBTfobia em ambos os registros. Relatar a violência. Entender a violência. Partilhar a partir dela. E combatê-la, igualmente, para pessoas, para coletividades, instituições, bairros, cidades, regiões, estados, nações.

Situando a pesquisa: produzir dados sobre a violência LGBTfóbica

Como veremos a partir dos dados levantados e analisados neste Relatório, a LGBTfobia é um fenômeno bastante disseminado no presente e sua ocorrência em Belo Horizonte e Região Metropolitana encontra, por certo, um contexto mais amplo. Antes de explorarmos, então, as muitas dimensões levantadas nos relatos das pessoas entrevistadas, é importante algumas considerações de fundo sobre o que é esse contexto de expressão generalizada e persistente da LGBTfobia presente nos relatos, nas experiências e nas trajetórias observadas, mas ainda pouco compreendida de modo sistemático em dados.

Um dos maiores obstáculos para a promoção de discussões consistentes sobre violência LGBTfóbica no Brasil está justamente na negligência sistemática do Estado brasileiro na produção de dados oficiais sobre o assunto. Esse obstáculo vem sendo enfrentado pela mobilização de entidades da sociedade civil e de grupos de pesquisa universitários, que estabelecem diferentes estratégias de produção de informações sobre violência LGBTfóbica para discutirem políticas públicas e outras soluções institucionais e extrainstitucionais para a população LGBTQIA+.

Do ponto de vista da produção de dados quantitativos sobre violência contra pessoas LGBTQIA+, os desafios são enormes. A tarefa de reunir amostragens robustas e de proporções fidedignas de cada grupo representado pela sigla revela-se extremamente complicada. De início, temos dificuldades de estimar o tamanho real da amostra de pessoas LGBTQIA+ em cada região do Brasil. Pesquisas com alcance nacional, como é o caso do censo demográfico promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não possuem perguntas específicas relativas a identidade de gênero e sexualidade das pessoas respondentes. Em 2022, a justiça brasileira chegou a desobrigar o Instituto de incluir essas perguntas no censo, sob o argumento de que a inclusão adiaria a realização da pesquisa.¹

¹ O Ministério Público Federal do Acre ingressou com ação civil pública para obrigar o IBGE a incluir, no Censo de 2022, questões sobre identidade de gênero e orientação sexual. Após decisão favorável do juiz federal Herley da Luz Brasil, o IBGE recorreu do julgamento em primeira instância e conseguiu revertê-lo. A decisão favorável do recurso foi proferida pelo desembargador José Amílcar Machado, presidente do TRF da 1ª Região, que fundamentou o julgado alegando que a situação temporal e gerencial lesaria a ordem pública, administrativa e econômica, já que a data prevista para início da coleta do Censo era 01º de agosto de 2022 e a decisão foi proferida em 24 de junho de 2023. Com isso, o tema permaneceu excluído da coleta de dados mais abrangente do país, prevista para ocorrer uma vez a cada 10 anos. (BRASIL, 2022).

Do ponto de vista da produção de dados qualitativos sobre a violência contra pessoas LGBTQIA+, as dificuldades são ainda mais contundentes. De início, o compartilhamento de experiências de violência compõe um processo complexo e muitas vezes doloroso não só para a pessoa entrevistada, mas também para os/as entrevistadores e para toda a equipe envolvida na sistematização e análise das informações compartilhadas. Além disso, a normalização da violência em uma sociedade estruturalmente LGBTfóbica e a ausência de um debate abrangente sobre vidas LGBTQIA+ fazem com que, com muita frequência, o momento da entrevista, da partilha de memórias e de percepções, apresente-se como uma oportunidade na qual a pessoa entrevistada produz para si uma incursão discursiva nas experiências de violência vividas. Observou-se que muitas pessoas entrevistadas tiveram, no contexto da entrevista, a primeira oportunidade de partilhar e perceber suas vivências como experiências atravessadas por múltiplas camadas de violências.

O Brasil é frequentemente apontado como o país onde ocorrem mais casos de violência e, especialmente, de assassinatos contra pessoas LGBTQIA+. No entanto, é importante ponderar que esses dados são provenientes, muitas vezes, de fontes secundárias, como levantamentos feitos por organizações da sociedade civil a partir de notícias de jornais, relatos de ativistas de direitos LGBTQIA+ e, eventualmente, quando o acesso é possível, registros de inquéritos policiais ou ações judiciais. São bases de dados, de maneira geral, produzidas sem o apoio de instrumentos robustos de metodologia científica, ou que carecem de uma abrangência populacional significativa.

Além disso, o que se aponta com frequência quando essas fontes são reunidas e apresentadas é que dados de violência LGBTfóbica são altamente subnotificados, seja nas bases institucionais do Estado, seja nas bases de dados produzidas através dos esforços heroicos de ativistas e organizações brasileiras pelos direitos LGBTQIA+. Ressalta-se aqui o pioneirismo e a importância de pesquisas como a realizada há mais de 40 anos pelo Grupo Gay da Bahia, que visa mapear, em âmbito nacional, as mortes violentas em consequência da LGBTfobia. Mas sabemos que muitos casos de violência baseada na identidade de gênero ou na sexualidade ocorrem na esfera privada e familiar, não chegando ao conhecimento público e, portanto, não compondo esses relevantes bancos de dados produzidos.

Para além da precariedade das informações com abrangência nacional sobre violência LGBTfóbica, chamamos atenção para a importância de se constituírem, também, bases de dados regionais, com olhares voltados para realidades locais, para as particularidades e dinâmicas próprias de estados e municípios. O levantamento de dados em uma grande região metropolitana como a de Belo Horizonte, que é a área de abrangência da nossa investigação, oferece uma compreensão das especificidades das experiências e demandas ocorridas neste território, possibilitando uma discussão e um desenho mais preciso de políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+ da região. Mas também oferece, além disso, um ponto de partida não só para o compartilhamento de experiências que são, de modo geral, enfrentadas por pessoas LGBTQIA+ de outros lugares do país e do mundo, como um modelo de levantamento de dados que pode ser replicado em outras regiões para a ampliação dessa cartografia da violência LGBTfóbica.

É importante registrar, ainda, o notável desinteresse político em apoiar tais iniciativas de pesquisa e obtenção de dados, reforçado em anos recentes, com a eleição de governos refratários à temática, mas presente também em outros contextos e vertentes ideológicas. Entre muitos setores progressistas, são frequentes as tentativas de retratar a questão LGBTQIA+ como uma pauta secundária, identitária ou até mesmo como uma polêmica inoportuna. Com isso, diante de tantas urgências sociais, discussões de políticas públicas direcionadas a essa população tendem a ocupar o último lugar no rol de prioridades e alocações de recursos públicos.

Diante desse cenário, o Diverso UFMG – Núcleo Jurídico de Sexualidade e Diversidade de Gênero tem atuado há quase 10 anos na promoção dos estudos de gênero e sexualidade no campo do Direito e na defesa e difusão dos direitos de pessoas LGBTQIA+ e de mulheres. O resultado da pesquisa apresentado neste livro compõe parte de um amplo leque de iniciativas nesse sentido. Mas, aqui, busca-se especialmente compor um quadro mais preciso de informações sobre violências LGBTfóbicas a partir do qual se poderá discutir de modo mais consistente não só a eficácia dos direitos reconhecidos a pessoas LGBTQIA+, mas os tipos de regulação e de políticas públicas necessários para fazer frente a essas violências.

Dentre as iniciativas do Diverso UFMG, o Observatório de Violências contra Pessoas LGBTQ+ vem realizando, desde 2016, coletas de dados referentes a perfil socioeconômico, percepções e demandas políticas, experiências e violências sofridas por pessoas LGBTQIA+ em espaços públicos e privados de Belo Horizonte e Região. Essas coletas foram feitas a partir de questionários fechados aplicados junto ao público das Paradas do Orgulho LGBTQIA+ de Belo Horizonte em 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022. Em 2022, após uma substancial revisão dos questionários e das metodologias utilizadas, a aplicação da pesquisa foi transposta para o ambiente virtual e, a partir daí, optou-se por ampliar seu escopo para um exame de ordem qualitativa, a fim de se compreender mais pormenorizadamente as manifestações, os sujeitos, as dinâmicas e as possíveis soluções para essas violências.

A pesquisa ora apresentada procura analisar esse conjunto de informações depreendidas dos dados qualitativos, oferecendo uma fotografia das diferentes formas de violência experimentadas por pessoas LGBTQIA+ na Região Metropolitana de Belo Horizonte e, a partir disso, fomentar e orientar estudos e políticas públicas mais consistentes, baseados em evidências científicas.

Esta investigação só foi possível com o apoio do mandato do vereador Pedro Patrus e da Embaixada do Reino dos Países Baixos, a quem agradecemos pelo suporte material e pela confiança.

Metodologia

O Observatório de Violências contra Pessoas LGBTQ+ consiste em um conjunto de iniciativas de extensão universitária e pesquisa que, desde 2016, vem produzindo dados primários sobre violência LGBTQfóbica por meio de questionários fechados aplicados durante as Paradas do Orgulho LGBTQ+ de Belo Horizonte. Com a pandemia do COVID-19, as políticas de distanciamento social e a realização de *lockdowns*, a pesquisa do Observatório se adaptou de forma a manter a investigação sobre violências LGBTQfóbicas no âmbito virtual. Assim, nos anos de 2021, 2022 e 2023, o Diverso UFMG realizou o presente estudo, visando a aprofundar a investigação sobre as vivências de pessoas LGBTQ+ na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esta investigação conta com uma fase quantitativa, publicada no Relatório *Dados de Violências contras Pessoas LGBTQIA+ na Região Metropolitana de Belo Horizonte (2023)*, e com uma fase qualitativa, apresentada neste livro.

A escolha da realização de uma fase qualitativa se deu pelas particularidades desse método de investigação e pela natureza do objeto a ser estudado. A pesquisa qualitativa, por natureza, possibilita a compreensão e mesmo a descrição de fenômenos sociais, sendo possível analisar experiências de indivíduos ou grupos (GIBBS 2009). Assim, mostra-se como uma metodologia frutífera para a compreensão das diversas manifestações de violências LGBTQfóbicas.

Dessa forma, o Observatório de Violências contra Pessoas LGBTQ+ teve como objetivo, nesta etapa da pesquisa, realizar o levantamento de dados qualitativos sobre as experiências de violências identificadas na etapa quantitativa, ampliando em profundidade o quadro de informações disponíveis para a equipe. Para isso, investigamos a natureza da relação em que ocorreu a violência, as suas várias formas de manifestação, as estratégias de sobrevivência empregadas, os impactos pessoais da violência sofrida, as percepções sobre os significados da violência vivida e os obstáculos encontrados junto a instituições públicas que, por vezes, agravaram a situação de discriminação.

O público-alvo da pesquisa foi composto por pessoas residentes no município de Belo Horizonte ou em sua Região Metropolitana no momento da coleta, que tinham 18 anos de idade ou mais, e se declararam LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas intersexo e outras identidades não cis e/ou não heterossexuais).

A primeira fase da pesquisa, de cunho quantitativo, contou com a aplicação de 511 questionários virtuais, com um total de 484 respostas válidas para a finalidade da investigação.

Os participantes iniciais da pesquisa foram aqueles que assinalaram, ao final do questionário da pesquisa da primeira fase, que gostariam de participar da etapa qualitativa. Ademais, objetivando diversificar a amostra, foi realizada uma campanha paga de divulgação virtual pelas redes sociais *Instagram* e *Facebook*, com duração de um mês (08 de setembro até 09 de outubro de 2022), almejando alcançar a população da Região Metropolitana de Belo Horizonte².

A campanha consistiu na divulgação da pesquisa, com uma breve apresentação descritiva de seu propósito e metodologia, e um questionário on-line autoaplicável, no qual as pessoas interessadas que se enquadravam no público-alvo podiam preencher suas informações socioeconômicas (nome, idade, raça/cor, sexualidade, identidade de gênero e renda média individual) e um meio de contato. Vale pontuar que o questionário também apresentava um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual a assinatura virtual era essencial para a participação. O recurso ao questionário on-line deu-se não só pelas limitações impostas pelo *lockdown* no contexto da Pandemia de Covid-19, mas também pelo alto grau de circulação que o meio on-line propicia.

A segunda fase da pesquisa, apresentada neste livro, contou com a realização de 78 entrevistas semiestruturadas com o público-alvo. Para apresentação desse primeiro conjunto de resultados, foram selecionadas 20 entrevistas, representantes da amostra geral, para serem codificadas e analisadas em seu conteúdo.

Dessa forma, a amostragem da pesquisa é não-probabilística, voluntária e intencional. Esse desenho se dá devido à difícil coleta de dados confiáveis sobre a população LGBTQIA+ de Minas Gerais, e resulta no

² Notadamente, este relatório comete erros terminológicos básicos, incluindo orientações sexuais na categoria "identidades de gênero", como se fossem conceitos sinônimos. Em diversos momentos, os dados referentes à população LGBT foram agregados com os dados de outros grupos vulneráveis, dificultando a extração de informações mais precisas sobre violências propriamente LGBTfóbicas.

fato de que a amostragem possui validade interna, não externa. Dito isso, a participação voluntária no estudo foi condicionada por três critérios de inclusão: que o indivíduo resida em Belo Horizonte ou na Região Metropolitana; que se identifique como pessoa LGBTQIA+ e que possua a partir de 18 anos de idade.

A coleta de dados foi finalizada quando a pesquisa atingiu um ponto de saturação de dados. Entende-se como ponto de saturação o momento no qual as informações coletadas passam a se repetir de forma orgânica, seguindo a lógica da metodologia "bola de neve" (VINUTO, 2014). Ressalta-se que, para atingir este resultado, procurou-se garantir que a amostra possuísse o máximo de diversidade de contextos e sujeitos, não sendo possível a estipulação de uma meta numérica amostral de antemão. Diante disso, as entrevistas foram realizadas no formato semiestruturado, sendo conduzidas com base em questionamentos apoiados em teorias e hipóteses relacionadas ao tema de pesquisa, com o foco na posição investigador-entrevistador (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

A entrevista semiestruturada foi escolhida por permitir a emergência de informações de forma mais livre, com as respostas não determinadas por uma padronização de alternativas (MANZINI, 1990/1991, p. 154). Além disso, a presença de um roteiro permite que o entrevistador investigue as diferentes particularidades que a pesquisa almeja analisar. Dessa forma, o roteiro foi produzido de forma a investigar em detalhes as experiências de violências LGBTfóbicas vividas pelas pessoas entrevistadas, suas repercussões pessoais e sociais, bem como os obstáculos sociais e institucionais encontrados para o seu enfrentamento.

Por fim, ressalta-se que a maioria das entrevistas foi feita no formato on-line, com gravação de imagem e áudio, com o restante ocorrendo em formato presencial, com gravação exclusiva em áudio. Em média, as entrevistas tiveram a duração de 1 hora e 15 minutos.

1. ANÁLISE DE DADOS E USO DO SOFTWARE

O tratamento e a análise de dados das entrevistas foram feitos por meio do *software* de análise qualitativa ATLAS.ti. O ATLAS.ti é um programa amplamente utilizado por pesquisadores das ciências sociais, projetado para oferecer um suporte técnico para análises de dados qualitativos que envolvam a interpretação de texto (MUHR, 1991, p.350). A plataforma permite a análise por meio de codificação, criação de temas e categorias e comparação de determinados parâmetros estabelecidos.

A análise dos dados se deu pelo método de codificação manual. O livro de códigos preliminar foi formulado com base em teorias e hipóteses de pesquisa, sendo revisado após uma rodada de codificação-teste. Os códigos foram utilizados na análise de segmentos das entrevistas seguindo um padrão de codificação focalizada (CHARMAZ, 2009). Para a criação dos códigos, buscou-se identificar elementos generalizáveis que se repetiam com frequência nas entrevistas para, a partir deles, estruturar uma análise coerente e confiável. Os eixos de análise foram definidos a partir da busca por similaridades internas e diferenciação externas entre as categorias.

28

2. ESTRUTURA DA CODIFICAÇÃO E DO RELATÓRIO, SUPRESSÕES E INSERÇÕES NAS CITAÇÕES

Este Relatório busca apresentar os resultados da investigação conforme uma estrutura que elegeu "grandes temas" como linhas de análise. Esses temas funcionaram, conforme abordado anteriormente, como eixos condutores da organização dos códigos, mas também da análise dos dados e da exposição dos achados, e serão reproduzidos na divisão em capítulos deste livro. A partir dessa estrutura inicial em grandes temas, os capítulos apresentados serão segmentados, quando considerado necessário, para facilitar a exploração de matérias comuns encontradas nas narrativas.

Os trechos reproduzidos são partes do material coletado e transcrito, e só tiveram elementos suprimidos ou inseridos quando foi necessário manter o sigilo das narrativas ou contextualizar uma citação específica. Tanto supressões quanto inserções foram sinalizadas entre colchetes;

as primeiras, com letras maiúsculas indicando o que foi suprimido – por exemplo, a pessoa se refere a Belo Horizonte e a supressão é indicada por [NOME DA CIDADE] – e as últimas, com letras minúsculas em itálico. Ao lado de cada citação, há a menção, nesta ordem a: identidade de gênero, orientação sexual, faixa de idade e cor das pessoas entrevistadas, conforme sua autodeclaração.

3. ÉTICA

Convém reiterar que coletamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido devidamente assinado por cada pessoa entrevistada, bem como esclarecemos, antes da realização da entrevista, questões referentes à confidencialidade dos dados pessoais e das informações prestadas. O TCLE também estava disponível no questionário de divulgação, sendo o aceite de seus termos de condição necessária para a sinalização de interesse de participação. Por fim, ressalta-se que a proposta da pesquisa passou pela aprovação do Comitê de Ética do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (CAAE 52994821.1.0000.5149).

Conceitos relevantes para a pesquisa

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O objetivo desta pesquisa não foi a confecção de uma base de dados uniforme e exaustiva, mas a análise qualitativa das formas de violência recorrentes contra a população LGBTQIA+ na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), considerando as mais diversas vivências e eixos a partir dos quais a violência se engendra e se reproduz. Consequentemente, as análises conduzidas serão voltadas para vertentes temáticas específicas, que englobam desde a família e o processo escolar até a vida adulta e o trabalho, incluindo também as percepções sobre o acesso à cidade, ao sistema de saúde e à segurança pública da região.

O tipo de violência que configura o objeto central de nossa análise é a LGBTfobia. Ela inclui todo um conjunto de ações e omissões que produzem a discriminação, a diminuição de capacidades econômicas, sociais, políticas e jurídicas e a violação da integridade física e/ou moral das pessoas em razão de sua identidade de gênero ou sexualidade. Apesar da centralidade ocupada pela LGBTfobia, convém ressaltar que a coleta e a análise dos dados apresentados nesta ocasião foram feitas a partir de uma perspectiva interseccional, que levou em consideração, também, as violências baseadas no classismo, na misoginia, no capacitismo, no racismo, na gordofobia, entre outros.

Na presente pesquisa, optou-se pelo uso da sigla "LGBTQIA+", entendendo-a como abreviatura já estabelecida no ativismo, em órgãos públicos especializados e na literatura científica de anos recentes, considerando-a apropriada para abranger uma ampla diversidade de grupos dissidentes do ponto de vista do gênero e da sexualidade (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transsexuais, Travestis, pessoas Intersexo, pessoas Assexuais e Queer) e reforçando seu caráter de abertura constante a novas identidades e disputas, com o uso do símbolo "+", que se refere a outras sexualidades e identidades de gênero dissidentes, a exemplo de grupos de pessoas pansexuais, gênero fluido e não-binárias.

2. CONCEITOS PRIMÁRIOS

Para auxiliar a leitura deste documento, seguem alguns esclarecimentos preliminares sobre conceitos que serão utilizados ao longo deste livro.

SEXO BIOLÓGICO

Refere-se às características físicas ou fisiológicas dos corpos, as quais permitem classificá-los como masculinos, femininos ou, ainda, como corpos intersexo. É o sentido que usamos quando nos referimos a determinadas combinações cromossômicas (sexo genético), a configurações hormonais (sexo hormonal), à presença de testículos ou ovários (sexo gonadal) ou à presença de pênis ou de vagina e útero (sexo genital-reprodutivo)

As **pessoas intersexo** são aquelas que possuem, simultaneamente, caracteres sexuais comumente atribuídos aos dois sexos biológicos (seja do ponto de vista cromossômico, seja genital ou hormonal) e que podem ou não se encaixar em critérios comportamentais socialmente considerados como masculinos ou femininos.

GÊNERO (IDENTIDADE DE GÊNERO)

Corresponde a uma condição psicossocial da personalidade ou da identidade ligada a convicções e expressões comportamentais que uma pessoa estabelece sobre si e que são identificadas socialmente como pertencentes ao masculino (homem) ou ao feminino (mulher). O gênero atribuído socialmente e/ou afirmado por um indivíduo pode corresponder ou não ao seu sexo biológico. Quando há essa correspondência, falamos em cisgeneridade. Quando não há, falamos em transgeneridade (ou em não-binaridade, ou, ainda, em fluidez do gênero).

A **cisgeneridade** se refere à concordância da identidade de gênero com as características hormonais, genitais e cromossômicas do sexo biológico. Pessoa cisgênero é aquela cujo gênero, isto é, cuja identidade psíquica e social, está em conformidade com o sexo biológico. Um homem cisgênero seria aquele cujas características físicas e biológicas foram categorizadas como masculinas ao nascer (ou mesmo antes do nascimento) e que, a partir daí, identifica-se como homem e se expressa socialmente em conformidade com papéis de gênero considerados masculinos. Uma mulher cisgênero seria aquela que teve suas características físicas e biológicas lidas como femininas no nascimento, e que se identifica como mulher e se expressa socialmente em conformidade com papéis de gênero considerados femininos. Esse juízo de concordância ou conformidade, isto é, a suposta coe-

rência entre sexo e gênero (BUTLER, 2003), é um produto cultural, histórico e social, que varia contextualmente.

A **transgeneridade** se refere ao fato de alguém não se identificar com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, de maneira que seu gênero, isto é, sua identidade psíquica e social, não corresponde ao pressuposto de continuidade em relação ao sexo biológico. Um homem transgênero (ou um homem transexual, ou um homem trans) é aquele que nasceu com características sexuais e fisiológicas consideradas femininas, mas que se identifica como homem e busca ser socialmente reconhecido como tal. Uma mulher transgênero (ou uma mulher transexual) é aquela que nasceu com características sexuais e fisiológicas consideradas masculinas, mas que se identifica como mulher e é reconhecida socialmente como tal. É importante esclarecer que a transgeneridade (ou a transexualidade) é uma identidade de gênero e ela não tem relação necessária com a orientação sexual.

Vale acrescentar que no repertório político da América Latina, a **travestilidade** se constituiu como uma identidade à parte, que não corresponde à transgeneridade. Travestis, embora não se identifiquem com o gênero masculino que lhes foi atribuído ao nascer, e embora construam uma identidade social feminina, são pessoas que não se identificam como mulheres. Conforme Jaqueline Gomes de Jesus, travestis não são pessoas que se travestem de mulher. Não se deve confundir transformistas, *crossdressers* ou *drag queens* com pessoas travestis. Enquanto as primeiras encontram na performance feminina uma satisfação momentânea ou uma atividade artística, as travestis vivem suas vidas e se identificam socialmente como travestis e não como mulheres transexuais (JESUS, 2014).

Além disso, **pessoas não-binárias** são aquelas cuja identidade de gênero extrapola o binarismo homem e mulher, não se reconhecendo de modo integral em nenhuma dessas duas categorias. **Pessoas agênero** são aquelas que não se identificam com nenhuma categoria de gênero socialmente construída. **Pessoas gênero-fluido** são aquelas que transitam entre as diferentes identidades de gênero.

ORIENTAÇÃO SEXUAL (SEXUALIDADE)

A orientação sexual (ou sexualidade) refere-se ao modo como o desejo e o comportamento sexual são percebidos psíquica e socialmente e, ainda, pelo modo como essa percepção é incorporada, afirmada e reconhecida. A sexualidade é tomada em nossos dias como elemento da personalidade ou como categoria identitária.

Na tipologia das orientações sexuais, as pessoas são classificadas como **heterossexuais** ou **homossexuais**. Heterossexuais são pessoas cujo desejo erótico, afeto romântico ou comportamentos sexuais se dirigem para pessoas do gênero oposto e que se reconhecem e se identificam socialmente conforme essas propensões ou comportamentos. Por oposição, homossexuais são, de modo geral, pessoas que não se reconhecem ou não se identificam socialmente como heterossexuais.

De modo específico, são homossexuais gays, lésbicas, bissexuais e pansexuais. **Gays** são homens cujos desejos, afetos e práticas sexuais se dirigem a outros homens. **Lésbicas** são mulheres cujos desejos, afetos e práticas sexuais se dirigem para outras mulheres. **Bissexuais** são mulheres ou homens cujos desejos, afetos e práticas sexuais se dirigem para outras mulheres e homens (cisgênero ou transgênero). **Pansexuais** são homens ou mulheres cujos desejos, afetos e práticas sexuais se dirigem a outras pessoas a despeito do sexo ou do gênero. Já as pessoas **assexuais** são aquelas que não sentem inclinação para a prática sexual ou atração sexual por outras pessoas, independentemente do gênero delas. Tanto pessoas cisgênero quanto pessoas transexuais e travestis podem ser gays, lésbicas, bissexuais, pansexuais, assexuais ou heterossexuais. Não há uma relação necessária entre identidade de gênero e orientação sexual.

3. TIPOS E FORMAS DE VIOLÊNCIA LGBTFÓBICA

São muitos os tipos de violência sofridos por pessoas LGBTQIA+. Ações violentas, intimidatórias ou vexatórias, agressões físicas, assassinatos, tratamento desigual, recusa de atendimento ou circulação em certos espaços, proibições da livre manifestação pública de carinho ou afeto. Com o intuito de organizar e facilitar a compreensão dessas violências, apresentamos a seguir uma breve tipologia introdutória.

LGBTfobia significa o sentimento, a convicção ou a atitude que inferioriza, hostiliza, discrimina ou violenta pessoas LGBTQIA+ em razão de orientação sexual ou identidade de gênero (RAMOS; NICOLI, 2016, p.183). A LGBTfobia se manifesta através dos discursos e normas sociais que mobilizam sentimentos de aversão, bem como ações individuais, coletivas e institucionais de repúdio, inferiorização, discriminação e violência contra pessoas LGBTQIA+. São discursos e normas que incitam o tratamento desigual, o desdém, o repúdio intransigente e a violência, que impedem o desenvolvimento saudável de identidades de gênero e orientações sexuais não hegemônicas, que minam a autoestima e produzem em pessoas LGBTQIA+ o sentimento de inadequação e de inferioridade, bem como o desejo de isolamento e, muitas vezes, de morte. LGBTfobia é o termo utilizado para abarcar vários tipos específicos de discriminação e violência contra pessoas LGBT. Ele compreende a lesbofobia, a homofobia, a bifobia, a transfobia, etc.

Homofobia é a discriminação por orientação sexual dirigida a pessoas homossexuais, em um sentido geral, e a homens gays, em um sentido específico. **Lesbofobia** é a discriminação por orientação sexual dirigida a mulheres lésbicas. **Bifobia** é a discriminação por orientação sexual dirigida a pessoas bissexuais. **Acefobia** é a discriminação dirigida a pessoas assexuais.

Transfobia é a discriminação por identidade de gênero dirigida contra pessoas transexuais e travestis. Trata-se de uma construção ideológica que promove uma identidade de gênero, a cisgeneridade, em detrimento de outras, a transexualidade, a travestilidade e a não-binaridade.

A LGBTfobia consiste sempre em algum tipo de violência, seja ela psicológica, verbal, moral ou física. Enquanto **violência psicológica, verbal e moral**, ela se manifesta pela atribuição de apelidos e piadas depreciativas, imputação de qualidades negativas, ofensa à reputação e à honra e discursos de ódio que ameaçam e pregam o extermínio, a perseguição ou a punição de pessoas LGBTQIA+. Enquanto **violência física**, a LGBTfobia é, no Brasil, uma verdadeira epidemia social que atenta contra a integridade física e a vida de pessoas dissidentes quanto às normas de gênero e sexualidade.

A LGBTfobia se expressa também na forma de: **violência patrimonial** (através da produção de danos financeiros ou patrimoniais, como a supressão das formas de sustento, recusa de crédito ou trabalho, etc.); **violência sexual** (importunação e/ou violação sexual); **violência doméstica** (perpetradas por parentes ou parceiros no espaço doméstico); **violência institucional** (promovida por autoridades públicas ou privadas ao qual se está submetido em uma relação educacional, de saúde, de trabalho ou de segurança, por exemplo); entre outras, sempre que motivadas pela orientação sexual e a identidade de gênero.

É importante notar que a LGBTfobia pode ser experimentada em conjunto com outros tipos de violência discriminatória como o **racismo** (discriminação em razão da cor ou raça), a **xenofobia** (em razão da nacionalidade), o **capacitismo** (em razão de deficiência), o **etarismo** (em razão da idade de pessoas mais velhas), o **sexismo** (em razão do gênero feminino), o **classismo** (em razão da posição de desvantagem socioeconômica), a **gordofobia** (em razão da inferiorização de pessoas gordas) entre outras.

02

02

PARTE 2:
resultados obtidos

Família

O contexto familiar é, inquestionavelmente, parte central da constituição do indivíduo. Sendo, de forma geral, a primeira esfera de socialização de alguém, a família molda a estruturação dos esquemas de compreensão e dos valores do sujeito.

E ela pode figurar como uma estrutura social e sexual produtora e reprodutora de preconceitos e atos discriminatórios. Isso porque ela é o espaço, por excelência, no qual a heterossexualidade e a cisgeneridade são normalizadas, naturalizadas e impostas (BRAGA *et al.*, 2018, p. 1221) através de processos disciplinares, por vezes, violentos.

Em uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, observou-se que a família e a escola figuram como os "piores espaços de discriminação homofóbica" (PRADO; JUNQUEIRA, 2011, p. 59). Essa constatação é reforçada por outras pesquisas realizadas em diversas capitais brasileiras, nas quais família e escola se revezam como o primeiro e o segundo pior espaço de discriminação para pessoas LGBTQIA+ (PRADO; JUNQUEIRA, 2011, p. 59).

Além disso, a reação da família diante da revelação da orientação sexual e da identidade de gênero de um de seus membros tem um papel central na vida de pessoas LGBTQIA+. As reações negativas de familiares estão associadas a menor suporte social e maior incidência de problemas de saúde como ansiedade, depressão, ideação suicida e consumo excessivo de álcool (BRAGA *et al.*, 2018, p. 1221). A família assume, muitas vezes, um papel ambíguo de base de acolhimento e de núcleo gerador de homofobia, estresse e sensações de inadequação (LEONEL, 2011, p. 95).

Neste capítulo, investigamos como a violência LGBTfóbica se manifestou no contexto familiar das pessoas LGBTQIA+ entrevistadas em nossa pesquisa. Começamos pela análise de violências cometidas por figuras parentais e, em seguida, por outros membros da família. Na sequência, examinamos situações de violência relativas ao processo de "saída do armário", à expulsão de casa de jovens LGBTQIA+, a experiência de parentalidades LGBTQIA+ e, por fim, os casos de pessoas LGBTQIA+ que, apesar das violências LGBTfóbicas da família, passaram à posição de cuidadoras dos pais.

1. FAMÍLIA E A IMPOSIÇÃO DA HETERONORMATIVIDADE

Compreender a família como espaço de imposição e naturalização da heteronormatividade é reconhecer sua função de socialização por meio de mecanismos de correção de desejos, gestos, formas de se vestir e de falar que podem ser socialmente percebidas como desviantes. O imperativo ao padrão de comportamento baseado em ideias fixas de masculinidade e feminilidade figuram, então, como as formas mais incipientes de vivências da violência homofóbica na experiência dos entrevistados nesta pesquisa.

A experiência de ser visto como "diferente" logo na infância foi relatada por muitos dos participantes. No entanto, essa diferença não foi sempre lida como autoevidente pelos sujeitos ouvidos, mas foi, constantemente, evidenciada por terceiros que se sentiam no dever de corrigir os "desvios" observados. O papel das figuras paternas na construção de uma dinâmica de "vigilância" dos comportamentos expressos pelos filhos é, assim, salientado pela referência a comentários consistentes relativos a trejeitos, preferências, desejos e padrões comportamentais dos pais ao longo da vida dos filhos:

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

"Eu não sei se eu conseguia pontuar que eu de fato era viado, assim, até porque eu não entendia o que era. É... mas em alguma medida e acho que talvez para localizar qual que era o motivo da zoação, assim... eu acho que aí é... talvez eu traga um pouco mais para a dinâmica familiar, assim... eu acho que em alguma medida sempre apareceu pra mim do tipo "ai você né... muito delicado, gesticula muito...". Em alguma medida talvez, né? E é tão violento assim, né? Porque não era como se eu só me aproximasse de, entre aspas, "dinâmicas tidas como femininas", né? Brincar de boneca, panelinha, comidinha... Dinâmica de cuidado assim... Eu brincava de todas coisas, né? Brincava lá com carrinho, montar coisas, quebra-cabeça... sempre gostei muito de quebra-cabeça. Mas o que aparecia sempre era "nossa, mas você sempre tá brincando com a coisinha de... essas coisas são 'de menina...'", entre aspas, né? E eu acho que talvez essas foram as pistas que me pontuaram "olha, talvez seja esse o motivo da zoação".

Os comportamentos apontados como desviantes são colocados como centrais para a identificação dos sujeitos LGBTQIA+ em sua infância – não porque eles fossem prevalentes, ou porque denunciavam uma "verdade secreta" sobre o sujeito, mas porque evidenciavam, em diferentes contextos, a existência de algo a ser corrigido. A correção, nesse sentido, passa a ser parte consistente da relação familiar, uma vez que os pais passam a mobilizar diversas estratégias com o objetivo de direcionar seus filhos a caminhos mais tradicionalmente consistentes com seu gênero atribuído ao nascimento.

Eu sempre gostava de dançar, gostava de cantar. Sempre fui bem puxado para o lado da arte. Isso foi algo que eu senti que ela me privou de ter por conta da minha sexualidade, que às vezes ela não aceitava, não sei, que não tem como eu falar por ela, mas eu falo pelo que eu sentia.

Pessoa _____ gênero
fluido, _____ gay,
24 a 28 anos, cor
preta

Uma das formas de correção possíveis parte da regulação dos espaços a serem frequentados pelos filhos, a proibição de exercer determinadas atividades que são taxadas de inapropriadas, uma vez que não correspondem a noções pré-estabelecidas de masculinidade e feminilidade. Essa regulação, que por si só já é uma forma de controle e direcionamento, também pode se dar de forma mais explicitamente violenta, fazendo uso de táticas de punição corporal e psicológica, como se constata a seguir:

44

Claro que problema a gente tem, por exemplo, claro que eu apanhava quando eu jogava bola, entende? Porque o meu pai, ele falava, eu quero uma filha que vai fazer coisa de menina. Não, não quero, entendeu? Porque, na verdade, quem mais me apoiava era minha mãe, entende? Meu pai era muito rigoroso. Até da forma de ser policial. Então, na verdade, ele queria essas meninas que casassem.

Mulher _____ cis,
bissexual, 49 a 53
anos, cor preta

As dinâmicas de punição motivadas por LGBTfobia possuem especificidades relativas às práticas de correção de comportamento usualmente impostas a crianças por seus pais e familiares próximos. Os relatos dos entrevistados demonstram como seus comportamentos enxergados como desviantes eram instrumentalizados por meio de práticas de humilhação que traçavam aproximações afetivas entre a criança e os indivíduos do gênero oposto. Essas aproximações serviam, assim, para ridicularizar a criança tida como desviante por seus interesses e maneirismos, afastando-a de uma identidade de gênero não hegemônica, e para reforçar a "normalidade" da heterossexualidade:

Homem cis,
lésbica, 34 a 38
anos, cor branca

Era tudo junto, teve algumas questões na minha família, porque eu sempre brinquei com os meus primos, não estou dizendo que ser lésbica necessariamente você vai brincar com os meninos, futebol e de boneco, mas eu brincava. E aí era aquele negócio, minha irmã às vezes falava "olha lá o rapaz, um menino", e isso mexia muito porque eu não estava nem entendendo o que estava acontecendo, então eu acho que juntou tudo, essas coisas vão ficando, é aquele medo de dizer, enfim.

45

No trecho anterior, o que está sendo imposto não é somente a correção de um comportamento pontual, mas todo e qualquer ato que ensaie a construção de uma expressão de gênero que não seja condizente a uma performance binária e fixa, acompanhada da coerência entre identidade de gênero e sexualidade (BUTLER, 2003). Essa dinâmica de ridicularização com base na aproximação com o gênero oposto, ou mesmo com identidades gays e lésbicas, pode vir a construir a base para vivências de homotransfobia internalizadas na vida adulta, uma vez que sustenta uma aproximação da ideia da homossexualidade

(manifesta nesse conjunto de preferência, trejeitos e comportamentos) com algo a ser corrigido e condenado.

Mas o que pega é que não foi especificamente me agredir pelo fato de eu ser gay, mas tipo... pelo fato de eu agir como gay... é... acaba que é a mesma coisa, também, mas tipo... partia essa agressão. Então alguma discussão que tava tendo talvez e eu tava, tipo... chorando muito, aí minha mãe presumiu que, tipo, isso é coisa de mulher e que eu tava dando muita... "coisa" e tipo vai lá e me bateu pra ver se eu parava de chorar... ou algo do tipo. E... enfim, coisas nesse sentido mesmo. [...] Em momentos de discussão e tudo mais, ela sempre fazia disso como algum, tipo... de argumento pra chacota, enfim, como por exemplo "ah, tá chorando demais, tipo... para de chorar que isso é coisa de mulherzinha, tipo da próxima vez acho melhor você pegar uma saia já..." e esse era o ponto assim que ela sempre, sabe? Mirava, assim, em mim. E por aí vai...

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

Fica evidente que a primeira vez que muitos dos entrevistados entram em contato com ideias relativas a sexualidades não heterossexuais é a partir das práticas de correção e ridicularização utilizadas por familiares. A construção do que seria "gay", "viado", "sapatão" e "entendida" parte da instrumentalização dessas identidades como "imagens de controle" (BUENO, 2020), ou seja, ideias caricaturais de indivíduos dissidentes e desviantes que devem ser evitadas a todo custo por aqueles que pretendam ser parte integrada da sociedade.

Outro fator que fica evidente nas práticas de punição é o caráter social que essas dinâmicas de correção carregam na perspectiva dos en-

trevistados, uma vez que outro elemento que aparece constantemente nas práticas de violências moral e psicológica nesse âmbito é a figura do "outro". O "outro", aqui, é uma figura que representa a sociedade civilizada como um todo, em que a presença de um filho desviante da norma de gênero e sexualidade é motivo de ridicularização pública e uma comprovação da falha no processo de educação e socialização daquela família.

Homem trans, bissexual, 24 a 28 anos, cor preta

Não, chegaram partes de assuntos na minha família. Já houve situações, me lembro inclusive dessa época da escola, de minha mãe falando assim... nossa teve uma vez que foi horrível, do nada ela me parou e falou assim: "aqui, as pessoas estão olhando torto para mim na rua falando de você, você não me faz passar essa vergonha, não", ela estava se referindo a isso, questão de não ser hétero, de não parecer hétero. Mas não era nada direto, não sei como as pessoas chegavam nela para falar, mas as pessoas falavam e é isso, chegava para eles, mas acho que o dizer mesmo foi eu que disse, no final das contas.

47

Mulher cis, bissexual, 18 a 23 anos, cor branca

E desde antes sempre teve muito isso, porque minha cidade é muito pequena, muito conservadora e aí, por exemplo, eu andava de boné e aí sempre tinham esses comentários; minha mãe falava: "[NOME DA ENTREVISTADA], não anda assim não porque o pessoal vai falar", sei lá o quê.

Dessa forma, é possível enxergar que a naturalização da heteronormatividade por meio da família não é necessariamente um fator isolado, mas uma dinâmica socialmente imposta. O filho é visto como um representante dos ideais morais e éticos dos pais, logo, à medida que possa ser percebido socialmente enquanto desviante, apresenta um dano em potencial à reputação das figuras parentais.

Essa visão do filho como representante do sucesso (ou fracasso) dos pais fica especialmente evidente na entrevista de uma de nossas participantes, que tem como figura parental uma travesti.

o meu processo ele é um pouco mais diferente da maioria das pessoas, porque meu pai é uma mulher travesti, meu pai biológico. Então eu tive contato com o mundo LGBT muito cedo, muito criança, mas ao mesmo tempo eu tive uma pressão muito grande quanto a isso, porque me assumir até certo ponto seria colocar o meu pai em evidência, porque em uma cidade pequena, conservadora, igual a [NOME DA CIDADE], o que seu pai é, no caso, como o meu pai se assumiu travesti, aí automaticamente eu seria LGBT por conta do meu pai. [...] Então ele queria que os filhos dele tivessem a vida que ele não teve, era uma vida conservadora que a sociedade abraçava, entendeu, que era essa coisa assim, meu filho é casado, tem filhos, como se fosse um troféu, digamos assim: eu consegui, sociedade.

Mulher _____ cis,
bissexual, 24 a 28
anos, cor parda

A parentalidade travesti escancara a imposição da heteronormatividade como fator socialmente inscrito, uma vez que mesmo para aqueles que foram ostracizados pela sociedade por sua identidade

dissidente, a ideia de um filho "adequado" à norma social alimenta uma narrativa de ascensão social e de sucesso enquanto figura parental. Um filho realizado como heterossexual é percebido socialmente como um sinal de prestígio, logo, a construção de práticas vigília e correção garante a obtenção da posição de prestígio.

No entanto, para sujeitos que já se encontram em uma posição dissidente, a validação social não é necessariamente uma questão de prestígio, mas uma garantia da possibilidade de atuar como figura parental. A entrevistada percebe que a parentalidade travesti é colocada sob rigorosa vigília social, criando na unidade familiar um sentimento agravado de autopreservação, que se manifesta pelo desejo de tornar-se (ou se aproximar de) uma "família modelo":

Mulher _____ cis,
bissexual, 24 a 28
anos, cor parda

só que ser filha de uma travesti fez com que eu fosse colocada como uma fruta podre daquela árvore. É como se a árvore fosse [NOME DA CIDADE] e eu fosse uma fruta podre que não poderia estar socialmente inserida, eu não poderia ser uma pessoa boa ou uma pessoa que estudasse e isso é tão interessante [...], é tão interessante que até hoje as pessoas às vezes me encontram na rua e algumas pessoas sabem dessas várias camadas da minha história e ficam: "nossa, gente te vê e você tinha tudo para dar errado e aí você está aí estudando". [...] Então, por exemplo, na adolescência meus colegas bebiam e faziam, meus colegas héteros, bebiam e viviam a vida deles, essas coisas que adolescente faz idiota da idade, só que eu não fazia porque tinha medo de ser julgada, eu tinha medo de que qualquer coisa que saísse do meu nome me prejudicasse, prejudicasse meu pai.

O estigma ligado à imagem do pai travesti construía um impasse: uma vez que as pessoas associavam sua identidade à prostituição, à marginalidade e à perversidade, a ideia de uma travesti que se prestava à função de cuidadora (seja aqui manifestada pela ideia de "Mãe" ou "Pai") era improvável. Logo, a comunidade assumia que uma família formada por uma travesti era, por definição, disfuncional, e que o cuidado que provinha dessa figura seria evidentemente insuficiente. Essa percepção social produziu consequências materiais muito relevantes para essa família:

50 Eu lidei com Conselho Tutelar desde os meus oito anos de idade, eu fui virar representante do direito da criança e do adolescente de [NOME DA CIDADE] com 13, porque eu fui ler o ECA para eu poder saber os meus direitos, para o meu pai não perder a guarda, e não porque meu pai tinha feito alguma coisa ou porque meu pai era um mau pai. Não, mas porque meu pai tinha identidade de gênero diferente do que é heteronormativo.

Mulher cis,
bissexual, 24 a 28
anos, cor parda

A necessidade de defender a validade da parentalidade travesti como parte de uma estrutura familiar leva ao assédio moral e psicológico dos membros dessa família por parte da sociedade como um todo. Mesmo dentro de órgãos estatais voltados para a garantir a efetividade do direito das crianças, a estrutura normativa, incapaz de reconhecer famílias LGBTQIA+, promove interações abusivas e violentas que colocam seus membros em situação de vulnerabilidade:

Eram perguntas sobre se meu pai levava homem para casa, se meu pai levava comida para casa, se eu já tinha visto alguma atitude... Cara, é difícil falar, é tipo, como se eu tivesse visto alguma relação sexual do meu pai, alguma coisa assim, nesse sentido, terrível. E assim, eram sempre perguntas sobre a sexualidade do meu pai e quase como se eu tivesse envolvido na sexualidade do meu pai, quase dando a entender que o meu pai me abusava, entendeu? Ou me abusava por falta de comida dentro de casa ou falta das coisas, porque a minha família foi pobre, eu sou a primeira pessoa da minha família a fazer faculdade, só que assim, vai dar uma cesta básica? Vão vai. Dar um leite? Não dava, mas vinha.

Dessa forma, enquanto podemos entender que a imposição da heteronormatividade no espaço familiar é relatada de forma consistentemente violenta pelos participantes da pesquisa, para alguns grupos familiares a cumplicidade com a normatividade figura como uma estratégia de sobrevivência política, em que a validação social é determinante para a convivência pacífica de seus membros com a comunidade e o poder público.

2. SAÍDA DO ARMÁRIO E PUBLICIZAÇÃO DA IDENTIDADE

Enquanto as primeiras experiências relativas a dinâmicas de sexualidade e identidade de gênero normalmente se dão a partir de manifestações dissidentes e difusas em termos de gênero, como discutimos anteriormente a respeito dos gestos e comportamentos assumidos por crianças e observados por familiares, os participantes relatam uma alteração nessas dinâmicas após a eventual publicização de sua identidade. O momento conhecido como a "saída do armário" é mencionado em quase todas as narrativas apresentadas à pesquisa, e envolve

complexidades que nem sempre são discutidas com profundidade em investigações desta natureza.

Uma primeira reflexão que nos trazem os participantes se refere à saída do armário como um contínuo da vigilância heteronormativa imposta pela família. Sair do armário nem sempre é uma escolha, mas a vigília conduzida por pais, irmãos e familiares quanto aos comportamentos "desviantes" dos participantes muitas vezes foi vista por eles como condutora de suas próprias descobertas e identificações como pessoas LGBTQIA+, ou coincidentes com esse momento inicial de experimentação, culminando, por vezes, na publicização forçada de suas identidades de gênero ou orientações sexuais.

Aí já tinha um tempinho que eu tava namorando e a minha mãe... sei lá qual que ela tava pensando sobre... na questão, mas resolveu ficar meio que fuçando nas minhas conversas assim. E aí, enfim, no computador, tinha conversa no Facebook, eu acho que era no Face chat na época. E aí parece que ela viu uma das mensagens com meu ex-namorado e aí ela me interpelou um dia, a gente, estávamos na sala de casa, assim, "ai, vi umas mensagens, né? Você é gay, você tá namorando..." e aí eu já tava meio com um pouco de falta de paciência, ou talvez eu tenha me sentido um pouco violado na dinâmica da intimidade, assim que, afinal de contas, eram conversas entre... com meu namorado... E aí falei que era, mas num tom de briga assim, de discussão. "Sou sim, tem alguma questão?" E aí, expus toda essa dinâmica. É, e aí essa conversa com a minha mãe foi basicamente um momento que isso ficou mais explícito para o meu núcleo familiar assim, né? Meu pai, minha mãe, minha irmã.

Homem cis, bissexual, 34 a 38 anos, cor parda

A invasão de privacidade por parte de pais e demais familiares destaca como o processo subjetivo de experimentação e autodescoberta sexo-genérica é vivido por pessoas LGBTQIA+ como um segredo escondido e prestes a ser revelado. Esse impulso à publicização figura como um "direito à verdade" exercido pelos grupos familiares, que entendem as práticas sexuais dissidentes como delitos a serem confessados, não como um processo contínuo, íntimo e cambiante de identificação.

Pessoa assexual,
18 a 23 anos,
cor branca

aí meu pai viu conversas minhas e... foi uma questão pra ele. Ele me chamou um dia pra conversar, uma conversa bem... pesada. E tipo assim... meu pai firmou que eu era hetero várias vezes, tipo assim, sem querer saber muito sobre a minha história, ou sobre como eu tava me sentindo. E ele falou que, tipo assim, "ah, se você for isso aí" – que ele não falava o quê que era – tipo... "ou cê sai da minha casa e nunca mais volta ou cê entra em casa e nunca mais sai".

Diferente daqueles que decidem o momento de afirmar sua própria identidade, os sujeitos que são "tirados" do armário nem sempre se encontram devidamente preparados para esse evento. O processo de publicização da identidade pode ser acompanhado de violência psicológica, física e até mesmo patrimonial por parte da família. Muitos sujeitos entendem que sair do armário requereria uma posição de segurança maior para ser vivenciado, com a construção de uma rede de apoio, a obtenção de independência financeira ou mesmo a solidificação da identidade construída a partir de um conjunto mais palpável de experiências – já que parte dessas saídas forçadas ocorre antes mesmo que as pessoas LGBTQIA+ tenham vivido experiências concretas de dissidência de gênero ou sexualidade, como demonstra o trecho a seguir:

é porque quando meu pai descobriu, eu num era... não era uma coisa fechada pra mim, eu não tinha um nome ainda, eu não tinha uma organização ainda, tipo assim. Eu não tinha... eu não tinha tido um tempo de processar e entender a minha identidade, foi mais uma coisa, tipo... você foi tirado do armário! Antes de você saber qual que é o nome do armário! Então, tipo assim... lide com isso! E ao mesmo tempo, tipo... não exerça sua sexualidade, se sinta hiper-vigilado e... é isso.

Pessoa assexual,
18 a 23 anos,
cor branca

Os entrevistados forçados a afirmar uma identidade de forma precoce em razão do impulso parental relatam uma fragilização dupla: por um lado, dos laços familiares, devido à invasão de privacidade e ao sentimento de privação da liberdade de se entenderem e se reconhecerem por si mesmos; por outro lado, do próprio processo de autodescoberta, uma vez que a reprovação familiar é marcada pelo agravamento da hipervigilância e da moralização da sexualidade:

Mulher cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor branca

Na época eu fiquei bem brava com ele, sendo bem sincera; eu era muito nova, eu tinha 14 anos, então eu estava descobrindo ainda que eu era bi, eu não sabia direito que eu era bi. Por exemplo, eu tinha beijado umas três meninas só na minha vida toda, então para mim eu estava muito confusa na época e aí ele ter contado para a minha mãe foi... me deixou mais confusa ainda, porque eu não tive a liberdade de expor; eu mesma me entender antes de explicar para as pessoas. Eu fui confrontada pela minha mãe para saber o que eu era e aí eu meio que respondi que eu era bi em um instinto. Eu não tinha certeza que eu era bi, eu só estava explorando. tEu lembro que na época eu sentia muita raiva, eu me senti assim por muitos anos com ele, tipo violada, porque não foi uma coisa que... enfim, que eu estava preparada para falar; depois disso a gente acabou se resolvendo, mas na época foi meio difícil.

55

Outro fator que fica evidente com esse impulso à publicização é que sair do armário, para muitos entrevistados, não se resume a um momento pontual, mas sim à construção de uma forma de falar sobre si. Entender as dinâmicas de identificação como um processo conduzido a partir de experimentação e elaboração é necessário para compreender a identidade como um conceito dinâmico, algo que está em constante construção e reformulação, sendo assim, conforme a identidade vai se reorganizando, aquilo que é necessário comunicar sobre ela para o outro também se altera.

Depois disso eu me descobri... passei por uma transição em que eu percebi que eu gostava mais de mulheres, depois eu percebi que eu gostava só de mulher e aí eu falei: "Nossa, eu vou falar para ela [mãe]", porque ela está na cabeça dela que eu ainda tenho isso de talvez em um possível futuro me relacionar com um cara, casar, constituir família, que ela ainda tinha essa expectativa.

Mulher _____ cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor branca

Dentro do que é possível ou necessário informar à família, as questões relativas à identidade de gênero e à pauta trans usualmente produzem ruídos na comunicação entre pais e filhos. A falta de visibilidade de questões trans nas mídias tradicionais, a lacuna geracional presente nas relações familiares e o estigma insistente que marca a vida de pessoas trans no Brasil levam os entrevistados a uma posição didática perante os familiares em seu processo de publicização:

56

[...] uma coisa que eu não sei se eu tenho coragem de me assumir para minha família, por exemplo. É uma coisa que eu sinto que parece que ultrapassa a barra, a linha, parece que eles estão tudo bem de eu ser lésbica, mas não-binária já é um pouco demais.

Mulher _____ cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor branca

Homem trans,
bissexual, 24 a 28
anos, cor parda

No início, eu contei para os meus pais e os meus pais eu acho que, na verdade, não tinham entendido o que era você ser trans. Meu pai foi a primeira pessoa para que eu contei. Eu expliquei para ele: você sabe o que é um homem trans? Eu estou me questionando. Ele disse que sim, que ele sabia, mas que ele achava que eu devia esperar, que eu devia pensar bem antes de procurar um médico, antes de fazer qualquer coisa.

No decorrer da pesquisa, pudemos compreender que a nomeação da identidade é parte fundamental da vivência pública e do reconhecimento pessoal dos entrevistados, mas, apesar disso, somente o "nome" ou a "etiqueta" identitária são insuficientes para abarcarem as demandas relativas às existências LGBTQIA+. Se, por um lado, é necessário que a família entenda, por exemplo, que o sujeito se identifica como transexual e se familiarize com a ideia de transexualidade, por outro lado, é necessário que essa compreensão avance, abarcando questões relativas à transição, à *passabilidade*³, ao uso do nome social e dos pronomes adequados:

³ De acordo com Keila Simpson, presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), a passabilidade consiste em "passar despercebido pela multidão". E completa: "algumas pessoas trans conseguem andar livremente sem deixar evidente a própria transgeneridade [...] para muitas pessoas trans a passabilidade é fundamental, pois assim ela vai desviar de vários preconceitos no meio em que vive" (SIMPSON *apud* TROMBINI, 2022). Essa questão será especialmente relevante no Capítulo Acesso à cidade.

Então, eu falei da minha identidade de gênero, expliquei isso, expliquei que no momento eu estava com uma menina. Obviamente, a questão da identidade de gênero e nome social, a galera "cagou" lindamente. Sério. Foi tipo assim: você não disse nada, mas as outras questões eu senti que foi muito ok, depois de um tempo também. Senti que houve respeito e tal. Eu expliquei que não me identificava como menina, então eu não achava que o nome que me foi dado de registro condizia comigo.

Homem trans, bissexual, 24 a 28 anos, cor parda

A construção conjunta de uma dinâmica de aceitação familiar progressiva não é uma realidade para todos os entrevistados pela pesquisa, infelizmente. Para alguns participantes, o momento da saída do armário registra o início de um processo de distanciamento e fragilização dos laços familiares, marcado por cenas explícitas de violência e abandono:

58

a pessoa que eu achei que tivesse mais equilíbrio para receber essa notícia foi e é a que mais me persegue até hoje, que era minha irmã mais velha. Então recebi como resposta que eu era a vergonha da família, que eu estava proibida de falar a respeito disso, que de todas as vergonhas, eu era a pior de todas. De todas as decepções, eu era pior, que eu não podia mais conviver com as filhas delas, minhas sobrinhas, e para a família eu estava morta.

Mulher cis, lésbica, 49 a 53 anos, cor preta

A resistência da família à saída do armário manifesta-se, em geral, de duas formas nas falas dos entrevistados da pesquisa. A primeira se refere a um silenciamento consistente da pauta de gênero e sexualidade nos âmbitos de convivência social, em que o silêncio parece agir como uma forma de controle da imagem da família, mas também como um empecilho que marca a impossibilidade da vivência plena da identidade LGBTQIA+ no âmbito familiar:

Homem _____ cis,
assexual, 29 a 33
anos, cor preta

A minha mãe que hoje tá com setenta e quatro anos, então já tem bem mais idade, na época, então, ela deveria ter os seus cinquenta, sessenta, não sou muito bom com essas contas não. Ela não aceitou bem. Ela ficou bastante decepcionada, bastante receosa com a reação dos outros. Então, eu falei com ela diversas vezes, sabe? E aí na vez que caiu a ficha, imagino que ela teve a maior, é... resistência, foi quando ela falou "ah, suas irmãs não podem saber". Eu falei "mãe, já sabem". "O pessoal de [NOME DA CIDADE] não pode saber". Eu falei "mãe, já sabe". É... "os vizinhos não podem saber". Eu falei "mãe, já sabem".

59

Mulher _____ cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor branca

Não, mas a gente não fala sobre isso, não tem uma conversa sobre com quem eu estou me relacionando e coisas do tipo. E acho que [isso parte] tanto de mim quanto dela, porque eu também não tenho o desejo de falar com ela por medo da reação dela, eu acredito.

Esse silenciamento da identidade LGBTQIA+ também incentiva um formato de "independência precoce", no qual a família perde seu caráter de sistema de suporte para sujeitos LGBTQIA+. Uma das participantes da pesquisa relata como o distanciamento de sua família após sua saída do armário na adolescência, resulta na perda de sua moradia e em um eventual período em que vivera em situação de rua:

Então, como foi muito hostil a conversa e deixou bem claro, que eu acho interessante, ela falou: "você não vai comentar isso com ninguém", mas para ir comentar o assunto, mas eu fui proibida em qualquer eventualidade de procurar a família. Então, nesse sentido, eu sempre pensei o seguinte: "eu não vou dar o braço a torcer para não ter que ouvir desaforo", porque eu acho que já doe e dói demais. Então foi por essa eventualidade que eu acabei ficando esse período, esse curto espaço de tempo vivendo nas ruas, sem procurar pela família, por não passar por mais humilhações das quais eu já tinha passado.

Mulher cis, lésbica, 49 a 53 anos, cor preta

Um outro formato em que a resistência familiar se manifesta para pessoas LGBTQIA+ é justamente na desvinculação forçada da família – cuja expectativa parece estar sempre à espreita para muitos sujeitos. Entrevistados relatam como a possibilidade da expulsão de casa e o medo da perda de suporte financeiro são motivos que levam ao adiamento da saída do armário, uma vez que os relatos de desamparo familiar após a publicização da identidade são recorrentes para essa população:

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos,
cor branca

No meu caso não foi diferente, eu fui expulsa de casa, a maioria das travestis são expulsas, devido a esse preconceito. Para mim, eu achei útil, porque eu adquiri experiência de vida, aprendi a viver, por sorte eu não caí nas drogas, nunca usei, graças a Deus, então tive milhares de situações de estar indo para o mundo do crime e não fui, passar fome, essas coisas, e o prato de comida é muito caro para quem mora na rua, tive que morar com umas pessoas em troca de prato de comida, ser assediada, me humilhava para ter um lugar para morar.

Enquanto a expulsão de casa é compreendida como uma forma de violência patrimonial, a perda de suporte familiar, a necessidade de se auto sustentar e a LGBTfobia que permeia todos os aspectos da sociedade, inclusive relativos à obtenção de trabalho e moradia, tornam o sujeito expulso de casa vulnerável a uma série de outras violências:

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos,
cor branca

porque meu pai colocou para fora de casa, a mando da minha madrasta, alguns relacionamentos os pais preferem as mulheres do que os filhos, e devido ela ser preconceituosa, me colocou para morar com um amigo dele [...]. E esse amigo dele, lá em [NOME DA CIDADE], do meu pai, eu tinha que transar com ele para ter onde comer e onde morar, aí eu cansei dessa situação, meu pai não acreditava em mim, que eu ficava lá, que eu tinha que transar com o rapaz, infelizmente,

O medo da expulsão de casa também parece ser instrumentalizado como ferramenta de controle por parte da família. A evocação da possibilidade de expulsão, visando à construção de um mecanismo de vigilância e imposição de poder, também foi relatada por participantes da pesquisa, que vivenciaram a ameaça da expulsão de casa como violência psicológica antes de experimentá-la como efetiva violência patrimonial:

62 nos últimos dois anos que se seguiram meu pai teve que fazer ameaças constantes, tipo assim: "ê tem que fazer isso, senão... você tem que lembrar que a casa não é sua, você tem que lembrar que aqui não é seu, você tem que lembrar que cê não tem direito a nada aqui", sabe? Tipo assim, ele meio que me lembrava que existia uma ameaça constante de eu ser expulso de casa, mas aí não foi só pela sexualidade, foi sobre tudo assim, sabe? Aí eu não fazia um serviço de banco pra ele, ele me ameaçava de expulsar de casa.

Pessoa assexual,
18 a 23 anos,
cor branca

Outra forma em que a desvinculação forçada pode se manifestar é a partir da escalada da violência por parte dos membros do grupo familiar. O momento de saída do armário é relatado por alguns participantes como o ponto inicial de um contínuo de violência que leva à fragilização dos laços familiares ao ponto de o próprio sujeito optar pela desassociação ao núcleo familiar:

Homem cis,
gay, 39 a 43 anos,
cor branca

Agora, é claro que, com a chegada da identidade da sexualidade, eu sempre fui muito autêntico e resolvi me abrir para a família, mas não foi um momento que foi bem aceito, muito pelo contrário, meu irmão, nove anos a mais que eu, ele é muito agressivo, ele se sentiu, como eu posso dizer? Incomodado e, para ele, eu sempre tive esse confronto com as questões de homofobia. Então, hoje o que eu digo é que, comigo ele tem questões homofóbicas, eu não sei se com outras pessoas, como ele lida com isso, mas dentro de casa eu sofri com a questão da homofobia, por parte desse irmão que, na ocasião que eu resolvi contar para as pessoas da minha casa, me agrediu com soco, com tapas e foi uma situação muito ruim lá na época. [...] me espancou, me causou um escarcéu, me perseguiu, não me deixava ir nos lugares, dizia onde eu estava, que ia agir contra os meus amigos, que os meus amigos não prestavam e, etc. Então, foi muito ruim.

E... teve um momento específico em que... lá pro final da pandemia já, mais chegando pro final. A gente tava muito estressado por toda essa situação total... eu tava tendo um convívio perto com ela e a gente teve uma discussão muito feia. E nessa discussão ela... fez um trem assim que eu peguei muito mal com ela que foi de... imitar meio que uma mulher, sabe? Pra tipo... imitar o jeito que eu tava falando com ela? [...]
E aí acabou que eu explodi, tipo assim... e quase, né... perdi a cabeça assim com ela. Mas aí meus irmãos, tipo, separaram a gente e eu falei pra ela "olha, eu não volto mais aqui pra casa... eu vou cortar esse vínculo com vocês". E... foi o que eu fiz, eu peguei minhas malas assim e voltei meio que forçadamente pra [NOME DA CIDADE] porque a situação ficou muito insustentável. E aí... voltei e fiquei uns 3 meses sem contato com eles...

Homem _____ cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

No entanto, por mais que o entrevistado compreenda a fragilidade dos laços familiares e opte pelo distanciamento temporário ou permanente do meio domiciliar, existem atravessamentos específicos que enquadram a violência perpetuada por familiares. Esse fator fica evidente no relato de violência física de uma das participantes da pesquisa, que enfatiza a dificuldade do recurso ao campo jurídico quando os violadores são também figuras imbuídas de afeto e autoridade, como é o caso de figuras parentais.

Mulher cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor branca

Eu acho que eu entendi sim com uma violência; a raiva veio muito para mim, mas eu também fiquei por muito tempo tendo muita raiva deles e com... acho que até bem recentemente, de ter raiva deles por causa disso. Eu senti que foi uma violência, inclusive porque eu acho que – não diminuindo uma coisa da outra – eu não esperava que fosse uma violência física; eu acho que isso para mim quebrou um grande patamar. Eu esperava que eles não fossem aceitar de diversas formas e diversas violências psicológicas, mas eu não esperava que fosse ir para o âmbito físico assim. E acho que nem eles também. [...] Eu acho que se não fossem meus pais, eu iria para o campo de denunciar, sim, tudo que me incomoda, que eu tenho direito juridicamente, eu vou bem para o lado do denunciar, apesar de nunca ter acontecido. Mas acho que por serem meus pais, eu nunca nem cogitei isso; eu fiquei meio que... acho que nem esperando eu vir para cá para poder fugir disso, mas acho que eu fiquei meio que sem saber o que fazer a não ser internalizar aquilo de alguma forma e nem saber que eu poderia fazer alguma coisa. Na época até que eu não pensei não e depois também, como a nossa relação melhorou bastante, eu acho que foi tranquilizando um pouco.

A saída do armário é um fenômeno já amplamente reconhecido como parte integral da experiência LGBTQIA+, visto como um processo de autoafirmação essencial para a vivência da própria identidade. Entretanto, como é possível observar por meio dos relatos da pesquisa, a publicização da identidade LGBTQIA+ ainda é um processo enquadrado por dinâmicas de violência, medo e vulnerabilidade.

Mesmo que não exista uma única forma de sair do armário, e que essa não seja uma garantia ou mesmo uma necessidade para o livre gozo da sexualidade e da identidade de gênero, entrevistados ainda relatam um grande alívio de poder incluir o núcleo familiar em suas vivências como sujeitos LGBTQIA+.

66 E um dia, essa minha esposa, ela falou... ela me pôs na parede: "Você tem que contar", e eu criei coragem e falei: "Olha, estou morando com fulana, nós estamos juntos, nós somos mais que amigas", consegui contar de forma... que meus pais tiveram uma criação muito tradicional católica, então eu tinha receio de ofendê-los, de magoá-los, de eles não aceitarem, mas só que eu já tinha uma vida independente financeiramente, na verdade eu queria mais é ser aberta, não omitir, não esconder o que eu era, porque todos os meus amigos sabiam do meu relacionamento, meu irmão também sempre foi muito meu amigo, sempre soube, e eu não queria ser falsa, ser uma coisa comigo e com meus pais não ser verdadeiramente eu, porque sempre havia de perguntar: "Você tem um namorado?", essas coisas. E eu falei, depois que eu falei foi uma coisa maravilhosa, porque meus pais... estavam meu pai e minha mãe, estavam vivos, e parece que foi um peso nas costas de ter assumido para os meus pais, porque para o resto da sociedade eu já tinha assumido.

Mulher _____ cis,
lésbica, 49 a 53
anos, cor branca

Novamente, é possível utilizar a parentalidade LGBTQIA+ como um contraste para observar a questão da saída do armário. Uma das entrevistadas da pesquisa narra a experiência de uma de suas filhas ter se assumido transexual na adolescência, evidenciando a importância de conhecimento, convivência e aceitação no processo de saída do armário em contexto familiar.

Mulher cis,
lésbica, 49 a 53
anos, cor branca

E uma coisa interessante, é que eu fiz uma disciplina no mestrado de antropologia, tem alguns anos, não tem muito tempo não, foi logo antes da pandemia, foi em antropologia do gênero, e eu estudando antropologia do gênero, eu tive acesso a informações a respeito dos diversos gêneros, inclusive trans, isso foi uma coisa muito importante na hora que minha filha veio me falar que era trans, porque eu já sabia, já entendia, e já tinha conversado com a minha esposa sobre o assunto, que ela não entendia muito bem, ela não aceitava: "Como que pode um homem ser mulher?", na cabeça dela não entrava, e eu já tinha entendido e internalizado isso tudo. Como eu ia lendo muitos textos durante a disciplina de mestrado, eu ia conversando em casa com ela, e foi bom que a gente abriu a cabeça para isso, quando minha filha se abriu para mim, eu pude recebê-la bem, porque eu já entendia, só podia abraça-la e ajuda-la, não tive preconceito.

Nesse caso, a possibilidade de uma maternidade lésbica conjunta, atenta às dinâmicas relativas a gênero e sexualidade, auxilia na construção de um espaço acolhedor, que permite a exposição de vivências que não são centradas nos moldes cisheteronormativos tradicionais.

Assim, embora a identidade da filha não seja a mesma da mãe – dentro do diverso conjunto de existências LGBTQIA+ –, a circulação de saberes e o diálogo sobre essas questões colabora para estreitar a relação entre mães e filha. Isso permite, então, que a saída do armário seja vista com um momento de alegria, em que a mãe se sente feliz pela possibilidade de acolher e celebrar a identidade recém-descoberta da filha:

É uma coisa nova na minha vida, mas que eu já estava aberta para entender isso, e eu acho até que a minha filha deu muita sorte de ter nascido em uma família que está com facilidade de aceitação, porque tanto faz, a gente ama o ser humano, não é o gênero, que a gente vê que muitas famílias que expulsam, maltratam, e ela não, é muito bem vinda, hoje em dia a gente conversa muito, mais do que antes, acho que eu sou mais amiga dela do que antes de eu saber que era trans, eu acho isso interessante, não sei se tem a ver, pelo gênero feminino, que agora ela é do gênero feminino, eu não sei se isso causa uma afinidade, não sei, entre mãe e filha, talvez, eu até falei com ela brincando assim: "Nossa, eu queria ter puxado você magra e alta", e ela ficou toda feliz. E toda vaidosa, unha comprida, pinta a unha, deixou o cabelo crescer, toda feminina, eu não sou nada feminina, ela toda feminina e tal, interessante isso, eu fico até pensando, que a gente está em um mundo tão machista, que é muito mais fácil ser homem do que ser mulher, e a pessoa, para ter coragem de transitar do masculino para o feminino tem que ter muita força, tem que saber muito bem o que quer, porque não é fácil.

Mulher _____ cis,
lésbica, 49 a 53
anos, cor branca

3. DISPUTAS NO CONVÍVIO FAMILIAR

Mesmo após a saída do armário e a reafirmação de uma identidade LGBTQIA+, os participantes da pesquisa continuam a relatar ocorrências de violência no âmbito familiar, motivadas pela identidade de gênero e/ou pela sexualidade. As disputas por independência e controle sobre as decisões de vida vão se tornando palco de embates cotidianos, que atravessam mesmo os sujeitos que possuem a família como rede ativa de suporte.

Um desses conflitos é a manifestação do desejo pela heteronormatividade por parte dos pais, imposto sobre os filhos, mesmo sobre aqueles que já se reafirmaram repetidamente como dissidentes da heterossexualidade. Há uma atualização no discurso de correção, em que a sexualidade é compreendida como parte integrante da identidade do filho, no entanto, os comportamentos que evocam a construção estigmatizada de sujeitos dissidentes ainda são vigiados e condenados:

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

Diria que as minhas, entre aspas, "violências de gênero" sofridas dentro de casa elas continuaram mesmo, mesmo depois que eu, entre aspas... assim, claro... foi um processo iniciado ali assim, mas elas continuaram mesmo depois que eu... me apresentei como gay e comecei, e apresentei meu namorado assim... eu me lembro de escutar... e é isso né... eu acho que a minha mãe, ela... acho não, tenho certeza que a minha mãe talvez tenha sido uma das maiores responsáveis pela reiteração das normas de gênero pra mim, assim.... E aí eu me lembro super dela falando "ai nossa, você pode namorar com quem você quiser assim, mas..." e aí era um pouco lugar do cuidado né mas "toma cuidado na rua, não sai muito espalhafatoso..." e aí eu, enfim, queria sair lá com um cachecol no pescoço, com uma

calça colorida e aí ela sempre falava assim "mas isso não, né? Eu acho que aí já é demais...", entre aspas. E aí eu acho que era um pouco essa dinâmica do "beleza, você pode ser viado, você pode ser gay, mas mantenha-se no universo masculino aqui, né?" E ela falava isso um pouco, né... tipo "ai, ser gay é uma coisa e se vestir de menina ou sei lá... se aproximar do feminino é uma outra coisa". E aí claro que ela tava preocupada com as possíveis violências que eu poderia sofrer fora de casa, sim, mas também tinha um pouco desse receio pessoal dela de... sei lá, nunca conversei com ela sobre isso, nunca pude conversar isso depois de mais esclarecido com relação a essas dinâmicas assim...

Conforme ilustrado por esse trecho, por vezes a vigília parental não se atém mais ao desejo, mas aos elementos sociais que possibilitam a identificação do filho como parte da comunidade LGBTQIA+. Nesse sentido, mesmo depois da publicização da identidade, a forma de falar, os maneirismos, o andar, as vestimentas, o cabelo, tudo segue sendo observado e controlado pelo universo familiar. Em alguns casos, esse controle leva à modificação de padrões de comportamento do sujeito LGBTQIA+, na intenção de corresponder ao ideal heterossexual desejado pela família:

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

Eu falei "ah mãe... você fica em cima pra eu disfarçar quem eu sou e tudo mais... tipo assim, eu tô tentando achar esse jeito, não é isso que você quer? Porque se eu sou do jeito que eu sou, você não gosta, que você fala que eu sou muito afeminado, que vai dar pinta. Aí se eu falo que eu sou muito másculo, tento performar outra coisa, você também fica brava comigo?".

Participantes da pesquisa relatam que o desafio a ser sustentado é relativo a uma reafirmação consciente da identidade, não somente a partir da reivindicação do nome, mas da construção de um percurso pessoal que não coloca a heteronormatividade como objetivo a ser alcançado. Nesse contexto, assumem-se performances de gênero diferentes, que adotam variadas referências daquilo que é tido como feminino ou masculino, visando à desconstrução de visões binárias de masculinidade e feminilidade:

71

Homem cis,
assexual, 29 a 33
anos, cor preta

Então hoje eu coloco um salto, ela não fala nada, eu sinto que não é algo que ela gostaria que estivesse acontecendo, ela preferia por exemplo que eu tivesse um comportamento mais heteronormativo, que não é o que acontece em linhas gerais, mas hoje já não tem o estresse, já não tem uma agressão física, nunca teve mas, é... uma agressão psicológica não tem mais, ela não se importa mais com isso. Hoje a gente tem uma relação muito boa, que eu gosto muito, que a gente construiu juntos.

Com relação à performatividade de gênero, também levou um tempinho de tempo pro meu pai consegui largar de mão, efetivamente... eventualmente, ele faz uns comentários "ai você tá pintando a unha para quê, e tal...", e aí eu mando uma piadinha, ou às vezes eu me incomodo e faço um comentário tipo assim "você não tem nada a ver com isso"... mas eu acho que hoje em dia ele já meio que largou de mão essa dinâmica, tipo assim "beleza, ele vai resolver a vida dele e tá tudo bem...".

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

No entanto, para pessoas trans e travestis, a construção dessa outra performance é muitas vezes perpassada pelo processo de transição, ou seja, pela adoção de um nome social, o estabelecimento de pronomes de preferência, a hormonização e a realização de cirurgias afirmativas de gênero. Nesse contexto de muitas transformações, a resistência da família no processo de transição alimenta os mecanismos de disforia de gênero e impõe obstáculos para a consolidação de uma identidade trans:

Eu comecei a hormonização secretamente. No início eu escondia. Não era tão difícil, porque eu quase não via eles. Estava morando na casa do meu pai na época. Ainda estou. Eu ficava basicamente o dia inteiro no quarto, para evitar interagir com ele. Até porque ele fazia questão de me destratar sempre que me encontrava. Eu só evitava interações, sabe? Ele foi bastante agressivo. Ele tentou, então, me jogar com a narrativa de que eu não me importava com ninguém, que eu era uma pessoa sem empatia. Ele jogou muito com essa narrativa tempo depois que eu terminei com a minha ex, porque não servia mais a narrativa de eu estar sendo manipulada por ela, então eu era um monstro, eu era demoníaca, eu era do mal. Ele conseguiu me falar isso enquanto estava me chamando no masculino e pelo nome morto.

Durante o processo de transição, a família pode agir como fonte de tensões e perturbações, retroalimentando os temores usualmente ligados a essa etapa, enfatizando como a pessoa sempre será identificada com o gênero atribuído ao nascimento, salientando a lentidão do processo e evidenciando a vulnerabilidade que o sujeito possui enquanto pessoa trans, a partir de narrativas de violência transfóbica. Essa falta de sistema de suporte pode resultar na interrupção do processo de transição ou mesmo na volta para o armário.

Minha família inteira, minha família estendida, virou os olhos, não fez nada. Exceto os que prejudicaram e atrapalharam. Uma das minhas tias, por exemplo, queria me bater até me consertar e foi falar isso. Inclusive, chegou a ir para cima de mim. Familiar algum, vários deles se diziam progressistas ou de esquerda, ou que aceitavam. Nenhum deles. Nenhum. Nenhum deles sequer respeitava meu nome ou os pronomes [...] Eu lembro que uma das primeiras coisas que o meu pai falou para mim quando ele me recebeu na casa dele, quando eu cheguei lá depois da outra expulsão, uma das coisas da volta, é que se eu fosse arrebetada na rua por ser trans o problema não era dele. [...] Meu pai me disse isso, de que eu ia ficar sozinha, de que nem homens nem mulheres iam querer alguém como eu, que eu era algo que ninguém iria querer. Eu era ralé. Ninguém nunca ia poder me amar. Eu tinha que aceitar aquilo. Ninguém nunca ia se atrair por mim, ninguém nunca ia me amar, ninguém nunca ia me achar bonita. Tinha que aceitar.

Enquanto pessoas trans têm seu acesso a medicação e cirurgias limitado pela família, sujeitos de outros pertencimentos identitários dentro da sigla LGBTQIA+ são frequentemente forçados pelas figuras parentais a frequentar médicos e psicólogos com o objetivo de "curá-los" de suas identidades dissidentes. Um entrevistado, que se declara enquanto assexual, relata uma tentativa de hormonização forçada, na qual a testosterona funcionaria como uma ferramenta de "correção" da ausência de desejo sexual:

Pessoa assexual,
18 a 23 anos,
cor branca

"Tipo assim... já tive com meninos e meninas, mas não transei com nenhum e não tenho vontade de transar". E ele ficou tipo assim: "Hum, você quer tomar hormônio?". Eu falei assim: "Não!" E aí desde então ele insiste em eu tomar hormônio, meu pai quer, tipo, muito fazer o tratamento hormonal. [...] Teve um dia que ele marcou uma consulta com um urologista pra mim, pra eu tomar testosterona, pra começar, pra eu receber uma... uma... uma receita, tipo assim, ele começou a tomar testosterona e ele começou a falar "ah, toma os comprimidos também" E tipo, virou uma questão assim, sabe?

75

Por outro lado, a construção de uma identidade dissidente perante a família revela uma posição de vulnerabilidade no que toca às relações familiares. As vidas de indivíduos LGBTQIA+ são vistas por seus familiares como inferiores, por não serem mediadas pelos mesmos marcadores de sucesso que de seus familiares heterossexuais, principalmente quanto ao casamento e à presença de filhos.

Nesse sentido, alguns entrevistados relataram como foram eles os escolhidos entre os irmãos para ocuparem a função de cuidadores da

figura parental. Tal cuidado não se dá sem conflitos, uma vez que a posição de inferioridade marcada tanto pelos pais, quanto pelos irmãos, pode aparecer no formato de uma violência homofóbica, como é o caso do relato do entrevistado a seguir:

Até que um dia, eles [irmãos] foram lá no domingo, bateram na porta do meu quarto, todos os três, me chamaram na sala e falaram que eu estava maltratando a minha mãe, que eu não estava cuidando bem dela, que eu não estava alimentando ela bem e que era para eu sair de casa, porque, eu bater na minha mãe era uma coisa que eles não iam permitir. E aí, o meu irmão agressivo veio para cima de mim com um copo de vidro, todos eles, dizendo que eu roubava a minha mãe, que eu maltratava ela, que eu não cuidava bem dela. E aí, eu tive muitas ameaças, eles me ameaçaram de morte, que iam me esquartejar, que iam passar com o carro em cima de mim 500 vezes, até não ter uma gota de sangue, que meu irmão tem uma machadinha lá onde ele mora, na oficina dele, que ele é mecânico. Ele já teve várias desavenças aqui no bairro, por pegar a chave de fenda dos outros. Então, ele me ameaçou, dizendo que ia me matar, me esquartejar, me perseguir, me denunciar no trabalho, me denunciar no [NOME DO CONSELHO PROFISSIONAL], e se eu não saísse de casa, que eu estava maltratando a minha mãe. Por mais que os meus outros irmãos soubessem que não era verdade, eu pedi para eles me defenderem, nenhum dos outros dois resolveu estar do meu lado, eles se juntaram contra mim, me ameaçaram e me expulsaram de casa, sob ameaças de morte mesmo, iam me exterminar.

Homem _____ cis,
gay, 39 a 43 anos,
cor branca

O entrevistado entende essa cena de cooperação entre os irmãos como uma convivência homofóbica que produz uma experiência de violência psicológica e patrimonial com um objetivo que extrapola a discriminação, mas a instrumentaliza. Expulsando o irmão gay, que até então atuava como cuidador, os outros filhos têm o objetivo de privá-lo do gozo de um recurso financeiro conquistado pela mãe após o fim de uma ação jurídica.

Homem cis,
gay, 39 a 43 anos,
cor branca

Mas, justamente quando foi em setembro de 2018, que havia caído todo aquele dinheiro de quando eu era criança, eles foram lá, me expulsaram de casa, me colocaram para fora e trocaram as fechaduras de casa e tiraram a minha mãe de lá. [...] Então, eles me violentaram, me expulsaram de casa, me tiraram do convívio da minha mãe, roubaram tudo dela e entraram com pedido de curatela, dizendo que ela não tem nada.

77

A forma com que a violência se concretiza nesse evento é pela exclusão dos sujeitos percebidos como inferiores (corpos idosos, femininos e LGBTQIA+), visando ao benefício daqueles que se entendem como fortes e adequados (masculinos e heterossexuais). Essa hierarquização dos corpos, que aloca o sujeito LGBTQIA+ em uma posição subalterna, é respondida pelos entrevistados a partir de estratégias de autovalorização e priorização, por meio das quais se destaca a necessidade de cuidar de si e da própria segurança e saúde, mesmo no ambiente familiar:

Porque, assim, por toda essa história com que eu passei, muitas vezes eu tive que recorrer a esse subterfúgio sozinha e entender que o ser mais importante sou eu, às vezes até na família sanguínea, que é onde a gente sofre as primeiras violências de homotransfobia, aonde nós temos esse apagamento ou às vezes até o assassinato sentimental e da convivência cotidiana que a gente não compõe mais, nem as fotografias nos álbuns de família, eu tomei para mim que relacionamento tóxico, independente da relação, se é consanguíneo ou afetiva, é melhor afastar para o bem da minha saúde mental e foi desse sentido que eu tomei, me fortaleci e assim que eu passei a viver.

A violência LGBTfóbica intrafamiliar é narrada pelos participantes como tendo uma grande capacidade destrutiva. Desde a assimilação de um discurso correccional homofóbico até as agressões e expulsões de casa, tamanha proximidade e exposição à violência, advinda de sujeitos que já estiveram inscritos em figuras de autoridade e cuidado, causa um grande impacto na saúde psíquica, física e emocional dos sujeitos LGBTQIA+.

A vulnerabilidade produzida pela violência intrafamiliar é raramente bem articulada em políticas públicas ou órgãos de assistência social. O núcleo doméstico ainda é um lugar de difícil acesso ao Estado e a suas políticas assistenciais, o que resulta em uma responsabilização do próprio indivíduo LGBTQIA+, para mediar, compreender e enfrentar seu processo de violência, negociando com seus agressores e atravessando, muitas vezes solitariamente, as situações cotidianas de embate e violação de direitos.

Educação

As implicações entre o âmbito da educação e as compreensões identitárias, especialmente no que se refere à sexualidade e ao gênero, são amplamente debatidas na literatura especializada (LOURO, 1997, 2015a, 2015b; SILVA, 1999; BRITZMAN, 1996; BASTOS; CRUZ; DANTAS, 2018).

A educação é um terreno de disputas, e é possível observar forças divergentes atuando nas complexas relações constituídas entre educadores e estudantes.

Por um lado, nos estabelecimentos educacionais são produzidos e perpetuados os ideais de "normalidade" e "anormalidade" de um dado contexto social. A escola é espaço de "classificação, ordenamento, hierarquização" (LOURO, 1997 p. 57), ela produz a diferença, a desigualdade e a distinção – a começar pela concreta separação entre aqueles que a frequentam (os formalmente educados) e aqueles que não a acessam, mas incluindo, também, sua contribuição na "fabricação" de sujeitos em termos de sexualidade e gênero.

Por óbvio, a escola não faz isso sozinha: ao longo deste documento, apresentam-se e discutem-se fatores múltiplos de produção do sexo, da sexualidade e do gênero sob a ótica da violência, como a família, os relacionamentos afetivos e as instituições de segurança pública. Mas é inegável que o sistema educacional e seus mandatos pedagógicos participam ativamente desses processos. Como afirma Guacira Louro (1997, p. 64), "currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores".

Nesse universo de separação e classificação, as hierarquias e expectativas de normalidade quanto ao gênero e à sexualidade criam e reiteram compreensões socialmente compartilhadas – e naturalizadas – do que seriam os ideais de homem e de mulher que funcionam ou deveriam funcionar como referências (imutáveis e inquestionáveis) para meninos e meninas, desde a primeira infância. É assim que a divisão de atividades, aulas e espaços conforme o sexo biológico; o silêncio institucional diante da violência; a ausência de capacitação para profissionais da educação quanto à diversidade e muitas outras práticas fazem com que estudantes considerados "desviantes" atravessem anos de dolorosas experiências de exclusão e desajuste, vivenciando violências

de múltiplas naturezas, frequentemente sozinhos, como constatado ao longo das entrevistas desta pesquisa.

Por outro lado, contudo, é também no domínio do ensino que muitas pessoas são convidadas a refletir sobre o processo de aprendizagem, buscando maneiras libertadoras de pensar e agir no mundo (HOOKS, 2017; FREIRE, 1994, 1967), e onde se fomentam possibilidades emancipatórias de existência quanto ao gênero e à sexualidade, que muitas vezes se desdobram em projetos coletivos, em relações afetivas e em engajamento político. A educação, em seus diferentes níveis e espaços, é terreno fértil para o incentivo ao pensamento crítico e para o vislumbre de outros futuros possíveis. Não por acaso, em anos recentes, a educação sexual e o ensino atento à diversidade têm sido objeto de intensas disputas na esfera pública brasileira, centralizando narrativas políticas que tratam, em última instância, de reconhecer na educação um *locus* privilegiado de produção do país que se deseja constituir e de disputar os rumos dessa construção.

Tratar das violências vividas por pessoas LGBTQIA+ no contexto educacional, então, é um exercício de reconhecimento do caráter ambivalente do processo de ensino e aprendizagem, no qual escolas, faculdades, universidades, cursos livres, cursos de pós-graduação e outros espaços são palcos de experiências variadas – e nunca monolíticas – para essa população. Isso se evidencia, ainda, quando observamos a longevidade da presença de estabelecimentos educacionais na vida de uma pessoa, desde a infância até a adolescência ou a juventude. Por essa razão, a análise ora apresentada busca tecer paralelos entre essas distintas etapas da vida e a natureza das violências experimentadas por pessoas LGBTQIA+.

Ademais, cumpre ressaltar que a educação, em um país marcado por tantas desigualdades, como é o caso do Brasil, é espaço determinado por cisões de classe, raça, capacidade e outras relações de poder, que se conectam, influenciam e são influenciadas pelas violências ligadas ao gênero e à sexualidade, que são objeto privilegiado de análise deste relatório.

Nas seções deste capítulo, apresentam-se os resultados dos relatos coletados acerca da experiência educacional, da infância, na escola, à juventude ou idade adulta, em faculdades ou cursos livres.

1. PERÍODO ESCOLAR: INFÂNCIA E AUTODESCOBERTA

De maneira geral, a escola figura entre os primeiros espaços de sociabilidade da vida de uma pessoa, ao lado da família. Nesse sentido, nas entrevistas coletadas, uma parcela importante das mais incipientes reflexões sobre o sujeito, o lugar que ocupa no mundo, a forma como se apresenta para os demais, os comportamentos esperados e rejeitados, as pressões por adequação e o conformismo ou a rejeição às normas de gênero e sexualidade apareceram no próprio ambiente escolar ou em diálogo com ele, ainda na infância ou nos primeiros anos da adolescência. É o que observaremos a seguir.

1.1 CONFUSÃO, INADEQUAÇÃO E AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE BULLYING

Muitas vezes, expectativas de comportamento atreladas ao gênero e à sexualidade foram traduzidas em violências de distintas naturezas. Com frequência, foi pelo olhar do outro que os sujeitos LGBTQIA+ escutados na pesquisa passaram a se entender como tais, costumeiramente sob intensa confusão e espanto, antes mesmo de terem a oportunidade de desenvolver suas compreensões de si, de seus desejos, de sua identidade. Desde muito cedo, a existência dessas pessoas foi atravessada pela demarcação LGBTfóbica que, se muitas vezes não foi inteira e imediatamente compreendida pelas vítimas, ainda crianças, já trouxe consigo a sensação de problema, deslocamento, inadequação desde suas primeiras manifestações.

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

Eu me lembro, sei lá no "prezinho", maternalzinho mesmo assim, de escutar dos meninos "ai, tipo, viadinho. Ai, a bichinha...". E era muito curioso porque eu percebi que tinha alguma coisa jocosa, uma brincadeira, tinha alguma dinâmica de humilhação envolvida, mas eu não tinha nem percepção do que que era.

Então, começou, tipo, de uma forma muito branda... no ensino fundamental. Logo na segunda... na segunda e na primeira série... tipo assim, por mais que a gente era criança, eu já... dava pra perceber muita coisa... Então, tipo começou com uma brincadeira aqui, outra lá... "ai, fulano usa calcinha" ou... algo do tipo. E aí... "fulano só anda com mulheres" ou "fulano não sai muito... com a gente" e tudo mais... ou o jeito mesmo, tipo "fulano tem um jeito estranho".

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

Essas primeiras manifestações de violência residiram, assim, em nomeações marcadas por certo mistério, por um desconhecimento das razões para comentários percebidos como negativos e para a relação que adultos e outras crianças do círculo social dos entrevistados fizeram entre certos comportamentos ou "jeitos" e certas categorias – marcadas pela diferença – de gênero e/ou sexualidade, como se observa no relato a seguir:

84

É isso. As pessoas que dão nome para gente nas coisas. Quando você é diferente da sociedade, você não tá na caixa, você é uma pessoa diferente, você não enquadra naquele lugar, entendeu? Então as pessoas acham que você é diferente. As pessoas que acharam, elas nunca chegaram para me falar: "E aí deixa eu falar, você é 'entendida'?" Não, entendeu? Porque ela tá jogando bola, tá fora do padrão.

Mulher cis,
bissexual, 49 a 53
anos, cor preta

Em um contexto em que a categorização identitária passava, repetidamente, pelo olhar do outro, sem que se desse espaço para a compreensão do próprio sujeito LGBTQIA+ quanto à sua sexualidade ou identidade de gênero, a violência figurou como elemento fundamental para as primeiras experiências escolares de muitas pessoas entrevistadas – ou seja, as primeiras interpelações às crianças, na maioria dos casos, não apareceram de maneira neutra ou acolhedora, mas de maneira pejorativa, agressiva e depreciativa.

Os impactos de uma identidade que se constitui, desde o início, acoplada à violência são inúmeros e imprevisíveis, e se conectam às formas como as agressões se manifestam. Entre essas violências, apareceram nos relatos, frequentemente, as práticas de ridicularização, xingamentos, exclusão e violências verbal, física e psicológica, que compõem o que se popularizou chamar de *bullying*.

Travesti _____
heterossexual _____
34 a 38 anos,
cor branca

Desde pequena eu sempre sofri *bullying*, é normal para nós, a gente infelizmente tem que levar, a escola é péssima para travesti em geral, escola pública, particular eu já não sei.

85

Homem _____ cis,
gay, 39 a 43 anos,
cor branca

Quando eu era criança, sofri alguns *bulliyings* na escola, perseguições, meninos que queriam me bater e, etc. Mas, também essas questões foram tratadas. Hoje essa pessoa que fazia *bullying* não me representa, eu converso, converso, sei que foram coisas de criança lá atrás, nem se falava em *bullying*. E as questões de violência não perpassaram por aí.

Observa-se que, em diversas narrativas coletadas, o termo *bullying* foi usado como uma expressão guarda-chuva, para se referir a diferentes agressões ocorridas no âmbito escolar, que intimidavam os sujeitos de maneira sistemática em razão de suas presumidas sexualidades ou gêneros dissidentes. A seguir, comentaremos um pouco sobre essas diferentes manifestações da violência.

1.2 A MULTIPLICIDADE DA VIOLÊNCIA LGBTFÓBICA E SEUS IMPACTOS PARA SUJEITOS LGBTQIA+: MEDO, INTROSPECÇÃO E SOLIDÃO

A violência LGBTfóbica, como afirmado anteriormente, assumiu uma faceta pluriforme ao longo dos relatos. De maneira geral, observou-se uma prevalência de violências verbais, ridicularizações de caráter moral ou psicológico, como sendo o cotidiano de crianças que desviavam de padrões de comportamento heterocisnormativos. Mas houve também relatos de violências físicas e sexuais, que chamam atenção pela gravidade e pelos riscos a que eram submetidas as pessoas ouvidas nesta pesquisa. Como se discutirá a seguir, nos dados coletados, isso se mostrou especialmente evidente quando se esperava da vítima um comportamento masculino e ela se aproximava de performances de feminilidade – geralmente, de modo inconsciente. Com isso, em alguns casos é possível observar a escalada da violência narrada dentro de uma mesma entrevista, como se nota a seguir:

86

Com o tempo, tipo... começou a ficar cada vez pior... dentro do ensino fundamental, um grupo de meninos começou a me empurrar dentro dos intervalos... um outro que... outro lá começava a me chamar de "viado"

Homem _____ cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

Isso começou a tomar proporções muito grandes no ensino fundamental ainda, na sexta série principalmente, dali pra frente... começou a pegar meu... meu material escolar, jogar no lixo, bater toda hora, [...] começaram, tipo, a me colocar pra ver pornografia... heterossexual também, pra ver como eu ia reagir... enfim...

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

E... começaram a fazer... chamar... colocar ponto de encontro pra eu ir num lugar, chegava lá batia...e eu tinha muito medo de ser apanhado pra fora da escola também... porque ali bem ou mal não era aquele linchamento que, tipo assim, sai sangrando, mas, tipo assim, era um monte de pontapé, soco, murro... começavam, tipo, também... até assédio sexual mesmo, de pegar... começar a me "sarrar", tipo nos corredores... colocar minha mão dentro do órgão de outra pessoa, sabe?

87

Nos trechos anteriores, nota-se que a reiteração da violência foi acompanhada pelo aprofundamento de sua gravidade, por uma combinação de elementos psicológicos e verbais a agressões físicas e sexuais, que levaram a pessoa a temer o ambiente escolar e a se sentir ameaçada em outros espaços que pudessem ser acessados pelas pessoas do próprio círculo escolar. Paradoxalmente, no contexto dessa LGBTfobia generalizada, o estabelecimento da escola passou a ser encarado como um ambiente ambivalente, onde ao mesmo tempo ocorrem as violências e onde é possível relativamente controlar suas manifestações – como se ali houvesse um limite para os danos sofridos.

Em outros casos, de maneira mais clara, os riscos físicos e psíquicos impostos por um cotidiano de abusos levaram suas vítimas a se retrair, associando a escola à violência.

Aí também nessa escola, fica aqui próximo de onde eu moro, escola estadual [NOME DA ESCOLA], na época era muito preconceito, chegou ao ponto do menino quase me jogar do segundo andar, ele tentou, mas não conseguiu, porque o povo separou, e eu ficava com medo todos os dias de estudar, mas eu tinha que estudar, e ele estava lá, a direção não fazia nada, nossa, era horrível, me excluía, eu ficava mais sozinha do que tinha amizade.

Travesti,
heterossexual,
34 a 38 anos,
cor branca

Chama a atenção, no trecho anterior, o medo diário de ir estudar, e também o autoisolamento como estratégia de sobrevivência, uma estratégia que se repetiu em muitos dos relatos coletados, que demonstra a retração e a introspecção do sujeito como forma de tentar "desaparecer", passar despercebido pelos agentes da violência. Em algumas narrativas, isso se conecta a uma resistência silenciosa e individual às agressões; em outras, em um apagamento da própria subjetividade, com seus gestos, comportamentos e modos de ser, perante o medo de "revelar" aquele desvio à heterocisnormatividade, que é impiedosamente punida pelas pessoas ao redor. É o que se observa nos trechos a seguir:

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

quando eu ia falar eu lembro que eu tinha até meio receio de falar dentro de aula, pra responder uma pergunta, porque eu sabia que as pessoas iam meio que gemer no fundo... é... falar meu nome de uma forma muito... né?

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

e eu não reagia muito, porque eu tinha muito medo e minha mãe também tinha uma postura muito de não levar confusão pra casa, então era muito aquela coisa, tipo assim, tentar lidar por minha conta própria do melhor jeito possível pra aquilo ali ficar ali na escola.

É reveladora a solidão das crianças que, embora não entendam ao certo de onde vem a violência ou quais são os motivos concretos que as tornam alvos dessas agressões, buscam o silêncio como forma de lidar com as humilhações. Esse silêncio diz respeito tanto aos agressores, que não são confrontados, quanto aos pais, que, com frequência, não são informados da violência, talvez por haver, entre os filhos, a dúvida quanto ao suporte que pais e mães poderiam oferecer. O que fica patente nesses relatos é o sentimento de desamparo das vítimas, que se veem enredadas em violências reiteradas no principal espaço de socialização de suas vidas, sem ter a quem recorrer para entender o que estão vivendo e para fazer com que a violência cesse. Por vezes, a esperança de encerramento das violências é depositada na mudança de colégio, mas isso nem sempre leva ao resultado esperado, como se nota a seguir:

E eu diria que eu passei lá boa parte da infância sofrendo essas interpelações "ai, viadinho, anda saltando, rebolando..." sabe? Quando eu entrei na quinta série, eu mudei de colégio, assim é, e literalmente no primeiro dia assim, eu tava superanimado, super felizinho, porque era um novo colégio e eu não ia encontrar as pessoas que tavam me humilhando em um outro colégio e que ia ser tudo diferente, ia ser muito mais legal, enfim. E aí tava lá era depois do chamado recreio, né... do intervalo, eu tinha comido o meu lanchinho. E aí eu tava tipo animado, e eu fui descer umas escadas, assim eu fui comer em um espaço meio escondido, separado assim, e aí tava voltando para o espaço coletivo, para a sala de aula na verdade, e aí voltei meio "saltitando" assim, tipo pessoa feliz na floresta, assim "vamos caminhar na floresta enquanto seu lobo não vem"... e aí os lobos vieram. Eu cheguei na sala de aula e recebi o apelido que me levou durante todo o ensino fundamental, que era Bambi "Ai o Bambi...". E aí, enfim, superconstrangido porque era meu primeiro dia, não sabia o que estava acontecendo. E é isso assim né? Levei o ensino fundamental, todo o restante do ensino fundamental, esse apelido [...]. E aí eu acho que é isso, né... eu fui também me tornando uma pessoa superfechada, supertímida, não conversava com as pessoas direito.

O silencioso enfrentamento à agressão não sugere a passividade das vítimas diante dos episódios de violência. Muitas vezes, foi esse silenciamento que garantiu a manutenção de alguns laços de convivência para as pessoas entrevistadas. Nesses casos, não mencionar o assunto da violência e mesmo aceitá-la em alguma medida mostrou-se como o único caminho para sentir-se parte de uma coletividade, como destaca o trecho abaixo:

Pessoa gênero
fluido, gay,
24 a 28 anos,
cor preta

tinha muita gente que conversava comigo, me tratava superbem, mas, ao mesmo tempo, todo mundo com quem eu conversava me destratava da mesma forma, sabe? [...] Praticando esse *bullying*, me chamando de gay, me excluindo das coisas, mas era como se fosse uma dependência que eu tinha dessas pessoas, porque eram as únicas pessoas que eu conhecia, que estava com elas todos os dias, então eu meio que deixava isso de lado e continuava conversando com elas

Pensar nos anos escolares é, necessariamente, pensar nos laços de afetividade, amizade e coleguismo que estabelecem na infância e na adolescência. A escola é um espaço de convivência social, e a relação entre estudantes é um elemento fundamental para a socialização de qualquer indivíduo que frequente estabelecimentos tradicionais de ensino. Assim, os relatos anteriores evidenciam os danos que a reiterada submissão à violência LGBTfóbica causa em suas vítimas-alvos, danos que são de natureza psíquica, moral e íntima, mas que também têm consequências sociais, de ordem coletiva.

A extrema solidão que marca anos da vida de alguns dos entrevistados dessa pesquisa revela-se, então, como uma faceta relevante da LGBTfobia, produzida pela ativa exclusão de sujeitos de gêneros e/

ou sexualidades dissidentes dos espaços de convivência ou por sua reação de autoisolamento, utilizado como mecanismo de defesa e proteção contra maiores agressões. Sendo a descoberta da sexualidade e da identidade de gênero atravessada pela presença do armário, isto é, pela possibilidade de se esconder, reprimir ou silenciar quem se é ou quem se deseja, nota-se que a solidão e a introspecção emergem como formas de o sujeito não lidar com seu "desvio", ou não chamar a atenção do seu entorno para sua "diferença".

Nesse contexto, é preciso pensar no papel das instituições de ensino para fomentar a compreensão da diversidade, o acolhimento de sujeitos considerados "dissidentes" e a atenção às violências ocorridas dentro de seus limites, o que não se observou nos relatos coletados nesta investigação. Nem sempre os entrevistados se silenciaram diante de professores ou diretores das escolas; por vezes, foram esses profissionais que, presenciando as agressões, mantiveram-se silentes ou inertes diante da LGBTfobia, como se verá adiante.

1.3 LGBTFOBIA NA ESCOLA E A CONVIVÊNCIA INSTITUCIONAL

92

Embora seja comum pensar no *bullying* como uma violência feita entre colegas, em diversas entrevistas, ele extrapolava as relações entre estudantes e chegava a envolver, muitas vezes, profissionais da educação ou de seu entorno, de professores a diretores, passando por motoristas de transporte escolar, constituindo-se em efetiva violência institucional – violência que significou, aliás, um motivo para a ruptura ou a resistência ao universo da educação em diferentes casos, como indica o relato a seguir:

Eu fui na formatura em 2003, peguei o canudo de formatura, tudo direitinho, e por transfobia, a escola falou que eu não tinha passado, sendo que mandou eu pegar o canudo, aí eu fui e perdi a esperança, nunca mais estudei, desde 2003.

Travesti _____,
heterossexual _____,
34 a 38 anos, cor
branca

Nesse sentido, observou-se que os profissionais da educação, longe de atuarem como promotores da diversidade, como pessoas capazes de apaziguar as violências LGBTfóbicas e de acolher suas vítimas, aproveitando o espaço pedagógico para abordar temas de sexo, sexualidade, gênero e diferença, muitas vezes se engajaram na violência. Nos relatos a seguir, podemos observar o lugar que professores e outros profissionais ocuparam em lembranças de pessoas entrevistadas, figurando como agentes das agressões sofridas:

Pessoa gênero
fluido, gay,
24 a 28 anos,
cor preta

Com professores, um ou outro eu sentia alguma coisa assim, umas brincadeiras, umas cutucadas, mas nada muito sério.

Pessoa gênero
fluido, gay,
24 a 28 anos,
cor preta

Uma professora de geografia, não vou me recordar do nome dela. Foi na quinta série. Ela sempre me destratava. Ela fazia... uma vez, eu fiz um trabalho e ela disse que o meu trabalho estava todo errado, que eu não era inteligente, que eu não sabia o que eu estava fazendo. Me colocou em pé no canto da porta. Isso, para mim, foi o que me marcou. Eu não sei se tem relação com minha sexualidade ou não, mas eu achei esquisita a forma como ela me tratava, porque era só comigo. O resto das crianças ela não tratava assim.

Mais uma vez, o mistério da violência resiste: há dúvidas sobre a origem do tratamento diferenciado, uma dúvida que não pode ser totalmente desfeita ou resolvida, na medida em que confrontar figuras de poder, como são os professores, é uma situação considerada impensável para a maioria das crianças e adolescentes em situação de violência LGBTfóbica. No relato a seguir, podemos notar como a participação de figuras adultas ligadas ao contexto educacional reforça a resistência à escola e aos estudos, diante dos pesados danos produzidos pela LGBTfobia, ainda em anos iniciais da escolarização:

Quando eu estava na segunda série, eu tinha por volta de 8 anos, eu comecei a sofrer um *bullying* muito pesado no colégio por conta da minha sexualidade. [...] Eu voltava para casa todos os dias chorando, eu não queria ir para a escola e era pesado mesmo. Na época, eu achava esquisito, não entendia o motivo, mas já sofria desde muito novo. Era por conta dos colegas da van, os colegas da escola, porque era praticamente todo mundo da mesma idade, todo mundo da mesma turma, e pelo dono da van também. O dono da van incitava os meninos a me provocar, mexer comigo, fazer graça.

Pessoa gênero
fluido, gay,
24 a 28 anos,
cor preta

Nesse último relato, fica evidente, uma vez mais, o caráter de incompreensão do sujeito LGBTQIA+ frente à violência sofrida reiteradamente, por parte de colegas e de adultos que se engajam nas provocações e humilhações, em vez de desestimularem e repreenderem a violência, oferecendo acolhimento para a vítima. Ao afirmar que não entendia o motivo, a vítima demonstra a gratuidade da violência, que emerge sem razão e se volta de maneira covarde sobre seus alvos, que desviam da

heterocisnormatividade. Isso ganha maior relevância em situações escolares que já presumem a diferença sexual e visam ao reforço da masculinidade, para meninos, como ocorre nas aulas de educação física. No relato abaixo, a participação do professor dessa disciplina é central para fomentar e permitir a violência:

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

Então... às vezes quando eu fazia algum movimento errado, tipo... não ia bem, era perceptível, sabe, a chacota dos professores em cima disso e o apoio mesmo com essas ações... Tipo assim "ai, não acredito que esse viado vai tá no nosso time" ou algo do tipo e professor começava a dar risada... e quando tinha algum... alguma coisa também, tipo, algum aluno heterossexual que, tipo... ai, tombou no chão e começou a chorar, por exemplo, "ah, vai ficar que nem o [NOME] né, vai começar a usar calcinha..." ou algo do tipo. Então, tipo, era muito reforçado por parte desses professores de educação física.

No trecho anterior, podemos observar como a sexualidade é mesclada à identidade de gênero na violência LGBTfóbica que ocorre no ambiente escolar – o ideal frustrado de masculinidade é associado, ao mesmo tempo, à sexualidade – o menino é chamado de "viado" – e ao gênero feminino – quando mencionam que a criança usa "calcinha". Esse apagamento das fronteiras entre gênero e sexualidade foi notável nos relatos coletados. Na seção a seguir, abordaremos algumas características dessa violência com mais detalhes.

2. LIMITES BORRADOS ENTRE GÊNERO E SEXUALIDADE: A VIOLÊNCIA CONTRA EXPRESSÕES DISSIDENTES DE GÊNERO

Um elemento que chamou a atenção nos dados coletados nesta investigação foi o caráter relativamente indiferenciado da violência motivada por *sexualidades* dissidentes e da violência motivada por *gêneros* dissidentes experimentada pelos seus participantes. Sabemos (como abordamos expressamente neste Relatório) da existência de diferenças marcantes entre a violência lesbofóbica e transfóbica, por exemplo, ou das especificidades da homofobia em relação à bifobia. As diferentes identidades contidas na sigla LGBTQIA+ – que está sempre em reformulação e expansão – implicam, também, diferentes manifestações da violência, e um olhar atento a essas particularidades é necessário para que se compreendam e se solucionem adequadamente cada uma dessas manifestações.

No entanto, no ambiente escolar, talvez por sua relação com o período da infância, em que a sexualidade é ainda uma expectativa não vivida, talvez por uma ignorância e agressividade genéricas, desinteressadas em diferenciar desejo de expressão individual, o que se nota é o apagamento dos limites entre sexualidade e gênero e uma violência que se volta às expressões dissidentes de gênero e/ou sexualidade – daí o uso, nesta seção, dos dois termos em conjunto.

Isso se nota na semelhança dos relatos de travestis e homens gays afeminados, por exemplo, que abordam uma mesma vigilância ao seu comportamento tido como "feminino", em uma espécie de *continuum* da misoginia. Por outro lado, e similarmente, relatos de mulheres lésbicas e bissexuais que têm uma expressão de gênero tida como "masculina" revelavam vivências muito próximas de violências relacionadas a sua expressão de gênero, ainda que nenhuma delas efetivamente flertasse com a transmasculinidade, por exemplo. Isso se reforça, obviamente, pelas atividades consideradas "coisas de menina" e "coisas de menino" ocorridas no âmbito da escola, o que se destaca nos contextos do esporte e das atividades extracurriculares, como se observa a seguir:

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

Eu me lembro no maternalzinho os meninos faziam judô e as meninas faziam balé, assim. Eu claramente tava com vontade de fazer balé, não podia, tinha que ficar lá com os meninos. E aí acho que foi, sei lá... um dos primeiros dias de aula, tinha uma dinâmica lá de "então vamos fazer um... 2 meninos vão tentar usar as técnicas que a gente tá tentando ensinar...". E aí me jogaram no chão e aí caí com ombro no chão assim, e aí criei um escândalo na escola inteira... que machucou, quebrou, quebrou o ombro la-la-la, minha mãe me levou no hospital e aí consegui pelo menos nunca mais precisar fazer aula de judô... até porque era inclusive com os meninos que tavam lá me zuando assim. Mas aí era mais motivo, né? Porque "ah, ele também não faz judô... ele tá lá brincando no parquinho, a gente tá aqui fazendo coisas de menino...".

Retomando o caráter confuso e desconhecido dessas violências, observa-se que a atribuição externa de uma sexualidade dissidente – meninos considerados gays e meninas consideradas lésbicas – ocorre, muitas vezes, à revelia do próprio pensamento desses sujeitos sobre seu desejo, em um período quando o desejo sequer foi desenvolvido para alguns dos participantes. Isso fica bastante evidente no trecho abaixo:

Porque é isso, né... o que é ser "viado" também, né? Eu acho que por muito tempo pra mim era se aproximar do feminino... por muito tempo, por muito tempo mesmo... eu não entendia a dinâmica da atração assim por outros meninos, isso não era, absolutamente não era claro para mim assim.

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

98

A atribuição externa de uma dada identidade sexual parte, nesse sentido, dos estereótipos de gênero socialmente vigentes naquele momento. Por isso, há uma aproximação entre as violências sofridas e os mandatos de feminilidade e masculinidade, mais do que simplesmente uma referência à questão do desejo. Os comportamentos considerados "femininos" em meninos e "masculinos" em meninas parecem ser vistos, pelas pessoas ao redor, como uma verdadeira ameaça às estáveis diferenças entre os sexos, segundo um ideal binário de homem e mulher que pressupõe a separação clara entre o que pertence a cada extremo. E, nesse contexto, as crianças são tratadas com rigor e violência, para que cumpram esses mandatos, se afastem do "polo" contrário e mantenham uma perfeita coerência entre o sexo biológico, o gênero e a sexualidade (BUTLER, 2015).

Em um processo que espelha o relato anterior – ao manter com ele semelhanças, mas inverter seus sinais –, podemos observar o caso da entrevistada abaixo, que era chamada de "entendida" pelos adultos de seu círculo de convivência quando ainda era criança, no início da adolescência, antes de se entender (curiosamente) como um sujeito desejante ou de vincular esse desejo a determinados sexos ou gêneros. Nesse caso, o esporte aparece mais uma vez como um dos motivos para essa atribuição alheia de sua sexualidade:

Mulher cis,
bissexual, 49 a 53
anos, cor preta

– Olhando para trás, por que você acha que as pessoas acharam que você era "entendida"? Era o futebol?

– Porque estava fora do padrão. Eu fui uma menina que nunca vesti saia. Uma que eu sempre gostei de sentar do jeito que eu queria, entende? De perna aberta, não tava nem vendo. Então minha mãe falou: "Deixa eu te falar o seguinte, quer sentar de perna aberta? Usa um shortinho". Eu sempre usei um short. Entende? Eu já andava com um Kichute na minha época, vocês não sabem nem o que é isso, não é? [...] É um sapato que era só se parecendo uma chuteira. Você sabia que a pessoa jogava bola com aquele sapato. Então eu só andava assim. Kichute, o short e a blusa branca da escola.

99

Mulher cis,
bissexual, 49 a 53
anos, cor preta

– Então a sua sexualidade aí, pelo menos durante a escola, não foi uma questão assim, não é? Não era uma questão em que você estava num processo de autodescobrimento? Isso não era uma questão para você ainda?

– Não. Eu não tava querendo ficar com menina e nem com menino. Não tinha nada disso. Eu queria jogar minha bola, porra. Queria jogar meu futebol.

Também há uma desvinculação entre desejo e identidade de gênero para o entrevistado que narra o trecho a seguir, no qual demonstra como suas incipientes ideias ligadas à homossexualidade estavam atreladas a comportamentos, a jeitos de ser e estar no mundo, e não ao desejo ou ao sexo. Isso envolve, ademais, figuras públicas que servem de referência para crianças e adolescentes que, como discutido anteriormente, optam por não falar nem colocar em questão o tema da sexualidade com as pessoas ao seu redor, na medida em que qualquer comentário pode ser encarado como exposição e levar a novas humilhações. Daí a importância das figuras midiáticas nesse processo de autodescoberta – para garantir modelos positivos ou negativos para jovens e adultos. Quando perguntado sobre o momento no qual se deu conta do que significava “viado”, esse termo que os outros usavam para se referir a ele, o entrevistado afirma:

100 Nossa, eu não sei, eu não sei o momento... porque é isso, né... o que é ser “viado” também, né? Eu acho que por muito tempo pra mim era se aproximar do feminino... por muito tempo, por muito tempo mesmo... eu não entendia a dinâmica da atração assim por outros meninos, isso não era, absolutamente não era claro para mim assim [...] pra mim ser “viado” era isso assim, tanto que eu acho que talvez as grandes referências de “viado” na época era, sei lá, Vera Verão na Praça É Nossa assim sabe? E Vera Verão, pelo que eu me lembro, não explicitava desejo com outros homens na Praça É Nossa assim. A dinâmica, pelo menos do que eu guardo de memória dela, é ela sendo uma pessoa superextrovertida, entre aspas, “exagerada”, que gerava barraco no programa e que as pessoas riam dela em alguma medida... E aí eu acho que é isso, eu não consigo pontuar um momento em que eu consegui meio

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

que vincular isso com desejo com outros meninos assim... E aí eu não sei se eu fiz a vinculação tipo... talvez tenha sido um momento em que percebi que tinha uma dinâmica de meninos ficam com meninas ou meninos se interessam por meninas... que pode, inclusive, pode ter sido na época escolar também assim, né?

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

Talvez o registro de identidade tá vinculado com esse modo de ser no mundo em alguma medida, e zero com quem que eu me deito ou com quem que eu me relaciono assim. Não sei.

Nesse sentido, como tática de autodefesa, também o adiamento do desejo se mostra como possibilidade de sobrevivência na época escolar, uma postergação daquilo que poderia concretizar a pertença à sexualidade ou ao gênero desviantes:

101

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

Eu acho que... em alguma medida eu percebi uma dinâmica de desejo, de interesse por outros meninos né "coleguinha de sala é bonito e tal...", mas se não exercendo nenhuma, não demonstrando nenhuma atração por outros meninos, eu já tava tipo mega-humilhado, jogado às traças... mentira... eu já tava bem ruim, imagina se eu demonstrasse, assim? Então eu acho que eu fui anulando também essas possibilidades de demonstração, enfim... de vivência mesmo, assim. Acho que é um pouco nesse sentido talvez. É, e aí... tanto que é isso, né... meu primeiro beijo foi com uns 18 anos assim, ou 19... acho que foi 19.

Em diferentes relatos, o silenciamento e a abstenção da vivência da própria sexualidade ou identidade de gênero são acompanhados por uma constante vigilância do comportamento, dos trejeitos, dos modos de falar, das pessoas com quem se anda. Em diversos trechos expostos anteriormente, observa-se essa preocupação, uma vigilância que se traduz na compreensão de que ser como se é implica um erro, um problema que deve ser corrigido, neutralizado:

Eu nunca consegui reproduzir bem os estereótipos masculinos assim. E aí o que eu conseguia fazer era neutralizar então né? "Tá... beleza, se eu não vou conseguir reproduzir os estereótipos masculinos, pelo menos eu consigo passar despercebido aqui nos espaços assim..." Acho que é um pouco isso.

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

Ao observarmos os relatos das pessoas entrevistadas à luz do contexto escolar, nota-se a ausência das discussões sobre esse período para algumas pessoas. Isso parece ocorrer especialmente por duas razões. Em primeiro lugar, porque a presença do armário, a possibilidade de esconder e postergar a livre vivência da identidade de gênero ou da sexualidade à luz, evidentemente, de uma sociedade profundamente LGBTfóbica, levaram algumas pessoas a se assumirem muito tardiamente, depois de frequentarem a escola, quando já não eram mais crianças ou adolescentes. Nesses casos, mesmo que já houvesse a consciência do pertencimento à comunidade LGBTQIA+, observou-se, em geral, uma adequação – consciente ou inconsciente – aos padrões binários de expressões de gênero, o que parece ter representado uma menor exposição à violência nos anos escolares – daí a escassez de menções a essas experiências.

Em segundo lugar, as reflexões sobre a escola são ausentes ou escassas em entrevistas de pessoas que não haviam efetivamente se descoberto na infância ou adolescência, que se reconhecem como LGBTQIA+ já na vida adulta, após passarem pela escola. Em alguns relatos, para pessoas que frequentaram a faculdade, a graduação representou uma abertura para a vivência de sexualidades e gêneros dissidentes. Em outros relatos, a gradual descoberta de referências – midiáticas, de outras pessoas LGBTQIA+, de espaços de convivência, etc. – motivou esse processo de autodescoberta. Na próxima seção, focando no primeiro caso, falaremos um pouco sobre o papel ocupado pelas instituições de ensino superior na vivência da LGBTfobia nos dados coletados.

3. ENSINO SUPERIOR: NOVAS DESCOBERTAS E VISLUMBRES DE EMANCIPAÇÃO

Sabe-se que, em um país desigual como o Brasil, acessar o ensino superior é ainda uma oportunidade para a minoria dos brasileiros. Em dados recentes publicados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2022, p. 45), apenas 21% dos jovens brasileiros, entre 25 e 34 anos, tinham concluído o ensino superior até 2021. Diante disso, para muitas pessoas, a relação com o universo da educação formal se encerra no período escolar. Para aquelas pessoas que tiveram a oportunidade de cursar uma faculdade, contudo, ou ainda de seguir os estudos na pós-graduação, a experiência universitária revelou-se extremamente relevante para a vivência de sexualidades ou identidades de gênero dissidentes.

3.1 FACULDADE E AUTODESCOBERTA: UM ESPAÇO DE LIBERDADE

Inicialmente, chama a atenção a maneira como muitas pessoas ouvidas nesta investigação só chegaram a se entender como LGBTQIA+ ou se assumiram enquanto tais a partir da entrada na faculdade.

Quando eu já comecei a me [identificar como lésbica]... foi tarde, foi nesse período aí da faculdade, já quase terminando a faculdade na verdade. Porque durante muito tempo eu ouvia de algumas amigas, tinham algumas amigas que falavam assim "acho que a [NOME] é assexuada", porque enfim, não me assumia, não sei se eu não me via dessa forma, mas aí foi no final da faculdade que eu comecei a dizer sobre isso. Mas ainda demorou um pouco para eu falar "sou sapatona".

Mulher _____ cis,
lésbica, 34 a 38
anos, cor branca

mas eu tinha um namorado na época estrangeiro, que ele era um homem bissexual. Quando eu comecei a me relacionar com ele, eu me achava uma mulher hétero cis, me entendia como mulher hétero cis, e é muito engraçado. Eu tinha medo. Eu achava que era uma coisa muito exótica, muito diferente. Eu achava essas bobagens: "ele vai me deixar por uma pessoa ou pela outra, todo mundo é meu rival de repente". Mas foi com ele que eu aprendi um pouco mais sobre essa experiência. A gente acabou terminando. Eu já estava na faculdade nessa época e aí eu comecei a me questionar sobre a minha sexualidade. Será que eu me sinto atraído por mulheres também? Será que isso é uma coisa que foi imposta? Porque eu não tinha realmente parado para pensar sobre isso.

Homem _____ trans,
bissexual, 24 a 28
anos, cor parda

Para além de ser o pano de fundo sobre o qual algumas pessoas se reconhecem em suas identidades LGBTQIA+, o ambiente universitário aparece, na maioria dos casos relatados, como um espaço promotor de liberdade, onde há o relaxamento da sensação de vigilância comportamental e a possibilidade de uma vivência mais permissiva das sexualidades e dos gêneros:

Mulher cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor branca

eu já morava em Belo Horizonte quando eu entrei na faculdade, só que mesmo já morando aqui, foi uma diferença muito grande porque o ambiente que eu frequentava antes, ainda no meu terceiro ano, ainda era um ambiente extremamente heterossexual. Minha bissexualidade era quase uma curiosidade quando as pessoas perguntavam, eu não vivenciava muito ela. Mas aí na faculdade eu acho que eu percebi que outras pessoas vivenciavam mais tranquilamente e eu percebi que eu poderia também vivenciar mais tranquilamente. Eu acho que foi realmente um divisor de águas.

105

Encontrar outras pessoas LGBTQIA+, conviver com a multiplicação das diferenças e com a aceitação dessa diversidade parece ser um elemento comum na experiência universitária das pessoas entrevistadas. Isso pode sugerir o aplacamento da solidão e da introspecção sentidas na infância e adolescência, no ambiente escolar, e a construção de outras possibilidades de laços afetivos, seja pela construção de relações de amizade, seja pela conexão com outras ideias, mais acolhedoras e respeitosas com a diversidade, como se nota no relato a seguir:

Eu entrei na faculdade em 2015, 2016 e aí eu fazia [CURSO/INSTITUIÇÃO] ali. Aí eu me lembro de um momento que do nada, não lembro mais qual que é a cena, mas eu lembro de eu do nada virar e falar: "porque eu sei que a minha família vai me odiar e que é errado ser eu". E aí uma menina me reprimiu e essa menina ela é incrível, eu amo muito ela até hoje de graça, porque ela ter dito isso para mim foi: "cai na real, meu anjo, que porra é essa que você está falando? Nesse momento, agora, em pleno século...". Ela falou: "que é isso, cara? Você está falando isso, está doido, lógico que não". Aí eu: "putz, véi, é mesmo, não é um erro ser eu, está tudo bem", mas eu tive uma leve fraquejar no sentido de ainda tinham vestígios em mim de certa culpa.

Homem trans, bissexual, 23 a 28 anos, cor preta

Retomando o apagamento das fronteiras existentes entre gênero e sexualidade, é também na faculdade que alguns dos entrevistados experimentaram maior liberdade para sua construção identitária, por meio da exploração de expressões de gênero diferentes, o que passa pelo comportamento e por estilizações de roupas e outros elementos:

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

Acho que quando eu entrei na faculdade, eu tive outra... é... revisão dessa minha identidade, porque o jeito que eu me vestia, me portava e tudo mais era muito mais discreto e... a voz e tal e... conforme eu fui conhecendo outros amigos meus aqui da [INSTITUIÇÃO], eu tive um total desmonte de tudo isso, né... que eu tinha, porque meus amigos eram... se vestiam de forma diferente e tudo mais... então eu tive contato até com moda assim, que foi um grande aliado pra minha identidade como gay... pra tipo eu revisar quê que eu vestia, o quê que eu queria expressar pro mundo e tudo mais...

Similarmente, como demonstra o trecho abaixo, o ambiente universitário aparece como local seguro para a concretização do desejo dissidente, da manifestação de afeto entre pessoas LGBTQIA+, onde a convivência é permitida e considerada segura:

107

Homem trans,
bissexual, 24 a 28
anos, cor parda

O meu namoro fixo com essa pessoa não-binária era meu colega de turma, de [NOME DO CURSO]. A faculdade meio que foi nosso local de namoro, porque a gente não podia namorar fora, ambos trabalhavam, escondidos da família, então a gente, o tempo que tinha para namorar era esperando ônibus, no refeitório, no intervalo da aula. A gente se sentia muito seguro nesse local. A gente podia existir, ser um casal, andar de mãos dadas, dar uns beijinhos, sendo que quando a gente chegava no centro da cidade os dois trabalhavam no centro e, por coincidência, a duas esquinas do outro.

3.2 UNIVERSIDADE E AMBIVALÊNCIA: A PERSISTÊNCIA DE VIOLÊNCIAS LGTB FÓBICAS

Ainda que as faculdades sejam consideradas espaços de maior liberdade e autoaceitação para grande parte das pessoas ouvidas nesta investigação, o ambiente universitário também figurou entre os locais onde ocorreram diferentes violências relatadas. No caso abaixo, a prática do "trote", conhecida como uma espécie de rito de passagem da escola à universidade – que já gerou múltiplos debates na esfera pública, em razão dos excessos que historicamente ocorrem nessas ocasiões, por motivos frequentemente ligados à violência contra minorias – é relatada como uma experiência traumática para o entrevistado:

108 Eu sempre que me lembro do primeiro dia de aula que eles aplicaram, resolveram aplicar um trote e eles forçaram eu basicamente a beijar uma outra menina numa dinâmica de pegar o papelzinho no dente da outra pessoa assim... e isso foi mega-assustador para mim, que eu nunca tinha nem sei lá, pegado no braço de uma outra pessoa, e quanto mais, sei lá, tocar o lábio de uma outra pessoa, com a minha própria boca.

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

A universidade, ainda que pareça mais aberta às discussões de gênero e sexualidade e à convivência das diversidades, não é uma ilha, isolada da sociedade e apartada de seus problemas e hierarquias. É assim que problemas corriqueiros na vida de pessoas LGBTQIA+ ocorrem, também, no espaço universitário, como se observa no trecho adiante, que narra um episódio de assédio muito similar à vivência cotidiana de mulheres em casos de importunação sexual nas ruas ou no transporte público:

Mulher trans,
panssexual,
18 a 23 anos,
cor branca

Hoje em dia, que eu estou mais passável, estou em um estado que com mulher é de boa, homem é inconveniente às vezes. Não vou dizer todos, mas é que tem uns, nossa, às vezes, assim, fui sair de uma aula, saí da aula, o cara estava ali, aí ele parou, ficou olhando de cima a baixo. Eu fiquei tipo: "ai..." fui sair, já meio assim, porque ele parou e ficou olhando. Fui para sair. Aí ele parou do lado assim para me olhar. Eu fui andando. Ele virou para ficar olhando atrás de mim, para olhar minha bunda e foi seguindo, no que eu estava andando. Foi tão desconfortável. O cara acha que ele é genial. Acha que ninguém percebeu.

Similarmente ao caso anterior, o trecho a seguir demonstra que a universidade tampouco é refúgio à ignorância e violência LGBTfóbicas, que é perpetrada inclusive por professores de instituições de ensino superior, que supostamente teriam maior acesso à informação e deveriam estar mais atentos ao respeito às individualidades LGBTQIA+.

Não é um tópico de conversa com gente cis. Eu nunca vi ninguém perguntando como é que é a genitália de outra pessoa cis. Nunca vi. Mas com pessoa trans é normal. É normal a pessoa virar... aconteceu com uma professora, inclusive, aqui da [NOME DA FACULDADE], sabe? Do curso [NOME DO CURSO]. Teoricamente, ainda humanas, deveria ser mais... chegar para mim em uma conversa, sendo ela bem mais velha do que eu, foi um tempo atrás, e querer perguntar como é que eu planejava transar, como é que ia ser minha vida sexual. Hãh? Quê? "Eu não falaria com muita gente, mas é que você parece tão aberta". De onde é que você tirou a impressão de que eu estou disposta a discutir a minha vida sexual com você? É isso. Gente que teoricamente é estudada, teoricamente participa, professora aqui da [FACULDADE E CURSO], pós doutora em não sei o quê.

Mulher trans,
panssexual
18 a 23 anos,
cor branca

Além de reproduzir situações de violência comuns de ocorrerem em outros espaços, a universidade também produz violências específicas, por questões particularmente atreladas ao seu modo de funcionamento. No caso abaixo, a entrevistada narra o peso psicológico de "levantar a bandeira" LGBTQIA+ em grupos de pesquisa e outros espaços tipicamente conectados ao ensino superior, da carga mental atrelada à necessidade de manter pública sua sexualidade, para se sentir legitimada a tecer reivindicações em favor dessa população:

Fui bolsista no [NOME DA INSTITUIÇÃO] muitos anos, depois fui bolsista do Residência [...] anos depois, mas eu fui bolsista muitos anos e eu era pesquisadora do [NOME DO GRUPO], que é um grupo de pesquisa [...] na [NOME DA FACULDADE]. [...] Sempre pesquisando, sempre em diálogo com a educação, sempre falando dentro de educação sobre educação, questões etnoraciais e sempre falando que precisava falar de LGBTs na escola, porque o tratamento dos meus colegas professores LGBTs não era o mesmo tratamento dos professores não LGBTs. A minha grande dificuldade no [NOME DA INSTITUIÇÃO] era que eu era a pessoa que falava de LGBTs sabendo que tinha, pelo menos, umas 10 pessoas LGBTs lá, que não podiam falar sobre, e eu falava: "eu estou aqui para falar, porque sei que tem um monte de gente aqui que não pode falar". E aí era essa a bronca. Eu comprava a bronca toda para mim, porque eu falava assim: eu nunca não vou ser assumida, porque, se eu não for assumida, não vou poder falar e reivindicar os meus direitos. Então eu sou muito assumida, sim, porque aí eu posso bater de frente com tudo. Sabe o que me "fodia" no final? É que a carga mental também ia para cima de mim, que eu ia ter que propor coisas ou soluções, etc. também era eu, que era a pessoa que se "fode" também sou eu. Mas é um pouco isso: eu sou muito feliz por ter comprado as broncas que eu comprei. Acho que eu compraria todas elas de novo. Mesmo tendo me "fodido", eu nunca aguentaria o silêncio. Eu nunca ia aguentar. Nunca ia tolerar o silêncio.

4. EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO DE EMANCIPAÇÃO

Nas seções anteriores, destacamos os achados da pesquisa quanto à infância LGBTQIA+ na escola e seus desafios, enfatizando o lugar da nomeação externa e do *bullying* como catalisadores de autodescobertas frequentemente negativas e confusas; demonstramos como os relatos apontam para uma mescla de violências que tratam ao mesmo tempo da sexualidade e da identidade de gênero e expusemos a ambivalência do ensino superior como espaço de liberdade e de perpetuação da violência LGBTfóbica. Para concluir este capítulo, entretanto, é importante demonstrar o papel que a educação desempenha na vida de diferentes pessoas entrevistadas, funcionando como uma válvula de escape de realidades violentas ou como um farol de esperança para uma mudança cultural abrangente quanto ao respeito à diversidade – ainda que de maneira precária.

No trecho a seguir, observa-se que a educação emerge como possibilidade de a entrevistada vivenciar livremente sua orientação sexual, longe da violência que ela enxerga na própria família. O ensino chega, assim, como um recurso para sair da cidade da Região Metropolitana, onde havia maior conservadorismo e controle sobre sua vida privada, e para encontrar uma formação escolar de qualidade:

Mulher cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor parda

Eu cresci com um pai extremamente e publicamente homofóbico, e aí... nem LGBTfóbico, porque ele só falava do meu primo gay mesmo, mas com o tempo a gente vai entendendo que é contra tudo e todos. Ok, eu já tinha uma pessoa de referência, LGBT, na minha família, que era uma pessoa excluída da minha família, então como ter uma pessoa de referência, ser a pessoa e saber que a pessoa de referência é uma *persona non grata*, isso já coloca a gente em um lugar de defensiva, de "eu não posso existir nessa cidade". Eu busco, então, acessar um ensino público federal de qualidade, por entender que as possibilidades de formação dentro daquela cidade não me cabem, e aí eu tenho que buscar outras, e entender também que as possibilidades de existir enquanto uma mulher LGBT, que eu já tinha reconhecido, mas ainda não tinha reconhecido afirmativamente, eu já tinha reconhecido que isso era um problema na minha vida, não seriam possíveis naquele espaço

Em outro relato, o trabalho com a educação aparece como um propósito de vida para ajudar adolescentes em situação de vulnerabilidade, de forma que o entrevistado retoma o contato com o contexto escolar na posição de professor, buscando orientar e acolher esses adolescentes, oferecendo-lhes um apoio que ele mesmo gostaria de ter recebido na juventude:

Então, eu formei, comecei a atuar, gostei de [NOME DO CURSO], porque ela me mudou, ela me salvou. Quando fiz [NOME DO CURSO], eu me identifiquei, eu falei assim: "nossa, fez tão bem para mim, eu quero agora, a partir dela, poder transformar as pessoas". E aí, eu comecei querer trabalhar com o público adolescente, com o público jovem, com o público empobrecido de orientação profissional, de profissionalizar essas pessoas, de poder ouvir, de resgatar e desenvolver. Foi assim a minha história, a partir de 2010, eu trabalhando no [NOME DA ESCOLA]. E olha como o mundo dá voltas, eu entrei como menor aprendiz e trabalhei oito anos com aprendizes. [...] Na fase mais difícil, que é a adolescência, que é o conflito em casa, que é a pobreza, que é estar dependendo da assistência social, dependendo não, fazendo uso da assistência social, que aí você vê a questão das vulnerabilidades, que não são só econômicas, é muito maior que isso. Então, a minha paixão hoje é trabalhar com adolescentes.

Homem cis,
gay, 39 a 43 anos,
cor branca

No relato de outro entrevistado, o âmbito da educação é visto como um elemento que, de certa maneira, "compensa" o "desvio" em termos da sexualidade. Se, por um lado, existe a frustração de uma expectativa social e familiar com relação à sua orientação sexual, por outro lado, seu sucesso acadêmico lhe faz recuperar o reconhecimento ou o prestígio ameaçados por sua homossexualidade, que se torna um "problema" menor:

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

mas também é uma expectativa social, né? Tipo "beleza, é viado? É viado, mas 'deu certo na vida'...", entre aspas, né? Tipo isso tudo, e a noção de sucesso talvez na nossa geração, ou talvez na minha geração, que acho que você é um pouco mais novo do que eu... tava muito ligado a essa dinâmica dos estudos, né? E aí talvez eu inclusive até hoje ainda tô ainda atendendo lá essas expectativas, né? Porque eu sou o único da minha família, por exemplo, que tá cursando mestrado, né? Um dos primeiros que entrou na graduação... E eu acho que tem um pouco disso, né, desse lugar, de atendimento de uma certa expectativa social em... compensação de uma identidade desviante sexualmente falando. Mas já me resolvi com relação a isso, não com relação à intelectualidade, mas com relação à sexualidade tá um pouco melhor.

115

Infelizmente, a escola, a universidade, os cursos e os espaços educacionais como um todo ainda não são univocamente promotores de acolhimento, respeito e celebração da diversidade. Em anos recentes, as disputas pelo que se pode fazer, o que se pode ensinar e o que é adequado ser abordado por professoras e professores dentro de sala de aula têm movimentado a esfera pública brasileira. Diante dos casos narrados anteriormente, nota-se que as persistentes violências LGBTfóbicas seguem ocorrendo repetidamente nas escolas da RMBH, e os esforços para a rediscussão e reelaboração dessa cultura de violência têm sido muito tímidos e precários, limitados especialmente ao âmbito do ensino superior. Esse movimento ainda está muito aquém do necessário para frear as múltiplas violências que seguem ocorrendo em salas de aula de todo o país, como exemplificam os relatos coletados nesta pesquisa.

Encerramos este capítulo, então, com o trecho do relato de uma entrevistada, que respondeu o seguinte ao ser perguntada sobre os maiores desafios que a população LGBTQIA+ tem hoje para erradicar a LGBTfobia no país:

Dentro das escolas também, as escolas também são grandes incentivadoras, porque não tem nada que ensine a respeitar travestis, piorou, travesti piorou, não tem nada, em nenhum currículo escolar, nunca ensinou o que é uma travesti, eles não sabem nem ensinar, acredito eu, ou não podem, não sei, acho que eles estão querendo até proibir de ensinar o que é LGBT na escola, [dizem que vão estar] incentivando as pessoas a serem LGBT. [...] Você não aprende a ser travesti, [...] como é que você vai ensinar para uma criança como é ser uma travesti, "veste roupa de mulher", não, tem outras milhões de fatores, não é opção, a gente nasce, ninguém quer optar por morrer. Então, esses são os maiores desafios, o preconceito da religião, estou me referindo no Brasil, o Brasil é totalmente religioso, então eles são os maiores incentivadores da nossa morte, e as escolas também, escolas públicas, municipais, nunca... eles não abraçam as pessoas trans de forma nenhuma, você não vai ver, quase nunca vai ver, é um ser estranho estar na escola, desde a direção até os professores, não tem incentivo de políticas públicas contra a violência as pessoas trans dentro e fora das escolas, não tem nada.

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos,
cor branca

Religião

Para que seja possível discutir o lugar ocupado pela religião nas vivências de violência de pessoas LGBTQIA+, é necessário compreender a dimensão polivalente que esse termo pode ocupar no discurso. Inicialmente, podemos estar nos referindo às dinâmicas que se dão nos espaços de convivência, como Igrejas, templos, terreiros, centros, grupos de jovens, entre outros, compreendendo esses locais como espaços públicos e comunitários, voltados à prática de rituais e à socialização entre seus membros (PEREIRA; FILHO, 2012). Esses espaços podem ser tanto palco de cenas violentas quanto locais de busca de apoio comunitário – e até mesmo parte da construção de estratégias de reparação.

Assim, é essencial compreender a interação de corpos LGBTQIA+ com esse meio para amplamente entender a relação entre violência e religião.

Por outro lado, podemos compreender a religião enquanto discurso (VAN DJIK, 2008), ou seja, como uma série de códigos éticos e morais que corroboram para a construção de uma visão unificada do mundo. Nesse sentido, é necessário compreender as diferentes formas como esse discurso foi percebido e/ou assimilado pelos entrevistados do Observatório e quais as consequências relatadas como derivadas dessas ações discursivas.

Em última instância, ainda, é possível compreender a religião como instituição (MENDONÇA, 2004), como macroestrutura organizada, que possui relevância social e política não só entre seus fiéis, mas na sociedade como um todo. Percepções dos entrevistados sobre os impactos que as instituições religiosas possuem sobre as dinâmicas de violência vivenciadas pela comunidade LGBTQIA+, aliás, também contribuem para a construção de um discurso sobre violência que perpassa pelas questões religiosas.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo retratar as diferentes vivências relatadas pelos entrevistados, abarcando a religião como espaço, discurso e instituição. Para isso, foi escolhida uma divisão que evidencie as diferentes formas como a religião pode interagir com as dinâmicas de violência vivenciadas por sujeitos LGBTQIA+ no decorrer de suas vidas.

A primeira parte faz referência à trajetória religiosa dos sujeitos entrevistados, analisando a religião enquanto parte do processo de socialização, assim como compreendendo o sujeito LGBTQIA+ como parte do contexto religioso, entendendo como as dinâmicas de saída do armário e vivência pública da sexualidade se relacionam com a vivência das práticas religiosas e com as relações entre pares do mesmo contexto religioso.

Já a segunda parte visa a discutir interações entre o sujeito entrevistado e o contexto religioso fora da sua trajetória pessoal com a religião, com o objetivo de elucidar como pessoas de diferentes contextos abordam a questão LGBTQIA+, quando a religião se torna uma variante importante nesse processo e quais as diferentes visões de nossos entrevistados sobre a "religião" de forma mais ampla.

1. TRAJETÓRIA RELIGIOSA DE PESSOAS LGBTQIA+

Ao começarmos a avaliar as trajetórias religiosas dos entrevistados, precisamos compreender que, em muitos casos, a vinculação a uma religião se dá junto ao processo de formação do sujeito. As práticas religiosas familiares usualmente são passadas aos filhos logo nos primeiros anos de vida (FERNANDES, 2018). Sendo assim, o espaço religioso é um dos primeiros em que o sujeito passa a se reconhecer como indivíduo e como parte de uma comunidade (SETTON, 2008), ao se reconhecer com o discurso religioso.

Essa identificação com o discurso produz uma alteração não só nas interações desse sujeito com o mundo a sua volta, mas também na forma como ele é visto pelas demais pessoas. Identificar-se e ser identificado como católico, evangélico, umbandista, espírita, entre outros, é uma forma de identificação que aproxima o sujeito do discurso produzido por essa comunidade religiosa (LIBERAL, 2004). Tal aspecto de socialização atribuído à religião fica evidente nos relatos pela falta de um "momento inicial" que marca a entrada no universo religioso. As primeiras cenas relativas à religião usualmente estão conectadas a questões relativas à família, como um ritual semanal realizado em conjunto:

Pessoa gênero
fluido, gay,
24 a 28 anos,
cor preta

Eu ia com meu padrasto porque a gente morava com ele e a adventista é só aos sábados, e a gente ia ao sábado com ele para a igreja na parte da manhã, depois eu ia para a casa da minha avó e ficava lá o resto do dia, porque meus primos moravam lá também, então eu ficava lá brincando o dia inteiro.

No entanto, mesmo que a entrada em uma comunidade religiosa não parta de uma escolha do sujeito, mas de uma imposição familiar, o ambiente religioso tem suas demandas para que o fiel seja plenamente incluído e percebido como parte integrante da comunidade. Essas demandas começam a aparecer já na infância, a partir de uma ideia pré-concebida do "bom fiel", imagem que inclui tanto aspectos éticos e morais, quanto comportamentais e estéticos, a partir dos quais o sujeito será avaliado. A essas concepções de um "bom fiel" se acoplam ideias relativas a dinâmicas de gênero, como evidencia um de nossos entrevistados, que aponta como os membros de sua igreja cobravam que utilizasse roupas mais femininas antes do seu processo de transição:

121

Homem trans,
bissexual, 24 a 28
anos, cor preta

Mas enfim, eu acho que foi uma época bacana de socialização, legal. Ainda assim, eu sentia uns certos toques: se encaixa nesse negócio aqui, sei lá, coisa de roupa, sabe? Eu sempre usei uma blusa neutra e uma calça e tinha: "por que você não comprou uma roupinha tal?"

Enquanto isso, para outros, a imagem do "bom fiel" auxiliava na construção de um espaço em que os atributos vistos como socialmente indesejáveis passavam a ser mais bem aceitos. Uma mulher trans comenta em sua entrevista como a religião foi uma forma de "disfarçar" seus traços mais femininos antes da transição, uma vez que a delicadeza e o cuidado eram características valorizadas em trabalhos voltados para a caridade e para a prática religiosa:

Eu também me escondi muito através da religião. Extremamente religiosa, muito, fazia todos os tipos de caridade que você imaginar de segunda a segunda, existiam pessoas que necessitavam, eu corria atrás de fazer o bem para elas, e com isso ganhei um respeito diferenciado que seria: "não, ele é assim porque ele é religioso", a religião passou a ser um escudo natural.

Mulher trans,
heterossexual,
54 a 58 anos,
cor branca

122

Nesse sentido, podemos observar que as expectativas construídas sobre o sujeito religioso podem tanto gerar dinâmicas de opressão, reforçando estereótipos sobre feminilidade e masculinidade nocivos a sujeitos dissidentes da norma de gênero e sexualidade, quanto podem ser utilizadas de forma tática por esses mesmos sujeitos, para dar vazão a formas de expressão desviantes (LE GALL, 2013).

Nesse sentido, a construção de uma relação mais próxima com a religião pode ser motivada pela sexualidade e/ou identidade de gênero, por mais que isso pareça contraintuitivo. Mesmo em religiões que abertamente condenam as vivências de pessoas LGBTQIA+, alguns aspectos das dinâmicas religiosas podem ser instrumentalizados por esse mesmo grupo para operar sob as questões relativas à sexualidade, por mais que ainda latentes.

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

Eu fui a primeira pessoa que fui à igreja evangélica e... busquei por amparo. Acho que é muito porque eu vi ali na relação com Deus uma forma de tipo... de confessar mesmo alguma coisa que tava guardada em mim, que eu não podia contar com ninguém e... enfim, ter um amparo assim pra algumas questões minhas internas, porque esse segredo de que só a gente sabe até então e ninguém sabia, então eu fui

Nesse cenário, um dos entrevistados utiliza da relação de "confissão" instituída pelas dinâmicas religiosas para construir um primeiro espaço em que seja possível falar sobre a própria sexualidade (FOUCAULT, 2021). A relação com Deus é vista como um espaço subjetivo em que o indizível toma forma, construindo um espaço de elaboração, mesmo que ainda perpassado pelas lógicas internas à instituição religiosa.

123

1.1 CONFLITOS ENTRE A IDENTIDADE RELIGIOSA E A SEXUALIDADE

Enquanto é possível compreender a religião como um espaço de crescimento pessoal e construção de comunidade para pessoas LGBTQIA+, os relatos apresentados pelos entrevistados identificam uma série de conflitos entre gênero, sexualidade e religião que necessitam ser analisados com grande atenção para a elaboração de conclusões mais sólidas. Sendo assim, as próximas seções serão voltadas a expor as vivências dos entrevistados que tensionam sua identificação religiosa com o processo de autodescoberta enquanto parte da comunidade LGBTQIA+.

Um dos embates que aparece nas narrativas dos participantes da pesquisa é localizado especialmente na época da puberdade, junto às primeiras manifestações de desejo sexual voltado a pessoas do mesmo gênero, com a consequente moralização e culpabilização desse desejo a partir de lógicas religiosas. Esse fenômeno é observado em religiões de tradição católica e evangélica, uma vez que essas práticas comumente associam a ideia de "pecado" às relações homossexuais.

Essa ideia do desejo como "pecado" produz uma alteração no nível subjetivo dos sujeitos LGBTQIA+ identificados com a fé cristã, uma vez que esse desejo os localiza como "pecadores", sendo associados à impureza, à fragilidade moral e à falha de caráter. Quando perguntada sobre o processo de autoaceitação, uma das entrevistadas nos traz questões que levantava em sua juventude:

Até porque, pela criação e educação, aquilo era um pecado. Então, no meu íntimo, me sentia uma pessoa suja, que eu estava cometendo um grande pecado, que eu precisava morrer. Foi muito pesado, muito.

Mulher cis, lésbica, 49 a 53 anos, cor preta

Assim, a noção de "pecado" instaura outro elemento essencial para a compreensão do conflito, que é a dimensão da culpa: o pecado é personalizado na ideia da culpa cristã. O sujeito é "culpado" pelo seu desejo, deve lutar contra ele, resistir a ele e se desidentificar dele. Na visão dos entrevistados, é impossível ser um "bom fiel" enquanto a "fraqueza" evidenciada no desejo sexual permanecer.

124

A gente vai pela culpa, não é? A gente nasce com culpa dentro desse rolê cristão, a gente nasce trazendo já uma culpa e a gente vive para poder tentar, dentro dessa lógica é óbvio, enfim...

Homem trans, bissexual, 24 a 28 anos, cor preta

Alguns entrevistados relatam como essa "culpa" construída pelo desejo leva ao adoecimento psíquico, marcado, aliás, pelo discurso cristão do sofrimento como caminho para a iluminação (RANKE-HEINEMANN, 2019). O sofrimento produzido pela tensão entre a identidade

religiosa e a sexualidade recém-descoberta é considerado parte constituinte de um processo "conversivo" no qual o fiel deve tomar posição ativa perante seu desejo, orando e pedindo a Deus pela "cura".

Um dos entrevistados demonstra como esse adoecimento psíquico se manifesta a partir de um ideal conversivo, que é assimilado pelo fiel com uma missão à qual ele se dedica não só pela oração, mas pela dedicação às práticas religiosas, como uma forma de "compensação" pela condição de pecador.

Homem trans,
bissexual, 24 a 28
anos, cor preta

Depois de um tempo eu entrei para a igreja e aí eu queria rezar e pedir a Deus todas as noites para poder tirar isso de mim. [...] E aí teve vários momentos de oração e idas à missa e tempos horrores que eu doava para a Igreja, para poder, sabe, compensar, para valer um pouco mais a pena a minha vida.

125

Essa posição de martírio motivada pela cura não é simplesmente assimilada pelo sujeito. Outro participante relata sobre como o desejo da "conversão" não se resumia a uma rejeição do desejo, ou mesmo à motivação de tornar-se um "bom fiel" (RANKE-HEINEMANN, 2019). O relato marca a pressão social realizada pela comunidade religiosa, representada pela família, assim como a ideia de que essas práticas em si já seriam infrutíferas, sendo que a promoção do sofrimento conversivo deixa de ser vista como "útil", sendo configurada só como parte das dinâmicas de convivência:

Eu confesso que em alguns momentos eu tipo já chorei muito, eu orei muito pra que tipo Deus realmente me curasse assim, porque eu achei que as coisas seriam um pouco mais fáceis. [choro] Desculpa. E aí eu lembro de comentar e ajoelhar assim, orar e tudo mais, mas nunca foi uma coisa muito partida de mim, foi mais, é... falado pela minha mãe, constantemente, então eu falei assim: "ah, se realmente houver essa cura né, por meio desse convívio com Deus e tudo mais, então eu vou fazer o que for necessário". Mas era em vão, porque, no fundo, no fundo, eu sabia que aquilo ali era balela né... Então não tinha por que, enfim, argumentar, discutir sobre... então acho que era mais isso mesmo.

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

Nesse sentido, evidencia-se um segundo momento de conflito, um que não é mais marcado pelas dinâmicas subjetivas e pela aparição do desejo, mas sim pela confissão pública desse desejo. O termo "confissão", aqui, é utilizado em oposição ao termo "saída do armário", pois o ato de verbalização não tem como objetivo marcar uma identificação com a comunidade LGBTQIA+, mas servir como uma denúncia do próprio pecado e como uma busca pelo suporte da comunidade religiosa.

A partir desse momento, o exercício da violência se corporifica. Não se trata somente de uma dinâmica discursiva internalizada que produz sofrimento, mas parte de um investimento comunitário que tem como objetivo a normatização por meio da vigília e das práticas religiosas. Um dos entrevistados pela pesquisa foi enviado a um retiro religioso após contar à mãe sobre seu desejo por outros meninos.

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

é... enfim, como me colocaram numa espécie de... retiro no final de semana pra ver se eu conseguia... melhorar... é, tinha uma constante pressão em cima pra tipo disfarçar o que eu era, era um assunto que não podia ser comentado em público ou com qualquer pessoa, era cada vez mais encoberto.

Os esforços para a conversão são contraditoriamente acompanhados de um apelo à simulação da heterossexualidade ou, pelo menos, de um encobrimento dos elementos possíveis de serem taxados como "desviantes". Evidencia-se, então, que tão importante quanto a "cura" em si são as dinâmicas de performance, uma vez que a oração e as práticas comportamentais podem levar à eventual conversão. Mas enquanto tal graça ainda não é alcançada, o fiel é incentivado a ocultar qualquer indício de seu pecado.

O motivo pelo qual a performance é objeto de vigília se encontra no aspecto condicional da identidade religiosa, relatado pelos entrevistados. Nesse aspecto, nota-se que só são vistos como parte integrante da comunidade aqueles que são identificados como "dignos" perante o código ético e moral da religião. Por meio dos relatos, podemos compreender que os corpos identificados como parte da comunidade LGBTQIA+ não são vistos como merecedores de suporte comunitário, sendo tomados em posições marginais dentro da fé e sendo vítimas de humilhações e violências:

Acho que a religião, ela tem, até certo ponto – a religião eu posso falar da católica, mas eu imagino que a evangélica tem um pouco disso, o protestantismo em geral – tem um pouco disso de amar uns aos outros, mas não todos. E eu acho que até certo ponto eu entrei nessa ideia de que ali eu seria de fato acolhido e conseguiria lidar com meus demônios e sei lá o que. E aí eu saio percebendo que não, percebendo que a galera tava lá me “xoxando” pelas costas, que a mesma pessoa que me pedia todos os favores do mundo para desenrolar, sei lá, as músicas da igreja, da missa, era a mesma pessoa que odeia gente como eu.

Homem trans, bissexual, 24 a 28 anos, cor preta

128

Nos relatos coletados, a percepção do sujeito LGBTQIA+ como marginal nas vivências religiosas torna-se ainda mais evidente posteriormente à saída do armário, uma vez que a sexualidade é tomada como parte da identidade pública da pessoa, e a convivência na comunidade religiosa se torna ainda mais precária. Com a afirmação pública do desejo e a busca de espaços LGBTQIA+, os desejos de conversão e os pedidos de oração já não parecem mais uma forma de suporte, mas sim, uma violência.

Eu fui comentar com uma dessas minhas amigas da época. Falei o que eu achava para ver como ela se portaria com relação a isso. Falei que eu achava que eu era gay. Ela falou que não podia fazer nada, que a única coisa que poderia fazer era orar por mim [...]. Ela falou que ia orar por

Pessoa gênero fluido, gay, 24 a 28 anos, cor preta

mim para ver se eu me livrava disso. Aquilo me incomodou. Falei: me livrar? Não tem cura. Não é isso. Isso me decepcionou bastante e eu saí da igreja.

Para os entrevistados da pesquisa, a manutenção da identidade religiosa se mostrou impossível. Os relatos de saída da religião deixam claro essa contradição que é a do fiel LGBTQIA+, a sobreposição das duas identidades evidencia que a vivência pública da sexualidade e a construção do que ficou comumente conhecido como "orgulho LGBTQIA+" são incompatíveis com a vergonha e o sofrimento impulsionados por algumas comunidades religiosas:

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

e eu acabei saindo depois porque, mais tarde, eu entendi também como funcionava algumas coisas lá dentro que eram totalmente contra o que eu era né? Então quando eu... saí, a minha mãe fez um constante movimento de tentar recuperar eu pra poder colocar ali na igreja, e foi muito doloroso, porque em um dado momento ela já sabia né, que eu era homossexual, então a forma com que eles lidaram com isso foi de uma forma muito precária assim, e pesada mesmo.

129

A saída da igreja é marcada como um momento de perda de um espaço de convivência e socialização e de enfraquecimento de laços comunitários e familiares. No entanto, essa é uma perda gradual, na medida em que antes do desligamento da religião já se opera um desgaste contínuo das relações estabelecidas com o espaço religioso devido às demandas relativas à sexualidade.

Por outro lado, a saída da religião também é relatada como um processo de libertação, como um processo necessário para o início de uma outra relação com a sexualidade. Uma relação que não precisa passar por noções de culpa e pecado, que não carrega tanto o peso da vigilância da comunidade. Alguns entrevistados falam sobre a construção de um espaço onde possam ser LGBTQIA+:

Começaram a falar para eu ir para a igreja. A gente sabe o motivo, que na igreja eu ia me encontrar e tudo mais. E, na verdade, não. Na verdade, me ajudou realmente a me encontrar, porque eu percebi que não era meu lugar. Aí eu comecei a sair com outras pessoas e foi super tranquilo.

Pessoa gênero fluido, gay, 24 a 28 anos, cor preta

1.2 A INSTITUIÇÃO RELIGIOSA COMO SUPORTE

Em contraste com a narrativa exposta na seção anterior, também nos foram relatados episódios em que a comunidade religiosa agiu como suporte ativo para os entrevistados em momentos de vulnerabilidade. Os relatos evidenciam a importância que o aspecto comunitário possui na construção de estratégias contra a LGBTfobia, mas também demonstram os desafios específicos que o meio religioso tem ao lidar com questões relativas à sexualidade.

Um desses relatos parte de uma entrevistada que foi expulsa de casa nos primeiros anos de sua adolescência, após se assumir como lésbica para a família. Como consequência, ela teve de interromper os estudos, ficou sem fonte de renda e teve de morar na rua:

E após uns 4 a 6 meses vagando, transitando, sem saber que rumo tomar, encontrei com uma amiga que eu conheci num terreiro de Umbanda aqui em [CIDADE], ela me viu, ela falou: o que você está fazendo aí? Você está morando nas ruas? Fiquei muito constrangida em dizer e afirmar para ela. Aí ela falou: não, você é minha irmã, você não vai ficar nas ruas, não. Eu falei com ela: olha, [NOME1], você mora com sua mãe e seus três filhos? Ela morava num imóvel de dois cômodos e um banheiro externos, os três filhos, o marido e a mãe. Aí [NOME2], que era o esposo dela na época, ele pode ficar bravo com você. Aí ela: não, se ele ficar bravo, falar alguma coisa, ele sai, mas você não vai ficar nas ruas.

Nesse cenário, a identificação religiosa produz uma dinâmica de "irmandade", que não só motiva o auxílio oferecido à vítima de violência, mas também coloca esse apoio como uma obrigação moral. A identidade religiosa produz um senso de comunidade que promove o auxílio mútuo, sem moralizar ou condenar a sexualidade.

É necessário destacar que este é o primeiro momento em que vivências de religiões afro-brasileiras são abordadas neste relatório. Isso se dá pois não tivemos relatos de violências motivadas pelo discurso religioso umbandista ou candomblecista, assim como não tivemos relatos de violências que aconteceram nos espaços sagrados dedicados às práticas religiosas desses grupos. Essa ausência não quer dizer que esses sejam espaço em que não se estabeleçam dinâmicas de LGBTfobia, somente que tais situações não foram constatadas em nossa amostra.

Seguindo a lógica anterior, da religião como um espaço de assistência em momentos de vulnerabilidade, temos o relato de outra entrevistada, que também esteve em situação de rua por um período de

sua vida em razão de sua expulsão da casa dos pais. Nesse período, a participante buscou abrigo em vários espaços, tanto estatais quanto filantrópicos, sendo um desses uma Igreja católica de sua região:

Até mesmo dentro da igreja, quando eu morei no porão de uma igreja próxima a minha casa [NOME DA IGREJA], do falecido padre que me ajudou muito aqui. Morei lá no porão.

Travesti _____,
heterossexual _____,
34 a 38 anos,
cor branca

No entanto, no relato em questão, a realidade dos esforços filantrópicos da Igreja era um pouco mais desafiadora do que o que fora inicialmente previsto pela entrevistada.

Isso porque o suporte era visto como insuficiente – não correspondia às demandas básicas que um sujeito necessita para a sobrevivência –, além de ser acompanhado de violência transfóbica por parte dos funcionários da paróquia.

132

A igreja é totalmente diferente do que prega, é horror, tinha lugar para morar, mas não dava um prato de comida, não dá para morar assim não, era um porão, mas para mim era ótimo, para eu continuar meus estudos.[...] aí eu tinha horário para chegar na igreja, ele tinha que fechar os portões, e a secretária lá não dava a chave de jeito nenhum, que ela era transfóbica, não dava nada de comer, era horrível, a maioria das minhas refeições eram um pão, dois pães por dia, o resto do dia ficava perambulando caçando comida.

Travesti _____,
heterossexual _____,
34 a 38 anos,
cor branca

Nesse caso, o apoio da Igreja interferia nas dinâmicas laborais da entrevistada, uma vez que ela exercia a função de trabalhadora sexual no turno noturno, retroalimentando sua necessidade por assistência, já que ela não possuía fonte de renda. Além disso, sua identidade de gênero é apontada como um fator que motivava tratamento prejudicial, uma vez que a negligência da funcionária foi interpretada como transfobia.

Os esforços filantrópicos da Igreja, nesse cenário, não são pensados especificamente para corpos LGBTQIA+, principalmente para corpos trans, sendo assim reproduzidas violências sistêmicas na efetivação do processo de auxílio. Assim, é possível deduzir que, para além da disponibilização de serviços de assistência, é necessário que esse seja pensado de forma crítica, tendo em vista o seu público-alvo.

2. PERSPECTIVAS DE PESSOAS LGBTQIA+ SOBRE RELIGIÃO

Enquanto a análise de narrativas relacionadas a trajetórias religiosas dos entrevistados é um elemento essencial para compreender as interações entre religião e a violência contra pessoas LGBTQIA+, ela não é suficiente para abarcar todas as interseções entre esses temas. Nesta seção, serão analisadas as vivências de violências relatadas ao Observatório que são perpassadas por aspectos religiosos, mas que não envolvem o sujeito LGBTQIA+ como participante da religião em comento.

Uma figura a ser destacada ao discutirmos essas vivências é a do "crente" ou "evangélico", termos guarda-chuva que visam a abarcar os fiéis de vertentes neopentecostais da fé cristã como um todo. A figura do "crente" já se encontra assimilada ao imaginário social brasileiro, mas nem sempre é utilizada como um termo neutro. No discurso de nossos entrevistados, marcar alguém como "evangélico" durante o relato tem o objetivo de identificá-lo ao discurso retrógrado veiculado por algumas lideranças do movimento neopentecostal.

Esse fenômeno se torna visível quando um agressor é qualificado como "crente" ou "evangélico": a qualificação de quem agride aparece como forma de evidenciar as visões conservadoras ou particularmente LGBTfóbicas associadas a esses grupos religiosos. Isso ocorre mesmo quando a violência não parece possuir motivação religiosa evidente, quando o discurso neopentecostal não chega a ser utilizado expressa-

mente na perpetuação ou justificativa da violência. É o que se observa no trecho a seguir, em que o conservadorismo da interlocutora do entrevistado é lido como manifestação indireta de sua religião:

Tem uma irmã minha que ela é evangélica também fervorosa, e ela... ela me trata super bem e tudo mais, mas tipo assim... preconceituosa no fundo, no fundo, dá pra perceber. Então ela... às vezes faz alguns comentários e tudo mais. Como por exemplo, meu cabelo tava grande, eu tava amarrando com uma presilha assim, um rabo de cavalo. Aí ela falou "ai, por que tem cabelo de mulher, tipo... tudo mais" e eu falei "ai, não tem nada a ver isso com isso..." e por aí vai.

Homem _____ cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

134

Todavia, a figura do "crente" também aparece em cenários em que a religião é central para a forma como a violência é perpetrada. Ao falar sobre a relação de sua família com sua identidade de gênero, uma das entrevistadas evidencia a posição de uma das suas tias perante o uso de pronomes femininos e de seu nome social:

Só com uma que é evangélica doente que é meio difícil, mas eu relevo, [...] se tratar no feminino ela acha que vai para o inferno, essas coisas.

Travesti _____,
heterossexual _____,
34 a 38 anos,
cor branca

Nesse caso, o discurso religioso é colocado como motivação – ou, pelo menos, como justificativa – para práticas transfóbicas, sobrepondo a identidade religiosa às práticas de violência contra pessoas LGBTQIA+. Para a tia da entrevistada, ser uma boa fiel parece estar diretamente associado ao cultivo de práticas LGBTfóbicas, na interpretação da própria participante da pesquisa.

Essa associação também aparece como uma expectativa de violência. Para alguns entrevistados, conviver ou frequentar o mesmo espaço que pessoas de religiões neopentecostais é já esperar que a violência se manifeste de alguma forma. Um de nossos entrevistados narra que era evidente que ele ouvia comentários homofóbicos no trabalho, uma vez que muitas de suas clientes eram parte da comunidade evangélica:

Homem trans,
bissexual, 24 a 28
anos, cor parda

Eu lembro que eu atendia pessoas que eram pastoras na Universal, religiosas, pessoas que a gente sabe estereotipicamente que não lidam muito bem com o público LGBT.

135

Atribui-se à comunidade que se nomeia de “evangélica” uma potencialidade violenta de antemão. Essa ideia é elaborada por um dos entrevistados, que mora com os avós, ambos evangélicos, e que relata ter uma certa tolerância aos comentários homofóbicos que lhe são dirigidos, dizendo que não acredita que seja possível produzir qualquer mudança na “mentalidade” dos parentes – em razão de sua fé e de sua idade:

Pessoa gênero
fluido, gay,
24 a 28 anos,
cor preta

Mas já tem uma mentalidade construída, uma mentalidade evangélica, já está com aquela coisa ali, então eles não vão se desligar desses ideias tão fácil como foi para mim, por conta da idade.

Essa ideia da "mentalidade" atribui um fator estruturante à forma como a violência LGBTfóbica é perpetuada, que indica que no processo de identificação da pessoa com a fé há o estabelecimento de uma posição fixa perante as questões relativas ao gênero e à sexualidade. Para a eventual mudança de "mentalidade", o entrevistado aponta a necessidade de se "desligar desses ideais", o que parece sugerir um formato de "desidentificação", mesmo que parcial, com o discurso promovido pela religião.

Essa "mentalidade" também pode ser evidenciada pela forma como os ideais de cura e salvação expostos anteriormente são aplicados a pessoas de fora da comunidade religiosa. Os pedidos de oração e a generalização de que pessoas LGBTQIA+ necessitam de orientação dentro da ordem neopentecostal apontam para uma solução unívoca, um dever de submeter pessoas LGBTQIA+, mesmo as que não possuem qualquer relação com a fé, às dinâmicas violentas dos processos conversivos:

A gente foi conversando antes de começar e aí ela começou a falar muito da vida dela e tal, falando da importância da igreja na vida dela e que houve uma época, ela estava perdida no mundo porque os amigos dela todos usavam drogas, ela estava ficando depressiva porque ela não gostava de si mesma. E aí, a gente meio que entrou nesse assunto sabe, de sexualidade também... e meio que assim, ela respeitou, mas ela estava com esse... ainda tem esse... essa ideia assim, de que "ah, não, é uma coisa errada, eu vou te orientar, vou tentar te levar para a igreja, mas eu respeito você fazer sabe, eu não te odeio, porque Jesus... a gente tem que odiar o pecado e não o pecador, sabe?"

Mulher cis, lésbica, 24 a 28 anos, cor branca

Mesmo para além do debate em torno do neopentecostalismo, em repetidos relatos, as instituições e lideranças religiosas são colocadas na posição de incentivar e justificar a violência produzida contra corpos LGBTQIA+ – principalmente contra corpos trans e travestis. Uma de nossas entrevistadas, em seu relato, reafirma como o discurso religioso vem sendo utilizado para disseminação do discurso e da prática LGBTfóbica:

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos,
cor branca

E a religião em si, é o lugar em que a gente é mais atacada, mais demonizada, que mais incentiva nossa morte, incentiva nossa exclusão, é a religião, para mim, eu não sou ateia, eu creio em Deus ainda, mas a religião é a maior incentivadora de violência contra nós travestis, é a religião, que nos demoniza.

137

Os efeitos da influência da religião não se limitam a atos individuais de pessoas identificadas à fé, mas a uma questão sociocultural brasileira, uma vez que a magnitude da influência do cristianismo no país interfere no processo de socialização e educação no país. Para a entrevistada, questões relativas à transexualidade seriam propositalmente apagadas ou distorcidas, visando ao incentivo a processos de discriminação e violência contra essa população:

Mas hoje em dia, nos tempos de hoje, é escancaradamente o incentivo de violência a nós travestis, a religião não está escondendo esse preconceito mais, é na cara dura, você vê na televisão, é na cara dura, e desde criança, o Brasil é um país totalmente religioso, dividido entre católico e evangélico, e desde criança eles ensinam, através da Bíblia, "Deus criou o homem e a mulher", desde criança, isso é óbvio, toda criança é criada desse jeito, eles não sabem te explicar o que é uma travesti, eles não sabem, eles não sabem incentivar o amor às travestis, o respeito. Então, acho que o maior desafio para nós travestis é a religião, é o maior empecilho, maior desafio em geral, que ela está escancaradamente... ela incentiva a violência na nossa cara, todo mundo vê.

Travesti _____
heterossexual _____
34 a 38 anos,
cor branca

138

Para a entrevistada, a consequência final da ampla ação do discurso religioso na proliferação de ideais LGBTfóbicos seria a morte dessa população, de modo que o maior desafio atual da comunidade LGBTQIA+, em sua opinião, seria assegurar que a religião pare de incentivar a morte de seus membros, principalmente de mulheres trans e travestis:

Então, acho que o maior desafio, o que mais incentiva a nossa morte é a religião, das travestis é a religião, e dos LGBT em geral, mas quem incentiva a nossa morte é a religião, para mim, é nosso maior desafio.

Travesti _____
heterossexual _____
34 a 38 anos,
cor branca

Concluindo seu pensamento, a entrevistada finaliza suas pontuações sobre religião com um pedido que se afasta do discurso religioso institucional para se voltar a um apelo pelo amor: para que possamos constituir, concreta e coletivamente, uma sociedade com um olhar e uma postura mais afetuosa e respeitosos em relação à população trans e travesti:

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos,
cor branca

O meu ponto, prioridade, as pessoas nunca falarem de Deus criou o homem e a mulher, em quem acredita nele, essa é minha prioridade, Deus criou pessoas, para quem acredita nele. E o meu recado é amar mais a gente, tentar conviver conosco mais, para nos conhecer, não ter só aquela visão que a sociedade passa, que a televisão passa, de violência, a gente não passa doença para ninguém, se encostar em você, você não vai pegar doença, eu sou um ser humano. Amar mais a gente, olhar mais para nós travestis.

Trabalho

A literatura hegemônica sobre trabalho tende a unificar o ato de trabalhar a partir das vivências de um sujeito universal, abstratamente construído. Sobretudo no campo do direito, os estudos são canalizados na figura do trabalhador homem, cisgênero, branco e heterossexual, compreendido como o trabalhador padrão (PEREIRA, 2017), para quem o arcabouço protetivo da norma jurídica foi desenhado (PEREIRA; NICOLI, 2020).

Por tais razões, entendemos que parte da produção bibliográfica tradicional sobre o trabalho negligencia, ainda que inconscientemente, diversos marcadores sociais da diferença quando da análise da realidade das pessoas que trabalham. Isso porque a experiência do "trabalhador padrão" tende a ser generalizada, como se fosse uníssona, o que acaba por perpetuar estigmas e violências vivenciados no trabalho, que não são praticados contra o suposto "sujeito universal trabalhador".

Tanto é assim que o mercado de trabalho é inquestionavelmente conformado nessa lógica (SILVA; FERRITO; LEAL, 2018), de modo que a maioria dos postos de trabalho é ocupada por homens cisgênero e brancos, fruto da divisão sexual do trabalho (FEDERICI, 2019), que negligencia corpos femininos e divide atividades entre homens e mulheres. Tal divisão se acentua quando falamos sobre os corpos de pessoas trans e travestis, pelo que podemos considerar ainda a divisão transexual do trabalho (OLIVEIRA, 2019).

No campo jurídico, as violências no trabalho tendem a ser categorizadas como "discriminações", ou, quando muito, como "assédio", o que pressupõe uma certa permanência cotidiana da violência (SANTOS, 2016). No entanto, entendemos que esses conceitos acabam por ignorar certas práticas de violência, ao incluir uma série de requisitos para que determinada conduta seja efetivamente considerada como discriminação ou assédio, mormente pelo fato de a norma jurídica ser produzida em um ambiente composto, majoritariamente, por homens que se enquadram no tipo do trabalhador padrão.

À luz desse diagnóstico, esta seção tem o objetivo de identificar, a partir dos relatos constantes das entrevistas aplicadas, quais as violências praticadas contra as pessoas LGBTQIA+ no trabalho. Não se trata meramente de pontuar as violências indicadas pelas pessoas entrevistadas, mas de reconhecer, em seus relatos, outras formas de discriminação.

minação, que se apresentam no dia a dia do trabalho, ainda que não sejam expressamente consignadas como tais.

1. ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

O trabalho não é um vetor de violência que se apresenta em todas as entrevistas analisadas. Não significa dizer que as pessoas entrevistadas não reconheçam o trabalho como um espaço de constrangimento, ou que não tenham vivenciado discriminações laborais, mas apenas que o tema não se manifestou expressamente em todos os relatos.

Ao observarmos com atenção as narrativas coletadas, percebemos que, antes de se revelar como um local de violência, o trabalho se apresenta como uma primeira plataforma de libertação: um instrumento de emancipação de sofrimentos vivenciados no cotidiano, que adquire esse contorno pela perspectiva econômica. Em que pese não tenha sido expressamente pontuada dessa forma, notamos que a independência financeira, conquistada por meio do trabalho, é almejada para que se alcancem objetivos pessoais como sair de casa, mudar de cidade, arcar com os estudos e viver propósitos particulares.

142

E aí fiz o cursinho e tudo mais, e passei nas duas faculdades. Só que aí [*riso contido*] tinha uma parte do plano que eu não tinha pensado que era... um dinheiro pra eu me locomover, né... ter que passar esses primeiros meses em que eu não tinha assistência estudantil... como que eu ia sobreviver? E aí caiu a ficha na hora quando eu tinha passado. E como eu não tinha dinheiro, até tentei correr atrás na época, mas não deu muito certo, não consegui juntar muito dinheiro... E acabou que no ano seguinte eu fiz mais 1 ano de cursinho e quando chegou ali em meados de agosto eu... me desliguei do cursinho e falei "não, agora eu vou trabalhar... vou juntar um dinheiro e no final do ano quando eu fizer a prova eu vou conseguir passar".

Homem _____ cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

Mulher cis,
lésbica, 49 a 53
anos, cor preta

Eu comecei a trabalhar como doméstica já na infância, com 6 para 7 anos. Então, nessa ocasião, eu havia dito, normalmente trabalho doméstico restava a quem não tinha escolaridade. Então nós não tínhamos também direitos trabalhista, até porque a PEC das Domésticas surge em 2013, quando eu dou um ápice na minha vida, que eu bacharelei em Direito, passei no Exame da Ordem e me tornei advogada, mas nessa ocasião, eu morava para ter especificamente onde comer, morar, dormir e ainda ter uma renda, por mais que fosse uma exploração, por mais difícil que fosse e doído, mas pelo menos ali era uma fuga que eu não precisava contar com a minha família financeiramente e nem de um abrigo. Era a forma que eu tinha de ter a minha independência financeira e estrutural.

143

Mulher cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor parda

Hoje eu trabalho com fotografia, única coisa que salva a minha vida todas as vezes que eu fico desempregada. Mas é isso. Tenho uma carreira como fotógrafa também. Ela está aí, existindo, embora eu cuide muito menos dela do que eu gostaria.

Nada obstante, o acesso ao trabalho não ocorre da mesma forma para todas as pessoas LGBTQIA+. Nas entrevistas realizadas, verificamos uma menção corriqueira à dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal por pessoas trans e travestis, o que confirma que a primeira violência vivenciada pela população T, no mercado de trabalho, é exatamente a oportunidade de começar a trabalhar.

Qualquer coisa, eu ia em agência de emprego, milhares aqui em Belo Horizonte, tinha um monte, deixava currículo e tudo, não adiantou nada, ninguém chegou, qualquer coisa eu ia pegar, estava precisando, mas infelizmente nada funcionou. Aí era o meu momento de transitar e encarar a vida.

Travesti,
heterossexual,
34 a 38 anos,
cor branca

144

E na hora que você vai procurar um emprego, a porta está fechada, eles querem te dar, por exemplo, eu tenho formação de terceiro grau, e na hora que eu vou procurar, olham o meu currículo e falam: "não, você está além", aí eu já tirei essa informação, vou ficar com o segundo grau. Aí querem me dar o que? Caixa de supermercado, atendente de balcão, alguma coisa desse jeito. Não vejo nenhum problema, até que vejo sim, você é um atendente de padaria, ótimo, o que você tem que fazer? Passar pano no chão. Vou dar uma de esnobe, estudei muito para passar pano no chão, eu passo na minha casa, no meu quarto, isso tudo bem, agora, cada um no seu setor. Eu sou balconista, a faxineira é faxineira, e o me pague para dupla função, alguma coisa nesse sentido porque eu acho um absurdo.

Mulher trans,
heterossexual,
54 a 58 anos,
cor branca

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos.
cor branca

Atualmente eu estou desempregada, fui mandada embora do meu serviço tem quatro dias, aliás, uma semana, que eu trabalhava no teatro, [...], meu primeiro emprego de carteira assinada enquanto mulher trans, nunca tinha arrumado serviço de carteira assinada por eu ser travesti, foi a primeira vez na vida.

A autopercepção da exclusão de pessoas trans e travestis pelo mercado de trabalho é categoricamente pontuada, inclusive quando notamos que a recusa na contratação por parte dos empregadores se sobrepõe à qualificação profissional. Ademais, quando os obstáculos impostos são superados, notamos a manutenção de desafios para a permanência e o pertencimento no emprego. Necessário ponderar que muitas pessoas trans e travestis, para garantir a sua subsistência, recorrem a trabalhos precários, inclusive a prostituição, seja por escolha própria, seja pela já pontuada falta de acesso a outras oportunidades.

145

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos.
cor branca

Na prostituição eu tive moradia, aí tudo melhorou, mas a violência era diária, correndo risco de vida, isso foi em 2005, era muito... é perigoso até hoje, acho que hoje até mais, não era nem tão... se não fosse a prostituição eu não tinha onde morar mais, acho que nem... já tinha ido para o crime já.

Porque o fato de que 90% das pessoas como eu estão na prostituição dói. Porque a gente não tem opção. O fato de que o preconceito é tão enraizado, institucionalizado e está dentro das pessoas, que eu já ouvi transfobia sem parar das pessoas à minha volta só porque elas não sabem que eu sou. Então elas falam o tempo inteiro. É claro que eu não vou dizer nada, não vou comentar, mas na minha mente, quando uma pessoa fala uma coisa dessa, eu sei que ela não é uma pessoa razoável, não é uma pessoa com quem eu quero ter uma relação de verdade, não é uma pessoa de quem eu quero ser amiga, não é uma pessoa com quem eu quero ter nada. Porque é uma pessoa ruim. Eu vejo a minha comunidade sendo massacrada dia após dia. Gente como eu morre.

Mulher trans,
panssexual,
18 a 23 anos,
cor branca

Percebemos uma justificável indignação com a lógica cisheteronormativa que estrutura a divisão sexual do trabalho, que culmina com a primária falta de acesso ao mercado de trabalho formal e com o constante enfrentamento de discriminações. Nesse contexto, notamos que o trabalho autônomo pode emergir como uma suposta e aparente forma de fugir das discriminações vivenciadas no ambiente de trabalho.

Homem trans,
bissexual, 24 a 28
anos, cor parda

Agora eu acabei me demitindo do meu emprego anterior, inclusive, porque eu não estava aguentando mais estar ali como pessoa trans, estava sendo bem difícil, então eu pedi demissão, e aí comecei a trabalhar como autônomo. Trabalhando como autônomo eu tenho um pouco mais de liberdade de poder existir como [NOME] e ser o [NOME], mas eu ainda vou almoçar na rua, eu ainda vou ao supermercado, eu ainda vou ao hospital, e ali no ponto onde você encontra as pessoas conhecidas que você começa a vivenciar as violências, que a gente não consegue escapar, de certa forma.

Ao nosso ver, não se trata de uma crença absoluta na autonomia como a forma de trabalho mais protetiva, mas sim na imediata solução apresentada para enfrentamento das violências laborais, sobretudo em um mercado de trabalho que estigmatiza corpos dissidentes e impede o direito básico de acesso ao trabalho. Assim, o recurso ao trabalho autônomo se apresenta como uma forma de resistência às discriminações e violências, que se iniciam no acesso ao mercado de trabalho, e se expandem pelo cotidiano laboral das pessoas.

2. MANIFESTAÇÕES DE LGBTFOBIA NO TRABALHO: DAS DISCRIMINAÇÕES AOS ASSÉDIOS

Para que determinado ato seja juridicamente considerado como assédio moral no trabalho, é necessário que diversos requisitos sejam cumpridos. Na doutrina atual de viés mais crítico, o assédio moral pode ser compreendido como "a conduta reiterada seguida pelo sujeito ativo no sentido de desgastar o equilíbrio emocional do sujeito passivo, por meio de atos, palavras, gestos e silêncios significativos que visem ao enfraquecimento e diminuição da autoestima da vítima ou a outra forma de tensão ou desequilíbrio emocionais graves" (DELGADO, 2018, p. 770).

Portanto, para o Direito do Trabalho, é necessário o caráter reiterado da conduta ofensiva para que uma prática, de fato, seja configurada como assédio. Ocorre que o assédio pode se manifestar de diferentes formas, como apontado por Santos (2016) em estudo sobre discriminações contra homens cis homossexuais no ambiente de trabalho. Quando da realização da pesquisa, consubstanciada na análise de processos judiciais que vindicavam o recebimento de dano moral em virtude da prática de homofobia, Santos demonstrou que as principais manifestações de assédio e discriminação ocorrem por ofensas diretas, humor vexatório, humilhação, insinuações sobre a sexualidade, preterição em promoções e perseguição pelos superiores hierárquicos.

Na grande maioria das entrevistas, verificamos que a maior parte das violências no trabalho se inicia com a zombaria. Piadinhas, com suposto teor inofensivo, mas que carregam um alto grau de preconceito, que configuram efetiva prática de discriminação. Por outro lado, observamos que parte das pessoas que foram alvo das referidas agressões tenderam a reduzir propriamente o aspecto violento das piadas vexatórias, seja como uma forma de resistência, seja como uma fuga necessária para sobreviver em um cotidiano marcado por práticas de violência.

Acho que só piadinhas. Eu nunca tive problema de ser demitida, ou de ser violentada. O que a gente escuta muito é piadinha, essas coisinhas, mas de violência, piadinha também para mim, nem... "Caguei", mas violência acho que não.

Mulher _____ cis,
lésbica, 39 a 43
anos, cor branca

Mulher _____ trans,
54 a 58 anos,
cor branca

Na hora que eu fui trabalhar na obra não era religioso, ali sim que eu ouvia as piadinhas das pessoas e era aquela coisa, eu era muito esnobe para achar que era comigo. E tipo assim, fodam-se, eu posso, você não. Eu era esnobe, mas eu nunca fui de ofender pessoas, isso de jeito nenhum. Esno-be é assim, eu vou passar por cima do que você está falando com o meu nariz bem empinado, mas não vou te ofender, não justifica, e também se me chamasse para a briga eu ia apanhar.

As zombarias e piadas vexatórias podem, muitas vezes, assumir a expressão de insinuações sobre a sexualidade alheia, ou até mesmo a invasão de privacidade, diante da intromissão dos demais colegas para saber mais detalhes sobre a vida das pessoas ofendidas:

149

Mulher _____ cis,
lésbica, 49 a 53
anos, cor branca

Eu já sofri algumas ironias que foram feitas, umas vez eu estava conversando com um colega, ele tinha tido a segunda filha, tinha uma esposa e tinha duas filhas, aí ele falou assim: "Eu faço o que eu gosto", tipo, ele foi bem machista, [...], aí eu falei assim: "Eu tenho dois filhos", aí um colega lá do fundo: "É, mas você não pode falar que faz o que gosta", ele quis dizer que eu gosto de mulher, e ele sabia, porque eu tinha uma namorada nessa época, que eu tinha ido ao sítio com o pessoal, um grupo de colegas [...], e eles tinham me visto com essa namorada na época, não estava escondendo de ninguém, mas ele fez um comentário no ambiente de trabalho, não foi em um ambiente relaxante, de sítio, aí foi uma coisa muito desagradável, fiquei muito envergonhada.

E já teve uma situação que eu estava... tenho atendimento ao balcão, que eu trabalho internamente, trabalho no setor administrativo do setor de [NOME DO LOCAL], aí eu estava lá no setor conversando, atendendo, e trocando conversa, jogando conversa fora, e uma colega falou assim: "Você que entende...", eu nem lembro que assunto era, "Você que entende muito desse assunto", aí outro colega falou assim: "Ela é muito entendida", quer dizer, quis me colocar em uma situação delicada, só que eu já estava mais forte nisso, não me deixei abalar, fingi que não entendi e continuei conversando para cá, [...]. Então quer dizer, esse tipo de situação já passei por isso muitas vezes, aí hoje em dia, como eu me posiciono, eu não me afeto mais com isso

Verificamos que tais insinuações e intromissões derivam de percepções preconceituosas, e que inexistente uma preocupação com o bem-estar alheio nas ocasiões relatadas. Trata-se de uma evidente tentativa de diferenciar a pessoa LGBTQIA+ como o "outro", atribuindo-lhe papéis, determinando seus desejos e invisibilizando suas particularidades. Inexistente, de fato, uma preocupação e um cuidado com a própria privacidade assumida pela pessoa LGBTQIA+, eis que o assunto da sexualidade é conduzido abertamente, sem a chancela da pessoa sobre quem estão falando.

Apesar de a literatura especializada restringir os sujeitos ativos (ou agentes) das práticas discriminatórias no ambiente de trabalho aos empregadores e colegas de trabalho, verificamos que para aquelas pessoas que trabalham com público – vendedores, atendentes, secretárias, servidoras públicas –, os agentes podem ser os clientes ou beneficiários dos serviços prestados pela empresa em que laboram.

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

Eu já trabalhava um pouco de bico como garçom e tudo mais... e teve um período também, nessa primeira vez que eu tinha passado... eu tentei até juntar um dinheiro fazendo freelancer numa loja de calçados que tinha, muito famosa na minha cidade. E aí eu fui... é, enfim. Fiquei lá trabalhando e lá eu senti bastante, assim, essa coisa da homofobia e afins. Eram episódios em que... eu trabalhava com vendas e, por ser muito educadinho e tudo mais com as pessoas que chegavam, as pessoas começaram a suspeitar um pouco disso... e aí começaram a fazer alvo de chacota mesmo.

Mulher cis,
lésbica, 49 a 53
anos, cor branca

Não, enquanto mulher mesmo, enquanto mulher à frente do trânsito, eu já sofri muitas agressões verbais quando trabalhei como agente de trânsito. Teve uma vez que eu estava em outro lugar, outra rua, outro momento, e estava lá controlando o trânsito, porque estava um engarrafamento e tal, aí passou um ônibus cheio de gente gritando: "Só podia ser mulher mesmo", essas coisas que a gente sabe que existe. E eu, já muitas vezes... já teve uma outra vez que eu fui fazer um boletim de ocorrência, fui fazer um registro de boletim de ocorrência, houve uma batida, e o senhor, que nem era parte envolvida, ele era tio ou conhecido, amigo, cunhado, não lembro direito, parecia ser amigo de uma das partes que estavam envolvidas no acidente, veio querer me agredir fisicamente, sendo que eu estava ali para ajudar fazendo um boletim de ocorrência, que era uma coisa neutra, não estava ali para multar nem para... [estava ali] para ajudar.

As violências, no entanto, não se limitam a zombarias, invasões de privacidade e intromissões. Alguns relatos fazem, inclusive, menção a fatos que ocorreram com outras pessoas LGBTQIA+ que laboravam no mesmo estabelecimento, para explicar formas de discriminação e violência vivenciadas no dia a dia dessa população:

Então, chegava dentro da... do estoque, e tudo mais, observava, principalmente com um colega específico que trabalhava lá. Um certo desca-so com ele... massacrava ele, no caso né, tipo... batiam, é... chegou um momento de xingar pra caramba... passar a mão nele também. E até em mim, tipo, também fizeram alguns... alvos assim e tudo mais, sabe?

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

Um ponto que chama atenção é o fato de que, normalmente, a violência passa a ser reconhecida como tal quando assume o contorno físico. Nessas ocasiões, tendem a ser categorizadas como assédio. As ofensas camufladas de piadas, as zombarias e os apelidos pejorativos não parecem despertar a noção de violência pela maior parte das pessoas entrevistadas. Parece que isso faz parte de uma presunção interna de que lidar com esse tipo de atitude faz parte da existência LGBTQIA+, já que muitos pontuam que sempre lidaram com essas espécies de conduta. No âmbito do trabalho, a expressão "assédio" foi, inclusive, pouco invocada no campo moral, limitando-se ao assédio sexual.

na verdade, não foi exatamente a primeira, mas foi uma experiência marcante de assédio, que eu senti... o dono do escritório era um advogado, e no início eu não percebi direito, depois que eu percebi que ele estava me assediando, foi uma situação muito desagradável, e eu não tinha para quem falar, ficava com vergonha, me sentia meio culpada. E eu acabei me desligando, não quis continuar trabalhando lá, eu não precisava do emprego nessa época, porque meus pais podiam me sustentar [...]. Não, era de passar a mão, de ficar por trás, não foi nada assim exacerbado, mas foi umas tentativas de carinho sem autorização minha, e isso me incomodou muito e eu nunca comentei com ninguém, estou comentando aqui agora, porque eu não entendia direito aquilo, eu era muito nova, devia ter uns 18 para 19 anos, eu já tinha até tido um relacionamento com um primeiro namorado em São Paulo, mas esse tipo de assédio eu não tinha tido antes. Depois disso, eu trabalhei no jornal, eu trabalhei por uns anos, fazia reportagens, era relatora, depois eu fiz revisão também nesse jornal. E teve um episódio que um jornalista lá, ele... naquela época tinha muita fita cassete, [...], eu sempre gostei muito de rock, aí a gente trocava ideia sobre Janis Joplin, Bob Dylan, e ele gravou umas fitas para mim e me deu, e eu não percebi que isso aí tinha um fundo também de assédio, e ele era muito mais velho que eu, eu tinha, não sei, 19 anos, e depois eu percebi, fiquei muito incomodada, que ele estava me assediando, as fitas era um motivo para poder chegar perto e querer... não posso dizer a palavra aproveitar de mim, não sei, mas era para me assediar sem eu estar de acordo [...]. Não sei se isso pode ter influenciado o fato de eu ficar meio reticente com homem, não sei, porque eu tive essas experiências ruins de assédio.

foram quatro anos de assédio, tirando o pau para fora para mim, falando putaria para mim, direto quando ia tomar banho me chamava para ver pelado, eu ia para manter meu emprego, mas eu nunca aceitei, sempre desconversava, mas é assédio mesmo, ao extremo, de não ter respeito nenhum, tanto é quando eu ia sempre trocar de roupa, eu evitava quando essa pessoa estava no meu local que eu de trocar, eu só trocava quando essa pessoa não estava. Fui burra, acredito, não sei se eu fui burra, não sei por que eu não denunciei, eu não denunciei para não perder o emprego, porque essa pessoa tem milhões de anos a mais que eu no serviço.

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos,
cor branca

Notamos que, sobretudo com pessoas lésbicas, gays e bissexuais, existe uma certa tendência, mesmo que inconsciente, em relevar os assédios e discriminações, quando eles se limitam a piadas e zombarias, sendo que a situação passa a ser encarada com gravidade quando o assédio adquire contornos físicos e sexuais. Tais conclusões não se repetem quando pensamos em pessoas trans e travestis, uma vez que as violências não são camufladas, e tendem a ocorrer de forma mais direta e incisiva, com a utilização de pronomes incorretos, desrespeito à identidade de gênero, proibição de uso de banheiro/alojamento, entre outros.

Homem trans,
heterossexual,
29 a 33 anos,
cor branca

Eu não entrava nem em um, nem em outro, e ficava vagando pelo [NOME DO LOCAL 1], porque não tinha onde tomar banho, dormir. Não tinha nenhuma estrutura mesmo provisória ali, mas eu também não quis dar o grito e falar: eu não tenho onde dormir, não tenho onde tomar banho, não tenho banheiro para usar. [...] No trabalho eu tive uma situação bem velada, porque eu escolhi não entrar em alojamento nenhum, mas banheiro, que era um vaso e uma torneira, eu tinha uns lá no corredor, aí tinha 2 banheiros, masculino e feminino. Era um vaso e uma torneira [...] Aí já teve algumas situações de a pessoa falar assim: "não, mas o banheiro ali você tem que usar o feminino". Eu simplesmente ignorava e usava o masculino [...] Mas eu confesso que mesmo atualmente e tudo mais, por exemplo, lá na [NOME DO LOCAL 2], que tem aqueles banheiros com várias portinhas, mictório, eu evito de entrar.

155

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos,
cor branca

Negavam, eu tinha que usar o masculino, aí eu usava o masculino só quando não tinha ninguém.

Aí o prestador de serviço me conheceu quando eu ainda era mulher e quando eu tinha o meu nome anterior, e ele só me tratava dessa forma. Não importa o quanto as pessoas da [NOME DO LOCAL] me tratassem no masculino, me chamassem de [NOME], o cara não entendia e só me chamava no feminino e pelo meu nome antigo. Aí a minha chefe, tentando me ajudar a instituir o que, na verdade, eu deveria comunicar com os clientes para um outro nome feminino, chamado Clara. Eu virei a Clara. Ai, meu Deus do céu.

Homem trans, bissexual, 24 a 28 anos, cor parda

156 E aí eu fui, consegui um trabalho em uma empresa de telemarketing e ainda que eu me pontuasse como pessoa trans, e dissesse meus pronomes, as pessoas ainda estavam me lendo como uma sapatão, e isso foi muito problemático mesmo para mim.

Homem trans, bissexual, 23 a 28 anos, cor preta

As violências que decorrem da identidade de gênero não deixam espaço para dúvidas. A proibição de uso do banheiro correto, a utilização de pronomes incorretos, a determinação de utilização de nome morto – ou construção de outro nome – são inegavelmente práticas de LGB-Tfobia que violam diretamente os direitos e as vidas de pessoas trans e travestis. Por tais razões, percebemos que existe um grau maior de sofrimento e de indignação que, inclusive, se relaciona com o diagnóstico de dificuldade de permanência no trabalho, em um mercado de trabalho conjecturado pela divisão sexual do trabalho que inclui o homem cis, branco, heterossexual como o modelo a ser seguido para uma boa vida no trabalho.

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos
cor branca

Nesse momento eles ficariam em dúvida, meu medo é de prejudicar essa pessoa, sabe, mas acredito que ele possa fazer com outras pessoas que foram trabalhar com ele, que entrou uma nova funcionária mulher no meu serviço, sendo que eu sempre dei ideia da inclusão de pessoas trans em qualquer coisa lá dentro, e eu tive prova de que essa pessoa, que era minha chefe lá, ela não gosta de travesti, porque tanto é que a empresa... eu fui mandada em bora tem uma semana, eles nem quiseram que eu cumprisse o aviso prévio, no outro dia já tinha outra pessoa trabalhando no meu lugar, então se eu fui mandada embora hoje, no outro dia já tinha uma mulher cisgênero trabalhando no meu lugar, então foi tudo tramado.

Por fim, quanto ao tópico ora analisado, não levantamos formas habituais de resistência contra as práticas de LGBTfobia no trabalho. De modo oposto, notamos uma tendência a um maior isolamento e reclusão das vítimas, o que leva as pessoas a se posicionarem de forma mais reservada, exatamente para não se tornarem alvos de piadas, zombarias e violências. No entanto, não podemos olvidar o trabalho como um espaço de disputa, e o fato de que um meio ambiente de trabalho digno deve respeitar todos os corpos, com suas devidas particularidades e distinções.

Homem trans,
heterossexual,
29 a 33 anos,
cor branca

No trabalho eu tive uma situação bem velada, porque eu escolhi não entrar em alojamento nenhum, mas banheiro, que era um vaso e uma torneira, eu tinha uns lá no corredor, aí tinha 2 banheiros, masculino e feminino. Era um vaso e uma torneira. O que eu fiz? Peguei um papel e tampei o masculino e feminino. Virou banheiro. Bem audacioso mesmo. Vou fazer isso aí e vamos ver o que dá. Vira e mexe alguém ia lá e tirava o papel. Eu ia lá e colocava o papel. Aí já teve algumas situações de a pessoa falar assim: "não, mas o banheiro ali você tem que usar o feminino". Eu simplesmente ignorava e usava o masculino. Se alguém falasse alguma coisa, eu ia falar: "meu amigo, isso aqui é um vaso e uma pia, então não estou vendo qual é o problema de eu entrar aqui".

158

Concluimos, portanto, que, no que se refere ao campo do trabalho, a violência muitas vezes se inicia no próprio acesso ao mercado de trabalho, sobretudo quando falamos sobre pessoas trans e travestis. Como já trabalhado ao longo deste documento, isso decorre da própria conformação do mercado de trabalho, estruturado pelo patriarcado e pela heterossexualidade compulsória, que estigmatizam corpos de pessoas que fogem ao padrão de homens brancos, cisgênero e heterossexuais.

Quanto mais o corpo se distancia da imagem do ideal do "trabalhador padrão", mais negligenciado pela ordem trabalhista ele será. Ademais, percebemos que existe uma certa resistência para se reconhecerem violências como tais, sendo que grande parte das ofensas, zombarias e piadas vexatórias são lidas como brincadeiras, de modo que há uma tendência à relativização de certas práticas, tidas como cotidianas. É certo que se trata de um próprio mecanismo de defesa, construído com o objetivo de tornar o cotidiano mais sustentável por parte das

vítimas dessas violências. No entanto, conforme observamos nos relatos, reconhecemos que essas situações constituem práticas violentas, que acabam por minar a autoestima das trabalhadoras LGBTQIA+, mesmo quando são ignoradas ou subestimadas por elas próprias.

Relações afetivo-sexuais

As relações afetivo-sexuais ocupam, para qualquer pessoa, parte importante da vida social. É seguro afirmar que os laços estabelecidos em paqueras, parcerias afetivas, namoros e casamentos, bem como as práticas sexuais e os vínculos de amizade compõem dinâmicas fundamentais nas relações interpessoais dos indivíduos.

Contudo, para grande parcela da população LGBTQIA+, o afeto, a sexualidade e as práticas sexuais são revestidos de uma importância ainda mais destacada, na medida em que constituem, precisamente, os elementos definidores da identidade dissidente, aquilo que determina o pertencimento de alguém à própria comunidade LGBTQIA+.

Conforme discutido em outros pontos deste Relatório, a população LGBTQIA+ é composta por um conjunto heterogêneo de sujeitos, unidos sob uma mesma sigla pela dissidência compartilhada às normas de gênero e/ou sexualidade. Nesse sentido, embora os limites entre sexo, gênero e sexualidade sejam frequentemente borrados na vivência concreta de muitas pessoas, é possível localizar o papel central da sexualidade para a constituição da sigla: tanto pessoas cisgênero quanto pessoas trans, travestis e não-binárias podem se identificar como lésbicas, gays, bissexuais, assexuais ou pansexuais. Ademais, mesmo nos casos em que alguém não se reconheça em uma identidade fixa que extrapole a heterossexualidade, essa pessoa pode se envolver em práticas ou atividades sexuais igualmente tidas como dissidentes (HEILBORN, 1999, p. 41).

Este capítulo se dedica a analisar os relatos acerca da vivência afetivo-sexual das pessoas entrevistadas nesta investigação e, nesse sentido, a seção toca em elementos muito distintos desse universo, como os processos de descoberta da sexualidade, o primeiro amor, a saída do armário, as inseguranças e os desafios vivenciados por casais que fogem à heterocisnormatividade, a construção de redes de amigos e o uso de aplicativos de relacionamento. Além disso, o capítulo também expõe e analisa exemplos de violências internalizadas à comunidade, que impactam nas mesmas relações afetivo-sexuais narradas, bem como aborda as ações discriminatórias perpetradas por pessoas externas, como familiares, amigos, desconhecidos, ou colegas, e que são sofridas por casais LGBTQIA+.

Dessa maneira, este capítulo busca resgatar as narrativas dos entrevistados para compreender como se desenvolvem os afetos dentro da comunidade; quais as relações que participam do processo de reconhecimento e assunção de alguém como pessoa LGBTQIA+; qual a importância particular do afeto, da sexualidade e das práticas sexuais ao longo da vida dessa população e, principalmente, quais as violências LGBTfóbicas ligadas à afetividade e à sexualidade foram vivenciadas pelas pessoas ouvidas.

Assim sendo, a exposição foi organizada de modo a abarcar, inicialmente, as primeiras experiências de relações homoafetivas, por vezes mediadas por meio de aplicativos digitais, seguidas por relatos mais complexos sobre o desenvolvimento de afetividades e as inseguranças e medos que compõem esse processo. Ao final, serão observadas a centralidade das amizades em relação ao sentimento de pertencimento e segurança na vivência LGBTQIA+.

1. PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS E A DESCOBERTA DO DESEJO

O início da compreensão de um desejo afetivo-sexual que fugisse da heteronormatividade ocorreu em momentos variados para as pessoas entrevistadas – enquanto algumas iniciaram o processo de descoberta já na infância ou na adolescência, com amigos mais próximos ou com uma primeira paixão, outras só chegaram a perceber o desejo por alguém do mesmo gênero anos mais tarde. Essa diferença parece bastante atrelada ao contexto social, familiar, religioso e escolar de cada pessoa, uma vez que, para muitos sujeitos, a existência LGBTQIA+ já aparecia como uma possibilidade concreta desde muito cedo, enquanto, para outros, essas vivências dissidentes só ganharam contornos claros na vida adulta. No entanto, observa-se que, entre as pessoas entrevistadas, de forma geral, as primeiras experiências amorosas aconteceram em momentos mais tardios da juventude, principalmente no período de entrada da faculdade, ou já na vida adulta.

Nesse sentido, muitos participantes relataram um sentimento de solidão vivido ao longo da infância e da adolescência, motivado pelo fato de que, no momento em que as pessoas de sua convivência começavam a explorar sua vida amorosa-sexual, os entrevistados não sentiam a mesma liberdade ou condição para experimentar vivências similares,

diante do medo de discriminações ou da recusa internalizada da própria sexualidade dissidente:

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

Mas pra mim foi muito avassalador, porque a gente nunca tem esse convívio igual dos outros que, tipo... ah... eu não sei, mas eu sinto que as pessoas LGBT, tipo, nunca tem essa mesma linha assim, sabe? De contato com o amor, com romance, que as mesmas pessoas heterossexuais. E tipo, enquanto eles se beijam, tipo... né? Essa questão do primeiro beijo com 12, 14 anos, a gente fica muito mais tardio... A gente tem receio de, tipo... Não pode deixar isso exposto também, tem que ficar guardado, então é uma situação muito mais adversa.

163

Em contrapartida, ao vivenciarem os primeiros afetos não-heteronormativos, diferentes participantes relataram um encantamento perante a descoberta de um mundo novo e possível de amar e ser amado, atrelado à noção de uma forma de vida mais autêntica, genuína, com a possibilidade de ser quem se é. Sobre isso, muitos participantes mencionaram um marcado processo de autoconhecimento, impulsionado pela compreensão de que relações homoafetivas eram possíveis e válidas, além da importância do entendimento de si mesmos como pertencentes a uma comunidade. Isso reforça a hipótese de que a afetividade, na vivência LGBTQIA+, ocupa um lugar de especial relevância para seus sujeitos, sobretudo por estar atrelada ao reconhecimento desses próprios sujeitos como pessoas dignas de experienciarem, de forma positiva, sem culpa ou restrições, o sexo, a sexualidade e o amor.

Então essa ex minha ela me tirou dessa posição, ela me amou da forma que eu era enquanto mulher. Então foi a primeira vez que eu tive essa experiência de ser amada assim.

Mulher cis,
lésbica, 39 a 43
anos, cor parda

Vale ressaltar que, para além de divergir do que costuma ocorrer em relações heteronormativas, dentro da própria comunidade LGBTQIA+, as experiências afetivo-sexuais informadas pelos participantes também foram heterogêneas, havendo perceptíveis diferenças em termos de lugares onde ocorreram, contextos sob os quais foram vividas e sujeitos envolvidos para cada identidade dissidente da sigla. Para homens cisgêneros gays e bissexuais, por exemplo, percebe-se que essas primeiras vivências ocorreram, de forma recorrente, a partir do uso de aplicativos digitais de relacionamento, ou em casas noturnas e bares LGBTQIA+. Nesses casos, os relatos foram normalmente positivos, sendo interpretados como ocasiões em que se abriam possibilidades de novas amizades, relações e a construção de um espaço seguro de convivência.

Já para mulheres cisgênero lésbicas e bissexuais, o início da vida homoafetiva foi narrado, normalmente, como um evento inesperado e escondido, no qual uma paixão entre amigas, um beijo ou declaração repentinos ou involuntários acabaram concretizando o desejo dissidente. Nesses casos, é notável a referência ao silêncio, à necessidade de se manter o segredo do desejo, à sensação de impossibilidade de publicar a experiência e, por vezes, a um temor ou culpa por sentir que a experiência vivida era "errada".

Mulher cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor branca

Eu comecei mais ou menos a me descobrir enquanto lésbica no nono ano, eu acho, na escola, e aí foi uma coisa que eu não assumia muito para o pessoal da minha sala e para o pessoal até que era mais próximo de mim. Eu lembro até que na época eu cheguei a ficar com uma amiga minha, que era muito próxima, e a gente deu uma horrorizada, a gente até parou de se falar porque foi meio que um choque.

Essas diferenças podem sugerir que homens cisgênero vivenciam uma maior margem de liberdade na iniciação do autoconhecimento e reconhecimento como gays ou bissexuais do que mulheres, embora isso não indique, de modo algum, a ausência de violências e especificidades para as identidades masculinas. Isso pode se dever ao fato de que a discussão e a vivência da sexualidade de homens são, em nossa sociedade, tradicionalmente mais abertas, incentivadas, publicizadas, enquanto o tema da sexualidade feminina segue sendo mais silenciado, ignorado e relegado ao âmbito privado e íntimo. Nesse sentido, é compreensível que mulheres cisgênero tenham tido primeiras experiências em espaços privados, com pessoas conhecidas, sem que buscassem a circulação em locais de convivência LGBTQIA+ onde pudessem experimentar o sexo e a afetividade de forma mais "pública" – ainda que "guetificada" – e que homens tenham tido mais acesso a esses mesmos espaços desde suas primeiras experiências.

Essa percepção se alinha a críticas contemporâneas em relação à própria representação da população LGBTQIA+, que costuma ser protagonizada por pautas, discussões, presença, espaços e vivências centrados em homens (gays ou bissexuais), enquanto mulheres lésbicas ou bissexuais têm suas particularidades minimizadas e tornadas secundárias. Esse cenário apareceu em alguns relatos como um problema observado por entrevistadas lésbicas e bissexuais, e pode ser

visto como um reforço da invisibilidade da sexualidade feminina, em geral, e das relações afetivo-sexuais entre mulheres homo/bissexuais, em particular⁴.

Em meio a reflexões sobre o sexo e a afetividade, pessoas assexuais relataram questionamentos acerca do próprio desejo quando começaram a explorar a sexualidade, diante do estranhamento e do desconhecimento de que era possível ser algo além de heterossexual, gay, lésbica ou bissexual, por exemplo. Para esse grupo, então, o período que antecedeu a identificação como pessoa assexual foi marcado por questionamentos sobre ser gay ou lésbica, na medida em que o desejo sexual não se manifestava em relação a pessoas do gênero oposto – considerando-se a heterossexualidade a sexualidade "normal" ou "padrão":

166

Ela era incrível, ela era uma pessoa, tipo, maravilhosa assim. Só que eu não tinha vontade de transar com ela. E aí, tipo assim, na minha cabeça era "eu não tenho vontade de transar com ela porque eu sou gay!". E aí isso foi um grande caos pra mim, sabe, tipo assim, porque... eu tava namorando uma menina, num relacionamento monogâmico, e eu tava morando numa cidade pequena, então eu não tinha como explorar minha sexualidade e tal, tipo assim, se fosse uma sexualidade-outra.

Pessoa assexual,
18 a 23 anos,
cor branca

⁴ Essa discussão não é novidade na literatura especializada, e é hoje bastante reconhecida como parte do fenômeno da "heterossexualidade compulsória", em que pessoas dissidentes em termos de sexo e sexualidade têm sua afetividade e sexualidade consideradas como algo desviante, odioso e mesmo impensável, na medida em que as relações heterossexuais são colocadas como padrão de normalidade e ideal a ser perseguido. No caso das relações afetivo-sexuais entre mulheres, ainda pesa sobre elas a suposição de que o sujeito masculino tem um papel central nas relações sexuais, de modo que o sexo só seja efetivamente levado em consideração como legítimo quando inclua homens (RICH, 2010).

Convém mencionar que o vínculo amoroso, para as pessoas assexuais, não aparece necessariamente conectado a relações sexuais, mas isso não significa que o grupo não vivencie o afeto e os relacionamentos íntimos. Embora o sexo não seja percebido como essencial para a continuidade de um relacionamento, na assexualidade, outras características são reivindicadas como centrais para sua configuração, como o carinho, o cuidado, a confiança, o companheirismo e o compartilhamento de momentos. Contudo, diante da conexão social tradicionalmente feita entre sexo e afetividade, a ausência do desejo sexual ou da vontade de chegar a concretizá-lo cria, nos sujeitos ouvidos, uma sensação de confusão e inadequação, mesmo dentro da comunidade LGBTQIA+. Isso porque, no contexto de descoberta, a baixa representatividade e a incipiência da discussão a respeito da assexualidade contribui para a solidão acerca dessa vivência divergente em relações afetivo-sexuais:

Pessoa assexual,
18 a 23 anos,
cor branca

- Mas tinha aquela, tipo, breve esperança de que eu acho que se eu beijasse um menino, tipo assim... tudo ia mudar, sabe.
- Por que você tinha esperança de ter esse desejo sexual eventualmente?
- Ser gay é muito mais fácil...
- Você acha?
- ...do que ser ace.
- Por quê?
- Porque é muito solitário!
- Ser assexual?
- É, tipo assim... é uma questão de muito de um... isolamento total de todas as pessoas, sabe? Tipo assim... não tem livro, não tem referência, não tem, tipo... filme. Cê não consegue, tipo, se identificar, se entender, se organizar... é um grande vazio, assim sabe? Tipo assim, cê acha uma palavra e a palavra vem só a palavra.

Outro elemento presente nas entrevistas realizadas foi a referência a certo bloqueio emocional para relacionamentos, seja pela incompreensão da própria sexualidade, seja pelo medo de sofrer discriminações. Em muitos casos, os sujeitos escutados optavam por não se envolver com outras pessoas, fossem elas do mesmo gênero ou do gênero oposto, em razão de uma resistência pessoal que impedia um vínculo afetivo mais desenvolvido com alguém. Violências físicas, verbais e sexuais, principalmente, também foram relatadas como possíveis traumas que impediam um envolvimento afetivo-sexual posterior, ou seja, foram mencionadas como experiências cujas consequências impactavam negativamente a vivência amorosa, por abalarem a saúde psicológica e levarem as pessoas a reprimirem ou ignorarem seus sentimentos e desejos em algum momento da vida:

168 Por exemplo, eu tinha muito um bloqueio emocional, eu não me relacionava afetivamente com mulheres, mas aí eu não gostava também de me relacionar afetivamente com homens, amorosamente com homens, no caso, porque eu acho que não era minha "vibe" desde sempre. Só que eu não percebi isso, eu insistia em só tentar ter um relacionamento com homens, só que eu claramente não gostava. E aí eu tinha esse bloqueio de tentar com mulheres também, porque eu acho que, querendo ou não, por mais que eu tinha, por exemplo, um amigo que era gay, era só ele e eu da minha turma toda. Então acabava que todas as minhas amigas só falavam de homens, só falavam de ficar com caras, etc. E acabava que, para você entrar socialmente ali, ser aceita, você entrava no meio.

Mulher _____ cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor branca

Nesse sentido, observa-se certo preconceito internalizado, ligado a um anseio por se sentir pertencente a um meio social que afasta ou inibe a possibilidade de se relacionar afetivamente de formas que extrapolam a heterossexualidade, de modo que se cria uma insatisfação com o próprio desejo afetivo-sexual. Nesse contexto, os episódios de violência também impactam as relações interpessoais na privação ou no atraso do desenvolvimento de relações íntimas, possivelmente devido ao trauma de se ter o corpo e a intimidade violados.

2. DINÂMICAS AFETIVAS

Para além das primeiras experiências afetivas, os entrevistados nararam diferentes histórias e sensações sobre relacionamentos casuais, namoros e casamentos que compõem as vivências LGBTQIA+ e que, infelizmente, também estiveram atrelados a episódios de discriminação e violência.

É interessante pontuar que grande parte de homens gays e mulheres lésbicas que participaram da pesquisa também vivenciaram, em alguma parte da vida, normalmente na adolescência, relacionamentos com o gênero oposto, seja porque ainda não haviam se descoberto como homossexuais, seja por ainda não aceitarem ou quererem externalizar o desejo pelo mesmo gênero naquele momento da vida:

Mulher _____ cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor branca

Eu tinha muito medo de me assumir na época e aí eu tentava aprofundar mais com homem, mas eu não conseguia, eu mesma não conseguia ter intimidade com homem igual eu conseguia ou igual eu consigo hoje em dia a ter com mulher. E aí ficava muito no superficial mesmo, ficar em festa, enfim, coisas do tipo; eu não conseguia realmente.

Nesse aspecto, convém reiterar como a heteronormatividade impacta a vida de pessoas LGBTQIA+, já que, por um lado, as identidades cisgênero e heterossexual são elevadas à condição de padrão, representando a ordem "natural" das coisas, e, por outro lado, as experiências que divergem ou extrapolam essa referência de normalidade são interpretadas como negativas, equivocadas e inaceitáveis, o que, em última instância, promove e reforça o discurso e as práticas LGBTfóbicas (BERLANT; WARNER, 1998). Logo, se o desejo e o afeto homossexuais são constantemente reprimidos devido à construção de um pensamento de que há somente uma forma de experienciar o amor e o sexo (a heterossexualidade), a vontade de viver, concretamente, essas mesmas experiências é o que costuma motivar a aceitação da própria sexualidade dissidente. Dessa forma, os relacionamentos casuais ou prolongados costumam marcar o ponto inicial da aceitação pública da própria sexualidade para pessoas LGBTQIA+:

E foi nessa ocasião que, realmente por eu estar me envolvendo emocionalmente com uma pessoa e tal, que realmente eu resolvi falar assim: "agora eu vou seguir a minha identidade".

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

A assunção de um relacionamento entre pessoas de mesmo gênero revela consigo a homo ou bissexualidade de ambas. Nesse sentido, entende-se que, para além de assumir o relacionamento, as pessoas envolvidas também estão externalizando sua vida afetivo-sexual privada, situação que não encontra correspondência em relacionamentos cisheterossexuais. Sendo assim, nota-se que as experiências sexuais e afetivas parecem apresentar um peso maior para pessoas que fogem a padrões heteronormativos, envolvendo a decisão consciente de publicizar ou não a própria sexualidade. Corroborando essa hipótese, a pesquisa identificou diferentes percepções dos entrevistados a respeito da vivência de relacionamentos afetivo-sexuais, ora com um destacado desejo de tornar pública a própria identidade LGBTQIA+, ora com a vontade de manter tais experiências em âmbito íntimo e pessoal.

2.1 RELACIONAMENTOS CASUAIS E O USO DE APLICATIVOS DE RELACIONAMENTO

Na vivência dos participantes da pesquisa, as relações casuais aparecem sob diferentes perspectivas: enquanto algumas pessoas as encaram com conforto e satisfação, afirmando que tais formas de relacionamento fazem parte de suas vidas, outras pessoas manifestam certa resistência a configurações mais passageiras do sexo e da afetividade, mencionando o desejo por estabelecerem relações mais profundas e duradouras:

Pessoa gênero fluidido, gay,
24 a 28 anos,
cor preta

Eu tenho uma pessoa que a gente fica bem de vez em quando. Eu tinha mais dificuldade antes, mas hoje em dia é mais tranquilo. Saio, às vezes a gente vai para um ambiente LGBT, no caso, e às vezes eu beijo alguém, mas eu também não sou muito de ficar beijando. Não gosto muito disso. Sou mais do íntimo.

171

Mulher trans,
54 a 58 anos,
cor branca

Tive meus namorados, sofri com meus namorados porque o gay tem um pensamento diferente da minha cabeça que ainda é hetero. O meu sonho é de me casar de véu e grinalda, festas, tudo isso, seria o sonho de uma mocinha e eu tinha esse sonho, mas no universo gay o que você quer? Depois que faz, desculpa a expressão, depois que se goza, fala: "qual é seu nome?". Era muito forte para mim uma coisa dessa, eu acreditava que eu estava com um namorado, só que não, eu era apenas uma pessoa que a gente une, faz sexo e depois sai. Era uma coisa muito chata, era horrível.

Nota-se, em distintos relatos, que as experiências casuais desempenham um relevante papel na descoberta sexual de pessoas LGBTQIA+, na medida em que, ao envolverem pessoas desconhecidas, em contextos que favorecem contatos afetivo-sexuais mais efusivos, são encaradas como possibilidades iniciais de vivência da sexualidade, sem que haja o peso da discussão pública do próprio desejo, da saída do armário e de uma compreensão mais definitiva sobre a identidade sexual:

Quando eu tive essa curiosidade, eu fui de maneira sigilosa porque eu ainda... eu lembro muito desse pensamento, assim "se eu ficar com um cara e eu não gostar e não for isso, também, ninguém vai saber". Talvez anos depois eu construísse uma ideia onde seria interessante compartilhar. Mas naquela época era essa meu... era esse o meu pensamento.

Homem _____ cis,
assexual _____,
29 a 33 anos,
cor preta

Nesse sentido, relações esporádicas, principalmente em bares e festas, aparecem atreladas a um desejo de experimentar, logo no processo de descoberta da sexualidade, uma liberdade até então desconhecida. Para pessoas LGBTQIA+, a novidade da experiência sexual é acompanhada pela percepção de que há uma vida pulsante, possível e feliz em que se pode viver a sexualidade livremente – mesmo que essas vivências sejam restritas a ocasiões ou espaços específicos:

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

Como por exemplo, um cara chegava lá em casa de carro e falava "ah, vamo dar uma volta aí" e levava eu pra jantar... a gente saía pra jantar e depois... conhecia a cidade, ia pro teatro, ia pra casa dele... tipo, tinha jantar na casa dele e, tipo assim, são coisas que eu nunca vivi na minha vida pelo menos com... a minha família e tudo mais, porque eu sempre fui muito recluso, minha mãe também não me deixava sair muito e tudo mais...

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

E aí eu acho que esses dois, essas duas noções, né tipo "olha, relacionamentos gays são possíveis, não é só putaria" e ao mesmo tempo que tipo "olha, dá para dá para curtir a vida e dá para curtir o desejo sem 'ter medo', entre aspas... que me possibilitou..." e aí é isso, né? As minhas únicas experiências "homoafetivas", entre aspas, antes desse momento da afirmação política, foram dois beijos em dois meninos, na balada. E eu acho que era um pouco isso assim eu acho que eu tinha uma trava... não sei, né?

Em suma, observa-se que, para além de representar uma vivência mais livre e imediata da sexualidade, as relações casuais oferecem a pessoas LGBTQIA+ um espaço de exploração que não demanda, como o fazem os relacionamentos duradouros e/ou monogâmicos, uma discussão mais detalhada sobre os sentimentos e as percepções dos outros sujeitos envolvidos na relação. Dessa forma, os relatos parecem indicar que o caráter efêmero dessas experiências oferece um terreno fértil para a concretização inicial do desejo dissidente, com maior liberdade e menos culpa.

Nesse contexto, o uso de aplicativos de paquera e relacionamento foi frequentemente citado como um meio para conhecer novas pessoas, experimentar diferentes desejos e possibilitar a inclusão na comunidade LGBTQIA+ quando o contexto social não o permitia, como no caso de habitantes de cidades pequenas, nas quais a vida social era limitada e o senso de vigilância restringia a privacidade dos indivíduos. Vale dizer que o uso de aplicativos de relacionamento foi relatado, majoritariamente, por entrevistados identificados como homens cisgênero ou trans, sendo o uso dessas ferramentas quase ignorado pelas mulheres ouvidas – que simplesmente não as mencionam em suas narrativas.

No caso dos usuários homens, as experiências com os aplicativos não foram homogêneas. Por um lado, nota-se certo desconforto com a ferramenta, que é objeto de preocupações, como o medo de ser reconhecido – por aqueles cuja sexualidade ainda não é totalmente pública –, ou de ter o próprio corpo fetichizado e sexualizado de forma involuntária. Por outro lado, observa-se uma visão bastante positiva do instrumento, que é interpretado como um caminho para a vivência de experiências satisfatórias, para a aproximação a pessoas interessantes, que talvez não seriam conhecidas de outra maneira, e para a exploração de desejos, do corpo e da própria autoestima.

É... em relação a esses aplicativos que... óbvio também tem seus altos e baixos... hoje em dia nem ferrando que eu faço uso deles, porque... eu não sou muito fã, assim, por muitas questões. Mas... na época assim foi... foi um objeto muito interessante pra mim, sabe? Tipo de conexão pelo menos com outras pessoas e autodescoberta... E saber o quê que em mim era sexy também, o quê que... eu achava que era bonito, o quê que era meu ponto forte, o quê que as pessoas gostavam em mim, tipo... e... enfim, me entender também usar isso a meu favor, pra minha

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

autoestima... pra o que eu vestia ou pra que eu gostava de fazer e tudo mais, onde eu gostava de ir, com quem eu gostava de conversar. Então foi interessante nesse sentido também.

Homens trans entrevistados também relataram certo acolhimento e boas experiências durante o uso de aplicativos, por encontrarem, ali, pessoas que os respeitavam e entendiam, principalmente outras pessoas trans e não-binárias. Nesse sentido, os aplicativos foram abordados como espaços mais livres do que as ruas e o ambiente público de maneira geral, no qual há uma sensação maior de risco de sofrer discriminação e violências LGBTfóbicas. Assim, as ferramentas digitais emergem como caminhos alternativos para a inserção em dinâmicas de afeto, desejo, flerte e práticas sexuais que talvez não pudessem ser exploradas presencialmente – pelo menos, não da mesma maneira:

Homem trans,
bissexual
24 a 28 anos,
cor parda

É engraçado que eu tinha muito receio de fazer o aplicativo, temendo transfobia. Achando que eu não ia conseguir sair com as pessoas. Foi completamente o contrário. A transfobia eu soufro muito mais na rua e às vezes em uma balada LGBT do que com uma pessoa que eu converso ali, até porque muitas pessoas que dão *match* comigo são pessoas não-binárias, são pessoas trans, são pessoas que estão em algum espectro LGBT ali, então essas pessoas tendem a dar *match* e eu tendo a dar *match* com elas. São pessoas que eu me sinto muito bem, muito tranquilo e ninguém erra meu gênero e me trata no feminino. É mais do estranho e da rua para fora que a transfobia aconteceu no âmbito relacional com as pessoas.

Essa sensação de maior aceitação pode se relacionar ao fato de que, nos aplicativos, ao contrário do ambiente "real", há filtros ou bolhas de convivência nas quais é possível informar a própria identidade e saber da identidade da outra pessoa. Essa possibilidade, presente no universo virtual, pode criar uma relativa comodidade para a população LGBTQIA+, que já tem suas especificidades de gênero e sexualidade expostas e que pode, a partir dessa exposição mútua, criar conexões com pessoas que têm os mesmos interesses ou objetivos.

Convém destacar que o uso desses aplicativos é relatado como um meio para a vivência de relacionamentos casuais, já que, de maneira geral, as pessoas não buscam ou não esperam iniciar relacionamentos sérios a partir dessas ferramentas – embora isso seja possível. Nesse sentido, também foi notada a referência a certa solidão no uso de aplicativos, justamente por envolverem objetivos mais casuais e não permitirem o estabelecimento de vínculos afetivos muito fortes.

Eu entrei no [NOME DO APP DE RELACIONAMENTO] e... que era o que eu conseguia fazer na época... e aí curtia todas as pessoas – que me interessavam, claro –, e aí todos os *matches* eu fazia questão de estabelecer alguma conversa, mandava "oi" e criava um diálogo pra todo mundo, saí com várias pessoas... e que era legal conhecer as pessoas, mas efetivamente uma experiência de beijar, de ir pra cama, não rolaram muitas assim... rolou, rolou, mas não sei se também foram tão interessantes assim quanto as experiências com os meus namorados, que tinha um vínculo afetivo.

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

De forma geral, os participantes mencionaram precisamente o caráter mais volátil e efêmero das relações mediadas por aplicativos virtuais como o elemento que os atraiu a utilizá-las. Isso porque, nesses contextos, não há a necessidade de se estabelecerem conversas muito profundas ou maiores explicações sobre quem se é e o que se pretende, sendo possível se aproximar de pessoas que buscam se relacionar de diferentes formas, mas não necessariamente que estejam atrás de algo fixo ou duradouro.

2.2 RELAÇÕES AMOROSAS E FAMÍLIA

Para além de relações casuais, os relacionamentos sérios foram mencionados e discutidos pela grande maioria das pessoas entrevistadas, que deram especial ênfase ao impacto que o namoro tem para a própria percepção identitária e para a convivência das pessoas LGBTQIA+ com seus familiares. Em muitos casos, além de o namoro inaugurar a percepção de que é possível desejar e viver experiências corriqueiras de afeto no universo LGBTQIA+, antes consideradas distantes ou impensáveis, o primeiro relacionamento também marca o momento em que os próprios sujeitos decidem tornar pública a sexualidade dissidente para familiares próximos:

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

Aí eu... conheci e tal... a gente começou a sair, a se conhecer... e foi de uma maneira um pouco mais diferente do que rolava naqueles aplicativos, principalmente, né. Porque eu entendi ou consegui [...] ser um pouco mais direto e com ele também foi direto, mas tipo, os dois tavam muito dispostos a se conhecer e tudo mais. Então... enfim, foi mais ou menos isso. Abriu um leque de possibilidades até mesmo pra coisas a longo prazo, sabe, que eu nunca pensei que eu ia viver... pro... ai, ter um dia junto pra namorar, são coisas que eu observava outras pessoas tendo, mas eu nunca tive. Contar pra minha mãe sobre ele e tudo mais.

Mas no mais, tipo assim, flui muito bem e... eu vivo também com ele coisas que eu nunca esperava que eu ia viver com alguém... passar o dia trabalhando junto, sair juntos como namorados pra cima e pra baixo em toda ocasião que a gente vai.... é... ter essa partilha de coisas, eu conheci os pais dele também... é... foi uma experiência muito... única pra mim, porque eu nunca... né, tipo, me senti digno pra... tipo, ser convidado pra conhecer os pais de uma pessoa e tudo mais, enfim... São coisas assim que pra mim fez total diferença e que eu vivi com ele.

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

178

Com frequência, o momento de assumir o primeiro relacionamento concretiza, para a família, a identidade LGBTQIA+ daquele sujeito, o que ocorre, em alguns dos casos narrados, mediante distintas manifestações de violência LGBTfóbica. Por vezes, o primeiro relacionamento é acompanhado por entraves impostos pelos familiares, seja por uma explícita recusa da sexualidade e/ou identidade de gênero de um de seus membros, seja pelo tratamento diferenciado dispensado aos parentes LGBTQIA+:

Mas, com 17 anos mesmo, eu comecei a namorar uma pessoa já um pouco mais velha, com 20 e poucos anos. Mas, não era escolarizada, era uma pessoa muito simples. E a família não aceitava, a minha família não aceitava, claro, eu tinha 17 anos. Então, a minha mãe põe a polícia atrás, ligava no telefone fixo da mãe do rapaz, falando

Homem cis,
gay, 39 a 43 anos,
cor branca

que ia acabar, que não podia, que eu era adolescente, essas coisas de não aceitar, que é sempre o colega que está me desvirtuando, que o namorado que estava me desvirtuando. Então, teve essa superproteção da mãe.

Mulher cis,
lésbica, 49 a 53
anos, cor preta

Aí foi 2016 conheci uma pessoa, nos relacionamos, eu morando aqui em [NOME DA CIDADE1], ela em [NOME DA CIDADE2], conheci a família dela, muito bem aceita, o convívio pelo o período todo. Porém, ela nunca foi aceita, nem ela, nem nenhum dos meus relacionamentos não foram aceitos pela minha família, que eu sempre digo o seguinte: ninguém tem que aceitar nada, respeitar sempre. Então eles não respeitavam, mas continuavam distantes de mim e eu também não fazia questão de colocá-los presentes na minha vida, desde quando não soubesse respeitar a mim e com quem eu tivesse me relacionando

179

Um relato particularmente impressionante destaca a reação de violência e perseguição dos pais de uma mulher trans que é apoiada pela namorada quando assume sua identidade de gênero. No caso, o relacionamento é utilizado para atingir a filha, cuja transexualidade é negada pelos pais, e o relacionamento acaba chegando ao fim, em decorrência da postura da família:

Mulher trans,
panssexual
18 a 23 anos,
cor branca

Meus pais foram muito complicados. Eu namorava com uma garota na época. Ela foi muito "de boas" comigo. Quando eu me assumi para ela, ela sempre tentou me apoiar, sempre tentou me ajudar. Isso causou muita raiva nos meus pais, de ela ter ficado do meu lado. Eles começaram a ir atrás [...], ameaçando ela de noite, ligaram para a família dela, me expondo para a família dela. Depois, quando isso não foi suficiente, ela obviamente parou de gostar de mim, mas ela ainda não quis terminar comigo, então eles começaram a ligar lá, ameaçando a família, ameaçando ela, ameaçando a irmã dela que estava começando uma carreira na advocacia. Aí eu terminei com ela, porque ela não estava terminando comigo e isso ia destruir ela. Eu fiz o que eu tinha que fazer. A família dela estava sendo ameaçada e eles estavam perto de fazer coisa... Mandaram para ela o endereço, que ela estudava lá na [NOME DO LOCAL]. Mandaram para ela o endereço dela lá em [NOME DA CIDADE], que ela nunca tinha compartilhado, e [...] que ela teria problemas. Eles fizeram coisas bastante pesadas. Tomei a decisão que eu deveria ter tido coragem de tomar antes, porque as coisas foram apertando mais para ela, para a família, para todo mundo. Eu terminei com ela, porque aí eles iam largar do pé dela.

2.3 RELACIONAMENTOS ABUSIVOS

Nas narrativas sobre relações afetivas entre pessoas LGBTQIA+, também são observados comportamentos e pensamentos que caracterizam relacionamentos nomeados, pelos próprios entrevistados, como abusivos ou "tóxicos". Esses casos podem, em algumas ocasiões, estar conectados à vulnerabilidade imposta, por exemplo, pelo isolamento vivido por aqueles que não possuem o apoio familiar ou uma rede de amigos na vivência da sexualidade e da afetividade, remontando ao problema exposto na seção anterior.

De maneira geral, esses casos aparecem atrelados principalmente à possessividade e aos ciúmes de companheiros e companheiras, como em situações nas quais há uma postura de vigilância e controle, um sentimento de desconfiança constante e a ocorrência frequente de discussões e brigas entre o casal. Diante do relato dessas relações, percebe-se certa recorrência de um processo de anulamento de si, em que as pessoas que ocupam a posição de vítimas passam a aceitar e a acatar os questionamentos, os limites e as insatisfações de parceiros ou parceiras para garantir a manutenção do relacionamento. Esse comportamento pode ser identificado como uma consequência do vazio afetivo que alguns entrevistados relatam sofrer ao longo da vida, conforme exposto anteriormente, e que buscam preencher com a relação amorosa, interpretada pelos indivíduos como um privilégio e, assim, mantida por eles a qualquer custo.

A violência psicológica também é narrada, principalmente por pessoas trans e travestis, em situações em que o agressor constrói um discurso sobre a identidade de gênero dissidente como um motivo para a pessoa não encontrar outros sujeitos que a amem, valorizem e respeitem. Ou seja, a transfobia é percebida e instrumentalizada, pelo abusador, para a manutenção do relacionamento e da subjugação da parceira ou parceiro trans. Nas entrevistas, foi possível identificar que as violências verbais advindas dos próprios parceiros/as podem ou estar não atreladas a violência física ou sexual, mas são repetidamente carregadas de LGBTfobia, mesmo que o próprio perpetrador também seja parte da comunidade:

[Violência] Psicológica, agressiva também, feminicídio quase sofri, mas minha família de consideração me salvou. A psicológica eles falam o seguinte: "Ninguém gosta de você, você é veado, ninguém vai ter coragem de te assumir além de mim", então a gente acaba ficando vulnerável com esse pensamento, tipo assim: "Você está comigo, agradeça a Deus, é um milagre eu estar do seu lado", o cara fala para... alguns já falaram para mim, isso é uma violência psicológica. É contraditório, porque o cara está com uma travesti e vai falar isso, não é?

Travesti _____
heterossexual _____
34 a 38 anos,
cor branca

Também é possível observar casos de isolamento do casal, por exemplo, pelo enfraquecimento de laços de amizade e diminuição da ida a determinados lugares em função do relacionamento, ou seja, preza-se pela satisfação das vontades do outro e pelo tempo dedicado ao casal, preterindo-se a própria individualidade e a convivência com outras pessoas. Assim, em um cenário posterior de término do relacionamento, entrevistados relatam uma nova fase de descoberta sobre si mesmos que, muitas vezes, relaciona-se ao desenvolvimento ou retomada de práticas sexuais que haviam sido silenciadas ou esquecidas durante a relação. Isso é especialmente observado em casos relatados por mulheres lésbicas e bissexuais que estavam em um relacionamento abusivo com homens:

Mulher cis,
lésbica, 39 a 43
anos, cor parda

Era muito ciumento, assim, a ponto de brigar comigo porque eu perguntei as horas para um cara, entendeu? E foi um relacionamento bem tenso, porque eu fui totalmente apagada. Eu era um prêmio ali, eu não era eu, a pessoa que eu sou agora, eu era uma pessoa totalmente apagada. Se você pega uma foto minha da época você vê até uma palidez absurda, parecia da família Cullen, era terrível.

Em alguns relacionamentos, principalmente entre mulheres, é relatada a presença de muito ciúme e controle, com a manutenção desses comportamentos mesmo depois de diferentes episódios de término. Nesse sentido, as entrevistadas narram um sentimento de apego emocional que perdura mesmo após o rompimento da relação, de formas que impedem o completo encerramento de vínculos com ex-parceiras ou ex-parceiros por longos períodos de tempo. O desenvolvimento dessa dependência emocional é percebido, normalmente, apenas após algum tempo, quando os sujeitos escutados passaram a se dar conta dos processos de violência e de apagamento da individualidade que marcaram o relacionamento já finalizado.

Ademais, percebe-se, também, um entendimento de que o relacionamento homoafetivo é naturalmente imerso na desordem, justamente por não ter referências de experiências saudáveis, seja na vida cotidiana, seja na cultura popular, em novelas, filmes, livros. Isso porque as relações afetivo-sexuais entre pessoas LGBTQIA+ são geralmente consideradas excepcionais e, quando retratadas, costumam envolver relatos de caos, tragédias, discussões e promiscuidade.

Por aí você vai, mas tipo assim, hoje quando uma coisa me incomodou, incomoda a minha namorada, a gente senta, conversa, a gente faz terapia, a gente discute coisas da relação, a gente tem esse diálogo, só que eu aprendi com a minha namorada, essa. Eu não tinha esse parâmetro, não sabia que isso era possível. O que eu conhecia era o caos, o espetacular, o circo. Para mim, amar, tinha que ser caótico, principalmente na relação homoafetiva. Isso é terrível de falar, mas é verdade, a minha noção de relacionamento homoafetivo era caótico, tinha que ser drama, tinha que ter "rebuceteio", para amar tinha que ter sofrimento, necessariamente tinha que ser assim, se fosse uma coisa muito calma, eu falava que eu não gosto.

Dessa maneira, além do preconceito e das violências externas, o afeto LGBTQIA+ é visto, com recorrência, sob uma perspectiva estigmatizada, sendo por vezes internalizado pelas próprias pessoas da comunidade. A partir dessa internalização, com frequência, relações que não seriam necessariamente abusivas acabam sendo marcadas por insegurança e insatisfação, como se verá a seguir.

2.4 INSEGURANÇAS NO RELACIONAMENTO

Os relatos sobre receios e inseguranças entre pessoas que estão em um relacionamento aparecem muito conectados ao que poderia ser lido como uma LGBTfobia internalizada, ou ainda como o medo de sofrer discriminações por outros indivíduos. No primeiro caso, por exemplo, foram relatadas situações em que, ao se assumir como pessoa trans para um possível parceiro amoroso, a pessoa entrevistada observou uma mudança no tratamento a ela dedicado: embora houvesse um discurso de aceitação da transexualidade, também havia a

fetichização e a sexualização do corpo trans e travesti. Vivências como essa são apontadas com incômodo, na medida em que há a percepção de que o corpo trans não é visto como digno de sua individualidade, subjetividade e consideração, mas tratado como um objeto sexual. O assédio, nesses casos, é invisibilizado, muitas vezes, pelo discurso de que a pessoa "aceita e respeita", e só teria um desejo sexual "aflorado" pela pessoa trans ou travesti:

Mulher trans,
54 a 58 anos,
cor branca

Eu falei: "está esquentando as nossas conversas, eu preciso falar que eu sou trans", falei morrendo de medo da reação dele e ele foi uma gracinha, falou: "não, não tem nada a ver", ele não sabia o que era, mas estava tudo bem. Lógico, eu expliquei o que era e estava tudo bem, continuamos a conversar, só que a partir daí a conversa sempre foi com uma pitadinha, uma pitadona e chegamos a não pitar mais. Aí ele começou a mostrar que era, não posso falar sem vergonha, tarado, nada disso, mas o assunto virou totalmente, ao invés de me mostrar um pôr do sol, ele me mostrava outras coisas que não vale a pena nem repetir. Esse foi um tipo de assédio, que eu imaginei ter um grande amigo, que poderia até virar um namorado porque é solteiro e virou lixo.

Outra forma de manifestação da insegurança nos relacionamentos ocorre quando entrevistados se referem à publicidade da própria sexualidade e da sexualidade dos parceiros ou das parceiras para a família e o meio social. Em relações nas quais uma das pessoas já saiu do armário, mas a outra permanece vivendo a sexualidade dissidente em

segredo, é frequente que o namorado ou namorada seja apresentado(a) à família como um(a) amigo(a). Nesses casos, para a pessoa que já é assumida em diferentes contextos, notou-se que alguns entrevistados encaravam a postura de esconder a sexualidade como um empecilho ao envolvimento afetivo-sexual, seja por quererem tornar público o próprio relacionamento sem grandes segredos, seja pela indisposição a se fingirem de amigos ou amigas, possivelmente enfrentando violências por parte da própria família dos parceiros ou parceiras. Assim, mais uma vez, percebe-se a importância dos relacionamentos duradouros para as relações intrafamiliares e a saída do armário:

Mas eu acabei me envolvendo com uma menina que não era assumida, então foi uma relação totalmente caótica, também. E apesar de eu ter muito carinho por ela, porque a gente não foi tóxica... Não foi uma relação tóxica, não saudável, só que o contexto fez com que a relação fosse impossível de acontecer, porque ela não era assumida, eu era assumida, eu não só era assumida, como eu era militante da causa, né?

Mulher cis, lésbica, 39 a 43 anos, cor parda

Convém destacar, ainda, como as escolhas pessoais de comportamento e aparência, como roupas, acessórios e corte de cabelo foram mencionadas como questões relevantes dentro de relações homoafetivas. Em alguns casos, os entrevistados mencionaram o receio de seus parceiros sobre escolhas estéticas consideradas mais ousadas ou desafiadoras a normas de gênero e sexualidade, não por julgamento ou recusa, mas por medo de que isso pudesse atrair práticas de violência e discriminação para o casal. Isso pode sugerir que pessoas LGBTQIA+ acabam por repetir padrões estéticos e performativos de gênero para

serem aceitos ou para evitarem, de alguma maneira, o preconceito, na medida em que figuras mais heteronormativas podem estar menos expostas em ambientes públicos.

No contexto afetivo, essa compreensão pode representar um empecilho a certas interações ou uma pauta de discussão dentro de um relacionamento, de modo que os mandatos de heteronormatividade também circulem em relações não-heterossexuais:

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

Eu acho que ele ainda... e a gente já conversou sobre isso, assim... ele ainda tem uma certa insegurança com relação a... sobre a possibilidade de estar seguro no mundo exercendo a nossa sexualidade, assim. E eu acho que às vezes essas minhas pequenas subversões, ou grandes, ou enfim esse meu modo de ser às vezes coloca ele num lugar meio que desconforto, assim. E aí eu acho que eu consigo entender isso pra ele.

187

2.5 REPRODUÇÃO DE PAPÉIS DE GÊNERO NAS RELAÇÕES

A performatividade de gênero também é um tópico apontado dentro do contexto dos relacionamentos, mencionada como uma preocupação de que não se reproduzam padrões heterossexuais de comportamento dentro de relações entre pessoas LGBTQIA+. Isso significa que, em diferentes relatos, há a referência a uma busca consciente por evitar que uma das pessoas assuma padrões comportamentais socialmente tidos como femininos e que a outra pessoa, por sua vez, assuma comportamentos considerados masculinos:

[...] talvez seja uma problematização que eu faça mais hoje no meu relacionamento, pra gente tentar não assumir esses lugares... tem uma posição masculina, uma posição feminina dentro das dinâmicas do relacionamento né? Um que assume o lugar do cuidado e do... do cuidado mesmo, né? Enfim, lavar as vasilhas e arrumar as coisas, lidar com a dinâmica das organizações... e aí uma outra pessoa assumindo o lugar do trabalho, do financeiro, é uma coisa que... e aí eu acho que é isso, pelo menos hoje a gente, eu e o meu namorado, a gente tá bastante consciente dessas possíveis reproduções, e a gente procura o tempo todo se afastar desses lugares, assim.

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

Mesmo nas práticas sexuais, há menções à recusa de comportamentos estereotipados de gênero, o que é apontado como fator positivo para os próprios relacionamentos, como uma postura que faz a relação fluir melhor, com a descoberta de novas possibilidades de prazer e a ampliação do diálogo e da escuta. Destaca-se que as reflexões sobre papéis de gênero dentro dos relacionamentos aparecem mais em casos de entrevistados que estão ou já estiveram em um relacionamento duradouro. Nesse sentido, é possível inferir que uma maior estabilidade do casal, com maior espaço para reflexão, diálogo e construção conjunta da relação permite uma maior margem de desarticulação de padrões de comportamento heteronormativos.

3. LAÇOS DE AMIZADE

As relações de amizade apareceram sob uma perspectiva central em muitos dos relatos coletados. Esses vínculos diziam respeito à construção de um senso de comunidade e pertencimento, oferecendo um espaço, muitas vezes único, de acolhimento e abertura para o diálogo sobre vivências, anseios e medos de pessoas LGBTQIA+. Para diferentes entrevistados, os amigos foram mencionados como pessoas que tornam o cotidiano mais leve, que fortalecem os sujeitos em momentos de vulnerabilidade e que aplacam situações de opressão e preconceito, tonando possível o enfrentamento de desafios e validando a identidade de gênero e/ou a sexualidade dissidentes.

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

Mas no [NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO1], e eu acho que isso também eu levei um pouco pro [NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO2], assim eu consegui criar, que era uma coisa que eu não tinha antes, que era uma rede de apoio, assim... no momento que eu me abri para possíveis relações com as pessoas e eu consegui criar uma relação de amigas assim, né? Como um bom viadinho, tinha lá o grupinho das amigas que em alguma medida me protegiam, né? Ou que em alguma medida criavam uma lógica de vida possível naquele espaço, né?

189

A importância dos amigos é destacada em momentos de violência e isolamento, como nos casos em que a família não aceita a pessoa LGBTQIA+, expulsando-a de casa ou obrigando-a a esconder a própria identidade para manter o convívio familiar. Nesses casos, os amigos emergem como uma rede de apoio fundamental, responsável pela subsistência e própria sobrevivência de indivíduos em situação de violência:

Quem estava lá por mim quando eu precisei foram os meus amigos. Quem me deu abrigo quando minha família me expulsou de casa foi um amigo meu. Quem me ajudou a fechar as contas quando apertou para mim foi um outro amigo meu, que não me emprestou dinheiro, me deu.

Mulher trans,
panssexual
18 a 23 anos,
cor branca

Para além da evidente sustentação material de pessoas em extrema vulnerabilidade econômica, como demonstra o trecho anterior, as relações de amizade são também mencionadas como fontes de suporte psicológico e emocional. Em muitos casos, são os amigos os responsáveis por criar, para sujeitos LGBTQIA+, espaços de livre convivência e experiência da própria sexualidade ou identidade de gênero, com o compartilhamento de assuntos, histórias e vivências nos quais essas questões não são tratadas como problemas nem como desvios, mas como parte da vida. A partir disso, abre-se a possibilidade de que o desejo dissidente seja apenas uma pequena parcela do que uma pessoa é ou pode ser:

190

e depois eu acho que todo o grupo de amigos que eu tive era bem LGBT, então... e tipo eu já era bi, esse outro amigo que eu tinha também aqui na faculdade era bi... todo mundo era bi, parece... Então era diferente, era diferente... o amigo que eu morava junto com ele, também. Então foi, mas tranquilo, a sexualidade virou menos uma questão, sabe... era mais coisas pontuais que vieram questões e não de que tipo de pessoa você gosta, sabe.

Mulher cis,
bissexual
24 a 28 anos,
cor branca

Embora as amigades componham uma importante rede de apoio para o compartilhamento de experiências, sentimentos e pensamentos, nos relatos coletados, notam-se, também, ambivalências envolvidas nas relações afetivas dessa natureza. Em um caso menciona-se, por exemplo, a dificuldade de se abordarem experiências de violência, sobretudo de caráter sexual, mesmo com amigos mais próximos. De acordo com a pessoa entrevistada, a seriedade do tema, a vergonha, o receio de tratar de matéria muito pesada e a expectativa de que os interlocutores não saibam reagir ou não queiram efetivamente escutar tais relatos desestimulam seu compartilhamento:

Pessoa assexual,
18 a 23 anos,
cor branca

É... tipo assim, às vezes... sei lá, existem coisas que são tranquilas, que as pessoas passam por, tipo términos e coisas assim. E às vezes parece que tem vivências da minha vida que não são... OK. As pessoas não estão preparadas pra conversar, porque não querem conversar, porque não sabem conversar. Aí isso vira uma questão, tipo assim... é pesado demais pras pessoas à minha volta ter que lidar com isso de vez em quando.

191

Casos dessa natureza reforçam a importância de que a rede de suporte de vítimas de violência não inclua apenas amigos e companheiros, mas também profissionais especializados no acolhimento e acompanhamento social e psicológico desses indivíduos. Isso pode oferecer oportunidades de compartilhamento e elaboração de experiências traumáticas com pessoas qualificadas, sem que as vítimas se sintam constrangidas, julgadas ou isoladas, de modo a complementar os benefícios socioafetivos trazidos por relações amorosas, afetivas e de amizade.

Acesso à cidade

O acesso à cidade se refere à capacidade de indivíduos ocuparem espaços públicos e privados livremente, de transitarem pela cidade com segurança e confiança. Assim como definido na Carta Mundial do Direito à Cidade (V FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2005, p. 01-02), ele é entendido como "um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado". Ou seja, o amplo acesso à cidade implica a existência de relações sociais que possibilitem a constituição de uma cidade coletiva, repleta de valores ético-políticos, que reitere o princípio da liberdade de seus habitantes (SILVA; SANTOS, 2015, p. 514).

Contudo, mesmo constituindo um direito humano, é visível como o direito à cidade não é garantido integral e igualmente entre indivíduos, especialmente entre aqueles que não se enquadram em padrões normativos em termos de gênero e sexualidade. Observa-se que, em uma sociedade de cultura patriarcal e heterocisnormativa, a heterossexualidade e cisgeneridade são naturalizadas e públicas, enquanto a homossexualidade e a transgeneridade devem permanecer no campo privado, sendo consideradas não-naturais e, assim, relegadas à ocultação, mantidas "dentro do armário" (CARVALHO; MACEDO JÚNIOR, 2017, p. 109). Nessa linha, a cidade contemporânea se mostra como principal *locus* de violências LGBTfóbicas.

Não por acaso, a luta da comunidade LGBTQIA+ é marcada, desde o início de sua existência nas esferas públicas, por disputas pelo direito de livre trânsito nas cidades, sem a necessidade de ocultação das identidades dessa população. Mas mesmo que a luta do movimento LGBTQIA+ tenha conquistado diversos direitos nas últimas décadas, com gays, lésbicas, transexuais e travestis saindo dos guetos e do "anonimato" urbano, é imprudente interpretar isso como uma transformação emancipatória nos valores vigentes e/ou uma aceitação absoluta da liberdade de orientação/expressão sexual e da identidade de gênero no meio social (SILVA; MACEDO SANTOS, 2015, p. 506). Ressalta-se como, hoje, o medo e o isolamento se tornam sentimentos predominantes junto à convivência social daqueles segmentos socialmente oprimidos

– mulheres, crianças, população negra; pessoas com deficiência; jovens e pessoas idosas; lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis e outros sujeitos que desafiam a matriz heterocisnormativa (SILVA; SANTOS, 2015, p. 503).

Ademais, nota-se como o acesso de pessoas LGBTQIA+ ao espaço público é demarcado e limitado por outros fatores. Carvalho e Macedo Júnior (2017, p.110) pontuam como a cidade se torna um confessionário das sexualidades permitidas, no qual é socialmente delimitado quais corpos são "adequados" – e podem transitar livremente pela cidade, acessando seus mais diversos serviços – e quais corpos são tidos como "inadequados", ou mesmo indesejáveis para o livre trânsito urbano. Assim, outros marcadores da diferença também participam dessa delimitação de acesso, de modo que pessoas LGBTQIA+ negras, idosas, com deficiência, gordas, pobres e outros corpos "não dóceis" têm seu acesso aos espaços públicos limitado ou constrangido. Dessa forma, ressalta-se como pessoas LGBTQIA+ de classes subalternizadas são "sumariamente descartados do mercado de consumo e dos espaços que supostamente 'seriam livres' para exercício de suas sexualidades e da diversidade sexual" (SILVA; SANTOS, 2015, p. 509).

Nesse sentido, é visível que, para pessoas LGBTQIA+, atos aparentemente simples, como circular pela rua, usar o transporte público ou frequentar estabelecimentos públicos e privados, são marcados por barreiras de acesso.

Diante disso, o presente capítulo objetiva investigar as formas pelas quais os participantes da pesquisa acessam a cidade, os principais desafios ligados à mobilidade e à permanência em espaços e as diversas violências que têm como palco as ruas e estabelecimentos dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

1. VIVÊNCIA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS: RUAS E PRAÇAS

Pessoa gênero
fluido, gay,
24 a 28 anos,
cor preta

– Já aconteceu com você essa situação em espaço público, que você se sentiu inseguro?

– Em vários lugares. O tempo todo, na real, sabe? Eu sempre saio de casa já com o sentimento de insegurança. Eu sinto uma liberdade de ser quem eu sou, mas, ao mesmo tempo, eu estou preso ao julgamento do próximo, à forma com que ele vai lidar com a minha pessoa. Isso me incomoda, porque eu não queria ter que ter esse medo.

De antemão, chama atenção que, entre os entrevistados, há um sentimento de insegurança generalizada ao circular pela cidade. A esmagadora maioria dos entrevistados registrou se sentir vulnerável ou ameaçada ao transitar por ruas, praças e transporte público, um sentimento ora baseado em experiências prévias de violência, ora fundado na expectativa da violência.

Entre os participantes, prevalecem relatos de experiências violentas em ruas, praças e esquinas causadas por agentes desconhecidos, majoritariamente expressas por insultos verbais. O uso de termos pejorativos – em especial, o uso de "viado" –, bem como insultos e ameaças à segurança da pessoa, são as experiências mais recorrentes. Ademais, é relevante pontuar como os episódios ocorreram tanto quando os entrevistados estavam sozinhos, quanto quando acompanhados por amigos, família e/ou parceiros.

Antes de os hormônios terem resolvido essa questão, eu passei por coisas muito complicadas ainda na rua. Eu fui ameaçada fisicamente, intimidada várias vezes. Eu era tratada como lixo [...]. Se eu saísse na rua, eu tinha um tempo que eu conseguia ficar lá, porque eu não podia ir ao banheiro. Eu não podia.

Mulher trans,
panssexual,
18 a 23 anos,
cor branca

Mas acontece, acontece... já teve um momento que eu tava andando aqui no meu bairro e teve um cara e... andando sozinho, eu, sozinho... e aí um cara, um carro, um carro passou tipo xingando "viadinho", alguma coisa assim...

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

196

Então, eu acho que inicialmente de fora, por exemplo, hoje é mais difícil eu estar com uma roupa, é... que foi designada algum dia para mulheres e alguém gritava 'o bichinha, viado!' no meio da rua, mas eu lembro muito jovem e andando numa rua da [NOME DO BAIRRO], que é um bairro aqui em [NOME DA CIDADE] conhecido justamente por ser um ambiente acolhedor a todas as tribos né, a todas as pessoas de onde ela se sentir pertencente... e um carro passar gritando "bichinha" ou "viado", alguma coisa assim, aí eu falei "ah, hétero!" e aí ele foi de volta, tipo assim "ah, olha o preconceito!"

Homem cis,
assexual,
29 a 33 anos,
cor preta

Nas entrevistas, também chama atenção a questão do assédio nas ruas, sobretudo contra mulheres. A misoginia é visível em relatos de episódios de violência verbal, nos quais as entrevistadas foram alvos de comentários que hipersexualizam a figura feminina, bem como em casos nos quais as participantes se tornam alvos justamente ao questionarem padrões heteronormativos de vestimenta, ao subverterem noções de feminilidade.

Mulher _____ trans,
54 a 58 anos,
cor branca

E eu não falei nada com ele, e nesse passar de carro, a gente estava no [NOME DO LOCAL], passa de carro um casal, são amigos meus de sempre, me viram na fila e deram aquele berro: "gostosa", eu falei: "putz, que horrível", a fila toda olhou para a minha cara, eu era a gostosa. Embora eu já soubesse pela voz deles, eu fingi que não era comigo, nem nada, eu não olhei, não curti, nem nada, fingi que não era comigo, que não sabia o que era aquilo.

197

Mulher _____ trans,
panssexual _____,
18 a 23 anos,
cor branca

Tinha um cara na [NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO] me dando umas encaradas, não em questão trans, mas em questão de olhando muito para os meus peitos, aquela situação desconfortável. Eu venho de ônibus para cá. Mesma coisa no ônibus.

Mas uma vez eu estava indo com [NOME] para um rolê e eu estava mais "tom boyzinha", assim, sabe, mas eu estava de gravata e tal. E aí passou um grupo de caras e falou assim "nossa, não sei nem se é uma mulher" e ficava olhando e olhou para trás que a gente passou assim e aí ficava olhando, aí eu fiquei meio com medo, mas... eu até falei com o [NOME] e ele falou "não, nem deve ser com você" e eu ficava "mas é óbvio que comigo" não tinha mais ninguém lá... e eles estavam super olhando, mas enfim...

Mulher _____ cis,
bissexual _____
24 a 28 anos,
cor branca

Merece destaque, ainda, a questão das demonstrações de afeto entre pessoas LGBTQIA+. É inegável como a visibilidade afetivo-sexual é uma necessidade subjetiva comum a todas as pessoas – contudo, pessoas LGBTQIA+ não têm essa liberdade, com as suas demonstrações de afeto sendo vistas como algo destituído de sentido existencial e humano (SILVA; SANTOS, 2015, p. 507). Entre os relatos, a negação de afetividades LGBTQIA+ é notável em atos de censura, nos quais gestos comuns da vida afetivo-sexual, como andar de mãos dadas na rua, são tratados como passíveis de violência quando realizados por casais dissidentes em termos de gênero e sexualidade.

Acho que a gente tava andando na [NOME DO BAIRRO], no centro da cidade, eu com meu ex-namorado de mão dadas, e aí, não sei se ele me contou, não tenho recordação [...] se era ele me contando ou se de fato o acontecimento... mas de um carro de homens passando e xingando a gente na rua assim. Eu não sei nem o que que era, mas devia ser tipo "viadinho, vai tomar no cu, vai... sai daqui...", alguma coisa assim, provavelmente.

Homem _____ cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

Homem trans,
bissexual
23 a 28 anos,
cor preta

Então, não foi uma, nem duas vezes, carros passando e as pessoas gritando e eu estar de mão dada com alguma menina, alguma coisa do tipo e as pessoas gritarem: "sapatão" e passar. E a rua pode estar cheia, pode estar vazia, pode estar como ela for que as pessoas realmente se sentem à vontade, isso rolou muitas vezes.

É visível, então, que, para a sociedade heterocisnormativa, a simples presença de pessoas LGBTQIA+ na esfera pública é vista como uma ameaça. Em uma das entrevistas, um participante relatou como ele e sua ex-companheira foram abordados ao esperarem o transporte na estação de ônibus:

Homem trans,
bissexual
23 a 28 anos,
cor preta

A gente estava conversando perto e eu não lembro mais o que era o assunto, mas eu tenho certeza que não era nada assim, putaria, mas era um jeito de conversar que eu boto fé, que a gente estava realmente muito focado um no outro, conversando mesmo. E do nada saiu um guardinha do chão e começou a gritar com a gente na estação do MOVE, falando assim: "vocês tem que parar com isso, falta de respeito, tem uma criança aqui" e a gente ficou em choque, eu não consegui reagir, ela muito menos, e a gente ficou assim: "mas o que a gente estava fazendo?", eu não estava nem encostando nela, ninguém estava encostando em ninguém. Essa vez foi horrível. A sorte é que o MOVE chegou logo na hora. Ele falou, gritou, ficou aquele clima, todo mundo ficou olhando para a gente, a gente ficou sem saber para onde que a gente olhava, tentando entender o que tinha acontecido e o MOVE chegou e a gente entrou.

Em especial, vale pontuar como mulheres lésbicas e bissexuais, além de sofrerem a ameaça de violência, são também vítimas de fetichização de relacionamentos entre mulheres por figuras masculinas. Uma mulher cisgênero lésbica relata:

A gente estava dando um beijo e quando eu abri o olho, terminei o beijo, ela estava no volante e eu na outra cadeira eu vi o cara na janela. As janelas estavam fechadas, óbvio que a gente tinha medo, e o cara assim na janela. Quando eu vi, eu já tomei um susto e falei "velho, o cara foi para a frente e tinham mais dois homens, e esses homens já vieram em uma direção" e a gente "pô velho, fodeu". Eu achei que nesse momento a gente ia se ferrar muito, só que minha ex-companheira, sei lá o que baixou que ela deu uma ré cabulosa nesse carro, ela conseguiu sair sem bater em lugar nenhum nessa rua e a gente conseguiu sair dali. Mas nesse dia eu fiquei com muito medo, tanto que depois que a gente saiu a gente parou em outra rua, a [NOME] estava com a perna tremendo, eu também estava tremendo, porque a gente tinha certeza que poderia acontecer alguma coisa, eram três homens, esse cara que apareceu na janela.

Mulher _____ cis,
lésbica, 34 a 38
anos, cor branca

Mulher cis,
bissexual
24 a 28 anos,
cor branca

- Mas tem assim, outras questões, por exemplo, na rua, se eu tiver ficando com uma menina, às vezes passa alguém fala alguma coisa.

- Já aconteceu ou é um medo seu, assim, um receio?

- Não, já aconteceu, já aconteceu, tipo, um assédio básico ali, só que em duas mulheres de uma vez, porque... mas eu não sei, eu acho que talvez se eu já naturalizei tanto esse tipo de coisa que não me afetou muito, não... tipo assim, eu não me senti de nenhuma maneira específica, eu só percebi e depois "ah, que que eu posso fazer", assim.

Nas entrevistas, destaca-se como a vivência de pessoas trans se difere no acesso à cidade. Em geral, os relatos de pessoas ressaltam o sentimento generalizado de risco à segurança física no trânsito na esfera pública.

201

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos,
cor branca

Ser travesti é luta diária de sobrevivência, são todos os dias, não é um dia, são todos os dias, você saiu na rua, se prepare para a morte, [...] as travestis, saiu na rua, tchau, querida, já prepara, vai morrer, ou não. Então eu já estava com essa ciência, [...], eu já não tinha nada a perder mesmo, falei: "Vou ser o que eu sou, e se eu morrer eu vou morrer feliz."

É incontestável como a violência, especialmente a física, é uma ameaça constante para pessoas trans. Segundo dados levantados pelo Grupo Gay da Bahia (2020), no ano de 2019, as mulheres trans e travestis constituíram 76% das mortes violentas de pessoas LGBTQIA+. Das 113 travestis assassinadas naquele ano, 72 (63%) foram executadas em espaços públicos, sobretudo em ruas e vias (GRUPO GAY DA BAHIA, 2020). Assim, essa violenta realidade também foi observada nos relatos coletados:

E do nada, em uma festa de réveillon, depois da festa eu fui embora sozinha, tinha dois homens atrás de mim, eu não liguei não, chegando próximo à casa do meu tio, faltando uns dez minutos, do nada apareceu uns dez homens com pau na mão, aí na hora que eu vi eles arrastando os paus, eu tive que correr, me virar nos 30, subir morro, subir morro de barro, me sujei toda, porque no dia estava chovendo, aí fiquei escondida lá no... achei uma garagem lá, fiquei escondida até seis da manhã esperando eles irem embora.

Travesti _____,
heterossexual _____,
34 a 38 anos,
cor branca

Não existe uma coisa que nos dê segurança. Eu posso sair com uma pessoa hétero na rua, de mão dada, e achar que vai estar ok, que a qualquer momento vai vir alguém que possa me dar uma "lampadada" na cabeça. Ou simplesmente por eu estar vestido de uma forma mais feminina, eu sofrer uma agressão verbal ou um olhar diferenciado, alguém me perseguir na rua. Coisas desse tipo. Eu não sinto segurança alguma.

Pessoa _____ gênero
fluido, _____ gay,
24 a 28 anos,
cor preta

Ainda, cumpre pontuar certas especificidades do acesso à cidade para pessoas transsexuais e travestis. Observa-se, pelos relatos, como a questão da *passabilidade*⁵ afeta não só o nível de conforto, mas a segurança das pessoas trans. Para aqueles que estão em um momento de baixa passabilidade, isto é, com uma expressão de gênero ainda dúbia, distante dos polos socialmente reconhecidos como "masculino" e "feminino", o acesso à rua passa a ser um momento em que a pessoa tem de voltar ao armário, se apresentar como outro, diverso de sua real identidade:

Mulher _____ trans,
heterossexual _____,
54 a 58 anos,
cor branca

Na hora que eu passei a me vestir, por exemplo: em casa, sim, na rua, não. Tem que ir à padaria, eu trocava imediatamente a roupa toda e ia de homenzinho normal.

Por outro lado, para aqueles que já "passam", nota-se como essa situação permite maior liberdade de circulação:

203

Mulher _____ trans,
pansexual _____,
18 a 23 anos,
cor branca

Não vou mentir, não. É uma questão de ter uma suavização muito grande da disforia, mas também questão de segurança. Também questão do você não apanhar na rua. Também questão de você não ser destrutada todos os dias. Também é questão de as pessoas não te ameaçarem mais. Também é questão de você entrar em uma loja, as pessoas te atenderem.

⁵ Cf. Capítulo *Família*, seção 2 – Saída do armário e publicização da identidade.

Há também reflexões sobre a ameaça de violência por aqueles que ainda não têm passabilidade, e como isso afeta integralmente a possibilidade de livre existência e manifestação de expressões de gênero dissidentes. Para um entrevistado, a passabilidade é, ao mesmo tempo, algo almejado e uma fonte de preocupação – a performance de feminilidade, especificamente para um homem trans, resulta em reflexão:

Eu posso sair na rua cheio de maquiagem, usando roupas curtinhas, emperiquitado, e aí todo mundo vai achar que eu sou só uma mulher fazendo essas coisas, mas no momento em que a passabilidade chegar, eu vou lidar com outro tipo de situação.

Homem trans,
bissexual
24 a 28 anos,
cor parda

Vale salientar, ainda, que, apesar de a expectativa da violência ser um sentimento comum entre os entrevistados, as reações a esse sentimento diferem individualmente. Entre os relatos, nota-se que uma parcela de participantes evita o conflito, enquanto há aqueles que usam da violência como principal reação, constituída como estratégia de sobrevivência:

204

Eu e [NOME DA EX-COMPANHEIRA], minha filha. Ela que tinha esse negócio, sabe? Não podia pegar na mão, porque ela: "Ai, cuidado". Se a gente andasse na cidade, ela tinha medo de alguém bater. Se vir, vou dar porrada. Eu meto soco, entendeu? Eu era o cão. Você pode ficar despreocupada que quem vai apanhar aqui [inaudível] entendeu? [...] Eu não estava nem aí, beijava ela no meio da rua, sabe? Eu não tinha nada, mostrava na rua para todo mundo mesmo, entendeu? Nunca tinha isso.

Mulher cis,
bissexual
49 a 53 anos,
cor preta

Mulher cis,
bissexual
49 a 53 anos,
cor preta

- Tem algum espaço, assim, que você evita ir, porque você não se sente segura?

- Não. Na rua, não é? Na rua. No metrô. Mas como eu sou uma menina violenta, não é, mulher? Eu sou uma menina que bate nos outros, não é, mulher? Então... Eu sou uma menina que não tem medo, entendeu? Se tiver medo, a gente vai assim também, entendeu?

- Você não deixa de ir nos lugares, não.

- Não, não. Entendeu? Ainda ajuda as meninas a ficar na rua, entendeu? Eu estou no metrô, eu bato nos caras dentro do ônibus, no metrô, entendeu? Estou nem fodendo.

205

Também é interessante observar um caso em que, ainda que o medo não esteja presente, o ato de frequentar o espaço público é visto como um desafio. Ter acesso à cidade enquanto pessoa trans é, então, visto como um ato disruptivo em si mesmo:

Mulher trans,
heterossexual
54 a 58 anos,
cor branca

O medo naquele momento existiu, mas hoje em dia não, hoje eu saio normal, eu até gosto e outra, eu adoro um desafio, mesmo sendo uma mulher alta eu saio de salto alto. É uma coisa que é mulher mesmo na minha cabeça, fora isso eu não sei como eles agem.

2. O TRANSPORTE PÚBLICO

Assim como se mostram em ambientes públicos, violências verbais e psicológicas são também presentes no transporte público. Em contextos de cidades com altas taxas de urbanização e aglomeração urbana, o transporte público se torna palco de crescentes relações sociais – e, conseqüentemente, é também local de manifestações violentas. Vale notar como o transporte público se diferencia do espaço público de maneira geral, por ser um ambiente espacialmente limitado. Observa-se nos relatos, assim, que a restrição espacial fez com que os participantes se sentissem limitados, inseguros e sem local de fuga em casos de violências. Após relatar um caso de violência sexual que ocorreu dentro de um ônibus intramunicipal, uma pessoa entrevistada pontua como a limitação espacial exponenciou seu sentimento de desamparo:

206 Eu fiquei, tipo assim... "não sou eu. Não sou eu, é ele... e eu preciso fazer alguma coisa pra sair daqui". Aí eu falei que ia pro banheiro, aí eu peguei minha mochila e sentei no fundo do ônibus.

Pessoa assexual,
18 a 23 anos,
cor branca

Porque, tipo assim, grande parte do problema é que meu primeiro abuso foi no transporte público, então, transporte público pra mim é uma questão hoje em dia. Tipo assim... todo o dia que eu entro num ônibus eu penso "nada vai acontecer porque você já processou", mas eu ainda penso "nada vai acontecer", sabe? As pessoas não pensam "nada vai acontecer" quando elas entram no ônibus.

Pessoa assexual,
18 a 23 anos,
cor branca

– E o transporte já te remete àquele momento né?

– Já. Tipo assim, eu fiquei... no primeiro ano que eu fiquei aqui em [NOME DA CIDADE], eu sentava no... lugar que é a bicicleta, naquilo que as pessoas colocam a bicicleta?

– Sim, sim.

– Porque eu não queria sentar perto de ninguém.

Também foram coletados relatos de violência sexual no transporte coletivo de uma cidade da RMBH:

Pessoa assexual,
18 a 23 anos,
cor branca

Eu lembro que, inclusive, chegou a acontecer aqui em [NOME DA CIDADE] de novo. Tipo... teve uma vez que eu tava no ônibus, aí quando eu fui descer no ponto, aí eu senti que tinha um cara sentado atrás de mim e ele tava me olhando no ponto, mas não era nada, tipo... especial, assim. E ele sentou atrás de mim e ele começou a tipo colocar a mão na minha cadeira, assim sabe? Colocar a mão no meu cabelo, colocar a mão, tipo, é... e aí quando eu levantei, ele tava se masturbando.

207

3. NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Uma consequência da grande presença de assédio e violência no espaço público é refletida no discurso dos entrevistados, que se referem a episódios de violência como "básicos" ou "típicos". A violência verbal e moral no espaço público é normalizada a ponto de não ser reconhecida como violência. Ainda, observa-se como não ser alvo constante de violência é visto como caso de sorte ou privilégio, não como um direito humano:

A gente ficou sem saber para onde que a gente olhava, tentando entender o que tinha acontecido e o MOVE chegou e a gente entrou. Mas isso eu acho que é corriqueiro, já abstrai, que a galera passando na rua, mas de um jeito que elas não vão conseguir, sei lá, sofrer nenhuma repressão por conta disso logo em seguida, elas se sentem muito à vontade para gritar, te nomear da maneira que elas bem pretendem em qualquer lugar que seja.

Homem trans,
bissexual
23 a 28 anos,
cor preta

Mas eu tomei xingo já. A gente escuta umas coisas: "ah, vai pro inferno, porque não sei o quê Deus na sua vida", é umas coisas, mas graças a Deus nunca sofri violência, não.

Mulher cis,
lésbica, 39 a 43
anos, cor parda

208

Acho que esse foi um dia mais que é o que eu mais lembro... no resto, eu acho que eu tive muita sorte ou um grande privilégio, não sei.

Mulher cis,
bissexual
24 a 28 anos,
cor branca

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos,
cor branca

Ser travesti é luta diária de sobrevivência, são todos os dias, não é um dia, são todos os dias, você saiu na rua, se prepare para a morte. [...] Para mim foi difícil, porque eu fui sofrendo várias violências, aí com o passar do tempo fui levando as violências como normalidade, uma coisa normal.

4. VIVÊNCIA NOS ESPAÇOS PRIVADOS

No âmbito privado, em locais como bares, casas noturnas e restaurantes, outros fatores afetam a presença e a vivência de pessoas LGBTQIA+. Esses ambientes, por sua natureza, seguem uma lógica capitalista – obedecem ao preceito de que se atende quem tem condição de pagar pelo serviço. Além disso, vale explicitar que, além do duplo amparo legal contra a homofobia garantido por dispositivos internacionais e brasileiros, o próprio Código de Defesa do Consumidor, no artigo 39, prevê “a proibição, a vedação de fornecedores de produtos ou serviços recusar o atendimento conforme a demanda dos consumidores na medida de sua disponibilidade em estoque” (ALMEIDA, 2022, p. 608).

No âmbito municipal, aliás, convém destacar que a Lei Municipal de Belo Horizonte, n. 8.176, de 29 de janeiro de 2001, estabelece penalidade para estabelecimentos comerciais, industriais, entidades, representações, associações, sociedades civis ou de prestação de serviços que, por atos de proprietários ou prepostos, discriminem ou adotem atos de coação ou de violência contra pessoas em função de sua orientação sexual. As penalidades variam da inabilitação para créditos municipais à interdição do estabelecimento, passando por multa e suspensão de funcionamento. Apesar disso, na experiência de algumas das pessoas entrevistadas, ainda é presente o preconceito e a discriminação baseados na sexualidade e/ou identidade de gênero em diferentes estabelecimentos da RMBH:

Eu enfrentei discriminação até mesmo quando as pessoas receberiam para me tratar bem, em lojas que eu sei que trabalham com comissão. Eu era destrutada. Mesmo assim. O desejo para chocar alguém como eu era maior do que o desejo de receber uma recompensa financeira. Isso é pesado. Não é nem que eu estou sendo destrutada de graça, é que a pessoa está fazendo questão de perder dinheiro para me destratar.

Mulher trans,
pansexual
18 a 23 anos,
cor branca

Porque eu já tive experiência de entrar em uma farmácia para comprar hormônio e um cara de não sei quanto, bem mais alto do que eu, bem grande, bem forte, chegar pondo a mão no meu ombro, falando que vai me acompanhar. Trabalhador de lá. Só esse ato já intimida. O cara muito maior que eu, muito mais forte que eu. Não que eu seja muito forte, mas, sabe? Isso assusta. Isso intimida. Você tem uma atmosfera que quando você não é "passável" [...] é muito complicada.

Mulher trans,
pansexual
18 a 23 anos,
cor branca

Observa-se, ademais, como a violência pode ser tanto institucional, perpetrada por funcionários do estabelecimento, quanto partir de pessoas que frequentam esses locais:

Homem trans,
bissexual
23 a 28 anos,
cor preta

Me lembro de vezes, de momentos específicos, de me sentir mal em bares, inclusive ali no [NOME DO BAR], mas por outras pessoas dos bares, do bar.

Em uma das entrevistas, uma participante relata um episódio no qual estava passando mal no banheiro de um restaurante, com sua companheira a ajudando, quando um homem desconhecido invadiu o banheiro feminino acusando-as de estarem "constrangendo a filha dele". Quando a entrevistada procura, então, a administração do estabelecimento, "a gerente não faz nada", sendo complacente com a violência, e gerando um maior constrangimento à vítima:

Mulher cis,
lésbica, 49 a 53
anos, cor branca

Ficou parecendo que eu estava errada, que a gente estava errada, que a gente estava realmente agredindo alguma mulher que entrasse no banheiro, só porque eu sou lésbica e tenho uma esposa, eu não fiz nada, não pode nem vomitar no banheiro mais.

Em outro caso, uma entrevistada relata como ela foi perseguida por um rapaz em um supermercado:

E mesmo indo para supermercado, sempre eu fui estilo elegante e vou arrumada, "a madame chegou", e alguns caras ficam realmente me medindo, imagino por ser alta, ou não sei se eles são desconfiados se é homem, se não é, realmente eu não sei. E isso tudo fez com que um rapaz, eu fui com a minha irmã, a minha irmã estava mais à frente e nós não somos parecidas, ela tem um metro e meio e eu tenho quase 2. Ela estava mais à frente, tinha aquela frescura de passar álcool no carrinho todo, na mão, ela ficou na seção do álcool e eu fui andando no supermercado, e ela viu que o rapaz que me seguiu, ele estava assim: "nossa, que delícia", e veio procurar a delícia. Na hora que ele fez isso eu não estava sabendo, e eu entrava em um corredor, ele entrava, eu comecei a andar rápido, ele também, eu rodei bastante o supermercado, corri, foi uma maratona no supermercado com muito medo, até que minha irmã me viu passando pela milésima vez, eu não estava enxergando mais a minha irmã, e ela me chamou. Quando ela me chamou foi um céu, um milagre, anjinhos, tudo, que delícia, eu me senti salva. Fiquei calada e ela falou: "o que é que você está esquisita?", eu falei: "tinha um homem me seguindo", aí ela: "eu vi", eu falei: "gente, sua cachorra. Você viu e não fez nada, não falou comigo nem nada", "não, ele estava interessado em você, eu queria ver o que ia dar, muito legal". Essas coisas eu tenho medo, não incentivo e saio de perto, mexer com outra área.

Diante disso, é interessante observar como pessoas LGBTQIA+ estão sempre em estado de alerta ao frequentarem espaços comuns, cotidianos. Com a ausência de garantia de sua segurança, cabe aos indivíduos se limitarem a frequentar somente espaços que, por experiência prévia, são seguros, ou fazerem uma aposta – por vezes, considerada arriscada – de frequentar novos estabelecimentos privados.

Homem trans,
heterossexual,
29 a 33 anos,
cor branca

Eu lembrei de um amigo meu aqui que ele sofreu violência física após a transição dele por tentar usar, por usar o banheiro, na verdade, naquele [NOME DO BAR]. Todo mundo conhece [...]. Os banheiros masculinos, acho que tem umas portinhas curtas e é só mictório. Ele pegou e foi no feminino. Chegou um cara do bar, foi lá e bateu nele. Ele tinha acabado de fazer a mastectomia, soltou os pontos. Ele é magrelinho. Ele apanhou mesmo, o cara bateu nele porque ele foi fazer xixi. Uma coisa que eu não vivi, mas que ele viveu.

213

Mulher cis,
lésbica, 34 a 38
anos, cor branca

Na verdade, a gente evita, mas hoje não por medo, é porque a gente começou a rever porque gastar nossa grana em alguns lugares que velho, não. Mas não, os lugares que a gente quer estar a gente vai, mas eu acho que hoje a gente já não quer estar em qualquer lugar, então se a gente perceber que é um local não acolhedor, não só com a gente, mas enfim, se for um espaço com uma bandeirinha do Brasil provavelmente a gente não vá entrar, mas não é nem por medo, mas é porque eu não quero

gastar o meu dinheiro ali mesmo, não vou consumir ali. Então hoje a gente repensa até o que a gente está usando, onde a gente está usando a nossa grana.

O próprio, por exemplo, um lugar de como Belo Horizonte é jeitinho mineiro de ser LGBTfóbico: aquele Complexo do [NOME DOS BARES]. O [NOME DO BAR] tem tanto caso de LGBTfobia e ele é tão lotado de LGBT que é completamente contraditório. Eu às vezes tenho que brigar com as minhas amigas LGBTs para elas pararem de ir ao [NOME DO BAR] e elas continuam indo [...]. Tem casos absurdos. E, ao mesmo tempo, é um lugar lotado de LGBT. Tem toda essa dinâmica aí.

Mulher _____ cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor parda

5. ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA LGBTQIA+

No que se refere aos estabelecimentos privados no âmbito do acesso à cidade, um dos pontos de atenção desta pesquisa diz respeito às especificidades das vivências relatadas pelos entrevistados em espaços considerados "pró-LGBT" (que costumam ser conhecidos pelo termo em inglês "*LGBT-friendly*"). Nesse ponto, é interessante pontuar como as experiências diferem consideravelmente de um indivíduo para outro. Em certos casos, baladas e festas abertamente LGBTQIA+ são um local de encantamento e libertação:

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

E eu fui a primeira vez lá, fiquei encantado assim com o que eu tava vendo, porque as músicas eram diferentes, as pessoas que estavam lá vestidos diferente e tudo mais... eu me senti muito acolhido, assim, fiz muita amizade... também fiquei com outras pessoas pela primeira vez... enfim, por aí foi. E... eu senti que esse espaço, também, era um espaço que eu tinha, sabe? Pra poder ser quem eu era, extravasar, tipo... conhecer outras pessoas iguais a mim. E aí eu comecei a frequentar quase todo final de semana lá junto com meus amigos e tudo mais... e foi um espaço de refúgio, assim, também.

Para alguns, as festas LGBTQIA+ também apareceram como lugares onde os entrevistados se conectaram com outras pessoas LGBTQIA+. Ainda, nota-se como certos participantes viram essa experiência como a primeira oportunidade de perceber as diversas possibilidades de viver como pessoas LGBTQIA+. Essa criação de laços se mostra essencial na percepção de um senso comunidade e pertencimento.

215

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

Tem muita gente nessas festas, tipo, tem muita gente que existe sabe, que tá aqui dentro... tanta gente que dentro dessa cidade que é LGBT, tipo, eu não sou único... tipo, a minha vivência não é... sabe? Não sou só eu no universo que sou gay, tipo... muita gente gay. E era interessante observar até mesmo pessoas que eram gays lá dentro, mas que, tipo, eram muito diferentes mesmo entre si... tipo, que eram diretoras de empresa,

que eram... advogados e tudo mais. Então também foi um... um estalo assim, pra saber que, ah, a questão de ser gay não é só aquilo que passa na TV até então... que tipo, gente morta, que leva bala na rua ou que vai passar a vida toda, sabe, morrendo, no sofrimento, porque a sociedade não vai aceitar. Tipo, essas pessoas elas têm a vida delas, tipo assim... independente, elas fazem o que elas querem, elas viajam, elas têm seus cônjuges, elas têm casa própria, elas têm salário, elas... vão em restaurantes, pelo que eu tô vendo... elas frequentam shows, tipo, sabe, tem muita coisa que dá pra fazer, assim... sendo você gay, não é um... um obstáculo. E aí caiu a ficha pra mim mesmo, aí uma vez que caiu a ficha, tipo... abracei com tudo aquilo que eu era mesmo sem nenhum receio.

216

Contudo, convém explicitar que essa experiência não é universal. Entre os relatos, também se destacam casos de entrevistados que não se sentem confortáveis frequentando esses espaços. Ainda, há depoimentos de casos de LGBTfobia que ocorreram dentro de estabelecimentos LGBTs, com a manifestação de violências e discriminações transfóbicas sendo realizadas, inclusive, por outros membros da comunidade LGBTQIA+.

E... e eu não gosto de estar nesses espaços em geral, sabe? Tipo assim... fechados. Eu não vou em boate gay, eu não vou em festas, coisas assim não. Só quando é, tipo assim, é coisa dos meus amigos ou quando é coisa na rua. Na rua eu me sinto mais confortável. Não sei porquê.

Pessoa assexual,
18 a 23 anos,
cor branca

Homem trans,
bissexual
24 a 28 anos,
cor parda

Só que aconteceu de uma pessoa em específico que veio pedir para que a amiga estava interessada em me beijar, algo do tipo, fui lá, beijei a amiga, expliquei, corrigi a pessoa. Só que essa pessoa, que eu acho que era um homem gay cis, voltou até mim e começou a fazer um questionário do tipo: mas você é homem de verdade? Eu olhei para ele assim: "sou um homem de verdade". Ele respondeu: "nossa, mas é porque não parece. Desculpa, mas não parece. Você parece muito uma mulher lésbica". Eu olhando para ele, literalmente piscando assim, em silêncio, com muita raiva, mas tão assustado que eu não tive reação nenhuma. Eu congelei. Ele continuou falando. "E você beija homens e mulheres?" [...] "Sim, eu te falei há 20 minutos, sou bissexual". Ele: "ah, bom saber". Ele começou a tentar vir para cima de mim. E eu: "ai meu Deus do céu". Eu só dei um jeito de afastar dele, [inaudível] meus amigos [inaudível] na balada, todo mundo ficou extremamente estressado. Esse cara continuou me rondando. E a minha amiga estava assim: "se esse cara chegar perto de você, eu vou bater nesse cara, porque está sem noção". Isso estragou a minha noite. Já estava péssimo o fato de que lá na balada, por todo mundo estar me vendo no feminino, eu já tinha perdido um pouco da minha confiança de me apresentar para outras pessoas, chegar em outras pessoas que se apresentavam como homens, porque essa pessoa não vai ter interesse em mim. Isso aconteceu não só nessa balada, mas em outros eventos, outras ocasiões, nas quais eu poderia chegar em homens gays, mas eu evitava fazer isso, porque eu acho que eles estavam me vendo como mulher. Isso perde. O homem trans se perde ali.

Por fim, nota-se também que mesmo espaços LGBTQIA+ são suscetíveis de serem marcados pela heterocisnormatividade. Isso resulta em situações nas quais até mesmo os espaços que são vistos como acolhedores para essa população são considerados hostis para aqueles que desafiam a lógica heterocisnormativa:

Eu sinto muito uma diferença, em específico tem locais que eu vejo que são mais higienizados aqui em [NOME DA CIDADE] do que outros e eu sinto esse incômodo também; e aí é uma questão também, porque, por exemplo, os meus amigos só vão para lugares que são LGBT, mas muito higienizados e isso me incomoda também, porque eu ainda sinto... tem uma heterocisnormatividade muito grande nesses espaços ainda, apesar de a gente nomear eles enquanto LGBT. Então não me incomoda tanto quanto um espaço que é hétero me incomodaria, mas ainda tem um incômodo, [...] esses espaços que são higienizados, que querendo ou não é muito LGBT, mas de alguma forma não questiona tanto o gênero, acho que vai mais para a sexualidade, por exemplo. Então querendo ou não ainda tem um padrão de feminilidade, ainda tem um padrão de masculinidade, mesmo que seja esse padrão não-heterossexual.

Mulher cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor branca

6. PERCEPÇÕES SOBRE A ESFERA PÚBLICA

Outra questão que atravessa o acesso à cidade é a percepção das pessoas sobre a estrutura dos espaços e a presença de políticas públicas. Primeiramente, vale pontuar a presença de relatos com críticas à manutenção do espaço público de Belo Horizonte:

Mulher _____ cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor parda

As praças de Belo Horizonte são decadentes, porque a única praça que eles cuidam é a Praça da Liberdade. [...] As praças são decadentes e a gente não tem espaços de socialização que não sejam espaços de consumir álcool.

Há também depoimentos sobre noções negativas relativas a espaços de lazer e cultura na capital mineira, os quais são considerados de difícil acesso. Ainda, na experiência de algumas das pessoas entrevistadas, alguns espaços culturais se mostram institucionalmente transfóbicos e racistas:

219

Mulher _____ cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor parda

Os espaços culturais de Belo Horizonte são péssimos, os espaços públicos culturais, que não necessariamente são espaços públicos, porque eles são todos da iniciativa privada, em gestão, mas são públicos enquanto trânsito, e os parques.

Através de um homem trans que eu consegui ingressar no teatro, [NOME], que é idealizador do [NOME DO PROJETO], ele que me indicou lá e eu comecei a trabalhar no teatro, até então eu nunca tinha entrado em um teatro na minha vida, é incrível, mas comigo eu nunca tinha entrado, com 36 anos eu nem sabia o que era teatro, a gente só vê na televisão, é incrível, mas não era para ser assim, acho que o teatro tinha que ser acessível, desde criança até... mas não é, infelizmente, porque a gente tem a visão que teatro é coisa de rico, travesti no teatro piorou, até quando eu cheguei lá eu era novidade, fui a primeira travesti a trabalhar lá no teatro, o teatro tem mais de 20 anos de história."

Travesti _____
heterossexual _____
34 a 38 anos,
cor branca

O [NOME DO TEATRO] é o lugar mais racista que existe em Belo Horizonte. Não tem como transitar ali. Os artistas do [NOME DO TEATRO] são todos LGBTs, mas nunca vi um lugar ser tão racista assim... Já várias vezes tentei ocupar aquele espaço, fui com as meninas fazer reunião do... [inaudível]. É cansativo. Bem sem graça, porque as exposições também são de uma equipe curatorial muito racista, sempre umas coisas muitos brancos fazendo coisas. É um espaço curatorial racista.

Mulher _____ cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor parda

Vale pontuar que um espaço em particular foi citado de forma positiva pelos entrevistados: o Centro de Referência LGBT de Belo Horizonte. A presença de relatos positivos ilustra como políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ impactam a vida da comunidade:

Homem trans,
heterossexual,
29 a 33 anos,
cor branca

No começo a gente tinha esse medo. Hospital público a gente praticamente não tinha como uma referência. E hoje tem, não é? Tem o Centro de Referência e eu conheço muitas pessoas que frequentam e que falam super bem.

Mulher trans,
pansexual,
18 a 23 anos,
cor branca

Uma coisa que me ajudou muito foi o Centro de Referência LGBT daqui. Acabou que eu tenho aula de [IDIOMA] e o meu professor de [IDIOMA] na época foi superlegal, inclusive. Quando eu fui expulsa pela segunda vez, eu comentei com ele, eu não sabia como ia ser para eu ir para as aulas. Ele falou: "relaxa". Ele foi tentar procurar recursos e ele passou para mim o contato do centro. Eu liguei lá no Centro de Referência e eu conversei lá com as pessoas no Centro, fui atendida.

- Para mim, pelo menos, o Centro LGBT foi muito importante.

Mulher trans,
pansexual,
18 a 23 anos,
cor branca

- Questão de redes de apoio e segurança também, não é?

- Sim, completamente. De ter um lugar que está lá para ajudar pessoas LGBT, pessoas que estão... sabe? E para poder resolver problemas como os meus, como os de pessoas, que acaba que precisa, porque uma diferença que eu sinto que existe na questão do T para as outras letri-nhas é que muitas vezes a pessoa trans precisa, por exemplo, muitas vezes de um apoio médico, ela precisa de um processo de transição, ela precisa de... tipo, uma pessoa que é bi, lésbica, gay, não precisa.

222

Por fim, vale pontuar as diferentes percepções entre aqueles participantes residentes em Belo Horizonte em comparação com outras cidades da RMBH. Em especial, nota-se como a maioria dos relatos de moradores de outros municípios teve como palco a capital. Alguns entrevistados pontuam como, e em comparação com Belo Horizonte, outras cidades se mostram mais hostis a pessoas LGBTQIA+. Uma participante comenta:

Mulher cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor parda

Eu acho BH, inclusive, uma cidade segura. Não sei se muita gente falou disso, mas eu acho uma cidade segura no complexo Centro, porque é o espaço em que eu mais circulo. Eu acho o Centro de BH muito de boa mesmo. Eu já fui abordada em situações obviamente nojentas, mas eu já fui mais abordada em outros lugares. Eu acho BH uma cidade boa.

Saúde

Desde 1946, o conceito de saúde como mera ausência de doença não é mais suficiente, tendo sido, inclusive, reformulado para "o estado de completo bem estar mental e social do indivíduo", por diretiva da Organização Mundial de Saúde (SÁ JUNIOR; MIRANDA, 2004). Já sob a atual perspectiva de Saúde Única, a definição até então vigente foi ampliada pelo reconhecimento da complexidade e da indissociabilidade da conexão entre a saúde humana, animal e ambiental, não sendo pertinente analisar qualquer uma delas isoladamente (BAQUERO, 2021).

A Constituição Cidadã de 1988 definiu a Saúde, em seu artigo 196, como um direito de todos e um dever do estado, e assegurou o acesso igualitário e universal às ações e serviços oferecidos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 1988). Na sequência, a Lei Orgânica da Saúde (n. 8.080/1990) ratificou a relevância da atuação de determinantes e condicionantes no processo saúde-doença (BATISTELLA, 2007), tais como alimentação, moradia, saneamento, meio ambiente, trabalho, renda, educação, atividade física, transporte, lazer e acesso a bens e serviços essenciais.

A Atenção Básica ou Primária é considerada a "porta de entrada" do cidadão brasileiro ao SUS e corresponde a um conjunto de ações de proteção, promoção, prevenção e restabelecimento da saúde, orientadas segundo a organização do território e a população assistida (BRASIL, 2017). Além disso, de acordo com a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS, é garantida a todo e qualquer brasileiro a prerrogativa de receber atendimento acolhedor, humanizado e livre de discriminação (BRASIL, 2006). Entretanto, no que tange ao acesso da população LGBTQIA+ aos serviços públicos de saúde, percebe-se que tal direito, apesar de assegurado por dispositivos legais, permanece sendo negado a seus membros, tal como outras violações já tratadas neste documento. É o que se nota no trecho a seguir:

A saúde, em si, eu acho uma porcaria para travesti, o SUS, em questão de incentivar as travestis a irem aos postos de saúde, seja para fazer o exame de HIV, de hepatite, de sífilis, tudo, eu não vejo incentivo nenhum, na televisão piorou, aí que você não vê, nas escolas nem se fala, aí que piorou tudo.

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos,
cor branca

O advento das políticas públicas de saúde direcionadas ao atendimento de demandas de identidades de gênero trans e travestis remetem a 1997, quando foi autorizada pelo Conselho Federal de Medicina a cirurgia de transgenitalização – cabe destacar – em caráter experimental. Cinco anos depois, a Resolução n. 1.482/97, que instituiu tal precedente, foi revogada, e os dispositivos que a substituíram condicionaram a realização do procedimento à apresentação de parecer multiprofissional, emitido após no mínimo dois anos de acompanhamento, no qual constasse a condição descrita como “desvio psicológico permanente de identidade sexual com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoextermínio” (ROCON; SODRÉ; RODRIGUES, 2016).

Já a regulamentação do processo transexualizador no serviço público de saúde ocorreu por meio da Portaria n. 457, de 19 de agosto de 2008 (BRASIL, 2008). O processo foi ampliado em 2013, após decisão favorável à Ação Civil Pública nº 2001.71.00.026279-9/RS, que determinou a realização, no âmbito do SUS, de todos os procedimentos médicos referentes a cirurgia de transgenitalização e a readequação sexual (BRASIL, 2013).

Outro marco histórico na luta dos indivíduos LGBTQIA+ pela efetivação do direito à saúde foi o advento da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, instituída somente em 2011, apesar de ter sido aprovada quatro anos antes pelo Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2011). Infelizmente, o mencionado instrumento normativo é conhecido apenas pela comunidade sobre a qual versa, sendo amplamente desconhecido pelo restante dos brasileiros (SANTOS *et al.* 2021).

A partir da coleta das entrevistas à luz do cenário jurídico ora apresentado, é possível afirmar que nenhum dos 24 objetivos específicos estipulados na Política Nacional de Saúde Integral LGBT foi satisfatoriamente alcançado, embora se propusessem meramente a estender à população em estudo a satisfação de suas demandas específicas, desde a atenção básica até os serviços de alta complexidade, nos moldes gerais do que já é oferecido aos indivíduos dentro do padrão cisheteronormativo. Em consonância com esse diagnóstico, informa um entrevistado:

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

Talvez ter um auxílio psicológico também, tipo, pra época. Pelo menos pra poder ter alguém pra conversar, sabe? Eu poderia ter tido.

O atendimento eivado de preconceitos, estigmas e desconhecimento não é exclusividade do setor público, e produz o mesmo efeito no que tange ao incremento do distanciamento desse grupo em relação aos serviços de atenção à saúde (SANTOS *et al.* 2021; SHIHADDEH; PESSOA; SILVA, 2021), como se observa a seguir:

227

Homem trans,
bissexual, 24 a 28
anos, cor parda

Nós temos convênio médico, minha família e eu, só que o meu convênio está no meu nome de registro, então aí já começa um certo impasse. Claro que eu sou atendido nos locais, só que, às vezes, é você chegar no hospital, você tem que ser a mulher que está ali na carteirinha, mas isso são pormenores.

Eu fui procurar um endócrino e eu confesso que eu não procurei em rede pública, eu procurei no meu convênio, e não achei nada, obviamente, mas eu fui em um endócrino que falou assim: "não entendo nada disso, não é comigo, mas vou te falar o nome de quem entende". Pelo menos ele me ajudou.

Homem trans,
heterossexual,
29 a 33 anos,
cor branca

Soma-se, aos fatores acima elencados, a dificuldade em se conseguir atendimento público e a pouca resolutividade deste, o que está, majoritariamente, entre as principais queixas por parte dos usuários do SUS:

228

Eu vou no público. De vez em quando eu vou no privado, porque o público é muito difícil

Pessoa gênero
fluido, gay,
24 a 28 anos,
cor preta

Hoje eu estou usando o SUS de novo, acaba que a gente vai, mas tem um pouco de resistência, de preguiça, mas eu vou. Mas dá um pouco de preguiça, se eu pudesse escolher alguns médicos específicos eu iria achar ótimo, mas... Eu uso o SUS mesmo, aqui em [NOME DO MUNICÍPIO], como é uma cidade que as pessoas não ficam, os servidores não ficam, tem uma rotatividade muito grande de médicos.

Mulher cis,
lésbica, 34 a 38
anos, cor branca

Homem trans,
bissexual, 23 a 28
anos, cor preta

Eu me lembro de ligar [no Hospital], aí sempre falavam: "liga no dia tal, que no dia tal você consegue agendar horário, mas você liga cedo, porque acaba rápido", sabe? E aí não rolou em nenhuma das vezes no SUS do postinho.

Além disso, há uma insatisfação, também, em relação à dispensa de medicamentos gratuitamente.

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos,
cor branca

É, eles dão a receita, dão atendimento, mas alguns remédios o SUS dá, outros não.

229

Mulher cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor parda

E eu não consigo medicação pelo SUS, porque normalmente pedem que a receita seja do SUS para você conseguir medicação no SUS. Vou até tentar, se eu conseguir. E a minha namorada agora é médica formada, então eu posso pegar uma receita com ela. Vou ver se eu consigo.

No seio das instituições de ensino, os acadêmicos são pouco expostos a temas afeitos à diversidade sexual e sequer lidam com os pacientes relacionados (SANTOS et al., 2021; GUIMARÃES et al., 2020). Assim,

esse hiato informativo provê condições propícias à incorreta vinculação automática de pessoas LGBTQIA+ às infecções sexualmente transmissíveis, alimentando, dessa forma, as fobias direcionadas aos integrantes da referida comunidade, o que é externado durante o atendimento de profissionais de saúde de diversas formações e especialidades (COSTA *et al.*, 2023). Tanto o preconceito quanto a desinformação são, então, percebidos pelas pessoas LGBTQIA+ que acessam estabelecimentos públicos e privados de saúde, como sugerem os relatos a seguir:

230 **você não vê travesti em posto de saúde nunca na sua vida, duvido, dou minha cara a tapa se você vai ver, não vai ver, eu tinha medo de ir no posto de saúde por causa do preconceito, os olhares, tratamento é diferente, tudo é diferente, eu ia porque eu ia mesmo, porque é um direito meu, eu já tinha criado coragem mesmo de entrar no posto de saúde, a maioria das bixa tem medo de entrar no posto de saúde, na UPA nem se fala...**

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos,
cor branca

chega lá, o médico não sabe e tratar, aí a bicha vai ficar nervosa, vai quebrar o pau, fazer barraco, é horrível, tem que ter coragem para ir para o SUS, eu com meu médico bato sempre de frente com ele, sempre bato de frente.

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos,
cor branca

Mulher cis,
lésbica, 34 a 38
anos, cor branca

E aí eu fui no clínico e quando ele começou a me perguntar e eu falei que nunca tinha tido relação sexual com homem, não sei o que passou na cabeça dele, ele falou que não precisava [fazer o exame Papa Nicolau] e eu fiquei "como assim?"

Além disso, o despreparo por parte dos profissionais de saúde foi destacado pelos participantes da pesquisa, que afirmaram que tais profissionais aparentam não ter recebido a formação acadêmica necessária para lidar com questões de sexualidade não binária, prestando, conseqüentemente, um atendimento aquém da expectativa dos entrevistados, como se observa abaixo:

231

Homem trans,
bissexual, 23 a 28
anos, cor preta

os nossos corpos não são bem-vindos nesses lugares, as pessoas não estão preparadas, não sei se elas buscam, não sei como que é o processo, inclusive seria algo interessante de buscar saber como funciona isso, se tem algum processo de formação para essa galera fazer os atendimentos, se vai do profissional, se ele deixa essas coisas, questões pessoais dele interferirem na maneira como ela lida.

o sistema de saúde pública brasileiro é uma merda para travesti, os médicos não entendem nada de travesti, nada, ou não querem, não sei.

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos,
cor branca

O fato de a sexualidade ainda ser tratada como um assunto melindroso, mesmo entre profissionais de saúde, faz com que pessoas LGBTQIA+ tenham receio em expor nos atendimentos questões que as afligem a esse respeito:

recentemente eu estou com um problema muito grande é da saúde, de questão principalmente ginecologista. Eu tenho um problema muito grande que na época que eu ia lá em [NOME DO MUNICÍPIO], tinha uma ginecologista de confiança, mas eu não era assumida para ela

Mulher cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor branca

Em decorrência de todas essas circunstâncias, quem não dispõe de recursos financeiros para arcar com um plano particular, permanece desassistido, situação que foi agravada pela pandemia de coronavírus. É o que sugerem os trechos reproduzidos na sequência:

Mas, eu não tive [atendimento], porque era plano de saúde, logo veio a pandemia e eu fui embora, cheguei aqui e eu não tive atendimento, fisioterapia, fiquei muito tempo sem.

Homem cis,
gay, 39 a 43 anos,
cor branca

Homem trans,
heterossexual,
29 a 33 anos,
cor branca

Mas aí esse médico atende lá, só que ele descredenciou do meu convênio, e desde então eu estou sem médico, à procura.

Mulher trans,
pansexual, 18 a 23
anos, cor branca

precisava olhar coisas de hormonização, mas, por conta da pandemia, o SUS tinha fechado o ambulatório trans, então eu não tinha muito acesso. Eu tentei algum acesso particular. Eu olhei lá, teoricamente a pessoa nem podia me passar o contato de uma pessoa particular, mas me passou.

233

Mulher cis,
lésbica, 49 a 53
anos, cor branca

tive que fazer uma cirurgia, e foi no meio da pandemia, então não fiz a fisioterapia adequadamente, medo de pegar COVID.

Essa importante lacuna na prestação de um serviço que deveria ser universal e igualitário colabora para que pessoas LGBTQIA+, frequentemente, recorram a pessoas leigas, à internet e às redes sociais para obterem informações de saúde que não lhes são disponibilizadas por profissionais e instituições de saúde adequados:

Vai nós não pesquisar na internet [sobre saúde sexual de mulheres que têm relações com outras mulheres] para você ver, meu filho. [Me informei na] Internet, entre amigas, com amigas e tudo e seguindo pessoas LGBT que falavam do assunto, entendeu?

Mulher _____ cis,
lésbica, 39 a 43
anos, cor parda

Então as travestis são largadas às traças, se não for as travestis pelas travestis, de passar informação, não tem em saúde pública, não tem nada.

Travesti _____,
heterossexual _____,
34 a 38 anos,
cor branca

234

Todavia, é em relação à terapia hormonal para a transição de gênero que os indivíduos mais buscam auxílio não profissional, ainda que isso signifique recorrer a fármacos e técnicas não recomendados, com risco potencial para a saúde física e mental de seus usuários. Isso foi observado em diferentes relatos coletados nesta pesquisa:

Eu me pergunto: quantas pessoas como eu não conseguem? Quantas pessoas como eu não têm que enveredar por outros caminhos? Quantas não se matam? Quantas não fazem hormonização completamente por conta e tomam coisa que não podem?

Mulher _____ trans,
pansexual, 18 a 23
anos, cor branca

Mulher trans,
pansexual, 18 a 23
anos, cor branca

Eu estava na minha cabeça: se não der dessa vez, eu faço por conta. Eu não faço acompanhamento nenhum, eu preciso me hormonizar e eu não ligo para os riscos, porque a outra opção além de me hormonizar era pular de um lugar bem alto. É isso.

Homem trans,
bissexual, 23 a 28
anos, cor preta

Mas então, eu tinha um grupo que era de caras trans e nesse grupo os caras mandavam, sabe? Tipo assim: "gente, eu tenho aqui, a caixinha está tanto". E aí, pelo que eu entendi, eram os caras que iam em algum endócrino, algum médico, não sei qual médico pode receitar, eu acho que é só endócrino, ia nesse médico, conseguia com algum médico e vendia por fora, um valor um pouco mais alto que o do mercado.

235

Travesti _____,
heterossexual _____,
34 a 38 anos,
cor branca

Aí já é como eu falo assim, "Mas por que travesti põe silicone industrial?", porque não tem informação do SUS, não tem nada, elas não sabem que lá no SUS elas têm direito a endocrinologista, elas não sabem disso, e não sabem por causa do medo também, desse medo que eu te falei, de ir ao SUS.

É muito comum que garotas como eu comprem vários anticoncepcionais, como aquele, por exemplo, para fazer uma transição por conta. Só que, assim, isso faz muito mal à saúde, [...] por eles não terem sido feitos para gente como eu... Na verdade, não existe medicamento feito para gente como eu.

Mulher trans, pansexual, 18 a 23 anos, cor branca

No entanto, a despeito das lacunas do sistema público de saúde em relação à comunidade LGBTQIA+, foram relatadas algumas vivências satisfatórias tanto em Unidades Básicas de Saúde, quanto nos serviços de referência, como se nota a seguir:

236

Fui no postinho aqui embaixo, e eu conversei com uma médica, conversei só com ela, ela foi super cuidadosa. Eu tinha medo na época, porque todo mundo aqui do postinho conhecia meus pais, fiquei com medo de vazarem informações, mas a médica foi super cuidadosa, ela me passou 300 mil exames para fazer e aí eu fiz os exames.

Homem trans, bissexual, 23 a 28 anos, cor preta

A médica que tem, que atende aqui no posto de [NOME DO CENTRO DE SAÚDE], que é o bairro onde eu moro, é legal, tive uma experiência massa, já diferente, bem tranquilo.

Mulher cis, lésbica, 34 a 38 anos, cor branca

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos,
cor branca

Eu vou no posto de saúde, eu sou voluntária de uma faculdade também, Ambulatório Trans. Lá que eu descobri que eu tenho hipertireoidismo por excesso de hormônio, eu não sabia. E lá eles dão assistência psicológica, psiquiátrica, nutrólogo, endocrinologista.

Mulher cis,
lésbica, 49 a 53
anos, cor preta

Sim, eu sempre me tratei pelo SUS e os profissionais com quem eu passei, seja homem ou mulher, sempre foram muito bem-preparados, entendimento respeitoso e humanizado nesse sentido, não tenho, eu, particularmente, não tenho nada a reclamar, nenhuma deles.

237

Homem trans,
heterossexual
29 a 33 anos,
cor branca

No começo a gente tinha esse medo. Hospital público a gente praticamente não tinha como uma referência. E hoje tem, não é? Tem o Centro de Referência e eu conheço muitas pessoas que frequentam e que falam superbem."

Mulher trans,
pansexual, 18 a 23
anos, cor branca

O Centro de Referência, por exemplo, foi muito importante para mim. Talvez, se não fosse por ele, muito provavelmente se não fosse por ele eu teria morrido. Foi essencial para mim. É algo muito, muito, muito importante. Pelo menos, para mim, foi.

Determinado município, inclusive, forneceu parte do apoio necessário a ações de educação em saúde voltadas para a saúde sexual dessa população.

quando a gente fez a Semana LGBT, a única secretaria que esteve envolvida foi a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Educação proibiu a gente entrar nas escolas, mas a Secretaria de Saúde distribuiu até lubrificante natural, para você ter noção, de girassol com manjeriço, distribuiu camisinha, falou sobre as coisas, fez teste de HIV, assim.

Mulher cis, lésbica, 39 a 43 anos, cor parda

Exceções consideradas positivas foram verificadas também nos estabelecimentos de saúde particular, nos quais, a despeito das limitações já apontadas e do elevado custo, alguns respondentes declararam ter recebido atendimento satisfatório:

238

Eu faço acompanhamento com endocrinologista, com ginecologista, com psicóloga. Um dermatologista aqui, um nutricionista ali, são consultas mais esporádicas. O meu endocrinologista não atende por convênio, e é um endocrinologista de referência em transição para homens trans.

Homem trans, bissexual, 24 a 28 anos, cor parda

Mulher cis,
bissexual, 24 a 28
anos, cor branca

Na terapia é muito tranquilo, eu faço. Tem uma sessão daqui a pouco, inclusive, mas é tranquilo porque [...] foi a primeira psicóloga que eu já fui e foi por indicação, assim, indicação de indicação... não sei se foi sorte ou se foi uma rede de pessoas com uma mentalidade, é... preocupada com essas questões, mas foi muito... tem sido muito bom há muito tempo.

O atendimento segregante no campo da saúde, âmbito que, teoricamente, deveria inspirar acolhimento e cuidado, produz sentimentos de não pertencimento, tristeza, angústia e desamparo nas vítimas de uma discriminação que pode ser caracterizada como institucional (ROCON; SODRÉ; RODRIGUES, 2016). Por isso, quem possui recursos, prioriza a prestação de serviço ofertada por membros das comunidades com as quais se identificam.

239

Homem trans,
bissexual, 24 a 28
anos, cor parda

Fiz questão de, por um acaso, eu tive experiências ruins com psicólogos anteriores e aí estava procurando uma psicóloga que talvez pudesse me ajudar nessa questão, e aí no perfil de um homem trans que eu sigo, eu achei o contato dessa psicóloga, que é mulher trans, e que atende em [NOME DA CIDADE].

Nem é rede privada, é direto com a médica. Não é nem hospital, é consultório particular. Tem que ser particular, porque, isso pode macetar a cara do SUS, muito difícil ter psiquiatra. Não tem psiquiatra. Não existe psiquiatra. Deve ter duas psiquiatras negras em [NOME DA CIDADE] inteira e olhe lá, na rede particular inclusa. Não tem psiquiatra disponível. Tudo é um inferno.

Mulher cis, lésbica, 18 a 23 anos, cor parda

Contudo, dada a pouca oferta de especialistas, alguns dos quais sequer atendem por convênios, bem como os altos preços de cirurgias corretivas, acrescidos do custo da administração de medicamentos, a transição de gênero com adequada supervisão profissional está ao alcance de poucas pessoas, como destacam os trechos adiante:

240

A transição não é barata mesmo. Sem falar custo com psicóloga, que também é particular. Hoje ela é minha terapeuta e ela é particular, então todo mês tem o dinheiro dela lá também, também entra nesse bolo de contas que eu tenho que pagar todo mês a transição, e aí vai o meu salário todo mês

Homem trans, bissexual, 24 a 28 anos, cor parda

cirurgia plástica estou descobrindo que vai custar um rim e um fígado. No particular, pelo menos. Ela estimou 16 mil, 17 mil.

Homem trans, bissexual, 24 a 28 anos, cor parda

Homem trans,
bissexual, 24 a 28
anos, cor parda

Mastectomia masculinizadora, retirada dos seios. Se for pelo particular, porque tem que ir para São Paulo, é uma cirurgia que tem em São Paulo, tem os custos de deslocamento, de ficar na cidade, do hospital.

Homem trans,
heterossexual
29 a 33 anos,
cor branca

Doutora [NOME], que é uma referência [...]. Eu fui atrás dela. A consulta era muito cara. É um negócio que a gente fazia um esforço, eu e meus colegas da época, de pagar, porque a gente falava assim: beleza, 500 reais, mas 500 reais. Hoje 500 reais é dinheiro. Imagina há 8 anos. Era muito mais.

241

Homem trans,
bissexual, 24 a 28
anos, cor parda

A consulta dele é salgada. É 950 reais toda vez que você chega no consultório. Só a consulta. [...] Aí esses remédios caríssimos de 400, 500 reais, mais testosterona, mais quem aplica em você. Todo mês no meu salário eu acho que 70% dele é só com médico e medicamento.

Até mesmo entre aqueles que iniciam o tratamento com orientação médica, não são incomuns os casos de descontinuação por motivos financeiros, ou mesmo devido ao endividamento.

Como é que eu vou pagar meus remédios caríssimos? Como é que eu vou pagar minha psicóloga? Como é que eu vou pagar todas as coisas que envolvem a transição?

Homem trans, bissexual, 24 a 28 anos, cor parda

E acho que se eu não tiver um plano de saúde ou se eu não sujar meu nome com algum empréstimo, não vai rolar tão cedo.

Homem trans, bissexual, 23 a 28 anos, cor preta

242

Eu fiquei 6 meses sem comprar remédio por falta de grana, e a única coisa que aconteceu nesse período e que foi chato, foi a explosão novamente de pelos.

Mulher trans, 54 a 58 anos, cor branca

Assim, para torná-lo factível a mais pessoas, indivíduos estão se mobilizando com o intuito de pleitear coletivamente uma redução nos custos. Tal movimento endossa a urgência de ocupação de espaços institucionais por pessoas LGBTQIA+, como forma de consolidar o controle social no SUS e de acelerar a superação de suas iniquidades (MELO et al., 2020).

Homem trans,
bissexual, 23 a 28
anos, cor preta

O hormônio, hoje, uma caixinha que era 40 reais na farmácia com três ampolas, hoje está 300, mesmo. Inclusive a gente está com um abaixo assinado aí para essa redução de valores, porque está um absurdo o valor do preço de hormônio.

Considerando as entrevistas analisadas, percebeu-se a recorrência de relatos sobre a dificuldade em se obter atendimento nos estabelecimentos de saúde, seja em virtude da pouca oferta de vagas no SUS; do elevado custo das consultas e procedimentos no setor privado, ou do despreparo de profissionais quanto ao acolhimento e abordagem técnica de questões relacionadas à sexualidade e à identidade de gênero dissidentes, à prescrição de tratamentos adequados, ao acesso às terapias hormonais, a cirurgias de redesignação sexual, bem como a acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico para essa população.

Foi verificado que, mesmo em estabelecimentos concebidos para ofertar o cuidado do bem-estar físico, social e psicológico dos brasileiros, a violência LGBTfóbica vem sendo perpetuada, seja pela deliberada indiferença à identidade de gênero dos indivíduos que procuram acolhimento (ROCON; SODRÉ; RODRIGUES, 2016), seja pelo atendimento discriminatório ou negligente, ou até mesmo pela recusa do fornecimento, ao paciente em questão, das terapias com a frequência e posologias recomendadas:

243

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos,
cor branca

A maioria [dos profissionais de saúde] trata a gente no masculino...

Agora, esse endócrino, nós conseguimos uma boa amizade com o tempo porque ele, eu vou falar uma coisa que é chata, mas que aconteceu, ele diminuiu as quantidades dos meus remédios, é 50, toma 25, entendeu? Reduziu tudo, e na hora que eu fiz o exame, onde eu já tinha conquistado a química do meu corpo, que já era feminina, ele mudou completamente, eu voltei a ser masculino. Eu era um homem com química feminina, voltei a ser um homem, homem.

Mulher trans,
54 a 58 anos,
cor branca

244 eles não sabem para onde encaminhar o processo de hormonização, é lógico que eles sabem, o endocrinologista, óbvio, mas fingem, eles não sabem de todas as necessidades de uma travesti, é um psicólogo, um psiquiatra, saber informar essas necessidades para elas, hormônio eles não entendem nada, o processo de hormonização, piorou, aí que não sabe mesmo.

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos,
cor branca

Eu fiquei um tempo me consultando com esse psiquiatra. Depois de um tempo, meus pais resolveram que esse psiquiatra não era bom e me tiraram do psiquiatra com a promessa de que me colocariam em outro para confirmar se eu era trans ou não. Porque, assim, eu falar não era suficiente. No que eles falaram que iam colocar em outro, ficaram de colocar. Não colocaram. Não achava, não achava, não achava. Estavam

Mulher trans,
pansexual, 18 a 23
anos, cor branca

sempre procurando. Um mês, está procurando. 2 meses, está procurando. 3 meses, estava procurando. Você não leva 3 meses para achar um psiquiatra.

Homem trans, bissexual, 23 a 28 anos, cor preta

eu estava com uma coceira e a médica me fez fazer um exame de IST, eu já tinha feito antes, sei lá, três meses atrás, eu falei para ela: "meu exame está em dia, pode ficar tranquila, eu tenho um relacionamento fechado", ela me fez fazer a desgrama do negócio. O que pode ser isso? Ela faria isso com alguém hétero-cis? Eu não sei. As questões médicas, em geral, seriam isso.

A perpetuação de ambientes inóspitos também no segmento saúde corrobora para o adoecimento físico e psicológico dos indivíduos, privados de orientação profissional embasada em preceitos científicos (ROCON; SODRÉ; RODRIGUES, 2016). Consequentemente, as pessoas LGBTQIA+ tornam-se vulneráveis aos interesses de terceiros e recorrem a métodos empíricos e arriscados de tratamento de suas demandas de saúde.

Quinze e doze anos se passaram, respectivamente, desde a criação do Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Saúde LGBT. Contudo, tanto o acesso à saúde quanto o atendimento a demandas específicas da população LGBTQIA+ permanecem restritos e sem garantia de oferta, em razão da escassa representatividade nas principais câmaras legislativas, do subfinanciamento e descontinuidade de políticas governamentais, da falta de capacitação de profissionais de saúde, bem como de estudos científicos que se debrucem sobre formas de melhoria da assistência da prestada (COSTA *et al.*, 2023) e que busquem combater preconceitos e atitudes discriminatórias dentro e fora dos próprios estabelecimentos de saúde (RO-

CON; SODRÉ; RODRIGUES, 2016). Agravam essas circunstâncias a falta de articulação e diálogo entre gestores, legisladores e representantes quando da elaboração de novas políticas e aperfeiçoamento daquelas já existentes (MELO *et al.*, 2020).

Assim, em decorrência do cenário delineado, os relatos denunciam a notória urgência e ansiedade da comunidade em ser finalmente contemplada por políticas públicas específicas para suas necessidades, que apresentem a possibilidade não apenas de combater a discriminação, mas também de preservar a vida e assegurar a saúde dessa população. Por essa razão, as demandas por melhorias na assistência de saúde são constatadas em diferentes relatos:

246 Para a população trans, em geral, a questão da saúde e da educação acho que é o básico, porque é o mínimo para que a gente possa galgar outras coisas.

Homem trans,
heterossexual,
29 a 33 anos,
cor branca

E voltando à saúde pública, eu sonho em algum dia o SUS ter projetos para pessoas trans, sonhar não é proibido, de incentivar, as coisas mínimas, exame de HIV, você não vê incentivo nenhum, se não for as ONGs você não vê nada...

Travesti,
heterossexual,
34 a 38 anos,
cor branca

Travesti _____,
heterossexual _____,
34 a 38 anos,
cor branca

incentivar as travestis a tomarem hormônio, a frequentar os postos de saúde, a ir no SUS, eu sempre fui no SUS por espontaneidade, nunca tive incentivo de ninguém.

Travesti _____,
heterossexual _____,
34 a 38 anos,
cor branca

processo de hormonização é muito interessante para as travestis, para não injetarem silicone industrial, que é proibido, ensinar elas a não se auto hormonizarem, é muito importante, não é um privilégio, é um direito, acho que o SUS deveria incentivar.

segurança pública, Poder judiciário e demandas judiciais

A segurança pública desponta como uma das principais demandas presentes no repertório de reivindicações das pessoas de gêneros e sexualidades dissidentes.

Tanto no âmbito coletivo-organizacional, do movimento LGBTQIA+ institucionalizado, quanto na esfera individual e subjetiva, a luta por uma vida digna, devidamente protegida pelo Estado, emerge como eixo da agenda de lutas das pessoas LGBTQIA+. No campo jurídico, a noção de segurança pública e sua consequente reivindicação derivam dos artigos 5º e 6º da Constituição Federal, compondo o núcleo de direitos individuais fundamentais e direitos sociais de todas as pessoas (MELLO; REZENDA; BRITO, 2014, p. 299). A segurança pública também possui previsão expressa no artigo 144 da Constituição, pelo que é legalmente definida como "dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio" (BRASIL, 1988).

Conforme a descrição normativa, a segurança pública compreende a atuação estatal na manutenção da ordem e na proteção da vida e do patrimônio. Deve ser garantida por múltiplos órgãos que compõem o Estado, como a polícia federal, a polícia civil, a polícia militar, entre outros. Dessa maneira, configura-se como um dos principais desafios enfrentados pelos estados, pelos municípios e por toda a sociedade brasileira. Prestar segurança à população é dever do Estado, de forma a garantir a segurança física, moral e patrimonial da população, bem como a assegurar a todos o uso dos espaços públicos e dos equipamentos institucionais.

A despeito da falta de indicadores públicos oficiais e abrangentes sobre a violência contra pessoas LGBTQIA+, que perpetua a invisibilização da barbárie praticada contra essa população, os dados produzidos por integrantes do movimento LGBTQIA+ organizado evidenciam que pessoas LGBTQIA+ são alvo de uma violência estrutural, especialmente as pessoas trans, considerando-se que o Brasil é o país em que mais ocorre o assassinato dessa subpopulação (BENEVIDES, 2023).

250 Com isso em mente, compreendemos a LGBTfobia institucional como a deficiência ou a ausência de práticas humanizadoras por parte dos agentes públicos para com pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais e outras dissidências de gênero ou de sexualidade, de forma que a conduta institucional, por meio de seus agentes, acaba por promover atos de discriminação, desumanização, negação da cidadania e direitos no acesso dessas pessoas aos serviços públicos ou à administração pública.

A segurança pública deveria ser, dentro do contexto de Estado Democrático de Direito, a área atenta à necessidade de proteção de todas as pessoas para que todo cidadão e toda cidadã possam viver livre de qualquer forma de violência, ameaça ou medo, experimentando, concretamente, seus direitos e recursos resguardados constitucionalmente. Apesar disso, o modelo tradicionalmente adotado para a implementação e gestão das políticas públicas de segurança não é suficiente para proteger todas as formas de ser e existir que se manifestam na ordem social brasileira. Isso, dentre outras coisas, promove o triste quadro de aumento da violência em Minas Gerais (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Na tentativa de compreender as circunstâncias que fazem com que algumas pessoas experimentem a provisão de serviços por parte dos estados de forma mais integral que outras, vale retomar ao que elabora Judith Butler (2006, 2015). A autora concentra suas análises na violência de Estado, argumentando que, aos olhos estatais, principalmente em contextos de guerra, alguns corpos merecem viver, alguns podem ou não viver, e outros merecem morrer. Nesse mesmo sentido, e com base nos relatos coletados através das entrevistas realizadas, percebe-se que algumas pessoas receberão suporte e subsídio para se manterem vivas de formas dignas, e outras não, e é a partir desse contexto que conduziremos a nossa análise.

1. DELEGACIAS E AGENTES DE POLÍCIA: TENSÕES ENTRE O DESPREPARO E O DESINTERESSE NO ENFRENTAMENTO DA LGBTFOBIA

Conforme acima aventado, a polícia, em suas distintas dimensões e competências, é a responsável por garantir a segurança pública. Os depoimentos coletados para essa pesquisa, no entanto, fornecem dados que permitem refletir que pessoas LGBTQIA+ são inseridas em dinâmicas de exceção no atendimento policial. Entendemos que a tipificação de um crime como furto, ou roubo, provavelmente não é evitada no cotidiano do trabalho de agentes policiais, tendo em vista serem esses exemplos dos crimes que as polícias estão comprometidas a identificar e coibir. Já com relação ao crime de LGBTfobia, bem como a suas nuances, verificamos um despreparo dos agentes de polícia no trato da situação:

251

Homem cis,
gay, 39 a 43 anos,
cor branca

Um amigo advogado me levou à delegacia, e aí foi muito difícil a gente registrar como cunho homofóbico. E não entrou mesmo, de fato, a palavra, eu não lembro se entrou ou não a palavra homofobia, eu acho que não entrou. E foi a partir disso, mas foi muito difícil, não foi fácil e vou ser sincero, a vara criminal está parada. Então, a violência do crime de homofobia não segue, infelizmente.

Primeiro a gente foi na polícia civil, foi de noite também, foi na polícia civil lá que tem no [NOME DO BAIRRO], esqueci o nome, ali na... esqueci o nome da rua, a gente foi na polícia civil lá, funciona à noite. Aí tinha muita demanda de bandido lá, aí eles não quiseram registrar nossa queixa: "Não, depois você procura a polícia civil da sua regional. Aí procura a polícia civil da sua regional, porque aqui a gente não está podendo", policial até me ouviu, eu tinha até as filmagens na época, eu mostrei uma parte da filmagem que eu tinha feito das agressões do cara do Uber, aí ele não quis fazer boletim [...]. Aí, no dia seguinte, fomos à polícia civil do bairro, aí o policial civil, eu não sei falar se ele era delegado, detetive, eu não sei exatamente, mas ele me orientou a não prestar a queixa, porque como eu trabalhava no [NOME DO LOCAL], isso poderia sofrer uma retaliação ou ser mal vista, alguma coisa.

Para além da dificuldade na tipificação da LGBTfobia por parte dos agentes policiais, notamos que existe uma tensão entre despreparo e desinteresse no atendimento das vítimas de crimes de cunho LGBTfóbico. Isso porque os depoimentos resgatam histórias que oscilam entre a falta de conhecimento sobre a LGBTfobia por parte dos agentes e um intencional desmerecimento da violência, fortalecido por atos de negligência por parte do poder público:

Homem trans,
heterossexual,
29 a 33 anos,
cor branca

Eu falei: chama a polícia. O pau quebrando. Quando eu fui à polícia, lá perto tinha uma companhia de polícia, fui na polícia militar para falar, eu senti o total descrédito e desinteresse de me ajudar

Pessoa gênero
fluido, gay,
24 a 28 anos,
cor preta

É, por eu ser homossexual. Pela forma que ele *[agente policial] olhou, pela forma como ele agiu, pelo descaso que ele teve com a situação*

Homem cis,
assexual, 29 a 33
anos, cor preta

A instrução dos servidores traria maior conforto para a população. Porque se você é discriminado dentro de casa e você vai buscar auxílio de uma instituição policial e essa pessoa ela não sabe te tratar, ela não te dá o mesmo tratamento que ela é treinada para dar para qualquer um... você não se sente seguro, você passa a entender que você pode tá errado, a querer mascarar algumas características e a se frustrar emocionalmente. Então, eu acho que hoje o que falta muito é uma educação dos servidores públicos em todas as áreas do serviço público.

A falta de preparo e o desinteresse se tornam ainda mais evidentes quando voltamos nossa atenção sobre as narrativas de pessoas trans, sobretudo quando envolvem a violência vivenciada no exercício da

prostituição. Os relatos apontam para um tratamento negligente e desumano, de modo que as pessoas trans que foram submetidas à violência e tiveram que buscar amparo em uma delegacia tiveram seu direito à segurança pública absolutamente negado:

Aqui no Brasil eu já cansei de ver exemplo de mulher trans que chega esfaqueada em uma delegacia e os policiais riem. A vida trans não importa. A mulher chega esfaqueada porque vem um cara atrás dela e fala que vou briga de travesti.

Mulher trans,
heterossexual,
18 a 23 anos,
cor parda

254

lá na prostituição a gente não existe para a polícia, a polícia não nos enxerga. Você pode ver, entre uma desavença entre o cliente e a prostituta travesti, a prostituta travesti nunca vai ter razão, nunca, ela sempre vai ser a autora do crime, por mais que ela tenha sofrido alguma coisa, polícia nunca tem ouvido para prostituta, estou me referindo a travesti, porque eu não sou mulher cis gênero.

Travesti
heterossexual,
34 a 38 anos,
cor branca

Isso que eu te falei, a travesti sempre é agressora, ela pode morrer assassinada, ela nunca vai ser a vítima, o cara vai justificar porque matou e vai ser aplaudido, no Brasil é assim, infelizmente, raramente você vê algum assassino de travesti ser preso, muito difícil, ou até agressor físico. A minha tentativa de homicídio que eu sofri, colocou como lesão corporal grave, o cara que tentou me matar, foi pego em flagrante com uma faca na mão, para você ter ideia, colocou agressão, não tem condições de prender, você está entendendo? Não deu em nada, eles não querem investigar, não fazem merda nenhuma.

Observamos que nenhuma das entrevistas analisadas forneceu dados positivos acerca do atendimento em delegacias de polícia, ou por parte de seus agentes. Os dados tendem a reiterar um sentimento de menosprezo e menos valia quando crimes motivados por questões LGBTfóbicas são denunciados. Não podemos dizer, com precisão, se esse cenário decorre de um despreparo dos agentes, que não possuem capacitação adequada para lidar, identificar e responder às demandas da população LGBTQIA+, ou de um descaso intencional por parte do poder público, com vistas a manter essas pessoas em posição de marginalidade social. Contudo, entendemos que ambas as possibilidades se retroalimentam, de modo que podemos afirmar com segurança, por meio das narrativas analisadas, que há uma profunda percepção de negligência da segurança pública na proteção contra a LGBTfobia.

Independentemente de qual seja a causa central do problema – que certamente não tem um diagnóstico unívoco –, percebemos que a ineficácia de proteção contra a LGBTfobia gera uma descrença e a frequente invalidação dos agentes policiais e das soluções oferecidas pelas instituições de segurança pública por parte das vítimas de LGBTfobia, que não se sentem acolhidas, mas ameaçadas e menosprezadas pelos servidores públicos responsáveis por seu atendimento:

Então... eu tenho restrição em buscar um serviço policial, é... como fonte de acolhimento. Então, eu buscaria, por exemplo, se eu precisar registrar uma ocorrência, mas chegar e falar "moço, só registra a ocorrência pra eu poder iniciar um processo aqui e seguir a minha vida de forma privada, com o documento do serviço público que eu preciso?" Enquanto que eu gostaria de chegar, de ser bem recebido pelo policial, de ter uma orientação da polícia e não ouvir "isso vai dar em nada não".

Homem cis, assexual, 29 a 33 anos, cor preta

Nos relatos a seguir, observamos que os entrevistados apontam diferentes causas possíveis para esse sentimento de descrença, como a precariedade das delegacias especializadas, com falta de recursos humanos e a expectativa de revitimização no processo de acionamento do poder policial:

256

A Delegacia de Crimes Raciais, de Intolerância, de Homofobia está uma vergonha, que é uma delegada, um escrivão e um investigador para atender todo esse público e 95 ou 99% não conclusão dos casos, porque não tem aparato suficiente. Te falo por mim, não é pelos outros, estou falando por mim.

Mulher cis, lésbica, 49 a 53 anos, cor preta

Mulher cis,
lésbica, 34 a 38
anos, cor branca

As situações do bar, se acontecessem hoje, seria uma situação que a gente poderia denunciar, mas sinceramente, não sei, acho que eu tenho um pouco, não sei se a polícia teria esse olhar, sabe? Não sei se seria um desgaste, se a gente estaria disposta a esse desgaste de acionar a polícia. Acho que seria super necessário, mas, sendo bem honesta, não sei se a gente estaria disposta a fazer esse rolê de acionar. Porque teve uma situação de pedir para a gente se afastar e tal, mas acho que não, falando bem honestamente, acredito que não

Qualquer política de segurança que se preze como pública deve estar fundamentada e ter como finalidade a eficiência, a transparência e os demais princípios da administração pública, além dos princípios norteadores de proteção da pessoa humana, como a dignidade, a liberdade, a igualdade e o tratamento isonômico perante a lei. Entretanto, o tratamento diferencial que pessoas LGBTQIA+ têm experimentado na cidade de Belo Horizonte demonstra um grande abismo entre o que se pretende constitucionalmente alcançar, tanto por estados quanto por municípios, e o que vem sendo realizado na prática do sistema. E a população sente e relata esse descaso, que ameaça a confiabilidade dessas instituições perante a sociedade.

2. PODER JUDICIÁRIO E DEMANDAS JUDICIAIS

A violência estatal vitimiza tanto quanto outras formas de violência que compõem a realidade urbana – em alguns casos, ela pode ser inclusive mais grave. Ao fazer uma leitura da experiência de pessoas em dissidência sexual e de gênero na Região Metropolitana de Belo Horizonte, percebe-se um desânimo diante do fato de que o ônus pela reparação dos danos sofridos recaia, sempre, sobre as próprias vítimas da violência. Nesse contexto, as demandas judiciais emergem como um novo obstáculo – e não um caminho desejável e promissor – para a solução das situações de violência:

É como eu estou te dizendo, eu que sou a vítima, eu não tenho apoio da justiça. E aí fica parado, eu tenho que ter um advogado.

Homem cis,
gay, 39 a 43 anos,
cor branca

Os entraves sistêmicos acabam por gerar barreiras consideradas quase intransponíveis para o acesso à justiça e aos serviços de segurança pública. De acordo com relatos colhidos ao longo da pesquisa, e conforme já comentado no tópico anterior, em diversas situações, vítimas de homofobia e transfobia deixaram de fazer ocorrência sobre crimes sofridos por descrença na ação do Estado para apurar os episódios em inquéritos e para conduzir as subseqüentes demandas judiciais.

A escassez de denúncias, assim, é um fator importante para a manutenção de um cenário em que a LGBTfobia não é vista como crime apto a ser seriamente considerado e reparado, o que favorece a invisibilidade das vítimas e mantém impunes ações criminosas que sequer chegam aos registros oficiais do Judiciário. A subnotificação, então, é vista como parte do cotidiano daqueles que estão em posição de vítimas – efetiva ou potencialmente:

258

- E você nunca denunciou.
- Eu nunca denunciei!
- Cê nem chegaria lá, né.
- Não! Assim como 90% não chega.

Pessoa assexual,
18 a 23 anos,
cor branca

Conflui para esses fenômenos toda a descrença que esse segmento da população tem com os serviços prestados, com a atuação dos agentes públicos e com a desinformação que mantém as pautas relativas a

direitos e garantias fundamentais aprisionados em espaços elitizados de debate e discussão. A maioria das pessoas entrevistadas, ainda que tenham sofrido múltiplas violências, narram o desinteresse por registrar as ocorrências. Fatos como esses acentuam a naturalização da violência e alimentam a escassez de indicadores públicos oficiais de violência contra pessoas LGBTQIA+.

Embora o Conselho Nacional de Justiça sugira a adoção do formulário Registro de Ocorrência Geral de Emergência e Risco Iminente à Comunidade LGBTQIAP+ (Rogeria), voltado para a proteção e o enfrentamento da violência contra essa população, que deve ser utilizado por delegacias de polícia, Ministério Público, Defensoria Pública, equipes psicossociais dos tribunais e instituições de assistência social, saúde, acolhimento e proteção a vítimas de violência e violações de direitos, nenhuma das pessoas entrevistadas narrou ter recebido atendimento devidamente capacitado diante das violências sofridas. De modo oposto, o descaso, o desrespeito e a morosidade foram mencionados no âmbito do Poder Judiciário:

Homem cis,
assexual, 29 a 33
anos, cor preta

A gente tinha que entrar na vara de família. Aí eu dei azar de pegar um juiz que era extremamente preconceituoso e ele enrolou, ele não deixava o processo ir para a frente. Pedia documento, pedia testemunha. Levei testemunha lá. Tinha um colega de trabalho que é gay e aí o juiz perguntou para ele se a gente utilizava sauna junto e meu amigo ficou chocado: "como assim, sauna?" "É, sauna, lá na corporação, vocês frequentam sauna juntos?" A gente ficou chocado. A outra testemunha, que é uma colega que fez o curso lá em 2007 comigo. Ele ficou perguntando coisas do tipo se ela se sentia prejudicada, se ela achava que eu tinha tido alguma vantagem em relação ao concurso, porque eu entrei em

uma vaga feminina e depois fui para uma vaga masculina, algo do tipo. Ela falou: "não, pelo contrário, ficou muito mais difícil, porque tem menos vagas para mulher do que para homem. Talvez, se fosse o contrário, alguém poderia até cogitar, tentar argumentar nesse sentido, apesar de que é um absurdo, porque é uma condição que você preenchia na época e depois as coisas mudaram. Mas seria menos absurdo alguém cogitar nesse sentido". Até na justiça, com todos os documentos, com todos os exames, com todas as provas, eu sofri preconceito na justiça. É um lugar que a gente acha que vai ter um tratamento justo.

Agora, foi no ano passado, que já tem dois anos que eu estou lá na Defensoria Pública dos Direitos Humanos tentando atendimento com eles. E ainda não foi registrado nenhum tipo de ação, só atendimento verbal e juntada de documento, mas não ingressou com nenhum tipo de ação, com nenhum tipo de inquérito e nada, mas estamos coletando as informações, porque é um processo complexo, envolve muitas coisas.

Homem _____ cis,
gay, 39 a 43 anos,
cor branca

As violências experimentadas pela população LGBTQIA+ na interação com forças policiais do Estado se apresentam de formas diversas, mas têm em comum a aparência de legalidade, por estarem articuladas sob percepções sociais que reforçam o paradigma cisheteronormativo, ou seja, a ideia de que o modo de vida natural e correto dos seres humanos é baseado na heterossexualidade e na cisgeneridade. Esse para-

digma reitera violências estruturais do sistema de segurança pública e do Poder Judiciário brasileiro. E é importante notar que os relatos ora analisados não tornam a experiência de habitantes da RMBH singular. Ao contrário disso, os dados levantados demonstram que a Região Metropolitana de Belo Horizonte opera conforme uma mesma lógica heterocisnormativa e homofóbica que conduz ações similares ao redor do Brasil.

No que diz respeito ao Poder Judiciário, em diferentes entrevistas observaram-se aspectos que contribuíram para dificultar o acesso à justiça por vítimas de LGBTfobia. Entendemos que o desconhecimento sobre os procedimentos para acessar o sistema de justiça; a opacidade em relação ao modo de funcionamento do Judiciário e o vocabulário hermético do sistema de justiça são fatores que contribuem para a percepção dessas instituições como ambientes hostis e refratários à população LGBTQIA+, em sentido similar às compreensões relativas ao universo policial, como informado anteriormente. Além disso, o risco da revitimização por essas mesmas instituições parece ser constantemente sopesado no momento de tomada de decisão sobre ingressar com denúncia ou ação judicial por vítimas de violência LGBTfóbica, especialmente em casos que demandem maior sensibilidade e capacitação dos servidores públicos envolvidos nos casos:

Pessoa assexual,
18 a 23 anos,
cor branca

É aquela coisa, se nem as pessoas da "comunidade", entre muitas aspas, reconhecem e entendem o que eu tô passando, o que eu tô relatando, não é o Poder Público... sabe? Como é que eu vou explicar pro Poder Público essas coisas? E aí vira uma grande questão, tipo assim... que o mundo foi feito pra quem é hetero, que o mundo foi feito pra quem é casal e o mundo foi feito pra quem transa. Então... eu não sou nenhuma dessas pessoas, então...

Em suma, o cenário analisado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo as narrativas de pessoas entrevistadas, apresenta uma série de carências e obstáculos no que diz respeito à efetivação da segurança pública. A naturalização de situações de violências e violações de direitos nas vidas de pessoas LGBTQIA+ se mostrou recorrente, além da descrença na atuação do Estado e na possibilidade de reparação pela Justiça, mesmo entre pessoas que conseguiram registrar formalmente e dar encaminhamento às suas ações. Especialmente no caso de pessoas trans ou travestis, o reconhecimento da própria identidade pelas instituições é também um fator de entrave ao acesso à justiça. A falta de entendimento sobre as particularidades de suas vivências impacta especialmente suas experiências na busca por reparação.

O recorte social e de classe se evidencia nas manifestações sobre a falta de condições para a realização e os desdobramentos após o registro de violência, como por exemplo na contratação de advogados e afins. A pesquisa mostra, ainda, que o ambiente do Poder Judiciário foi apontado como entrave, especialmente por seu caráter formal e pouco convidativo para pessoas que experimentam traumas relacionados à violência de gênero ou LGBTfóbica. A ausência de provas quanto à violência sofrida é outro aspecto apurado pelo levantamento, que sugere a necessidade de conscientização da população LGBTQIA+ quanto à importância do registro formal das violências sofridas.

Como elementos que apareceram como desmotivadores para a formalização do relato, mencionou-se, ainda, que o desconhecimento sobre o que e como fazer para acessar o sistema de justiça contribui para as experiências de desgaste e humilhação relatadas. Esse desconhecimento se expressou em falas como:

Pessoa assexual,
18 a 23 anos,
cor branca

Então, tipo, cê tem que ter uma denúncia, e nessa denúncia tem que ter uma questão de abuso sexual, e a partir dessa denúncia de abuso sexual essa pessoa é encaminhada para um serviço em que ela recebe alguma assistência e alguma política reparadora, como é que a gente chama, né. Então, tipo assim, se não tem a denúncia e com a denúncia, a posição de vítima e a posição de abusador, você não tem reparação.

Por tudo que se analisou da relação de pessoas LGBTQIA+ com os equipamentos de segurança pública e do poder judiciário, foi possível verificar que o sistema de segurança pública está entre as principais barreiras no acesso à justiça de vítimas de LGBTfobia, e a atuação de policiais e servidores(as) de delegacias pode contribuir diretamente na violação de direitos. Neste mesmo giro, o sistema de justiça, na maioria dos relatos, se apresentou como uma via de continuidade para as situações de violações de direitos, o que reforça diretamente a dificuldade ao acesso à justiça para pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outras identidades.

263

3. QUAIS CORPOS SÃO PROTEGIDOS PELO ESTADO? MEDO E VULNERABILIDADE NA AUSÊNCIA DE SEGURANÇA

Pela análise dos dados levantados, percebemos que a LGBTfobia é um crime de baixa assimilação por parte dos poderes que compõem o Estado. Notamos que a atuação dos agentes de polícia caminha por uma linha tênue entre o descaso e o desconhecimento, que se retroalimentam e perpetuam a violência cotidiana contra pessoas de gêneros e sexualidades dissidentes, sobretudo quando não fornecem uma resposta efetiva para proteger esses corpos. Por tais razões, existe uma elevada descrença, por parte das vítimas de condutas LGBTfóbicas, em buscar amparo nas delegacias, mormente quando correm o risco de enfrentar novas discriminações e ridicularizações.

Nesse contexto, que é reforçado por entraves na busca pelo acesso à justiça, notamos que as pessoas LGBTQIA+ vivenciam um verdadeiro desamparo estatal no que tange a segurança pública, de modo que suas vidas são marcadas pelo medo e pela sensação de vulnerabilidade:

264

Todo dia a gente vê caso de alguém morrendo, alguém apanhando, preconceito aqui, lá. O tempo inteiro e nada é feito para poder mudar isso. Não existe uma coisa que nos dê segurança. Eu posso sair com uma pessoa hétero na rua, de mão dada, e achar que vai estar ok, que a qualquer momento vai vir alguém que possa me dar uma lampadada na cabeça. Ou simplesmente por eu estar vestido de uma forma mais feminina, eu sofrer uma agressão verbal ou um olhar diferenciado, alguém me perseguir na rua. Coisas desse tipo. Eu não sinto segurança alguma. [...] Em vários lugares. O tempo todo, na real, sabe? Eu sempre saio de casa já com o sentimento de insegurança. Eu sinto uma liberdade de ser quem eu sou, mas, ao mesmo tempo, eu estou preso ao julgamento do próximo, à forma com que ele vai lidar com a minha pessoa. Isso me incomoda, porque eu não queria ter que ter esse medo. [...] Eu vejo como as pessoas olham. Eu vejo o que elas comentam. Você falou da questão de eu não querer demonstrar afeto em público, é justamente por isso, por medo do que pode acontecer.

Pessoa gênero
fluido, _____ gay,
24 a 28 anos,
cor preta

É, a palavra "conforto", ela vai muito do que representa pra cada um... eu penso. Por quê? É... sem dúvida que o conforto ele envolve segurança, né? Então, por exemplo, se eu vou sair de salto alto, eu não me sinto confortável de sair caminhando pelo meu bairro de periferia. Então eu pego um Uber até um ponto de segurança, até um bairro onde eu acredito que tenha uma estrutura onde as pessoas vão pensar algumas vezes antes de tomar uma atitude, mesmo sabendo que essas pessoas, elas estão em todos os locais, eu vejo que há locais onde o espaço parece que quem vai pra lá já vai predisposto a aceitar diversidade. Então eu não vou sair aqui da... quando eu penso em sair aqui, recentemente eu comprei um short que ele é a bandeira do arco-íris e eu saindo com ele eu fico tenso. Eu saio com ele, ou seja, não é um salto alto, não é um vestido... quando eu coloco alguma roupa mais, uma roupa designada para o público feminino e eu uso essa roupa que eu entendo que eu fico bonito nela, eu gosto como eu tô vestido, dependendo da roupa eu penso se vale o estresse de sair ou ficar com essa tensão ou se é melhor pegar um Uber, por exemplo, e aí dentro do veículo, mesmo sendo um veículo de alguém, de um completo estranho, eu me sinto mais seguro para o deslocamento. Que eu acho que o... a tarefa de deslocamento dá tempo de alguém te ver, de alguém planejar, saber onde você vai passar e correr ali e chamar alguém e fazer alguma coisa. Então eu me sinto confortável de usar. A demonstração pública de afeto é a mesma coisa. Se alguém me beijar, se alguém quiser me dar um abraço, eh, eu não vou repelir, mas a tensão ela vem.

aí a travesti tem que saber viver na rua mesmo, tem que se virar de alguma forma, tem que ser atriz e estar preparada sempre para o pior, você não pode ficar na rua, a rua não é pública, tem a parte das cafetinas, infelizmente, policial é (ininteligível) [00:35:24] com cafetina, lá na prostituição a gente não existe para a polícia, a polícia não nos enxerga. Você pode ver, entre uma desavença entre o cliente e a prostituta travesti, a prostituta travesti nunca vai ter razão, nunca, ela sempre vai ser a autora do crime, por mais que ela tenha sofrido alguma coisa, polícia nunca tem ouvido para prostituta, estou me referindo a travesti, porque eu não sou mulher cis gênero

Mulher cis,
lésbica, 34 a 38
anos, cor branca

Militância e engajamento político

A história da população LGBTQIA+ é marcada pelo engajamento político e pela participação em militâncias de diferentes naturezas. As conquistas obtidas em termos culturais, sociais e jurídicos se devem diretamente às lutas políticas travadas pelo movimento LGBTQIA+ em suas variadas frentes. Nesse sentido, embora a existência de pessoas de sexualidades e gêneros dissidentes seja muito anterior à constatação de um movimento organizado pela cidadania desses sujeitos, foi a partir da politização das coalizões homossexuais⁶ que o movimento LGBTQIA+ começou a se constituir, no Brasil, na década de 1970 (SIMÕES; FACCHINI, 2009; TREVISAN, 2018; GREEN *et al.*, 2018; QUINALHA, 2022). Nos termos de Renan Quinalha,

As subjetividades homossexuais, muito antes da emergência da sigla LGBTI+, já marcavam presença na história brasileira. Pessoas que desejavam outras do mesmo sexo ou, ainda, aquelas que não se conformavam aos padrões binários de gênero desafiaram a sociedade hétero e cisnormativa organizada no Brasil, ao menos desde o violento processo de colonização. (QUINALHA, 2022, p. 104).

Nesse sentido, a militância e o engajamento político são partes fundamentais das experiências de pessoas LGBTQIA+, especialmente nos dias de hoje, quando disputas por visibilidade, respeito, orgulho e direitos para essa população são cada vez mais frequentes na esfera pública brasileira. Nesta investigação, o envolvimento com diferentes tipos de iniciativas políticas mostrou-se relativamente comum entre as pessoas entrevistadas, seja por uma compreensão de que se informar e se posicionar politicamente proporcionava maior autoconhecimento e empoderamento individual, seja pela constatação de que pertencer a um grupo social minoritário demandava de seus sujeitos a exigência da mobilização e da luta coletiva.

⁶ À época, o que hoje conhecemos como Movimento LGBTQIA+ ainda se restringia à afirmação pública das identidades homossexuais, ainda que outras experiências e identidades existissem.

1. ENGAJAMENTO POLÍTICO COMO PRÁTICA DE VIDA

Para algumas pessoas entrevistadas, o engajamento político surgiu em suas vidas como uma maneira de se posicionar no mundo, mais do que como uma forma de se organizar coletivamente. Estar no mundo, enquanto pessoa LGBTQIA+, já parece apontar para uma politização do sujeito, para a incorporação do conhecimento e da prática políticos. Curiosamente, é no âmbito da vivência política que algumas pessoas relatam ter suas primeiras experiências afetivas dissidentes, como no caso a seguir:

Meu primeiro beijo LGBT foi no meio da Avenida Amazonas em uma manifestação de... porque a Dilma tava recebendo cortes, mal sabíamos nós que aqueles cortes lá eram o início do golpe do Temer. Mas foi no meio da Avenida Amazonas [...]. Eu era assim: "ai, será que sou bissexual? Não sei se eu posso falar que sou, nunca beijei ninguém, mas se você quer me beijar agora, para eu descobrir". Era desse jeito.

Mulher _____ cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor parda

A politização da identidade sexual ou de gênero aparece, em alguns relatos, como uma postura individual, mas seus impactos para além do sujeito não são ignorados – constituem, em alguns casos, a razão mesma para que aquele posicionamento ocorra. Nesses casos, a publicização da identidade dissidente em termos de gênero ou sexualidade é encarada, em si, como um ato político, necessário para iniciar a caminhada militante, e o pertencimento à sigla LGBTQIA+ é visto como uma experiência simultaneamente individual e coletiva.

Mulher _____ cis,
bissexual, 24 a 28
anos, cor branca

Aí foi quando eu me assumi, mas quando eu me assumi eu já estava morando sozinha e demorou um tempo, eu ficava com mulher "no off". Tinham umas pessoas que sabiam, mas tudo no sigilo. E aí depois eu me assumi, mas aí eu me assumi como militante, quando me assumi, eu me assumi para falar sobre... Não me assumi porque eu acho bonito assumir e tal: "ai que lindo, ela é bi", mas foi quando eu me entendi por inteiro, falei: "é assim, eu gosto dos dois, não tem jeito, eu tentei escapar, não consegui". E aí eu comecei a falar disso abertamente e defender essa bandeira, essa causa.

Mulher _____ cis,
bissexual, 24 a 28
anos, cor branca

Aí passou um tempo, aí eu fui viver minha vida, aí eu já estava muito mais tranquila com a minha sexualidade. Eu já estava, na verdade, ajudando os outros a descobrir a sexualidade. "Vem cá, amigo, você está confuso?". Conversei com um menino que tinha uns 14 anos e aí eu conversei com ele sobre sexualidade, aí eu conversei sobre mim, contei sobre mim. Eu falei: cara, se você for, não tem problema, você se assume, quando você achar melhor. Tipo, duas semanas depois, ele estava se assumindo e hoje em dia é super feliz, eu acho isso muito massa, porque eu fiquei: cara, eu não tive isso quando eu tinha a sua idade, não tinha alguém para poder falar: "não, está tudo bem você ser quem você é, está tudo bem você se comportar dessa forma". E aí acontece, aí estou aqui hoje.

Os relatos anteriores parecem sugerir uma compreensão subjacente à prática política de que as pessoas mais autorizadas a reivindicarem e lutarem pelos direitos de pessoas LGBTQIA+ são as próprias pessoas LGBTQIA+. A ideia, que faz coro ao que se convencionou chamar de "lugar de fala" em anos recentes, sustenta que os sujeitos marginalizados são aqueles que mais claramente compreendem a natureza, as manifestações e as soluções para suas próprias opressões. Nesse contexto, assumir-se tem o condão de conferir autorização para que a pessoa lute publicamente pelos direitos daquele grupo, e reforça o caráter político do pertencimento identitário. Isso também se observou em outros relatos, especialmente no que destacamos a seguir. Nesse caso, perguntada sobre o momento em que passou a se assumir como bissexual, a entrevistada responde que foi no contexto de organização da primeira Conferência LGBT:

272

Então, assim, na minha militância mesmo. [...] E assim, e o cobrar também, né? Quando eu vou para o movimento LGBT mesmo, assim, de fato, né? Porque a gente que fez a Conferência, a primeira Conferência nossa, LGBT. Então, a gente ia por letras. Então, e aí eu falei, não, eu sou bissexual. Foi ali, entendeu? Nas organizações da Conferência. Não, eu sou bissexual, entendeu? Então, foi um negócio de processo assim, das letras mesmo. Porque eu não era lésbica. Não gostava de meninas, entendeu? Aí eu disse, eu vou colocar aqui que eu sou bissexual, entendeu? Porque é a letra, assim, que eu mais identifico, porque eu não era gay.

Mulher _____ cis,
bissexual, 49 a 53
anos, cor preta

Ao relatar sua identificação a partir da militância, e não o caminho inverso, a entrevistada destaca a pressão dentro do próprio Movimento LGBTQIA+ para que ela se localizasse em uma das "letras" da sigla. A partir do momento em que ela se reconhecesse e se afirma como bissexual, a vigilância passa a se voltar para as pessoas com quem ela se relaciona – ou, nesse caso, para a ausência de relacionamentos da entrevistada, como se nota no trecho abaixo:

Mulher _____ cis,
bissexual, 49 a 53
anos, cor preta

Assim, é a cobrança que o movimento faz também. Por isso que eu te falo assim, o movimento também é cruel, entendeu? Por que eu tenho, entendeu? É, porra, deixa eu viver, porra, eu quero ficar... Sou bissexual, sou pan, sou... Ah, vai te catar, pô. A minha cobrança é muito grande, não é? Porque, por exemplo, os meninos falavam, né? "A gente não vê [NOME] nem com homem, nem com mulher. Ela é assexuada, é mentira". Aí começou a falar que eu era assexuada, entendeu?

273

De maneira geral, o ingresso na militância ocorre a partir de diferentes frentes. Se, para algumas pessoas, esse ímpeto parte da experiência individual e da angústia de viver solitariamente em segredo, ou de uma ideia de que para defender seus direitos, é preciso assumir-se publicamente como pessoa LGBTQIA+, para outras pessoas, o aprendizado da mobilização política vem da própria família:

Eu abria minha casa para receber LGBTs, entendeu? [...] Eu acolhia todo mundo. O Brasil todo ia na minha casa. [...] Era uma casa alugada. Minha mãe que pagava todas as despesas da casa. Minha mãe sempre ensinou a gente a acolher as pessoas que precisam. Então, a gente acolheu mulheres, foi tanto que eu falei, não é? Quando no processo da pandemia, ficou mulheres profissionais do sexo lá em casa. Que era isso, né? Mulher de rua, todo mundo. Todo mundo, pessoas LGBT, todo mundo.

Mulher _____ cis,
bissexual, 49 a 53
anos, cor preta

274

[Fiz isso] Para salvar outras mulheres. E aí eu comecei a me informar, ir em palestra aí comecei a ficar conhecida em [CIDADE]. E acolhi as pessoas. Eu sempre tive casa de acolhimento. Sempre acolhi as mulheres LGBT. Sempre ficava na minha casa, entendeu?

Mulher _____ cis,
bissexual, 49 a 53
anos, cor preta

Eu sempre tive contato com isso, porque aqui em casa a gente é muito... minha mãe é sindicalista. Eu tenho que contar isso direito. Ela é sindicalista. Ficou 21 anos sendo sindicalista.

Mulher _____ cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor parda

É interessante observar, a partir desses relatos, como o ambiente familiar pode ser espaço de conflito e de violência, sobretudo quando não se aceita a identidade de gênero ou a sexualidade dissidente de familiares (notadamente, filhas, filhos e filhas, como discutido em outras seções deste documento), mas também pode servir como berço da mobilização política, como inspiração para que adolescentes e jovens se organizem em prol dos direitos de pessoas vulneráveis – e, no caso das pessoas entrevistadas, essas vulnerabilidades frequentemente tinham conexão com o gênero e a sexualidade, não por acaso.

Para uma entrevistada, contudo, o engajamento político parte de uma violência transfóbica sofrida por seu pai, que resvala nela própria, enquanto sua filha: o pai se assume travesti e a família passa a ser alvo de denúncias ao Conselho Tutelar, que questionam sua capacidade de cuidar da criança:

Mulher cis,
bissexual, 24 a 28
anos, cor branca

Eu lidei com Conselho Tutelar desde os meus oito anos de idade, eu fui virar representante do direito da criança e do adolescente de [CIDADE] com 13, porque eu fui ler o ECA para eu poder saber os meus direitos, para o meu pai não perder a guarda, e não porque meu pai tinha feito alguma coisa ou porque meu pai era um mau pai. Não, mas porque meu pai tinha identidade de gênero diferente do que é heteronormativo.

275

No relato anterior, nota-se que o início do engajamento é motivado pela LGBTfobia, mas não importa atuação no movimento LGBTQIA+ diretamente. Isso revela como as violências de grupos vulnerabilizados se influenciam mutuamente, interpenetrando-se e atuando de modos complexos para cada sujeito.

2. MILITÂNCIAS NO PLURAL: DIFERENTES MANEIRAS DE SE ORGANIZAR COLETIVAMENTE

Para muitas entrevistadas, o engajamento político como postura perante o mundo acaba, eventualmente, sendo extrapolado e se convertendo em organizações coletivas de diferentes naturezas – sejam elas estudantis, partidárias, ou formuladas por setores da sociedade civil. Em alguns relatos, a dificuldade para fundar um novo movimento é mencionada como um dos entraves para a mobilização na RMBH, como informam os trechos adiante:

Então, aqui em [CIDADE] não tem nenhum movimento, nenhum coletivo, nenhum núcleo. Então, a gente meio que está lutando, principalmente para tentar conseguir uma frente parlamentar aqui em [CIDADE] dessa causa, mas a lei não passa, de um Conselho Municipal de Direitos LGBTs, mas a lei não passa. Só que assim, quando a gente organizou a semana LGBT e tudo, a gente não teve renda, não teve dinheiro quase nenhum, a gente teve algum patrocínio de alguma loja, mas depois você vai ver documentário, você vai ver, foi muito assim: eu doando meu trabalho de graça, amigos meus também que se envolveram com a causa e aí a gente foi construindo isso, mas a gente não consegue, a gente não tem um núcleo aqui, meu sonho participar de um núcleo, a gente faz por conta própria mesmo, bate no martelo por conta própria e fala sobre isso por conta própria.

Mulher _____ cis,
bissexual, 24 a 28
anos, cor branca

Mulher cis,
lésbica, 34 a 38
anos, cor branca

Eu não participo ativamente, faço parte, mas tento, vou tentando ir entrando, saindo de uma bolha total, então eu tento participar dos movimentos, de encontros. E aqui em [CIDADE] vou tentando puxar um pouco esse movimento aqui na cidade, que eu acho que também, tanto no trabalho, mas a gente vem tentando se aproximar das pessoas aqui na cidade, porque é uma cidade extremamente conservadora e a gente sabe que se BH já é muito difícil, aqui se torna ainda mais. Então é um pouco isso, mas não faço parte de um movimento específico, não.

Para outras pessoas, a entrada no universo da ação coletiva ocorre por meio da universidade, espaço em que há maior liberdade para a discussão e a vivência de sexualidades e gêneros dissidentes, como discutido no capítulo referente à Educação. Dessa maneira, também aparecem, nos dados coletados, menções à organização em movimentos estudantis, como a participação e a discussão sobre a LGBTfobia em Centro Acadêmico de curso de graduação, espaço, ele próprio, sujeito à ocorrência desse tipo de violência:

Eu sou a diretora geral do centro acadêmico inclusive, então eu tenho mais contato com muita gente. E... tem acontecido algumas coisas... algumas coisas, principalmente com mulheres no geral é... que foram alguns casos de assédio e teve um desses casos, não foi comigo, mas é porque tem um casal de mulheres lá também, uma aluna e outro de outro curso, que elas ficam muito lá no CA, no centro acadêmico, na salinha... e que teve tipo, um outro aluno de outro curso que também fica lá muito e fez uns comentários assim é... sexualizava muito elas e foram muito agradáveis e eu nem vi né, mas eu fiquei sabendo e eu como diretora geral, tive que falar com ele e tudo mais... e mesmo depois que eu falei com ele, ele não fez isso especificamente, mas... mas ele continuava tipo, assediando outras pessoas sabe... mandando... fazendo muitas coisas, muitas coisas, mas eram aí outras mulheres e que sexualidade diversa. Mas é, mas lá é um lugar assim que quem vai mais lá agora é só... é maioria LGBT, [...] teve uma chapa e ganhou a eleição e nossa... a nossa diretoria, a maioria é LGBT sabe.

A exigência da mobilização política também aparece, na pesquisa, nas participações em instituições de classe, como na atuação em comissão de diversidade da Ordem dos Advogados do Brasil, o que denota a crescente importância que vem sendo atribuída às violações de direitos de pessoas LGBTQIA+ em anos recentes:

Mulher cis,
lésbica, 49 a 53
anos, cor preta

passsei a integrar também as comissões da OAB, especificamente na subseção aqui de [CIDADE]. Atualmente eu não estou em [CIDADE] nas comissões, mas passsei a fazer parte da Comissão dos Direitos das Famílias e da Comissão da Diversidade, que antes era só Diversidade e atuei até 2020, e depois passsei a compor outras comissões até chegar na Estadual. Na Estadual de 2017 a 2019, se não me engano, atuei e exerci enquanto [CARGO] da Comissão Estadual de Diversidade Sexual e Gênero, atualmente estou como membro.

Um elemento que chama a atenção na análise de engajamento e militância política são as disputas travadas internamente às organizações. Como abordado anteriormente, o próprio pertencimento identitário pode motivar debates internos, mas essas divergências não se resumem à sigla LGBTQIA+: por vezes, nos relatos coletados, o problema reside na relação entre a LGBTfobia e outras violências, ou à existência de pessoas LGBTQIA+ sob uma chave interseccional, consideradas também suas complexidades em termos de raça, classe, e mesmo gênero. Nesse contexto, a participação em órgãos públicos de proteção à população LGBTQIA+ é marcada por tensões:

Sim, eu acho que tudo anda um pouco junto também, porque por exemplo lá onde eu trabalho, no Centro de Referência da Mulher, somos todas mulheres brancas, isso também eu já acho muito complicado, porque quando eu falo dessa diversidade, não só nessa questão de sexualidade e de gênero, há uma diversidade também em raça, e quando a gente não consegue perceber isso essa rede começa já falhando aí, sabe? Isso que a gente começou, [NOME] e eu a gente começou a tentar provocar isso lá. Gente, porque talvez a gente possa estar sendo mais violenta com essas mulheres e talvez reforçando mais uma violência do que realmente enfrentando ou pensando. Exatamente porque as vezes a gente pensa muito naquela caixinha, muito no vamos seguir esse script aqui e tal, e aí a gente precisa ir um pouco além.

Em sentido similar, a participação em partidos revela conflitos que colocam sujeitos socialmente vulnerabilizados em posição de revitimização. Isso ocorre especialmente com aquelas pessoas que trazem à tona os problemas internos às instituições partidárias, posicionando-se contrariamente a práticas preconceituosas ou perpetradoras de violências. No caso a seguir, a entrevistada, que é uma mulher negra e bissexual, revela as dificuldades vividas dentro de partidos de esquerda, ainda que sejam estes os mais abertos às demandas de grupos minoritários:

Igual, por exemplo, eu não quero saber, igual, por exemplo, eu sou menina que eu era filiada, não é, ao PSOL, ao PCdoB primeiro, não é? Depois eu fui para o PSOL, depois eu saí, fui para o PT, então, assim, e dentro dos partidos tem também tem aquele processo daquelas mulheres engessadas, entendeu? Então, assim, homem não põe e cabresto em mim e nem mulher, entendeu? Eu não dizia, "ah, esse aqui é o dirigente", foda-se, o dirigente tá errado, entendeu? Ele fez assédio com a mulher, então, assim, eu acabei comprando briga, entende? Dentro do partido, entende? Porque é isso, você tá mexendo também com candidaturas com mulheres, entende? Envolve tudo isso, entende? Eu fui candidata a deputada estadual [NOME DO ESTADO] não é? Tive que sair fora do Brasil, então, eu não fiz minha candidatura, não é? Então, você tem que entender que você é mulher negra, você tá na frente. E o você tá na frente também tem esse processo, porque você tá na frente, então, você toma uma rebombada, é mais caro a cobrança para você. Então, se você não tiver estrutura, eu tô te falando estrutura de qualquer coisa, psicológica, de grana mesmo, entendeu? Você é arrebitada toda, entendeu?

Embora as dificuldades vividas dentro de organizações partidárias sejam reconhecidas e impliquem, como observado no trecho anterior, o possível adoecimento daquelas pessoas que se engajam na política institucional, é também nesse espaço que se vislumbram possibilidades mais amplas de impacto e atuação coletiva. No trecho a seguir, a entrevistada afirma que considerava se candidatar para o próximo pleito municipal, buscando aprofundar e concretizar demandas legais e políticas de grupos marginalizados:

Ou seja, eu brigo dentro das instituições, assim como a Duda [Salabert] e a Bela [Gonçalves], eu sou só uma voz, mas se pudermos juntarmos, unirmos as entidades, as instituições, deixarmos de lado as nossas diferenças, mas juntar-nos e unir-nos naquilo que nos é tolhido, que são os nossos direitos, eu creio que a gente consegue fortalecer o trabalho delas e futuramente ter representatividade em todas as instituições. Eu estou até amadurecendo se eu vou lançar agora, por incrível que pareça, estou aqui analisando e eu tenho que pensar o mais rápido possível, que até meio do ano, mas estou pensando em lançar minha candidatura à vereança nas próximas eleições municipais, em [CIDADE]. A partir daí, quem sabe, fazer parte do Legislativo, que é onde a gente luta, batalha para criação de leis, porque 2019, quando o STF vai discutir a criminalização da homofobia, houve um movimento legislativo que tirou da gaveta um projeto lá de 22, 25 anos atrás, foi arquivado de novo e por quê? O STF não legislou, sempre equiparou, a homotransfobia, a lei do racismo e equiparou o Código Penal, especificamente ao racismo a criminalização. Mas nós estamos sem direitos e vamos ficar dependendo do STF até quando? Porque o STF também está se tornando um palco político. "Eu quero agora nomear ministros extremamente evangélicos", nós vamos esperar chegar igual à corte dos Estados Unidos? Porque silenciada nós já somos, mas quando nós queremos, a gente sabe abrir nossa boca, gritar pelos direitos. Mas nós precisamos manter essa luta pelos nossos direitos, isso não é favor,

é obrigação e dever do Estado, se não continuaremos sendo aniquilados, mortos, passando o que eu passo, o que a Duda tem passado tanto aqui na Câmara que ela passou, não vou citar o nome daquela escória, agora, lá em Brasília, a Bela também sofrendo as mesmas consequências, nós vamos soltar notinhas e notinhas de repulsa...

3. ENGAJAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA E A ESPERANÇA DE TEMPOS MELHORES

Nos relatos anteriores, observamos como a atuação política é encarada, por diferentes pessoas escutadas, como uma forma de existência, como uma possibilidade de construção de individual e coletiva de vidas melhores para todas as pessoas, especialmente para aquelas que se encontram mais vulnerabilizadas nos dias de hoje. Isso nos leva a observar que a militância institucional e não-institucional é encarada, em muitas entrevistas, mais que como uma escolha, como uma estratégia de sobrevivência.

Na chave de experiências extrainstitucionais, por exemplo, a informação sobre o contexto político é vista como uma tática de autopreservação, e assume especial relevância para uma população marginalizada, também, em termos educacionais, como a população trans e travesti. Quando perguntada sobre suas maneiras de lidar com a transfobia, a entrevistada a seguir responde:

O meu segredo é procurar sempre se informar, evitar de andar no meio de pessoas tóxicas, que só pensam coisas ruins, procurar sempre estar informada, assistindo jornal, saber... gostar de política, entre aspas, não gostar da política, porque a política envolve várias informações, não só o político em si, porque tem políticas públicas também. Quanto mais informação a gente vê, quanto menos burros nós formos, mais a gente vai superando essas dificuldades, não é fácil você sofrer transfobia e ficar calada, tem que ter sangue de barata, mas quanto mais informação a gente tiver, melhor é, sempre procurar se informar, mas eu sei que ninguém incentiva a travesti a ser informada a nada.

Travesti
heterossexual
34 a 38 anos,
cor branca

A informação e a autoproteção se tornaram, para a vasta maioria das pessoas entrevistadas, ainda mais relevantes nos últimos anos. A maior parte das entrevistas foi coletada em 2022, ano de disputa eleitoral à presidência, que envolveu Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, com projetos bastante divergentes para as populações historicamente marginalizadas do Brasil. O clima de disputa e a sensação de que os quatro anos de governo Bolsonaro haviam fortalecido setores LGBTfóbicos e práticas violentas contra pessoas LGBTQIA+ foram elementos bastante recorrentes nas entrevistas. Isso levou algumas pessoas a alterarem suas maneiras de se colocarem publicamente, como no caso do trecho a seguir, em que a entrevistada reflete, ao mesmo tempo, sobre os impactos de um episódio de lesbofobia sofrido por ela e a namorada em 2013 e sobre as repercussões psicológicas do contexto político nos anos de governo do ex-presidente:

Teve um período, a [NOME] até comenta muito sobre isso, quando a gente voltou a ficar e começou a namorar em 2014 eu não tinha medo, esse período 2013 eu não tinha medo, eu beijava em qualquer lugar mesmo. Só que aí foram rolando situações, aí depois veio toda essa questão com o Bolsonaro que esse medo foi chegando. Hoje eu sinto que eu tenho muito mais medo, talvez até depois que rolou essa situação com ela, por mais tenso que tenha sido, hoje eu acho que eu ainda tenho mais medo.

E: Mais medo por causa da conjuntura política em geral, não necessariamente desse episódio [de violência]?

Sim. [...] A gente tenta, a gente conversa muito sobre isso, de tentar não deixar esse medo realmente paralisar ou que ele domine, para a gente não deixar de estar de mãos dadas ou, mesmo que o medo exista, que a gente vá, enfim, fazendo. Mas é difícil dizer, porque eu ainda espero, acredito que vá ter uma mudança eleitoral, mas ainda vai ficar um tempo essa situação bem ameaçadora mesmo para algumas pessoas. É difícil dizer.

Em uma compreensão similar de que o contexto político dos últimos anos representou retrocessos e perda de direitos, mas apostando na luta coletiva como único meio de construirmos um mundo menos violento, uma das entrevistadas conclui seu relato com a seguinte reflexão:

Eu só queria deixar como conclusão que, embora sim, tivemos poucos avanços, mas temos todos os dias grandes perdas de direitos mesmo. Tivemos um grande retrocesso imenso, imensurável nesses últimos quatro anos e ainda estamos sofrendo as mazelas e as consequências desse retrocesso, dessa violência, esse alto índice de criminalidade, [...] mas eu acho que é preciso o momento de sentarmos todos, independente de instituição, de movimento social, começarmos a cobrar o Estado, sentarmos em conjunto e buscarmos que seja uma carta de diretrizes, algo, porque eles acham que a parada gay é só para fazer festa e um monte de homem sair vestido de mulher e mulher de homem, é como se fosse um carnaval com caricaturas, não é isso.

A política é vista, para algumas das participantes, como o único caminho viável para vidas mais livres e uma sociedade mais justa. A luta coletiva emerge, em muitos trechos, como vislumbre de esperança para realidades menos desiguais, ainda que as identidades, as pautas e as reflexões internas aos movimentos estejam sempre em reformulação, disputa e, por vezes, conflito. Pensando nisso, e no que seria o maior desafio para a população LGBTQIA+ – o respeito – a entrevistada a seguir comenta:

É isso que eu falo no respeito, entendeu? Deixar as pessoas serem livres. E eu luto por que as pessoas LGBTQTs sejam livres, entende? Então, essa é a minha luta. Eu não vou mudar o mundo, não vou. Mas tem que entender que se eu estou aqui fazendo todo o processo, é porque também tem gente atrás para eu estar aqui. Então, eu estou lutando para que as outras pessoas que vão chegar... Porque, às vezes, a luta não é agora. Eu fui uma menina que eu lutei demais para usar o STF, para casamento igualitário. Eu não quero casar, meu bem. Mas as pessoas têm direito. Então, a gente fez uma movimentação brasileira, meu Deus, para ir lá, ficar STJ, acampar, entendeu? Para os LGBTQTs terem direito de casar. Mas eu não quero, não, caralho. Eu quero que as pessoas tenham direito. Por isso que eu falo de respeito. [e24]

Em meio a disputas, retrocessos, tensão social e ameaça aos direitos duramente conquistados, um elemento que parece se repetir ao longo dos relatos é a necessidade de que as pessoas LGBTQIA+ sejam visíveis socialmente, que conquistem o direito de serem quem são, se comportarem como quiserem, reivindicarem liberdades como preferirem. Para a multiplicidade de pessoas escutadas nesta investigação, pertencentes a diferentes identidades dentro dessa diversa sigla, também uma multiplicidade de soluções surgiu como resposta à pergunta "qual a demanda mais urgente para as pessoas LGBTQIA+, na sua opinião?". A mobilização, no entanto, consta como uma forma importante de perseguição coletiva de objetivos comuns – vidas melhores, reconhecimento, segurança, respeito para todas as pessoas – em grande parte dos dados obtidos. E as fronteiras para as lutas LGBTQIA+ seguem sendo ampliadas, tensionadas, complexificadas, como destaca a pessoa entrevistada a seguir, que se identifica como assexual e reflete na luta contra a acefobia:

Eu acho que só tem espaço... se tiver, tipo... uma organização, sabe? Acho que, igual as pessoas trans que tiveram que, tipo... montar sua própria organização, fazer suas próprias manifestações, saber das suas próprias pautas, escrever seus próprios textos, eu acho que é muito uma dimensão de tipo... uma revolta primeiro, sabe? E não acho que a gente vai começar com solidariedade não. Ninguém começa dando a mão, ninguém começa fazendo as pazes, se ninguém sabe que tá tendo uma guerra, sabe?

Pessoa assexual,
18 a 23 anos, cor
branca

De fato, preciso saber que há uma guerra para que seja possível fazer as pazes. Com este documento, esperamos que os relatos de pessoas LGBTQIA+ sejam capazes de escancarar a guerra em curso, os pânico morais e sexuais que impedem a livre vivência de identidades de gênero e sexualidades não-hegemônicas. Talvez isso colabore, e assim esperamos, para que possamos constituir, coletivamente e por meio da luta política, a solidariedade necessária para uma sociedade mais livre e justa.

Considerações finais: a violência e a existência LGBTQIA+

De maneira geral, ao nos propormos a discutir a violência, imaginamos uma cena pontual, em que a violência emerge como um acontecimento, que inclui vítimas e agressores, marcados por posições cristalizadas e muito bem definidas. Imagina-se a violência como algo que é amplamente condenado socialmente, que é digno de punição, que deve ser mitigado a qualquer custo, e a narrativa da violência como a barbárie, como uma força amplamente negativa e destrutiva.

No entanto, as entrevistas que foram realizadas no desenvolver deste projeto nos levantaram questões que nos acompanharam pelo processo da investigação, a partir do que foi relatado pelas próprias pessoas LGBTQIA+: que lugar ocupa a violência na constituição da subjetividade de pessoas LGBTQIA+? Para além daquilo que a violência interdita, limita e reprime, haveria algo de constitutivo nas experiências de violência LGBTQfóbica? A violência não seria, também, produtora de subjetividades (FOUCAULT, 2021)?

Essas perguntas podem parecer arriscadas, uma vez que as cenas narradas neste mesmo relatório incluem episódios de violência cruel e desmedida, contudo, um enfoque que considere a violência LGBTQfóbica apenas em sua dimensão destrutiva ou repressiva falha em dar nuances à discussão sobre as consequências subjetivas da violência.

Esta reflexão, que encerra os resultados da pesquisa, tem o objetivo de discutir o papel da violência no processo de subjetivação das pessoas LGBTQIA+ (BUTLER, 2019), partindo das narrativas fornecidas pelos entrevistados. Buscamos compreender o lugar ocupado por essas experiências na construção e solidificação de identidades, na produção de dinâmicas de resistência e na formulação de uma noção de comunidade, assim como analisar o impacto subjetivo dessas vivências e suas possíveis construções traumáticas para os sujeitos escutados.

Ressalta-se que estas considerações finais não têm o objetivo de romantizar as experiências de violência que perpassam a vida de pessoas LGBTQIA+, lendo-as sob um olhar benevolente ou positivo, a partir de consequências potencialmente construtivas. Ele tem a função de apresentar a violência a partir da ótica das pessoas que a sofreram, trazendo suas reflexões e sua voz ativa para o centro da reflexão, para além da redução dessas pessoas à posição de vítima e para além da consi-

deração da violência em suas manifestações pontuais, localizadas no tempo e no espaço (CERRUTI; ROSA, 2008).

Esta análise também tem a função de dar visibilidade aos impactos menos imediatos da violência LGBTfóbica, conferindo materialidade a questões por vezes taxadas como demasiadamente "subjetivas" para adentrarem a discussão política. A troca de experiências de trajetórias de violência não só auxilia o processo de identificação como pessoa LGBTQIA+, mas também colabora para a organização e a mobilização de grupos minoritários, uma vez que é a partir do compartilhamento dessas experiências comuns que muitos entendem que aquilo que se tinha como "individual" é mais abrangente do que se poderia imaginar – nos termos do *slogan* feminista, nota-se como "o pessoal é político".

Sendo assim, estas reflexões se organizarão de forma a tomar a trajetória da pessoa LGBTQIA+ cronologicamente, partindo da autodescoberta da dissidência sexual e/ou de gênero, passando pelas dinâmicas de autorrejeição, até a solidificação da identidade e a vivência no mundo enquanto parte da população LGBTQIA+. É essencial destacar que ao delinear esse caminho não estamos apontando para uma unicidade das vivências da sigla, mas construindo uma narrativa que possibilite apontar diferenças e semelhanças no processo de subjetivação dessas múltiplas experiências e identidades.

1. SOBRE A TRAJETÓRIA: A NOMEAÇÃO DO SUJEITO LGBTQIA+

Nas narrativas sociais e midiáticas sobre a população LGBTQIA+, o lugar ocupado pela autodescoberta, esse momento pontual no qual a pessoa entende sua posição diante do mundo, seja a partir do seu desejo, da sua performance de gênero ou da sua relação com o ambiente, recebe grande destaque. Existe algo que denuncia o sujeito como diferente, como desviante, algo que aponta para a necessidade de uma nomeação: para familiares, colegas e vizinhos, certos comportamentos, trejeitos ou desejos são lidos com preocupação e demandam uma definição conclusiva sobre o gênero ou a sexualidade.

O processo de autodescoberta, contudo, apresenta-se de forma bem menos linear nas entrevistas do que aparenta ser para pessoas heterossexuais e cisgênero do entorno de pessoas LGBTQIA+ – para os entrevistados da pesquisa, a autodescoberta é mencionada como um

processo descontínuo e profundamente relacional. Isso parece estar relacionado ao fato de que, para muitos sujeitos LGBTQIA+, o primeiro contato com a dissidência sexual e de gênero não se encontra na experimentação e na autorreflexão, mas na percepção social e na nomeação externa da sexualidade ou da identidade de gênero como "desviantes":

Homem trans, bissexual, 24 a 28 anos, cor preta

Olha, eu me lembro muito de umas coisas, da galera falando assim, "Maria Homem", era o termo usado na minha época. E aí eu me lembro disso ser horrível e ser um negócio que levava meio que para isso. Eu não sentia, porque em algum lugar eu tinha engolido aquilo, então eu não sentia que eu era maria homem, nada disso, porque que isso gostar de menina. Imagina, eu? E aí as pessoas me davam esse nome, sabe? As pessoas me colocavam nesse lugar.

293

De forma geral, os desvios destacados pela nomeação são conectados a percepções do que é adequado fazer como menino ou menina, da exigência de coerência com a masculinidade e a feminilidade, respectivamente. Assim, identidade de gênero e sexualidade se confundem e produzem expectativas ligadas às normas sociais de gênero, de forma que a nomeação é usada para evidenciar o distanciamento dessas normas, a inadequação desses sujeitos em relação ao que é socialmente esperado. Posteriormente, esses desvios são tomados como justificativas para as dinâmicas de marginalização, humilhação e violência:

É isso. As pessoas que dão nome para gente nas coisas. Quando você é diferente da sociedade, você não tá na caixa, você é uma pessoa diferente, você não enquadra naquele lugar, entendeu? Então as pessoas acham que você é diferente. As pessoas que acharam, elas nunca chegaram para me falar: "E aí deixa eu falar, você é entendida?" Não, entendeu? Porque ela tá jogando bola, tá fora do padrão.

Mulher _____ cis,
bissexual, 49 a 53
anos, cor preta

Observa-se que a nomeação marca a instauração de uma ordem de violência, de forma que a identificação com a comunidade LGBTQIA+ é internalizada de maneira negativa pelos sujeitos que por ela são afetados. Isso porque ela é utilizada como justificativa para as violências sofridas nos espaços de socialização, ou seja, a violência é compreendida, por alguns entrevistados, como uma forma de regulação de comportamento desviante:

294

Em alguma medida, eu talvez entendia que eu merecia aquela violência, assim. Tinha uma dinâmica de implicação de culpa, assim... Tipo "beleza, você tá sofrendo isso porque você tá se aproximando muito do feminino, assim...". Então... E aí ao mesmo tempo eu acho que é o que que eu não denunciava, né... Eu acho que eu tinha medo de nomear em alguma medida isso pro outro, assim, e isso se tornar materializado pra mim de uma vez, assim, né? "tá, beleza, tô sofrendo homofobia por quê? Porque eu sou viado?" E aí eu acho que talvez tem... Por que que eu não denunciava... Acho que tem essas 2 dinâmicas: ao mesmo tempo eu assumia essa culpa, assumia esse lugar de, entre aspas,

Homem _____ cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

"merecer essas violências", né... "beleza, isso é só um reflexo do que você tá fazendo...", é a dinâmica, é um pouco da dinâmica da produção da norma né... Ela se institui no outro justamente nessa, nesse formato. E ao mesmo tempo eu tinha medo da nomeação, tinha receio de no momento que eu denunciasse isso se explicitar como uma nomeação consolidada pra mim, né? Que eu tava tentando o tempo todo me afastar, se eu queria me afastar dela, por que que eu ia... Reivindicar ela em nome de... Então eu preferia não denunciar efetivamente.

Constrói-se um paradoxo no qual o sujeito é responsável pela violência sofrida. Se você sofre LGBTfobia, é porque você é LGBTQIA+, se você é LGBTQIA+, a violência contra a sua pessoa está inscrita na norma social. Para os entrevistados, a narrativa de normalização da violência contra pessoas LGBTQIA+ é reiterado por instrumentos midiáticos, que ainda transformam a sexualidade e a identidade de gênero em motivo de piada:

295

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

É... Na época isso era o quê... 2012 e tudo mais... Eu acho que a questão de ser gay era... Não que agora não seja um tabu, porque ainda é um... Nó, a gente ainda sofre muita violência e afins, mas acho que conforme... Quanto mais tempo passa pra trás, acho que pior era essa questão de ser gay, ou ser homossexual, participar dessa comunidade... Eu lembro de observar principalmente na televisão, assim, como que todas essas pessoas, tipo assim, eram alvo de chacota, piadas mesmo, sabe, preconceituosas que eu via na rua ou algo do tipo, o fato de ser gay sendo constantemente usado como algo pejorativo, como alvo de chacota, e... Visto mesmo como um tabu de forma geral

Nota-se que a violência contra pessoas LGBTQIA+ é normalizada tanto entre aqueles que reproduzem essa violência quanto por membros da própria comunidade LGBTQIA+. Os entrevistados se lembram da forma como foram socializados, como foram expostos à mesma mídia e às mesmas instituições que propagam o ódio contra a comunidade de que um dia viriam a fazer parte:

Eu fui criada para ser homofóbica, transfóbica, acho que a maioria da família brasileira cria as pessoas a não gostarem de pessoas LGBT, tenho quase certeza, absoluta, eu fui criada para odiar gay, odiar travesti, odiar lésbica, meus pais nunca me ensinaram o que são homens gays, nunca tocaram no assunto, sempre só falavam assim: "Se afaste, não fique perto", acredito que a maioria das pessoas são educadas para isso.

Travesti _____,
heterossexual _____,
34 a 38 anos,
cor branca

Assim demonstra-se uma das manifestações do que se pode nomear como autorrejeição, na qual o sujeito nega sua associação com a comunidade LGBTQIA+, uma vez que isso acarretaria em seu posicionamento como sujeito marginalizado, violado e humilhado. Isso resulta em relatos de repressão da própria sexualidade, tanto no âmbito público quanto na própria construção subjetiva:

por costume, segurança e sigilo mesmo, a tendência foi de ir reprimindo cada vez mais isso, assim, e tentar disfarçar, porque eu achei que era uma coisa temporária, mesmo.

Homem _____ cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

É... Então, eu acho que sempre esteve presente o desejo por outros meninos, assim... Só que eu acho que talvez porque eu tenha sofrido muita homofobia durante a minha infância e adolescência, assim, a hipótese de ficar com meninos para mim era mais assustadora do que não viver, enfim, esse desejo em alguma medida, assim. [...] Esse medo, esse receio, ele se tornou tão grande a ponto de eu anular a minha identidade sexual, em alguma medida. Eu... Teve em algum momento que eu me considerei assexual, assim. "ah eu acho que eu não vou me relacionar com pessoas. É, não vou experienciar relacionamentos, enfim, é isso...".

A repressão é retroalimentada pelas pressões da heterossexualidade compulsória e da ênfase dada à vivência de relacionamentos sexuais e afetivos com pessoas do gênero oposto no processo de socialização. Os entrevistados apontam como a necessidade de participar do convívio de seus ciclos sociais resultava na repetição irrefletida de comportamentos heterossexuais:

Então acabava que todas as minhas amigas só falavam de homens, só falavam de ficar com caras, etc. E acabava que, para você entrar socialmente ali, ser aceita, você entrava no meio. E aí eu acho que até por isso que eu demorei muito para perceber que na verdade eu era lésbica, porque, não sei, eu tinha esse viés de aceitação social, que eu tinha que propagar que eu gostava de homem, que eu gostava... Inclusive, na época, falava que eu gostava mais de homem do que eu gostava de mulher, enfim. Como eu falei que eu demorei um pouco a aceitar que eu realmente gostava de mulher e que eu falava que eu beijava só de brincadeira e coisas do tipo. E teve uma época em que eu inclusive falava que eu só gostava de mulher porque agradava homens; eu só beijava mulher para agradar os meninos que eu ficava, por exemplo, o que hoje em dia eu sei que não era verdade, mas dei uma internalizada disso de alguma forma na época.

Os entrevistados evidenciam como a repressão começa a ter como consequência o adoecimento psíquico. A norma – quer seja a heterossexualidade ou a cisgeneridade – passa a ser vista como uma violência por si só, uma força ativa que age no corpo e reprime as suas potencialidades. A introjeção da norma não se dá de forma pacífica, mas de forma violenta:

Homem trans,
bissexual, 24 a 28
anos, cor preta

E aí eu fiquei com aquilo na cabeça por muito tempo e eu comecei a dar surtos. Surtos mesmo, eu tinha umas ansiedades, uns babados fortes. Nesse ano eu tomei bomba na escola, porque eu não sabia lidar, eu falei assim: "meu Deus do céu", eu entrei em crise, em pânico, eu não sabia lidar mesmo.[...] A cisgeneridade não estava me fazendo bem, estava me sufocando, mesmo, não fazia sentido nenhum para mim, como para a maneira que eu vejo o meu corpo, para a maneira que eu me entendo no mundo, estava limitando as formas como eu me relacionava, estava me fazendo mal. E, assim, ter, saber, conhecer "transgeneridade", o termo, enfim, as pessoas trans e ter esse contato com essas outras pessoas foi importantíssimo para eu finalmente ser eu. Não como algo dado, mas me aproximar ao máximo possível de quem eu, de fato, entendo que eu posso ser.

299

O adoecimento produzido pela repressão pode tomar contornos extremos. Entre os entrevistados, os relatos que incluem uma perda generalizada de interesse pelo mundo, o desenvolvimento de sintomas depressivos e até mesmo a ideação suicida, atribuem a internalização da norma como fator motivador do agravamento do adoecimento psicológico:

Então eu me enxergava como se eu fosse um erro do sistema, como se eu fosse uma fruta podre mesmo que tivesse dado errado e falasse assim: "poxa, vamos morrer que na próxima a gente nasce certo" e foi "muita pressão, porque ao mesmo tempo eu queria provar para as pessoas que uma filha de travesti poderia ser alguém na vida – como se eu tivesse que provar alguma coisa, vamos começar por aí –, mas eu queria provar para as pessoas, mas ao mesmo tempo eu sofri uma pressão muito grande.

Mulher cis,
bissexual, 24 a 28
anos, cor parda

300

Eu odiava a minha aparência, odiava quem eu era, eu ficava muito mal comigo, eu não gostava das roupas que eu tinha, eu não gostava de nada e eu não me sentia bem com nada disso. Não, isso não foi na mesma época, não, mas houve essa época que eu não gostava de nada, que eu não me sentia bem com nada, que eu usava, que eu vestia e que a minha imagem [...].

Homem trans,
bissexual, 24 a 28
anos, cor preta

A ideação suicida, principalmente entre os participantes trans da pesquisa, aponta para uma forma de LGBTfobia ainda pouco discutida. Quando se levantam os números de pessoas mortas pela LGBTfobia todos os anos, existe um foco generalizado no homicídio. No entanto, os dados acerca do suicídio de pessoas LGBTQIA+ e a compreensão do autoextermínio como uma ação direta da violência direcionada a esse grupo ainda são pouco representados em dados quantitativos e qualitativos (HAAS *et al.*, 2011):

Mulher _____ trans,
pansexual, 18 a 23
anos, cor branca

Existem duas opções: ou eu vou conseguir fazer isso [*transicionar*], ou eu vou morrer. Se eles me mandarem para a rua, o pior que pode acontecer, no pior dos casos, e eu meio que não tenho saída, estou na rua mesmo, eu subo em uma ponte e pulo. Esse é o pior cenário. Eu prefiro morrer do que viver como homem [...]. O objetivo era dar um fim em tudo. Eu lembro que eu falava que eu não vou ser um homem. Eu vou ser uma mulher ou eu vou ser um cadáver [...]. Eu me pergunto: "quantas pessoas como eu não conseguem? Quantas pessoas como eu não têm que enveredar por outros caminhos? Quantas não se matam? Quantas não fazem hormonização completamente por conta e tomam coisa que não podem?".

301

O momento em que as normas de gênero e sexualidade passam a ter um peso insustentável sobre os participantes é visto por eles como um impulso à autoafirmação. Novamente, esse momento não é marcado pela aceitação da sexualidade ou identidade de gênero, ou mesmo pela experimentação e plena vivência de sua identidade, mas pelo esgotamento produzido pela violência LGBTfóbica, vista como um entrave sua livre existência:

Mulher _____ trans,
pansexual, 18 a 23
anos, cor branca

Passei muito tempo com medo de enfrentar as coisas. Só porque a disforia chegou em pontos que eu não conseguia lidar com. Então eu pude fazer algo, que então eu pude agir.

eu não tive a liberdade de expor; eu mesma me entender antes de explicar para as pessoas. Eu fui confrontada pela minha mãe para saber o que eu era e aí eu meio que respondi que eu era bi em um instinto. Eu não tinha certeza que eu era bi, eu só estava explorando. Eu lembro que na época eu sentia muita raiva, eu me senti assim por muitos anos com ele, tipo violada, porque não foi uma coisa que... enfim, que eu estava preparada para falar; depois disso a gente acabou se resolvendo, mas na época foi meio difícil.

Mulher _____ cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor branca

302

Todavia, mesmo que o processo de autoafirmação seja permeado ou mesmo motivado por dinâmicas de violência, ele produz algo novo. Para os participantes, a autoafirmação da identidade foi mencionada como uma etapa essencial para uma mudança de perspectiva, uma mudança que permitiu, em muitos casos, um processo de afastamento dos ideais nocivos ligados à comunidade LGBTQIA+, uma oportunidade de construir uma imagem positiva sobre esse pertencimento, a partir da qual se pudesse existir e experienciar o mundo.

Eu acho que talvez eu tinha um pouco de receio de experienciar esse desejo, enfim, essas dinâmicas com outros meninos, e isso definia a minha identidade, né? E aí no final das contas é isso, né? E aí, por medo de definir a identidade, eu privava de ter experiências, aparentemente. E aí eu só dei conta de fazer o inverso, né? Eu precisei afirmar a identidade, fixar em alguma medida essa identidade para poder falar assim

Homem _____ cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

"não, beleza... agora que já me afirmei, posso então me permitir a viver, já que já que estamos aqui, vamos enfiar o pé no balde...", sabe?

Mulher _____ cis,
lésbica, 49 a 53
anos, cor branca

"Sou mesmo, sou lésbica, sou sapatão, sou homossexual, sou gay", pode usar a palavra que quiser, inclusive as pessoas acham que chamar de sapatão vai ofender, não vai, não me ofende mais, acho que talvez eu ficasse ofendida quando era mais jovem, mas não, não me ofende, pode me chamar do que for.

2. REPRESENTATIVIDADE E IDENTIFICAÇÃO LGBTQIA+

Conforme abordado anteriormente, a mídia foi mencionada, nas entrevistas, como um dos atores que colaboram para a veiculação e a circulação de imagens estereotipadas de pessoas LGBTQIA+, interferindo no processo de identificação dos participantes da pesquisa. Os relatos apontaram para a necessidade de uma discussão mais profunda sobre representatividade, sobre como a publicização de narrativas LGBTQIA+ corroborou para o processo de subjetivação dos entrevistados.

As entrevistas evidenciam o quão recente é a entrada das vivências LGBTQIA+ na mídia tradicional, e como a falta de referências desse tipo impedia, por muito tempo, que identidades "não-heterossexuais" fossem sequer vistas como possibilidades. A conquista desse espaço na mídia foi lenta e processual, e os homens gays são considerados os primeiros a serem retratados, ainda que de forma caricatural:

Nunca tinha pensado que eu pudesse me relacionar amorosamente com uma mulher, porque na minha época eu via muito exemplo de homem gay, agora, minha cabeça de criança, adolescente, homem que se relacionava com homem, eu não sabia que mulher se relacionava com mulher, depois eu... Que hoje pode parecer uma idiotice, mas naquela época, para mim, eu nunca tinha visto um exemplo que eu tinha visto na televisão, nunca tinha lido nenhuma literatura, não abertamente, às vezes podia estar nas entrelinhas, mas talvez eu não tivesse maturidade para entender. Então, na minha cabeça, mulher não tinha relacionamento com mulher, e eu não entendia que aquilo era, talvez, um desejo de me relacionar com mulher.

Mulher cis, lésbica, 49 a 53 anos, cor branca

Essa falta de referência não se limitava à mídia, mas denotava o silêncio do sistema educacional, dos programas estatais de políticas públicas, das comunidades em que os participantes cresceram. Uma das entrevistadas, que auxiliava a mãe na elaboração de cursos sobre saúde sexual, informou que a falta de referência a pessoas LGBTQIA+ nos materiais disponíveis fez com que o universo afetivo-sexual se reduzisse à heterossexualidade em sua forma de perceber o mundo:

Mulher cis,
lésbica, 18 a 23
anos, cor parda

nessas coisas a que eu tive acesso, não tinha menção sobre existência de LGBTs, então eu acho que foi um reforço negativo no sentido de que eu vi tantas coisas sobre reprodução, tantas coisas sobre orientações sobre redução de danos, sobre preservativos, tantas coisas nessa *vibe* dos anos 90, que gerava uma anulação muito grande da possibilidade de que LGBTs existam.

Com a entrada progressiva da sexualidade na esfera pública, as identidades que ainda não haviam conquistado um espaço de visibilidade eram colocadas em uma posição complexa: embora houvesse a notícia de que a heterossexualidade não era a única identidade possível de ser vivida, a identificação diversa da heterossexual ainda era insuficiente para se referir à complexidade das vivências de desejo e identidade de gênero de muitas pessoas:

305

Mulher cis,
bissexual, 24 a 28
anos, cor parda

– E você acha que que você começou a questionar se você era lésbica mesmo ou bi com quantos anos [...]?

– Com dezenove. Antes disso teve uns questionamentos, mas a resposta parecia muito clara, sabe... "não, não sou bi... isso não existe" assim, tinha um pensamento assim, um pouco, mas aí depois não foi também uma resposta não, mas eu comecei um relacionamento com um homem e aí eu... a conclusão que eu tinha com base nos eventos que aconteciam era essa.

A bissexualidade, nesse contexto, aparece como uma orientação sexual cercada de questionamentos, mesmo para aqueles que já possuíam certo convívio com a comunidade LGBTQIA+ no momento da autodescoberta. A falta de representatividade e de visibilidade dos sujeitos e das pautas bissexuais produzem uma outra espécie de estigmatização, em que a bissexualidade é depreciada ou entendida como um não-lugar:

eu convivia com as amigas travestis do meu pai, então para mim sempre foi uma coisa muito natural você ser travesti, você ser gay e você ser lésbica, o GLS, entendeu? Isso para mim era natural. Na época que eu era adolescente, eu achava que era "putaria", entendeu? Eu era o maior inimigo da bissexualidade.

Mulher _____ cis, bissexual, 24 a 28 anos, cor parda

306

Para os participantes trans da pesquisa, a única visibilidade possível para seus corpos parece ser aquela que reforça a marginalização de sujeitos dissidentes da norma de gênero. Isso se observa em representações sociais que reiteram ideias de pauperização e periculosidade, partindo da imagem da estigmatização da travesti trabalhadora do sexo?

a sociedade olha para a travesti, é puta, pronto, já sabe que é prostituta, é o único lugar que eles, infelizmente, veem nós é na rua, se prostituindo

Travesti _____, heterossexual _____, 34 a 38 anos, cor branca

Essas imagens constroem ideais que dificultam a construção de uma identidade trans positiva, na medida em que colocam o sujeito perante uma questão cruel: ou se identifica como trans e introjeta as ideias nocivas construídas sobre essas identidades, ou entra em um processo de negação, no qual a ideia de ser trans é consistentemente rejeitada, independentemente da aproximação de suas vivências com as da comunidade:

Mulher trans,
pansexual, 18 a 23
anos, cor branca

Eu tenho que me colocar no meu lugar, eu sou trans, ninguém gosta da gente. Ninguém gosta de gente como eu. Eu me olhava no espelho, eu sabia que eu sou feia, eu sou masculina, sou horrível. Ninguém nunca vai ter interesse. Eu tinha muita certeza disso. Eu não podia terminar com ele, porque se eu terminasse com ele eu ia ficar sozinha para sempre. Ele era a única pessoa que ia me aceitar.

307

Mulher trans,
pansexual, 18 a 23
anos, cor branca

Muito antes de eu me assumir eu sabia o que era uma pessoa trans, sabe? Mas é muito difícil para gente como eu saber disso e que isso pode se aplicar à gente, porque a gente não tem nenhum tipo de educação sobre como é poder se descobrir e se entender. Pelo menos quando a gente fala de pessoas trans, não existem boas narrativas por aí.

Por outro lado, a mídia é essencial para evidenciar a transexualidade como uma realidade possível. Um de nossos entrevistados cita como foi importante vislumbrar a possibilidade da transição a partir de homens trans visíveis na mídia, mesmo quando essas experiências são retratadas de forma sensacionalista. As vivências de pessoas trans evidenciaram uma nova realidade que permitia o questionamento da própria identidade:

Agora, essa questão, de fato, foi em 2014, no início de 2014 que minha ficha caiu. Antes realmente eu não entendia, não sabia o que era. Foi quando começou a aparecer, não sei se foi o Thammy ou se foi o Tarso, ou os dois, foi na mesma época. Eu olhei e falei: "caramba, será que eu sou isso?" Fui pesquisar e tudo mais. Aí que eu ainda demorei primeiro semestre de 2014 todo para poder tomar a decisão de iniciar a hormonização.

Homem trans,
heterossexual,
29 a 33 anos,
cor branca

No entanto, para uma parcela da comunidade, a representatividade ainda não é uma realidade. Os desafios narrados por participantes assexuais demonstram como a identidade ainda não é amplamente conhecida e como isso interfere no processo de identificação e de socialização:

Tipo assim, eu conhecia outros gays, conhecia comunidades gays, conhecia festas gays, conhecia... conheci gays! Conhecia o mundo gay. Existe o mundo gay. E... sei lá, tipo assim, pra mim, naquele momento era mais fácil ser gay[...] É, tipo assim... é uma questão de muito

Pessoa assexual,
18 a 23 anos,
cor branca

de um... isolamento total de todas as pessoas, sabe? Tipo assim... não tem livro, não tem referência, não tem, tipo... filme. Cê não consegue, tipo, se identificar, se entender, se organizar... é um grande vazio, assim sabe? Tipo assim, cê acha uma palavra e a palavra vem só a palavra. [...] Cadê a vida? Tipo assim, tudo que eu posso ter sendo uma pessoa assexual?

Essa falta de representatividade se manifesta na socialização a partir de uma invalidação consistente, mesmo dentro da própria comunidade LGBTQIA+. Ao falar de sua identificação enquanto assexual, outro entrevistado deixa evidente como foi incentivado a buscar por ajuda médica ou psicológica após se afirmar publicamente como assexual:

Homem cis,
assexual, 29 a 33
anos, cor preta

[...] a primeira coisa que o pessoal fala assim é: "você é doido, vai procurar uma terapia, vá fazer um tratamento" né? Sempre que eu pensava sobre isso, o que eu penso e isso eu penso na minha vida até hoje sobre qualquer questão que possa me incomodar. É... que possa ser trazida pra mim: "Eu tô incomodado? Eu quero mudar isso? Eu quero fazer alguma coisa? Como que eu tô me sentindo em relação a essa situação?" Não está me incomodando. Então apesar de pessoas falarem, "meu, isso é estranho, isso não é normal, será que não tem uma doença, não sei o quê..." eu pensava comigo mesmo: "eu tô bem". [...] Mesmo que todo mundo faça piada, e depois eu passei a entrar na piada e fazer a piada mesmo. É... não é algo que está me incomodando. Quando acontecer, aconteceu... se

nunca acontecer, também tô confortável. Então hoje mesmo, é... depois de fazer, eu levei ainda um ano pra poder fazer novamente, pra poder praticar sexo novamente, é... e eu tenho períodos, então tem momentos que eu tô excitado, que eu quero manifestar a minha sexualidade, eu faço. Tem períodos que eu não tô e pra mim tá tudo bem.

Por outro lado, por mais que a representatividade participe da construção de um imaginário social, uma vez que o entrevistado adentra a comunidade LGBTQIA+ e começa a vivenciar o mundo ao lado de seus pares, as vivências de representatividade e visibilidade tendem a se alterar. Entrevistados falam sobre uma mudança no ponto de referência, no qual os sujeitos do convívio diário se colocam como um contraponto ao imaginário social, o que permite que esse imaginário seja questionado:

Então também foi um... Um estalo, assim, pra saber que, ah, a questão de ser gay não é só aquilo que passa na TV até então... Que tipo, gente morta, que leva bala na rua ou que vai passar a vida toda, sabe, morrendo, no sofrimento, porque a sociedade não vai aceitar. Tipo, essas pessoas elas têm a vida delas, tipo assim... Independente, elas fazem o que elas querem, elas viajam, elas têm seus cônjuges, elas têm casa própria, elas têm salário, elas... Vão em restaurantes, pelo que eu tô vendo... Elas frequentam shows, tipo, sabe, tem muita coisa que dá pra fazer, assim... Sendo você gay, não é um... Um obstáculo. E aí caiu a ficha pra mim mesmo, aí uma vez que caiu a ficha, tipo... Abracei com tudo aquilo que eu era mesmo, sem nenhum receio.

Homem cis,
gay, 18 a 23 anos,
cor branca

As vivências em comunidade aparecem nas narrativas como partes da construção de um referencial que permite desafiar os ideais da heterocisnormatividade. A possibilidade de outras formas de identificação, para além da heterossexualidade e da cisgeneridade, aparecem como essenciais para a construção de um autoconceito positivo:

Homem trans, bissexual, 24 a 28 anos, cor preta

A partir do contato com outras pessoas trans que eu pude conhecer vivências, conhecer outros modos de ser e estar no mundo que não necessariamente tentassem reproduzir uma cisgeneridade, que esse era um problema para mim. Através desse contato com essas pessoas e com análise, eu tive a oportunidade de fazer análise durante um tempo, eu pude ter um contato maior com esse outro lado, com essa outra possibilidade e desde então fui construindo. Primeiro me entendi como pessoa trans não-binária, porque eu tinha uma dificuldade mesmo com essa questão da masculinidade, não sei, mas aí, com o passar do tempo, eu fui entendendo que, sim, eu me identifico como pessoa trans masculina não-binária.

311

Nesse sentido, a vivência pública da identidade passa a ser vista como uma forma de representar essa mudança de referencial. Afirmar-se LGBTQIA+ e sustentar essa identidade são posturas vistas por alguns entrevistados como uma forma de existência política, que amplifica narrativas disruptivas e serve de exemplo para outras pessoas LGBTQIA+:

E eu acho que isso que eu estou fazendo, de falar, é uma abertura para um monte de gente em situações parecidas, e às vezes diferentes, também, mas para ajudar a cabeça das pessoas como um todo, não só quem é homossexual, quem é trans, para todo mundo de uma forma geral aceitar melhor, e ver que a sexualidade ou o gênero de uma pessoa não muda a pessoa, a pessoa continua sendo o que ela é, independentemente do gênero. Então, acho muito importante essa conversa aqui para isso, para chegar nesse ponto, que o que a gente transita, para poder chegar onde está agora, não é fácil, mas se a gente tem maturidade de passar por isso, isso é válido para ajudar outras pessoas, e para mostrar para a sociedade que ter preconceito não está com nada, acho que você tem que aceitar, não adianta ter preconceito, a pessoa vai continuar existindo, então tem que aceitar mesmo.

3. PUBLICIZAÇÃO DA IDENTIDADE LGBTQIA+ E A PERCEPÇÃO SOCIAL

A forma como a violência se manifesta na construção da identidade LGBTQIA+ não tem seu fim marcado pela autoafirmação. A partir do momento em que o sujeito passa a viver sua identidade publicamente, os relatos de introjeção da pressão social passam a aparecer nas entrevistas com maior frequência. Narrativas de rejeição e aceitação parcial ilustram as consequências da pressão social após a saída do armário:

Mulher cis,
bissexual, 24 a 28
anos, cor parda

É uma dor imensa você se esconder, primeiro, de quem você é e quando você se assumir, você ser totalmente rejeitado no mundo, porque é isso que acontece. Quando no máximo você é aceito, você é aceito a partir de um código de conduta que você tem que... Então você não pode ser assim, você não pode agir assado, você não pode frequentar tal lugar a partir desse código de conduta, então você é um LGBT aceito. Se você não segue esse código de conduta, então você vai ser rechaçado, você vai ser colocada de lado.

Nos relatos, observa-se um contraste entre a liberdade atingida pela autoafirmação e a expectativa de violência pautada pelo olhar do outro, violência que produz um sentimento de insegurança que permeia as interações sociais dos sujeitos:

313

Pessoa gênero
fluido, gay,
24 a 28 anos,
cor preta

Eu sempre saio de casa já com o sentimento de insegurança. Eu sinto uma liberdade de ser quem eu sou, mas, ao mesmo tempo, eu estou preso ao julgamento do próximo, à forma com que ele vai lidar com a minha pessoa. Isso me incomoda, porque eu não queria ter que ter esse medo.

Essa expectativa de violência acaba sendo colocada pelos entrevistados como um empecilho para a efetivação dos direitos de pessoas LGBTQIA+. Um dos participantes da pesquisa narra como esse sentimento de insegurança o impede de cobrar a utilização correta de seu nome social e pronome de preferência, uma vez que essas ações poderiam acarretar violências transfóbicas:

314 Eu temo muito a violência, de verdade. Penso muito sobre isso. Penso muito sobre a minha segurança, penso muito sobre como lidar com as pessoas, em geral. Às vezes, essa questão do constranger, de não querer constranger o outro que erra meus pronomes, que erra meu gênero, surge com esse medinho. Mas se eu falasse que eu sou homem agora, ele me vê vestido assim, com essa maquiagem, com essa roupa, com essa bolsa, o que vai acontecer comigo? Ficar feminino talvez me resguarde de uma certa violência, então eu acho que, claro, as cirurgias vão trazer, por exemplo, algo que eu quero, que é um desejo mais meu do que da pressão do outro, apesar de existir as pressões do outro, mas não acho que as coisas vão se resolver e ser menos difíceis, sabe?

Homem trans, bissexual, 24 a 28 anos, cor parda

Para o entrevistado, a violência é uma consequência do processo de percepção social: quanto mais ele se aproxima de uma performance pública que não seja plenamente identificada nem com o masculino, nem com o feminino, mais a violência se materializa como possibilidade. A transição e a "passabilidade" não são colocadas como "soluções ideais", uma vez que a insegurança que media a experiência de mundo permanece.

Nesse sentido, a insegurança trazida pela pressão social aparenta ter sido introjetada pelos entrevistados da pesquisa, participando ativamente do processo de socialização de sujeitos LGBTQIA+. Vale dizer que essa introjeção é justificada, uma vez que a validação social é necessária para o acesso a diferentes serviços e direitos da população LGBTQIA+. Além disso, sendo a identidade um processo simultaneamente individual e relacional, o reconhecimento social da pessoa LGBTQIA+ é fundamental para a plena vivência da identidade almejada pelo sujeito:

Mulher trans, pansexual, 18 a 23 anos, cor branca

É você precisar da permissão de uma pessoa para escolher como seu corpo vai ser. Imagine que absurdo não seria se você quisesse fazer uma tatuagem, porque é uma mudança permanente no seu corpo, e alguém te pedisse um laudo para isso? Imagina que absurdo. Quando uma mulher cis entra e quer pôr silicone, ela entra na clínica e põe silicone. Quando uma mulher trans põe silicone, mesmo já tendo se hormonizado, se eu quiser pôr silicone, se eu quiser ir lá pôr, eu preciso de outro laudo autorizando. Eu preciso o tempo inteiro estar pedindo a permissão para mexer no meu corpo. Eu preciso o tempo inteiro estar pedindo permissão para poder fazer alterações em mim. Isso é muito complicado.

315

O desejo pela validação social torna-se central para alguns sujeitos, pois é a partir dele que se supera a noção do imaginário social da pessoa LGBTQIA+ marginalizada. O desejo por ser visto para além da sexualidade e/ou identidade de gênero aparece na fala de um dos entrevistados, que comenta seu incômodo de ser reduzido a discussões estigmatizantes acerca de sua transexualidade:

Eu quero ser visto como [NOME DO ENTREVISTADO] profissional e não como aquela mulher que acha que é homem. Eu quero ser visto. Acho que muitas pessoas não conseguem nem ver as minhas qualidades, ver o meu trabalho, porque só focam nessa questão: "mas, cara, a menina que virou homem, mas pode? Não pode? Deus deixou? Não deixou? Vai para o inferno? Não vai?" Eu queria ser visto pelos meus defeitos e qualidades, mas que não fosse esse foco só nessa questão, sabe? Ainda assim, porque eu entendo que a minha existência é sim política.

Homem trans,
heterossexual
29 a 33 anos,
cor branca

Buscando superar esses estigmas marcados pela identidade LGBTQIA+, alguns entrevistados apontam para uma noção de "compensação". A adoção de comportamentos socialmente valorizados, como estratégia para a valorização do sujeito, é ilustrada pelo relato a seguir:

316

Mas também é uma expectativa social, né? Tipo "beleza, é viado? É viado, mas 'deu certo na vida'...", entre aspas, né? Tipo isso tudo, e a noção de sucesso [...] Tava muito ligado a essa dinâmica dos estudos, né? E aí talvez eu inclusive até hoje ainda tô ainda atendendo lá essas expectativas, né? Porque eu sou o único da minha família, por exemplo, que tá cursando mestrado, né? Um dos primeiros que entrou na graduação... E eu acho que tem um pouco disso, né, desse lugar, de atendimento de uma certa expectativa social em... Compensação de uma identidade desviante, sexualmente falando. Mas já me resolvi com relação a isso, não com relação à intelectualidade, mas com relação à sexualidade tá um pouco melhor.

Homem cis,
gay, 34 a 38 anos,
cor parda

No entanto, essa compensação não se dá sem suas demandas próprias. A partir do momento em que se constrói uma lógica em que somente se é valorizado pelo que se faz, em compensação a sua identidade, a qualidade e a quantidade desse "fazer" são essenciais para a manutenção desse valor social. Isso leva participantes a uma subjetivação pautada no fazer compulsivo, que se apresenta, em certa medida, como adoeecedor:

Homem trans,
heterossexual,
29 a 33 anos,
cor branca

Eu me tornei *workaholic*. Eu tenho toque diagnosticado mesmo, tomo remédio e tudo mais, porque me tornei extremamente perfeccionista e meu ascendente é virgem. Tudo complica, porque eu quero fazer o melhor, mas não é fazer o melhor para me sobressair. É fazer o melhor para não ser colocado como pior do que os outros. Eu me esforço muito. Não é para aparecer, é para não aparecer negativamente, para que não possam falar: "está vendo? Falei que esse cara é problemático!"

317

Dessa forma, fica marcado um dilema: submeter-se às dinâmicas de validação social, às narrativas de normatização e ao possível adoecimento psíquico acarretado por estratégias de compensação, ou reafirmar a posição desviante da norma, convivendo com a expectativa de violência e com as dificuldades promovidas pela percepção social da identidade LGBTQIA+.

De certa forma, ficamos com o ideal levantado por uma das entrevistadas, que apresenta uma solução possível para esse dilema: a desnaturalização da posição dominante e a diversidade constitutiva da experiência humana:

Tipo assim, eu acho que se a gente pensa a partir dessa equidade, de entender que somos diversos, eu acho que uma coisa vai puxando a outra, entender que somos diferentes e vamos acessar de formas diferentes e está tudo bem ser diferente, mas não partindo de quem tem um padrão certo e o restante é diferente desse padrão, mas tipo assim, somos diversos e ponto, não existe uma coisa, algo natural.

Mulher cis,
lésbica, 34 a 38
anos, cor branca

*“somos diversos
e ponto.”*

Agradecimientos

Esta é uma pesquisa sobre violência. Trabalhar com essa temática não é uma missão fácil: tocar no assunto da violência, retomar detalhadamente episódios de discriminação, relatar e analisar tais formulações são desafios que envolveram, em primeiro lugar, a enorme generosidade e abertura das pessoas entrevistadas e, em segundo lugar, a disposição e a seriedade das pessoas autoras deste documento. Muitas pessoas e instituições foram fundamentais para que esse complexo trabalho fosse atravessado com o respeito e a diligência necessários e para que chegássemos ao presente resultado.

Agradecemos, então, a cada uma das 78 pessoas LGBTQIA+ da Região Metropolitana de Belo Horizonte que disponibilizaram seu tempo para fornecer o material utilizado como base de dados para as análises aqui expostas. Sem sua participação e abertura em tocar no tema da violência, este trabalho jamais teria sido possível.

Nossos agradecimentos, também, ao Diverso UFMG, esse Programa de Extensão que há tantos anos atua na defesa dos direitos de pessoas LGBTQIA+ em Belo Horizonte. Mencionamos especialmente a equipe do Observatório de Violências Contra Pessoas LGBT+, que conduziu esta pesquisa por dois anos: Aline Lopes, Eduarda Vogas Dias, Enrico Martins Poletti Jorge, Gabriela Alkmin, Henrique Figueiredo de Lima, Márcia Ribeiro da C. Valentin, Matheus Vieira Gomes, Samantha Nagle Cunha de Moura e Stefanne Aparecida Gonçalves. Agradecemos também a Bruna Camilo, que foi peça fundamental na configuração inicial do Observatório e no levantamento de recursos para esta pesquisa. Ademais, nossa gratidão aos coordenadores gerais do Diverso UFMG, Pedro Augusto Gravatá Nicoli e Marcelo Maciel Ramos, que tornaram cada etapa desta pesquisa possível.

Agradecemos, por fim, à Embaixada do Reino dos Países Baixos e ao Mandato do Vereador Pedro Patrus, por viabilizarem a condução desta pesquisa, fornecendo os recursos materiais necessários para a condução deste esforço científico coletivo.

Referências

ALMEIDA, I. R., Recusa de Prestação de Serviços. In: RAMOS, M. M.; VALENTIN, M. R. da C.; NICOLI, P. A. G. **Dicionário Jurídico do Gênero e da Sexualidade**. Editora Devires. 1a ed. 2022. P. 605 – 610.

BAQUERO, Oswaldo Santos. One Health of peripheries: biopolitics, social determination, and field of praxis. **Frontiers in Public Health**, v. 9, p. 617003, 2021.

BASTOS, Denise; CRUZ, Izaura; DANTAS, Marilu. **Gênero, sexualidade e educação**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, 2018.

BATISTELLA, Carlos Eduardo Colpo. **Abordagens contemporâneas do conceito de saúde**. EPSJV, 2007.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023

BERLANT, Lauren; WARNER, Michael. **Sex in public**. Chicago Journals, Vol. 24, No. 2, 1998, pp. 547–566

BRAGA, I. F. et al. Family violence against gay and lesbian adolescents and young people: a qualitative study. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 1220–1227, 2018.

BRASIL. **Ação Civil Pública Cível n. 1002268-94.2022.4.01.3000**. Brasília, 24 jun. 2023. Disponível em: <https://portal.trf1.jus.br/sjac/comunicacao-social/impressao/noticias/decisao-justica-federal-do-acre-decide-a-respeito-do-inclusao-de-questionario-sobre-a-populacao-lgbtqia-no-censo-demografico-do-ibge-2022.htm>. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS n. 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS n. 2.803**. Diário Oficial da União 19/11/2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS n. 457, de 19 de agosto de 2008**. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRITZMAN, Deborah P. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, v. 21, n. 1, p. 71-98, jan./jun. 1996.

BUENO, W. **Imagens de Controle**: um Conceito do Pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre: Editora Zouk. 2020

BUTLER, J. **A vida Psíquica do Poder**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, Judith. **Precarious Life**: The Powers of Mourning and Violence. Londres: Verso, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, C. O.; MACEDO JÚNIOR, G. S. 'Isto é um lugar de respeito!': a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n. 1, p. 103–116, 31 jan. 2017.

CERRUTI, Marta Quaglia e ROSA, Miriam Debieux. Em busca de novas abordagens para a violência de gênero: a desconstrução da vítima. **Rev. Mal-Estar Subj.**, v. 8, n. 4, p. 1047–1076, 2008.

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada**: um guia prático para a análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

COSTA, Bárbara Rodrigues, et al. Barreiras de acesso à saúde pública para população LGBTQIA+. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, p. 27–34, 2023.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2019.

324

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, S. Trajetórias religiosas de jovens sem religião – algumas implicações para o debate sobre desinstitucionalização. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 20 n. 2, p. 369–387, 2018.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: 1. A vontade de Saber. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GREEN, James N. et al. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório: Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil em 2020**. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021. Disponível em: https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Dossie_2020_Observatorio_Mortes_Violencias_contra_LGBTI_Brasil-AconteceLGBTI_GGB.pdf.pdf. Acesso em: 2 abr. 2023.

GUIMARÃES, N.P; *et al.* Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil. **Rev eletron comun inf inov saúde**, 2020.

HAAS A. P., *et al.* Suicide and suicide risk in lesbian, gay, bisexual, and transgender populations: review and recommendations. **J Homosex**. v. 58, n. 1, p. 10–51, 2011.

HEILBORN, Maria Luiza. Construção de si, gênero e sexualidade. *In*: HEILBORN, Maria Luiza. (Org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

LE GALL, j. M. A Virilidade dos Clérigos *In*: VIGARELLO, G. **História da Virilidade: A Invenção da Virilidade da Antiguidade às Luzes**. Petrópolis: Editora Vozes. 2013

LEONEL, V. Lesbofobia. *In*: VENTURI, G.; BOKANY, V. (Eds.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo. p. 89–96, 2011.

LIBERAL, M. M. C. **Religião, Identidade e Sentido de Pertencimento**. Coimbra: Cadernos do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149–158, 1990/1991.

MELLO, Luiz; REZENDA, Bruno de Avelar; BRITO, Walderes. Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. 2014.

MELO, I.R; *et al.* O Direito à Saúde da População LGBT: Desafios Contemporâneos no Contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Psicologia e Saúde**, v. 12, n. 3, p. 63–78, 2020.

MENDONÇA, A. G. A experiência Religiosa e a institucionalização da religião. **Estud. av.** v. 18, n. 52, 2004.

MISKOLCI, R. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil do XIX. São Paulo: Annablume, 2022

MUHR, T. ATLAS.ti: a prototype for the support of text interpretation. **Qualitative Sociology**, New York, v. 14, n. 4, p. 349–371, 1991.

OECD. **Annual Education at a Glance 2022**. Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/3197152b-en.pdf?expires=1685389394&id=id&accname=quest&checksum=7D4B3C-F4A862821F77171B52F4D195E9>. Acesso em: 28 maio 2023.

OLIVEIRA, João Felipe Zini Cavalcante de. **"E travesti trabalha?"**: divisão transexual do trabalho e messianismo patronal. (Dissertação de mestrado) – Faculdade de Direito – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

PEREIRA, C. J.; FILHO, S. F. G. Geografia da religião e Espaço Sagrado. Goiânia, **Ateliê Geográfico** v. 6, n. 1. p. 35–50. 2012.

PEREIRA, Flávia Souza Máximo. NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. Os segredos epistêmicos do direito do trabalho. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, 2020.

PEREIRA, Flávia Souza Máximo. **Para além da greve**: o diálogo ítalo-brasileiro para a construção de um direito ao pluralismo jurídico da classe-que-vive-do-trabalho. (Tese de doutorado) – Faculdade de Direito – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

PRADO, M. A.M., JUNQUEIRA, R. D. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. (Eds.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. O que é LGBTfobia? In: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; BRENER, Paula Rocha Gouvêa. **Gênero, Sexualidade e Direito**: uma introdução. Belo Horizonte: Initia Via, 2016.

RANKE-HEINEMANN, U. **Eunucos pelo reino de Deus**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. **Revista Bagoas**, n. 05, 2010. p.17-44.

ROCON, Pablo C.; SODRÉ, Francis; RODRIGUES, Alexsandro. Regulamentação da vida no processo transexualizador brasileiro: uma análise sobre a política pública. **Katálysis**, v. 19, n. 2, p. 260-269, 2016.

SÁ JUNIOR, Luis Salvador de Miranda; MIRANDA, Luis Salvador de. Desconstruindo a definição de saúde. **Jornal do Conselho Federal de Medicina (CFM)**, p. 15-16, 2004.

SANTOS, L.C.O. et al. Dificuldades e desafios da população LGBTQIA+ frente às políticas públicas de saúde. **V Seminário Internacional Desfazendo Gênero**, 2021.

SANTOS, Rodrigo Leonardo de Melo. **A discriminação de homens gays na dinâmica das relações de emprego**: reflexões sob a perspectiva do direito fundamental ao trabalho digno. (Dissertação de mestrado) – Faculdade de direito - Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Ocorrências Criminais Sinesp. Dados Nacionais de Segurança Pública – UF 2022**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://dados.mj.gov.br/dataset/sistema-nacional-de-estatisticas-de-seguranca-publica>. Acesso em: 03 ago. 2023.

SETTON, M. da G. J. As religiões como agentes da socialização. **Cadernos CERU**, v. 19, n. 2, p. 15–25. 2018.

SHIHADDEH, N.A; PESSOA, E.M; SILVA, F.F. A (in)visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: Em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+ **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 58, p. 172–194, 2021.

SILVA, A. L. da; SANTOS, S. M. d M. dos. "O sol não nasce para todos": uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT. **SER Social**, v. 17, n. 37, p. 498–516, 2015.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da; FERRITO, Bárbara; LEAL, Luana Angelo. Desigualdade e discriminação: um olhar sobre o mercado de trabalho brasileiro sob a ótica da interseccionalidade. *Revista de direito do trabalho*: v. 45, n. 199, mar. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetivo, 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TROMBINI, Miguel. Termo "passável" é ruim? Veja o que as pessoas trans dizem sobre isso. **Ig, Queer**, São Paulo, 08 abr. 2022. Disponível em: <https://queer.ig.com.br/2022-04-08/passabilidade-trans-o-que-e.html>. Acesso em: 28 jul. 2023.

V FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **Carta Mundial pelo Direito à Cidade**. In: V Fórum Social Mundial, 2005, Porto Alegre. Atualizado em 06 nov. 2009. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Carta-Mundial-pelo-Direito-a-Cidade.pdf>. Acesso em: 22 maio 2023.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>.

Roteiro de entrevista da 2ª Fase da pesquisa

Público-alvo: residentes no município de Belo Horizonte ou Região Metropolitana, que tenham 18 anos de idade ou mais, e se declarem LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas intersexo e outras identidades não cis e/ou não heterossexuais).

Objetivo: levantamento de dados qualitativos sobre as experiências de violências colhidas e sistematizadas na etapa quantitativa da pesquisa (questionário on-line), aprofundando a compreensão sobre suas diferentes particularidades (a natureza da relação em que ocorreu a violência; as diversas manifestações possíveis da violência; as estratégias de sobrevivência empregadas; os impactos pessoais da violência sofrida; as percepções pessoais sobre os significados da violência vivida) e as dificuldades sistêmicas que possam existir e que agravam a situação de discriminação desse público-alvo (experiências relacionadas ao atendimento por órgãos públicos, inclusive da segurança pública, durante o fluxo de atendimento às pessoas que sofrem violência LGBTQfóbica).

330

DADOS SOCIOECONÔMICOS

Nascimento e origem:

- ano;
- origem nacional e regional (se mora em cidade diferente de onde nasceu, perguntar sobre o motivo do deslocamento).

Renda:

- quais fontes de renda;
- qual a profissão (se tiver);
- se recebe ou já recebeu auxílios públicos (**em caso de pessoa idosa/pessoa com deficiência:** também aposentadoria ou Benefício de Prestação Continuada – BPC);
- se possui dependentes ou se depende de alguém.

Vida familiar:

- histórico da composição familiar;

- relação com a família (passado e presente), em especial quanto à sexualidade e identidade de gênero.

Moradia:

- casa alugada ou própria;
- moradia compartilhada ou não;
- eventuais dificuldades relacionadas ao status de pessoa LGBTQ+ para aluguel/compra de imóvel (**se marcou alguma opção na questão 36⁷, pedir para explicar mais a fundo**);
- pedir para explicar mais a fundo como se deu sua expulsão de casa (**se respondeu sim à questão 34⁸**).

Trajetória escolar:

- tipo de escola (pública ou privada);
- fatos associados ao gênero e à sexualidade nas trajetórias escolares.

Trajetória de trabalho/acadêmica e vida no trabalho/faculdade:

- entrada na vida acadêmica e/ou do trabalho;
- tipos de bicos/emprego que já teve;
- formas de entrada/inserção na vida ativa;
- mobilidade geográfica relacionada ao trabalho/faculdade;
- interrupções de atividade;
- relações com outros tipos de atividades (religiosa, sindical, militante etc.).
- **se marcou alguma opção na questão 33⁹, pedir para aprofundar.**

DADOS SOBRE SEXUALIDADE/IDENTIDADE DE GÊNERO

Vida afetivo-sexual:

- vida sexual;
- relações amorosas e de afeto.

Essa pergunta deve aparecer "organicamente", não perguntar diretamente. Possivelmente vai aparecer na primeira seção, em especial quando perguntarmos sobre a vida familiar e a trajetória escolar/profissional.

⁷ "Você já viveu as seguintes situações relacionadas à moradia por ser uma pessoa LGBTQ+?"

⁸ "Você foi expulso de casa em razão de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual?"

⁹ "Por ser uma pessoa LGBTQ+, você já vivenciou, em seu trabalho, alguma das situações abaixo?"

Publicidade da identidade LGBT+:

- se respondeu "**totalmente pública**" ou "**parcialmente pública**" (questão 19¹⁰): como foi o processo de saída do armário; se houve alguma reação negativa da família/amigos/colegas de escola ou trabalho;
- dificuldades e medos para se assumir (**ver se respondeu a questão 19.11 – nesse caso, pedir para explicar mais a fundo a opção escolhida**);
- impactos do processo de entendimento/aceitação da própria sexualidade/identidade de gênero junto à família, trabalho, amizades, relações amorosas e na saúde física/mental;
- lugares de pertencimento e exclusão no espaço público (inclusive em espaços de convívio LGBT+);
- demonstrações públicas de afeto (**ver se respondeu as questões 20 e 21¹² – nesse caso, pedir para explicar mais a fundo a opção escolhida**).

DADOS SOBRE EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO

Atendimento médico/psicológico

- acesso à saúde (plano privado ou SUS; se tem profissional de confiança);
- frequência (faz exames de rotina? Vai só quando tem emergência?);
- se respondeu a pergunta 35.4¹³, pedir para aprofundar as opções marcadas.

Para cada violência relatada entre as questões 23 a 26 (antiga tabela), 30 a 32 (demonstração pública de afeto e stalking) e se contou alguma experiência de violência/discriminação na questão 40¹⁴:

- quando e como aconteceu;
- perfil do/a agressor/a (idade; raça; identidade de gênero e orientação sexual; profissão; renda, ainda que aproximada);
- estratégias de sobrevivência (**em caso de violências continuadas/sistemáticas ou em casos de relações que continuam mesmo após a violência**);
- impactos na saúde mental/física e na vida laboral;

¹⁰ "Sua identidade de gênero e/ou orientação sexual é pública?"

¹¹ "Em sua opinião, qual é (ou foi) a maior dificuldade ou o maior medo para você se assumir como LGBT+?"

¹² "20. Você se sente à vontade para demonstrar afeto publicamente em espaços de convívio LGBT+?" e "21. Você se sente à vontade para demonstrar afeto publicamente fora dos espaços de convívio LGBT+?"

¹³ "Alguma das situações apresentadas abaixo já aconteceu com você durante algum atendimento médico/psicológico? (Pode marcar mais de 1 opção)".

- se houve denúncia ao sistema de justiça criminal; **se sim:** como foi o tratamento dado pelas autoridades (policiais, juízes, promotores, advogados de defesa); se providências foram tomadas; qual foi o desfecho do caso; nível de satisfação; **se não:** perguntar o porquê.

Violência doméstica e/ou em relacionamentos afetivo-sexuais-românticos¹⁵ (se marcou alguma opção na questão 29¹⁶):

- perfil do/a agressor/a (idade; raça; identidade de gênero e orientação sexual; profissão; renda, ainda que aproximada);
- como se conheceram, duração do relacionamento, se moram/moraram juntos, se têm filhos juntos;
- pedir para explicar mais a fundo as opções marcadas na questão;
- se há redes de apoio (amigos, companheiros de militância, por ex.) compartilhadas com o/a agressor/a;
- se contou sobre a violência para alguém; **se sim:** qual foi a reação e se se sentiu acolhido/a;
- estratégias de sobrevivência;
- impactos na saúde mental/física e na vida laboral;
- se houve denúncia ao sistema de justiça criminal; **se sim:** como foi o tratamento dado pelas autoridades (policiais, juízes, promotores, advogados de defesa); se providências foram tomadas; qual foi o desfecho do caso; nível de satisfação; **se não:** perguntar o porquê.

¹⁴ "Se você quiser, esse é um espaço para você nos contar um pouco sobre alguma experiência de violência e/ou discriminação que você tenha vivenciado e que gostaria de compartilhar: [...]".

¹⁵ Como a definição de violência doméstica prevista na Lei Maria da Penha só abarca mulheres vítimas e tem uma definição bem restrita, sugiro não seguirmos a definição legal e ampliarmos para qualquer pessoa LGBTQ+ que tenha vivido violência em quaisquer relacionamentos afetivo-sexuais-românticos (namorados, ficantes, cônjuges etc.). Ou seja: **essa pergunta tem que ser feita a qualquer participante, independentemente de sua identidade de gênero, já que são dados importantíssimos.**

¹⁶ "Essas situações já aconteceram com você, enquanto pessoa LGBTQ+, durante seu relacionamento com seu/sua cônjuge, companheiro/a, namorado/a ou ficante? (Pode marcar mais de 1 opção)".